

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

DIOGO HENRIQUE DA SILVA PAIVA

TEORIA E AÇÃO POLÍTICA EM FRANCISCO WEFFORT



ARARAQUARA – S.P.
2020

DIOGO HENRIQUE DA SILVA PAIVA

TEORIA E AÇÃO POLÍTICA EM FRANCISCO WEFFORT

Tese de Doutorado, apresentado ao Conselho, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: Angelo Del Vecchio

ARARAQUARA – S.P.
2020

P149t

Paiva, Diogo Henrique da Silva

Teoria e ação política em Francisco Weffort / Diogo Henrique da
Silva Paiva. -- Araraquara, 2020

177 p. : tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientador: Angelo Del Vecchio

1. Ciência Política. 2. Sociologia Política. 3. Populismo. 4. Ação
Social. I. Título.

DIOGO HENRIQUE DA SILVA PAIVA

TEORIA E AÇÃO POLÍTICA EM FRANCISCO WEFFORT

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: Angelo Del Vecchio

Data da defesa: 08/12/2020

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Dr. Angelo Del Vecchio

Faculdade de Ciências e Letras/ Araraquara/UNESP.

Membro Titular: Dr. Carlos Henrique Gileno

Faculdade de Ciências e Letras/ Araraquara/UNESP.

Membro Titular: Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy

Faculdade de Ciências e Letras/ Araraquara/UNESP.

Membro Titular: Dr. Gustavo Teentoni Dias

Universidade Estadual de Montes Claros.

Membro Titular: Dra. Isabela Oliveira Kalil

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Membro Suplente: Dr. Carlos Piovezani

Universidade Federal de São Carlos

Membro Suplente: Dra. Carla Gandini Giani Martelli

Faculdade de Ciências e Letras/ Araraquara/UNESP.

Membro Suplente: Dr. Eduardo Oliveira Santos

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico a todo pesquisador que não teme a dificuldade, que debruça sobre suas notas e livros noites a dentro, só para, enfim, em seu esforço hercúleo, tentar deixar um rastro, uma semente, para as futuras gerações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a faculdade de ciências e letras de Araraquara por ter me proporcionado tanta riqueza cultural e científica nos anos de graduação, mestrado e doutorado.

Agradeço, também, ao meu orientador Angelo Del Vecchio por sempre ter acreditado em minha capacidade, pela paciência e pelas conversas e ideias que me deram um norte de pesquisa.

Agradeço a professora Carla pelas discas discussões na disciplina de teorias sociais, bem como pela paciência comigo enquanto coordenadora da pós.

Agradeço a minha filha Helena por carregar o peso de ser a primogênita e desta forma ter me ensinado a ser pai e um ser humano cada vez melhor.

Agradeço meu filho Arthur por ter me mostrado que a vida nem sempre segue certa uma em linha reta, mas sim em linhas tortas. Com você também aprendi que coragem não tem relação com tamanho ou idade.

Agradeço ao meu pai (*in memoriam*) por ter me dado retidão e caráter.

A minha mãe por despertar em mim o interesse pelas ciências humanas e por me mostrar que a mulher tem uma garra inimaginável.

Agradeço minha esposa Mariela e a ela dedico este trabalho, pois se este não fora a quatro mãos só foi possível com seu companheirismo, sua paciência, sua eloquência. Discutindo comigo muitos assuntos abordados aqui e me acordando para vida quando foi necessário. Se não é possível colocar seu nome na capa deste trabalho pode saber que ele está na capa dos meus mais belos sentimentos.

Agradeço a minha sogra Ilda por ter me dado suporte para que eu pudesse fazer minhas disciplinas, trabalhar e elaborar a tese.

Agradeço aos meus alunos por sempre renovar o meu interesse pela ciência social.

Pelo percurso da vida acadêmica agradeço aos amigos Natal, Roberta e Eduardo por tornar o trabalho longe de casa e da família mais leve e mais alegre.

Dos tempos da graduação agradeço ao amigo Danilo que se foi do bando sem prévia autorização.

“(...)e é só no instante em que a figura desse inimigo se dissolve, e que os caminhos se traçam, que você percebe que as diferenças são profundas.

JJ: Professora, mais não dá prá falar isso do Francisco Weffort, por exemplo.

MC: Não, o Weffort prá mim é um mistério”.

Marilena Chauí (2014,sp)

“No momento importante de se abrir o cofre (“doce de leite?...geleia de mocotó?...), segredos guardados não mais se escondiam na intimidade. Quando a gente para de existir, os outros descobrem tudo. Ou tentam. O que se foi, o que queria ter sido, até mesmo o que não se queria ser”.

João Guimarães Rosa (2009, p.21)

RESUMO

Este trabalho busca entender a teoria e a ação política de Francisco Weffort sob a égide do conceito de Populismo, desta forma acompanha-se o trabalho do autor em seus primeiros atos de academia quando de sua orientação com a professora Paula Beiguelman, o seu contato com o grupo que se convencionou chamar de Escola Sociológica Paulista e seus escritos sobre o Populismo que permeiam toda a década de 60 e 70. Posteriormente faz-se uma revisão de seus escritos da década de 80 e inícios da de 90 em comunhão com sua ação enquanto dirigente e militante do Partido dos Trabalhadores a fim de estabelecer uma conexão entre teoria (tanto deste momento quanto a posterior) e prática, sempre tendo o populismo como conceito guia e chave para os estabelecimentos teóricos do autor. Por fim, busca-se entender a atitude de abandonar o PT para assumir o Ministério da Cultura do governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo como contexto as filigranas do que o partido começara a esboçar e que Francisco Weffort tanto criticara nos PC's do período de 45 a 64. Para a execução do trabalho utiliza-se de um método que se utiliza da análise pós-positivista de Jeffrey Alexander e Robert Seidman, em composição com a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim que fará uma ponte entre estes e os processos hermenêuticos de Gadamer e Ricoeur, que aqui chamaremos de sociologia hermenêutica do conhecimento e da ação social, a fim de entendermos os seus textos como úteis às análises do presente, quanto dos processos que levam do texto a ação.

Palavras – chave: Escola Sociológica Paulista; Francisco Weffort; Teoria do Populismo; Pensamento Social; Ação Política

ABSTRACT

This work seeks to understand the theory and a political action of Francisco Weffort under the aegis of the concept of Populism, thus accompanying the work of the author in his first acts of academy when his orientation with professor Paula Beiguelman, his contact with the group that is conventionally called the Escola Sociológica Paulista and its writings on Populism that permeate the entire 60s and 70s. Subsequently, a review of its writings from the 80s and early 90s is made in communion with its action as leader and activist of the Workers' Party in order to establish a connection between theory (both from this moment and later) and practice, always using populism as a guide and key concept for the author's theoretical establishments. Finally, we seek to understand the attitude of abandoning the PT to take over the Ministry of Culture under the government of Fernando Henrique Cardoso, taking as context the filigrams of what the party had begun to outline and which Francisco Weffort had so criticized in the PCs of the period 45 to 64. For the execution of the work, a method is used that uses the post-positivist analysis of Jeffrey Alexander and Robert Seidman, in composition with the sociology of knowledge of Karl Mannheim that will make a bridge between these and processes hermeneutics of Gadamer and Ricoeur, which we will call hermeneutic sociology of knowledge and social action here, in order to understand their texts as useful for the analysis of the present, as well as the processes that lead the text to action.

Keywords: Escola Sociológica Paulista; Francisco Weffort; Populism Theory; Social Thinking; Political Action

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
ILPES	Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
UDN	União Democrática Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 – ESCOLA SOCIOLOGICA PAULISTA – HEURÍSTICA POSITIVA E HEURÍSTICA NEGATIVA.	11
1.1 - O presenteísmo	11
1.1.2 – O historicismo e o contextualismo utilizado na análise do pensamento social	13
1.1.3– A Proposta de Imre Lakatos.....	16
1.1.3.1 - A Crítica Ao Positivismo	16
1.2– Marxismo-Weberiano da Escola Sociológica Paulista	22
1.3 - Marginalidade, Raça e Atraso	25
1.3.1 – Idealização de São Paulo	25
1.3.2 – Questão Racial	27
1.4 - Instituições e Estruturas Dependentes	30
1.5 – Populismo e Autoritarismo	41
1.5.1 – O conceito de carisma em Max Webber	41
1.5.2 - Weber e governança carismática	46
1.5.3 – O Populismo no Brasil.....	52
1.5.3.1 – O Populismo do ISEB.....	52
1.5.3.2 – O Populismo na Escola Sociológica Paulista.....	54
1.5.3.2.1 – O Nacionalismo	54
1.5.3.2.2 – O Populismo	56
1.6 – O Núcleo Duro das teses da Escola Sociológica Paulista – As possibilidades da instauração de uma Ordem Social Competitiva no Brasil.....	58
2 – DA TEORIA A AÇÃO POLÍTICA – O POPULISMO, O PT E UM FUTURO INCERTO.	61
2.1 - Os limites do presentismo e do contextualismo nos estudos de pensamento social. 61	
2.1.1 - Pospositivismo sociológico e historiografia: Jeffrey Alexander e Steven Seidman	62
2.2 - Repensando a lógica da história do Pensamento Social.....	64
2.3.1 - A crítica de Alexander à historiografia historicista.	67
2.3.2 - Steven Seidman: uma tentativa de fundamentar a continuidade sem o acumulacionismo.	69
2.3 - Teoria Política em Francisco Weffort	73
2.3.1– A orientação de Paula Beiguelman e o conflito com alguns pontos da Escola Sociológica Paulista.	75
2.3.2 – Populismo político e sindicalismo populista em Weffort	81
3.3 – As contribuições no CEDEC.....	103
3 – DEMOCRACIA PLENA COMO ANTIDOTO DO POPULISMO.....	105
3.1 - Uma metodologia: uma sociologia hermenêutica do conhecimento e da ação social. 105	
3.1.1 - Significados originais vs. significados atuais.....	105
3.1.2 – A Sociologia do Conhecimento de Mannheim e suas aproximações com a hermenêutica	107
3.1.3 - Pensamento Social e hermenêutica	114
3.1.4 - As críticas de Hans Georg Gadamer à tentativa historicista de recuperar os significados originais.	115
3.1.5 - Paul Ricoeur: o texto, a ação e a continuidade entre passado e presente.	121

3.1.5.1– Paul Ricoeur: a continuidade entre passado e presente.....	122
3.1.5.2 – Do texto a ação – A filosofia hermenêutica prática de Paul Ricoeur.....	127
3.2 – Ação política em Weffort	131
3.2.1 – A teoria dos partidos políticos – o caminho do PT	142
3.2.2 – Ruptura com o PT	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS	163

INTRODUÇÃO

1 – ESCOLA SOCIOLOGICA PAULISTA – HEURÍSTICA POSITIVA E HEURÍSTICA NEGATIVA.

1.1 - O presentismo

Os princípios metodológicos do presentismo são seguidos por uma teoria implícita da ciência que, em primeiro lugar, acredita numa forma de continuidade que ocorre entre o passado e o presente. Isso significa que os problemas e doutrinas do presente podem servir como critérios para organizar, interpretar e julgar ideias do passado.

Em segundo lugar, essa teoria da ciência supõe que a convivência entre passado e presente se traduz em acumulações de conhecimento científico bem-sucedido. A história da ciência social pode ser reconstruída de modo a que as novas formas de conhecimento válidas possam ser entendidas temporalmente de maneira linear no conhecimento atual. Como os cientistas sociais são orientados para os mesmos problemas e objetos de estudo, a melhoria progressiva dos métodos de pesquisa e os esclarecimentos conceituais resultam em progresso científico cumulativo. Terceiro, a teoria da ciência que sustenta o presentismo tende a identificar a ciência com afirmações empiricamente verificadas e logicamente conectadas. Segue-se que uma história da ciência em geral, e da ciência social em particular, deve desligar-se dos critérios alheios a estes últimos.

O autor que melhor representará a discussão acima descrita é Robert Merton (1970), segundo o qual a sociologia é a ciência em que as teorias do presente são mais atualizadas na medida em que outras não teriam competência técnica para explicar o hoje. Desta forma, segundo este autor, a sociologia e a teoria social são uma sistematização de todas as teorias anteriores que sobreviveram aos mais rigorosos testes e verificações.¹

Se não entendermos o passado, incorremos em erros sérios ao ensinar sociologia a novos alunos. O mais grave deles é fundir história com sistemática sociológica, onde ao ensinar sociologia, os professores constantemente utilizam-se das teorias do passado. Tal formulação cria a estranha sensação de que tais obras não foram superadas e que ainda tem algo a nos dizer. Tal tarefa estaria reservada aos historiadores da disciplina e não àqueles que realizam pesquisas sociológicas empíricas.

¹ Percebemos uma clara influencia da teoria Popperiana aqui. MERTON, Robert K. Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

Essa confusão, segundo Merton, engendra a prática fatal de misturar teorias atuais com outras que não o são. Isso implica, entre outras coisas, que o sociólogo perde tempo em examinar argumentos dos aspectos do passado que, asseguradamente, já estão integrados nos esquemas teóricos do presente.

No entanto, Merton (1970) torna sua análise um tanto ambígua quando se refere aos usos permitidos da história na sistemática, pois enquanto no período de maturidade se deva separá-las, este nos diz que a utilização da história possa servir de caminho a obtenção de tal maturidade, o que implica que eles não se separem a fim de superar tal obstáculo. Nesse sentido a história é tanto o impedimento como ferramenta para superá-lo.

Aqui Merton (1984) nos conceitua dois tipos implícitos e diferentes de funções que o trabalho histórico teria: um que apenas descreveria as funções, cursos reais que acompanharam a descoberta científica (como os preconceitos, desvios, pistas falsas, apoio institucional e outros elementos) que favoreceriam desenvolvimentos teóricos em detrimento de outros; e, por outro lado, as atribuições que, por assim dizer, deixariam de funcionar no momento que a sociologia atingisse seu estágio de maturidade, fornecendo ao sociólogo, tanto informações úteis por meio da revisão dos textos clássicos, como material novo, não resolvido ou sistematizado pelos autores, evitando redescobertas inúteis, oferecendo, assim, modelos de trabalho intelectual ou uma interação hermenêutica entre a teoria clássica e a atual. Quando essa disciplina apresentar um desenvolvimento de maturidade, ela irá, segundo Merton, dispensar os ensinamentos do passado.

Desta forma, para Merton, o presente implica um horizonte de conhecimento mais completo que o passado, já que este não poderá corrigir metodicamente o presente, que é entendido como critério plenamente legítimo para avaliar o passado.

Portanto, resumindo os pontos essenciais da teoria presentista de Merton temos que:

a) a teoria social pode, e deve, em qualquer dado momento, dispensar os dados fornecidos pela evidência histórica.

b) existe de fato continuidade entre os problemas do passado e do presente; assim Merton reconhece que boa parte dos tópicos analisados pelos clássicos são os mesmos que os analisados pelos teóricos atuais, de forma que os últimos o fazem de uma perspectiva melhor e mais completa e que possuem metodologias refinadas e técnicas mais especializadas; entretanto, como o próprio Merton aponta, nenhum contato entre o pensamento do passado e o presente representa automaticamente uma continuidade legítima. Assim, Merton não

permanece de forma alguma (nem próximo o suficiente) dos problemas metodológicos associados à interpretação de autores e teorias pertencentes a seus contextos.²

c) que, pelo exposto, em Merton (1970) há uma tensão velada entre as posições presentista e historicista, ainda que essa tensão seja usualmente escondida em grande parte de sua obra devido à sua posição positivista e acumuladora, segundo a qual as teorias correntes iriam abranger o conhecimento devidamente credenciado do passado.

1.1.2 – O historicismo e o contextualismo utilizado na análise do pensamento social

A principal fonte de crítica ao presentismo apresentado na seção anterior é a posição historicista e contextualista, cuja tese básica sustentam a descontinuidade entre as teorias do passado e do presente.

Suas maiores críticas são a de que o presentismo representa em primeiro lugar uma atitude valorativa e ideológica em relação ao passado, e também produz interpretações historicamente absurdas na busca das origens e contribuições para o conhecimento científico atual, desta forma nos diz Robert Seidman (1983a, tradução do autor): “os textos do passado são organizados e sistematizados, apresentando uma posição consistente com alguma doutrina atual cujos termos de discussão não estavam disponíveis para os autores do passado”.³

A posição historicista na historiografia das ciências sociais é uma tentativa de compreender a ciência de um determinado período em seus próprios termos, a partir do reconhecimento de que as condições, as perguntas e respostas da ciência variam historicamente. Ao contrário do presentismo tal teoria assume que essa variabilidade histórica é particularmente verdadeira na ciência social, onde a constante mudança de formas de vida social deriva de objetos de estudo renovados e de reorientações de interesses científicos e assume a descontinuidade entre o passado e o presente como resultado de mudanças nos objetos de estudo.

² Em sua obra *Ideologia e utopia* Mannheim identifica os fatores extrateóricos que influenciam o pensamento, o primeiro deles seria a competição Mannheim (1986:290) indica dois fatores extrateóricos que influenciam o pensamento: a competição entre gerações “diferentemente situadas”, o que impulsionaria o debate teórico revelando grupos conflitantes em luta pelo poder, confluindo em uma pluralidade de perspectivas da mesma forma que de interpretações de mundo. Enquanto gerações diferentes interpretam o mesmo objeto este debate “influencia os princípios de seleção, organização e polarização das teorias e pontos-de-vista predominantes em uma dada sociedade, num determinado momento” (Mannheim, 1986:291).

³ Entre os autores que Seidman (1983) descreveu como representantes da nova historiografia das ciências sociais estão Gerard Radnitzky, John Dunn, Robert A. Jones, Quentin Skinner, George Stocking, John Peel, Charles Carnic, Harry Johnson, S. Collini, G.M. Murphey, W. Schluchter e K. Thompson.

A corrente historicista associada ao pensamento de Quentin Skinner — que tem, no campo da teoria social, Robert Allun Jones (1977) como seu representante mais importante — assume que, para especificar o significado histórico de textos ou conjuntos de ideias é preciso recuperar as intenções do autor, sendo necessário ter um amplo conhecimento do estado de coisas, particularmente das convenções linguísticas e sociais disponíveis à época em que foram produzidos, bem como das formas de discurso em relação às quais o significado dos termos e dos argumentos dos textos pode ser corrigido. Jones ainda acrescenta que os textos e obras do passado:

O modo de recuperar tais intenções ... é reconstruir as convenções linguísticas que regulam a realização dessas ações em uma sociedade desse tipo envolveria a revisão de praticamente todos os escritos pertencentes aos autores do período e a localização perfeita do trabalho analisado no contexto a que ele pertence, só assim ... podemos distinguir entre original e história vulgar e, assim, discernir o que os autores estavam fazendo ao escrever o que eles escreveram (JONES, 1981. p.75 tradução nossa)

De acordo com a doutrina historicista da descontinuidade, a ciência seria uma resposta a problemas particulares que surgem em contextos sócio-históricos concretos, e à medida que as condições sociais mudam, o mesmo ocorre com os problemas e objetivos da ciência. Quando essa demarcação é ultrapassada, existe o risco de se fazer uma história vulgar e anacrônica. É quando o que os skinnerianos chamam de elaboração de “mitologias” ocorre, ou seja, a criação de teorias que não respondem a interesses históricos legítimos, mas à justificação dos padrões e práticas atuais.

Esse objetivismo, que exige abandonar as referências teóricas do presente ao estudar o passado, é característico da posição historicista na ciência social. Esse recurso às vezes tem uma recepção paradoxal por parte dos historicistas. Como exemplo disso, veja o que o próprio Jones diz:

Devemos tomar algumas decisões importantes sobre o que vale a pena estudar (do passado), e é difícil ver como essas decisões podem ser razoavelmente baseadas em padrões diferentes dos do presente ... A existência de preconceitos, portanto, está em questão: já que os limites mencionados acima são inevitáveis. (JONES, 1977. p. 35 tradução nossa)⁴

⁴ Quentin Skinner(1988) apontou que as mitologias assumem diferentes formas. “Primeiro, há o perigo de converter algumas citações menores feitas por um teórico clássico em” a doutrina de um de seus principais temas, o que, pode gerar dois absurdos historiográficos, um referente a biografias intelectuais, mais histórias sinópticas de pensamento com foco em pensadores individuais, e outro referente às atuais 'histórias de ideias', nas quais o foco está no desenvolvimento de alguma 'ideia'.

Um problema óbvio que surge do acima exposto é: como marcar os limites entre os preconceitos presentes, que são inevitáveis e legítimos, e os interesses teóricos também presentes, mas que são, segundo Jones, totalmente ilegítimos. Para eliminar esses interesses ilegítimos, ele propõe que seria o historiador profissional que realizaria as investigações históricas da teoria social e não o teórico social.

Jones (1981) acredita que o problema real da explicação histórica na sociologia não é tanto que ela seja baseada em uma teoria errônea da ciência, mas que os teóricos sociais ignoram a natureza de uma boa história da ciência. Primeiro, para Jones, o que caracteriza uma autêntica história da ciência, neste caso da sociologia, “é que suas proposições se referem a eventos e objetos do passado”, de modo que requer uma metodologia apropriada para os referidos objetos. Portanto, ressalta que “se escrevo sobre autores e teorias do passado, a questão é saber se nossos julgamentos se referem a ações e a significados que os autores poderiam ter tentado sugerir”. No caso de tais critérios não serem aceitos e assumidos, nenhuma história real da sociologia seria feita, uma vez que os julgamentos derivados dela não teriam significado no passado e sobre o passado.

Por outro lado, ele acrescenta, essa deficiência pode ser em grande parte porque a história da sociologia é realizada pelos próprios sociólogos e não pelos historiadores profissionais. Em um artigo que analisa o trabalho de Quentin Skinner, ele aponta:

Uma prática tradicional na história do pensamento político parece ocorrer igualmente na história da teoria sociológica: os praticantes de ambas as "histórias", por exemplo, tipicamente operam a partir de departamentos da ciência política ou da sociologia, em vez da história propriamente dita ... eles tendem mais a se identificar como "teóricos políticos ou sociais" do que como historiadores ... Portanto, em vez de tentar entender e explicar o desenvolvimento de ideias do passado, esses teóricos geralmente acreditam que seu trabalho consiste em fornecer a estrutura normativa com a qual os estudos empíricos da política e da sociologia devem ser conduzidos. (JONES, 1981. p. 38)⁵

Este ponto já havia sido apontado por Merton (1970) anos atrás, quando este discute as “funções muito diferentes” que a história e a sistemática da teoria sociológica têm, e lamentava que grande parte da prática contemporânea dos sociólogos caísse em uma mistura pobre de ambos, que produzia um híbrido “que não é história nem teoria”.

⁵ Ainda assim, para Jones, há autores que vêem a história da sociologia não como um simples passatempo opcional, mas como uma atividade séria e necessária à qual estão comprometidos em tempo integral.

Neste capítulo retomaremos e aprofundaremos as teorias propostas pelo autor já acima explicitado, qual seja, Imre Lakatos, que nos proporcionará uma estratégia de trabalharmos com o núcleo teórico (heurística positiva), e os cinturões de proteção (heurística negativa), teses progressivas, regressivas e programas concorrentes. Nosso ponto aqui é não repetir o que já tenha sido falado sobre a Escola Sociológica Paulista⁶ em vários outros estudos, mas construir através de uma adaptação da teoria metodológica de Lakatos a heurística negativa e positiva de tal grupo, conferindo autenticidade ao trabalho aqui proposto, e base para o entendimento formativo de Francisco Weffort, o autor aqui em estudo.

1.1.3– A Proposta de Imre Lakatos

1.1.3.1 - A Crítica Ao Positivismo

O positivismo da ciência social das décadas de 50 e 60, provenientes, principalmente da sociologia de Talcot Parsons sustentava que a ciência não se desenvolveria de forma linear e acumulativa nem simplesmente enumeradas. Tais teorias foram severamente criticadas por autores como Popper (1992), Kuhn (1997) e Lakatos (1989).

A partir das críticas ao indutivismo e empirismo lógico positivista formuladas por Karl Popper, fora necessário incorporar os estudos históricos à compreensão filosófica das disciplinas, de modo a que o passado deva ajustar-se a uma série de critérios de racionalidade universal, tais como o método de conjecturas e refutações. Desta forma, a história receberia um tratamento instrumental onde o presente analisa a racionalidade das teorias passadas.

Em outro sentido, Thomas Kuhn (1997) assinala que a história da ciência quando resumida aos excessos normativistas da filosofia só produziria falsificações da história real, ou seja, jogaria indutivamente um critério de cientificidade coerente com a prática efetiva dos cientistas, desta forma Kuhn reclama uma espécie de autonomia para o trabalho das ciências humanas.

Já a teoria de Lakatos (1989) funcionaria como um meio-termo mediador entre estas duas últimas tentando realizar uma síntese de uma metodologia para programas de investigação científica, seja das chamadas ciências da natureza, seja das teorias sociais. Este

⁶ Adotamos o termo Escola Sociológica Paulista ao invés de Escola de Sociologia Paulista, por entendermos que o primeiro termo dá um sentido de Escola que produz um determinado conhecimento com um estilo e que siga conceitos característicos que por ser resumida a um formato de análise de conteúdos heurísticos que formam um programa de análise, conferindo assim um perfil externamente e historicamente reconhecível, assim como a Escola de Frankfurt, Escola de Chicago e a Escola Austríaca

autor critica a filosofia da ciência de Popper ao dizer que sua proposta falsificacionista difamaria ou ignoraria a história real da ciência em seu trabalho de coincidir com seu ideal de progresso científico sustentado no método de conjecturas e refutações e na regra básica da honestidade intelectual do cientista.

Enquanto tal crítica propõe que este não utilize a história como base comparativa de suas reconstruções racionais, sua crítica a Kuhn segue uma proposta inversa, já que neste, se recupera a historicidade das teorias científicas (ao mostrar que a ciência se desenvolve por paradigmas historicamente construídos, é dizer, que estes se configuram com as necessidades particulares de seus respectivos contextos), mas que desembocam em um relativismo contextualista (ao sustentar a incomensurabilidade de ditos paradigmas). Neste sentido, Lakatos nos mostra que Kuhn exclui toda a possibilidade de uma reconstrução racional do desenvolvimento da ciência.

A posição de Lakatos (CHALMERS, 1993) concentra-se no que ele chama de programas de pesquisa científica. Sua ideia central é que não se trata de avaliar teorias isoladas, porque a atividade está focada em unidades mais amplas, ou seja, séries de teorias, que se encaixam em programas de pesquisa.

Lakatos distingue em programas de pesquisa uma “heurística negativa”, que se refere ao “núcleo” do programa, ou seja, a parte do programa que permanece inalterado e não é submetido à revisão e uma “heurística positiva”, constituída por um conjunto de hipóteses submetidas a testes. Estas, quando apropriadas, são reajustadas ou até abandonadas, dependendo do resultado dos testes. A partir desse ponto, Lakatos se concentra na análise de episódios concretos da história da ciência, tentando mostrar, com exemplos, que sua postura pode ser adaptada ao estudo da ciência real (ARTIGAS, 2009).

Quando Lakatos pergunta se pode haver uma razão objetiva para rejeitar um programa de pesquisa completo, a resposta é afirmativa: haverá, se um novo programa de pesquisa estiver disponível, ou seja, um que “supere” um rival se ele é mais explicativo do que este, nesse caso, o rival pode ser eliminado (ou, se preferir, “encurralado”) (apud ARTIGAS, 2009; tradução nossa, p.112).

No entanto, o que ocorre em boa parte das vezes é que o sucesso do anterior não é ignorado, isto é, coleta-se seus sucessos e incorpora-os ao novo programa a fim de superá-lo, permitindo abordar novos fatos. No entanto, Lakatos adverte que não é fácil reconhecer em pouco tempo, se um novo programa é melhor que um já conhecido e usado.

Na prática, a situação pode ser muito complexa, de modo que, mesmo com um longo tempo, é muito difícil avaliar. Lakatos (apud ARTIGAS, 2009. p.113) afirma, a esse respeito,

que “Apenas um programa extremamente difícil e indefinidamente longo pode estabelecer que um programa de pesquisa é superior ao seu rival”.

Lakatos ainda acrescenta à sua imagem da ciência um novo elemento, quando introduz os conceitos de programas de pesquisa “progressivos” e “degenerativos”. Um programa de pesquisa é “progressivo” na medida em que seu desenvolvimento teórico antecipe seu desenvolvimento empírico, ou seja, enquanto este prevê, com algum sucesso os novos fatos, o seu programa de pesquisa é progressivo. Se torna degenerativo se o seu desenvolvimento teórico está atrasado, em razão de seu desenvolvimento empírico, isto é, sempre que ele não ofereça mais do que explicações “post-hoc”, seja uma descoberta ou eventos antecipados e descobertos em uma teoria rival (“mudança de problemas degenerativos”) (LAKATOS, 1989).

O que parece mais preocupar Lakatos (1989) é a possibilidade de realizar uma construção racional da história da ciência, mostrando que o desenvolvimento desta pode ocorrer de forma racional. Para este fim Lakatos formula uma metodologia que o ajudará a reconstruir essa história mostrando sua racionalidade (isto é, denotando que está em conformidade com os cânones de seu método lógico). Dessa forma, visa superar o ceticismo de que não é possível reconstruir, racionalmente, o desenvolvimento científico.

De acordo com Lakatos (1989), todas as metodologias funcionam como teorias ou programas de pesquisa historiográfica, ou meta-histórica, e são suscetíveis de avaliação pela crítica das reconstruções históricas racionais que delas decorrem. Portanto, de acordo com Lakatos, “a história pode ser vista como um 'teste' das reconstruções racionais da própria história”⁷.

Portanto, veremos adiante a importância das visões de Lakatos em nossa reflexão quando trabalharmos as discussões que permearam a década de 60 no âmbito intelectual brasileiro, quais sejam, CEPAL, ISEB e Escola Sociológica Paulista como programas científicos em disputa.

Segundo Imre Lakatos, como vimos acima, todo programa de pesquisa possui heurística positiva, ou seja, um cinto de hipóteses auxiliares que se tornariam uma espécie de proteção ao núcleo, que seriam sujeitos a testes dos mais variados tipos com objetivo de se

⁷ Esse duplo significado do termo “história”, que representa tanto os eventos registrados quanto a narração desses mesmos eventos, é similarmente reproduzido por Paul Ricoeur. A posição falsificacionista popperiana (segundo a qual todas as metodologias poderiam ser falsificadas com contraexemplos históricos), Lakatos aplica o mesmo critério dos programas de pesquisa científica aos da historiográfica, assim, indica que apenas uma teoria da pesquisa chega a racionalidade, por outro lado, quando uma mudança progressiva é garantida no contexto dos programas de análise historiográfica, possibilita assim a comparação das lógicas da descoberta e, assim, pode explicar como o conhecimento metodológico ou meta-científico é desenvolvido.

ajustar e se reajustar. O programa de pesquisa será bem-sucedido se tudo isso conduzir a uma transferência progressiva de problemas (se o Estado da arte de tal pesquisa, for ao mesmo tempo, teórica e empírica, ou seja, tiver executividade) e mal sucedida, se conduzir a uma transferência degenerativa de problemas (se no Estado da arte da ciência tal análise não for bem sucedida, seja teórica ou empiricamente)⁸.

Tais heurísticas podem ser teoricamente ou empiricamente progressivas, o primeiro caso ocorre quando esta tiver um excesso de conteúdo empírico em relação as suas predecessoras, ou seja, que preveja algum fato novo, já o segundo caso quando a teoria nova nos conduzir a uma descoberta real de algo novo (LAKATOS, 1978).

Importante ressaltar que as anomalias da heurística positiva nunca irão se esgotar de uma vez, e sim, digerir sua evidência contrária gradualmente. Desta forma lembramos que o cinturão de defesas será construído de maneira eclética sem nenhuma ordem pré-concebida. Os temas de tal cinturão costumam ser decididos nos gabinetes dos teóricos representantes dos programas de pesquisa e servem para proteger a heurística negativa ou núcleo do programa, que não pode ser facilmente refutado por decisões metodológicas de seus propagandistas. Deste modo, temos que:

A heurística positiva apresenta um programa que inclui uma cadeia de modelos, cada vez mais complicados, que simulam a realidade: a atenção do cientista focaliza-se na construção dos modelos de acordo com as instruções que figuram na parte positiva do programa (LAKATOS, 1978. p. 165-166)

Outra proposta que podemos salientar do trabalho de Lakatos, e que nos importa aqui, é sua proposta de história da ciência. Para este, tal história é, na verdade a história de programas que competem (ou como nos diz Thomas Kuhn, de paradigmas), e um programa é eliminado quando outro o explica e o suplanta por uma demonstração adicional que tenha força heurística (LAKATOS, 1989)

De outro lado, um programa em estágio inicial não deve ser abandonado devido a este ser considerado demasiado incipiente de modo a não conseguir alcançar o status de rival de um programa mais consolidado heurísticamente. Talvez simplesmente não tenha surgido um fato novo que reconstrua tal programa a fim de que se imponha, agora sim, como um rival a altura. Nesse sentido, enquanto tal fato não surja, este programa em estágio inicial deverá ser resguardado (LAKATOS, 1989)

⁸ O que não significa que tal teoria deva ser desconsiderada, mas que somente não tem os requisitos momentâneos que valorizem seus componentes, sejam teóricos ou empíricos.

Os programas atingem a maturidade quando se antecipam não só a fatos novos mas também são capazes de criar teorias auxiliares. Neste sentido, seriam comuns determinadas inconsistências no caminho de maturação.

Portanto, nos cabe aqui discutir quais seriam a heurística positiva (hipóteses auxiliares que formariam o cinturão de defesa do núcleo duro do programa), a heurística negativa (o núcleo duro), assim como os programas rivais da chamada Escola Sociológica Paulista.

Para isso nos validaremos de autores que buscaram sistematizar tal propósito apresentando temas pertinentes e centrais do grupo, que podem configurar-se em heurísticas positivas deste. Tais textos já são consagrados no debate figurando sempre na bibliografia de pesquisas sobre tal Escola, mas o formato apresentado aqui é que se acredita ser inédito.

Durante a década de 30 do século XX houve em São Paulo a consolidação da Universidade de São Paulo como instituição autônoma. Agora, pode-se dizer que esta universidade ainda engatinhando no pensamento científico, tinha um propósito e projetos a margem do que ocorria no restante do território, principalmente nos centros do nordeste ou da capital federal.

Em fim da década de 40 a meados da década de 50 consolida-se o grupo de intelectuais que orbitavam a figura de Florestan Fernandes. Caudatários da herança conceitual encontrada em Sérgio Buarque de Holanda, tais intelectuais consolidarão aquilo que ficará conhecido como Escola Sociológica Paulista (Escola de Sociologia Paulista).

Nesse sentido busca-se a análise, primeiramente da heurística positiva da ESP utilizando da análise de seus principais autores, quais sejam, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. A partir deste ponto podemos analisar tais heurísticas em concorrência com outras escolas de pensamento, buscando firmar suas bases e posições no pensamento brasileiro, dentre eles, o ISEB⁹ (Instituto Social de Estudos Brasileiros), o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e a CEPAL.

Embora se conheça o caráter profícuo e não conformador à parâmetros de vários intelectuais destes grupos, é possível ainda sintetizar heurísticas positivas e negativas de cada um destes grupos¹⁰, buscando demonstrar quais delas são permanentes ou singulares ante o pensamento da própria escola.

⁹ ISEB e CEPAL eram críticos do liberalismo e segundo seus intelectuais somente através da industrialização e do planejamento seria possível o desenvolvimento econômico de países com as características da América Latina, exigindo um Estado forte como instrumento de ação coletiva.

¹⁰ Embora seja possível fazer uma análise heurística de ISEB, CEPAL e PCB, tal objetivo foge do escopo e dos limites deste trabalho, para tal análise ver os trabalhos de:

Desta forma serão utilizados seis textos base de análise da Escola Sociológica Paulista, são eles: Pensamento Social na Escola Sociológica Paulista de Elide Rugai Bastos; A tolice da Inteligência Brasileira de Jessé Souza¹¹; A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e “escola paulista” de Maria Arminda do Nascimento Arruda; e o trabalho crítico a tal escola de José Chasin presentes em seu trabalho, “A sucessão na crise e crise na esquerda” em que a nomeava de “Analítica Paulista” também será considerado aqui.¹²

Quadro 1 – A Heurística Positiva da Escola Sociológica Paulista

Autor	Heurística Positiva
Elide Rugai Bastos	Atraso Crítica a Dualidade Questão Racial
Jessé de Souza	Idealização dos EUA e Europa Brasileiro como ser passional Patrimonialismo Anti-estatismo Crítica ao populismo
Maria Arminda do Nascimento Arruda	Peculiaridade da classe, estrutura social e revolução no Brasil Capitalismo dependente Autoritarismo Questão Racial Estudo sobre sociedades indígenas Cuidado com o conhecimento da teoria Reflexão sobre o empresário, sindicatos operários, indústria, industrialização, desenvolvimento
José Chasin	Teoria da dependência

¹¹ Embora Jessé trabalhe a heurística positiva de Sergio Buarque de Holanda, este defende que tal cinturão irá permear o desenvolvimento da maior parte do pensamento brasileiro, principalmente o pensamento uspiano, criticado por este na figura de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, além de sua montagem da heurística positiva em Sérgio Buarque coincidir em grande medida com os temas trabalhados pelos analistas desta escola aqui elencados);

¹² Tais textos serão eixo principal de análise, no entanto, outros autores nos ajudarão a complementar teoricamente o quadro proposto aqui.

	Marginalidade Autoritarismo Populismo
--	--

Fonte: O Autor

Assim, percebemos que os autores apresentados aqui, de diversos modos acabam repetindo alguns temas, e que, no entanto, podem ser concentrados em temas maiores para facilitar nossa reflexão. Portanto, apresentamos o seguinte quadro que busca reagrupar os temas com determinadas afinidades para que possamos, assim, dar um quadro geral, mas não exaustivo, no momento que apresentarmos as características e interpretação que a Escola Sociológica Paulista dava a estes. Dito isso, assim segue:

Quadro 2 – Heurística Positiva Condensada da Escola Sociológica Paulista

Tema	Apresentado nos autores acima como:
Marginalidade, Raça e Atraso	Atraso, Questão Racial, a Idealização de São Paulo como núcleo mais aproximado da história e vocação dos EUA e Europa, brasileiro como ser passional, peculiaridade de classe, estrutura social e revolução brasileira e marginalidade.
Instituições e Estruturas Dependentes	Crítica a Dualidade, o patrimonialismo, o capitalismo dependente e desenvolvimento e a reflexão sobre o empresário e os sindicatos.
Brasil: A escolha entre populismo x autoritarismo	Crítica ao Populismo, crítica ao autoritarismo

Fonte: O Autor

Para dar conta deste aspecto de atraso embutido nestas análises, veremos aqui agora, a utilização de uma simbiose de Karl Marx e Max Weber nas análises de tal grupo, focando diretamente no segundo, já que vários estudos já demonstraram a importância do marxismo na formação teórica deste.

1.2– Marxismo-Weberiano da Escola Sociológica Paulista

Florestan Fernandes em Apontamentos sobre problemas da indução na sociologia (1954), faz uma reflexão sobre a indução em Max Weber, Karl Marx e Emile Durkheim e

desta forma, segundo alguns analistas da obra do autor, no período que vai de 1947 a 1964 não possa ser considerado nem marxista, nem weberiano (LOWY, 2014). Embora gostasse de dizer que a fusão das contribuições dos autores clássicos era o melhor caminho para o bom desenvolvimento da sociologia (VILLAS BOAS, 2014), como vemos abaixo:

Os novos desenvolvimentos da teoria sociológica dependem, fundamentalmente, da capacidade que revelarmos na fusão dessas orientações, separadas no passado, mas naturalmente interdependentes e complementares (FERNANDES, 1967. p. 121).

Percebe-se a facilidade do autor em transitar pela tradição sociológica, combinando constructos teóricos distintos, seja as de matriz weberiana, marxista ou estrutural-funcionalista, o que Gabriel Cohn (1987) chamava de “ecletismo bem temperado” e que torna problemática a apresentação do construto teórico de tal autor como sendo balizado por uma referência somente em detrimento de outras.

No entanto, tal autor estabelece críticas ao uso da construção ideal típica de Max Weber fazendo observações de que esta impossibilitava a compreensão de uma totalidade histórica. Nem por isso, deixou-se de encontrar em toda a sua obra a construção típica ideal de conceitos e das ideias tomadas da *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, pelo menos no interregno de 1947 a 1975, quando do lançamento de *Revolução Burguesa no Brasil*. Para este

o método dos tipos ideais só permite lidar com as ações e relações humanas capazes de se integrar em regularidades ou uniformidades de sequência definíveis através de “conceitos estáticos”, isto é, conceitos relativos a processos sociais recorrentes, dotados de alguma persistência ou duração, e os apanha em unidades definidas de tempo e nos limites estritos destas unidades (nas quais tais ações e relações se atualizam). O pressuposto lógico da abstração consiste, nas interpretações dessa ordem, em admitir que o que é essencial (ou típico) se repete. Em consequência caem fora do horizonte interpretativo do investigador tanto o que se apresenta como algo in flux quanto a própria concatenação lógica da realidade, nos seus limites mais extremos, através da construção de conceitos e fórmulas sintetizadoras, aplicáveis à descrição das regularidades ou uniformidades de sequência irreversíveis e cíclicas. Existe sem dúvida uma grande probidade intelectual atrás dessa forma de representar as possibilidades da sociologia [...]. Mas, por curioso que pareça, essa profissão relativista de modéstia intelectual concede ao sujeito-investigador uma liberdade tão grande de manipulação racional da realidade, que ele mesmo acaba fixando como e porque os motivos e as condições externas da ação social devem ser considerados e, restringindo, antecipadamente, os critérios através dos quais julgará a veracidade das próprias afirmações (FERNANDES, 1967. p.125).

Já Fernando Henrique Cardoso também se vale dos conceitos de dito autor já em sua tese de doutorado “*Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (1977), tais como

“estrutura patrimonialista” ou mesmo a proposta de “sultanismo”, ou seja, a versão mais autoritária do patriarcalismo, segundo Weber.

Em sua obra *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964) Fernando Henrique faz uma crítica aos pressupostos weberianos da construção ideal-típica, embora reconheça que as funções empresariais no Brasil diferenciavam weberianamente o tradicionalismo do espírito do capitalismo, neste ponto este preferiria Mannheim quando nos traz que para este:

O pensamento não cria o mundo, mas ao contrário, em um mundo dado, com uma estrutura dada, uma forma dada de pensamento é um instrumento que, em um determinado momento, pode ser tanto adequado ou inadequado ou estar a caminho de tornar-se cada vez mais adequado. Não existe pensamento ‘como tal’; um determinado tipo de criatura viva pensa em um mundo com um determinado tipo de estrutura a fim de realizar determinadas funções vitais” (MANNHEIM, *apud* CARDOSO, 1964. p.27).

No entanto, o que Fernando Henrique Cardoso não nos mostra é que Mannheim bebe diretamente da sociologia historicista de Max Weber, e adota em muitos de seus trabalhos a concepção de tipo-ideal em Weber, como em seu estudo sobre o pensamento conservador.

Mannheim fora responsável pela noção de intelectual desvinculado que teria a capacidade de transcender os grupos sociais. Desta forma encontramos um paralelo do universo vivido por Mannheim e seu grupo no exílio, ou seja, de intelectuais marginalizados das decisões importantes, que de um lado dominavam um saber novo, mas não as transformavam em posições de influências mais amplas.

O intelectual em Mannheim permitia ao mesmo tempo, obter posições de relevo e propiciar atitudes de intervenção, ancoradas na responsabilidade do saber, desta forma tal processo de civilização científica trazida ao Brasil por Florestan, ancora-se no pensamento de Mannheim, acoplada a noção de sociedade moderna, embora tal transplante a um país tropical seja um processo difícil, mas possível desde que com a intervenção direta da racionalidade das Ciências Sociais.

Neste sentido, o grupo busca desenvolver um programa de pesquisa, utilizando métodos e sínteses próprios a uma situação de dependência (termo já consubstanciado em Florestan Fernandes no ano de 1956), tal empreitada tinha como objetivo retomar questões utilizando aspectos reconhecidos, mas respeitando suas diferenças específicas. Sendo assim, a perspectiva sobre a questão racial tal como a escravidão construirá perspectiva de estudo mais amplas como as pesquisas sobre o empresariado, os trabalhadores, a educação, o Estado, a participação política e as relações internacionais, ou seja, temas diretamente relacionados aos dilemas da ação:

Daí a necessidade prévia de explicar o fracasso do sindicalismo, o apelo policlassista da política "populista", as atitudes patrimoniais dos grupos empresariais, a seletividade social da educação, os efeitos inibidores da "dependência" externa. Em suma: [...] os paulistas abordavam (num sentido ampliado do termo de Hobsbawm) uma situação pré-política. Isto exigia uma reinterpretação, até mesmo uma reviravolta, das categorias tradicionais, e o desbravamento de campos de pesquisa empírica apropriados à tarefa. política numa sociedade urbana e industrial (MORSE. 1990. p. 138).

Portanto, apresentaremos os pontos heurísticos aqui através de uma interpretação weberiana de cada um e dos autores que os trazem, sem contanto, negarmos a perspectiva marxista que tal grupo apresenta e representa no Pensamento Social Brasileiro¹³.

1.3 - Marginalidade, Raça e Atraso

Neste momento busca-se apresentar um dos cinturões da Escola Sociológica Paulista, que figurará como um dos pontos importantes onde, de certa forma, unificará as diferentes visões que tal grupo possuía nos demais assuntos. Portanto, cabe aqui fazer uma espécie de resenha sobre os trabalhos do grupo, no que diz respeito ao Atraso, a Questão Racial, a Idealização de São Paulo como núcleo mais aproximado da história e vocação dos EUA e Europa, o brasileiro como ser passional, a peculiaridade de classe, a estrutura social, a revolução brasileira e a marginalidade.

1.3.1 – Idealização de São Paulo

O primeiro ponto relevante aqui é o aspecto cosmopolita trazido pelo ambiente da Universidade de São Paulo e o local privilegiado de análise, qual seja, a cidade de São Paulo, que, ideologicamente se mostra distante do poder central e se colocam a margem de tais pensamentos. Desta forma, temos a cidade de São Paulo como centro de produção intelectual que destoa do encontrado no restante do país.

A cidade de São Paulo se mostra então, como um imenso laboratório para tais intelectuais, já que se trata do primeiro centro urbano especificamente burguês, prevalecendo entre os homens uma mentalidade mercantil. O trabalho assalariado, a iniciativa individual e o liberalismo econômico seriam os ingredientes para superar o atraso do país e conquistar o status de nação civilizada. Desta forma a bibliografia analisa a (im)possibilidade de consolidação do capitalismo no Brasil e de que esse viesse a construir uma sociedade moderna, caracterizada pelo estilo individualista e competitivo, construído por um novo regime de relações de produção. (ARRUDA in MICELI, 1995. p. 57)

¹³ Embora seja possível, fuge de nosso alcance fazer um trabalho exaustivo sobre as influências de autores como Marx, Weber, Durkheim ou Mannheim nos livros, texto ou parágrafos dos autores da Escola Sociológica Paulista, tal empreitada além de ingrata, reducionista e tanto quanto inútil nada mais que engessa a riqueza de interpretações destes o que é exatamente o que os torna clássicos do pensamento social no Brasil.

O percurso da intelectualidade paulista é distinto. Seu ambiente é a periferia do poder político e o dinamismo de uma sociedade recortada pelos dilemas e problemas com sólidas raízes no mundo moderno da economia. Diante de uma organização social presidida pela nebulosidade característica da política, seu olhar debruça-se sobre um mundo cujos sujeitos, conflitos e contradições aparecem com inteireza (BARBOZA FILHO in AMARAL, 1995).

Portanto, é aqui que deve se entender o processo corporativo e profissional que caracterizou os centros universitários paulistas, pois como São Paulo era uma metrópole cultural, fonte de estilos, ideias e formas inovadoras, passou a abrigar as iniciativas culturais mais significativas que se extravasava na cultura enraizada nos padrões urbanos de sociabilidade.

As instituições paulistas eram assim percebidas pelas elites como parte de um projeto de onde poderiam mostrar o propósito político de hegemonia cultural. Diferentemente do ISEB que tentava construir um projeto para o Brasil, os membros da chamada Escola Sociológica Paulista não tinham essa intenção, que só se manifesta em sentido implícito (ARRUDA, 1995).

Então pode-se dizer que as divergências entre uma visão e outra passam por projetos disciplinares e políticos, enquanto São Paulo dirige-se a uma construção de uma agenda de investigação a partir da sociedade, que somente se exprimia através do enfrentamento de ideias e da afirmação “dos princípios universais do conhecimento” (ARRUDA, 1995) contraposta a do Rio de Janeiro que privilegia a interlocução com o Estado, constituindo-se num formulador da política de desenvolvimento.¹⁴.

Outro elemento relacionado a cidade de São Paulo que importam para a melhor compreensão das preocupações acadêmicas dos intelectuais da Escola de Sociologia Paulista é o fato da cidade ser epicentro da industrialização e das conseqüentes mudanças sociais no país. O que de sobremaneira inspiraria o foco de suas análises: depois de uma fase de estudos centrada na escravidão, passariam a se colocar, quase naturalmente, como seu principal objetivo, compreender a industrialização e a mudança social, especialmente em São Paulo (LAHUERTA, 2005).

No prefácio de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* Florestan nos diz:

¹⁴ Embora Milton Lahuerta proponha que tal defesa e a centralização das análises das mudanças sociais em sociedades industriais tenha ocorrido somente a partir de findado os projetos de crítica ao mito da democracia racial, entendemos que não há entre estes uma espécie de rompimento de gerações, mas que um gesta o outro e dialoga o tempo todo entre si, como veremos mais adiante.

A escolha de São Paulo como unidade da investigação explica-se naturalmente. Ela não só é a comunidade que apresenta um desenvolvimento mais intenso, acelerado e homogêneo quanto à elaboração sócio-econômica do regime de classes. É, também, a cidade brasileira na qual a revolução burguesa se processou com maior vitalidade, segundo a norma do trabalho livre, na Pátria livre. Além disso, em virtude de peculiaridades histórico-sociais, nela o 'negro' só adquire importância econômica real tardiamente e sofre, em condições sumamente adversas, os efeitos concorrenciais da substituição populacional (FERNANDES. 1978a p.22-23)_

Criticando este ponto Jessé Souza mostra que para estes autores depreende-se que São Paulo constrói e monta o maior parque industrial da América do Sul tomando emprestado a história do ianque americano ao bandeirante, tornando-o o que ele nunca foi, um desbravador de espírito empreendedor. Portanto, essa tentativa de conceber São Paulo como um “Massachussetts¹⁵ tropical” permeia a sociologia uspiana.

Neste sentido, a sociologia produzida nesta cidade e na Universidade de São Paulo a partir da década de 50 distanciou-se do clima de otimismo que vez por outra tomava conta da sociedade brasileira nesta época, longe também da visão crítica, já que tal sociologia fora construída em pressupostos diversos como a tentativa, por exemplo, de união em um mesmo estudo da utilização de várias bases sociológicas.

1.3.2 – Questão Racial

Podemos dizer que a Questão Racial seria um dos primeiros pontos de embate e o ponto inicial de criação de tal cinturão heurístico a qual nos referimos acima, do grupo aqui estudado, assim como seus primeiro fronte de defesa e de polêmicas.

Tal questão já aparece formulada por Florestan nos textos de pesquisas realizadas e patrocinadas pela UNESCO e será desenvolvida em vários trabalhos posteriores, repousando assim na constatação de que uma sociedade assentada sobre princípios tão enraizados na desigualdade não daria lugar a relações sociais fundadas em direitos.

Tal questão é focalizada no centro de um contexto maior, qual seja, a da modernização brasileira, tendo São Paulo como caso empírico. Desta forma, a rápida transformação da cidade em fins do século XIX e começo do século XX, impossibilita a recepção do negro e do mulato ao estilo de vida urbano. Para Florestan, a “situação de castas” impedia aos negros a assimilação das potencialidades propiciadas nas situações trazidas pela moderna sociedade de

¹⁵ O Estado de Massachusetts, nos Estados Unidos, foi o primeiro “lócus” da colonização norte americana. A partir dele e de divergências sectárias entre as diversas seitas protestantes foram colonizadas as outras treze colônias originais. (SOUZA. 2015. p. 28). Embora as críticas de Jessé de Souza sejam contundentes, devemos

classes (FERNANDES, 1978a). Essa constatação influirá sobre o grupo paulista para os quais o processo é resultado de um “desajustamento estrutural” e de uma “desorganização social” destes elementos, resultado da não integração do negro neste novo padrão da sociedade:

A abolição projetou-os no seio da plebe, sem livrá-los dos efeitos diretos ou indiretos dessa classificação. Em plena fase de consolidação da ordem social competitiva e do regime de classes, a 'população de cor' subsiste numa posição ambígua, representada, confusamente, como se constituísse um estamento equivalente ocupado pelos 'libertos' na velha estrutura social (FERNANDES, 1989. p. 302).

Então para Florestan Fernandes, o preconceito e a discriminação racial têm como objetivo manter o padrão, a distância e o isolamento sócio-cultural, perpetuando assim as estruturas raciais pré-abolição. É neste momento que o autor aprofunda sua desmontagem do mito da democracia racial no último capítulo de *Integração do Negro na Sociedade de Classes*, tendo como contexto a cidade de São Paulo, já que nesta cidade a construção de tal mito era menor que em outras regiões no Brasil.

Havia, portanto uma dessincronia entre a ordem social e a racial, enquanto a primeira concordava com as alterações da estrutura econômica a segunda sentia menos os efeitos da mudança. Nesse sentido a ordem racial permanece atrasada: “como um resíduo do antigo regime e só poderá ser eliminada, no futuro, pelos efeitos indiretos da normalização progressiva do estilo democrático de vida e da ordem social correspondente.” (FERNANDES, 1978b. p. 320).

Aqui percebemos que do momento pós-abolição até o ponto de redação do livro o autor percebia que o ritmo da transformação da nova sociedade não fora capaz de eliminar princípios da velha, mas sim parecem mescladas a nova dinâmica. Desta forma podemos dizer que o estudo do negro, assim como das relações raciais não seria marginal na obra de Florestan, mas de onde parte todo o cerne intelectual da qual surgirão suas reflexões posteriores, como a de “ordem social competitiva”, que lhe permite trabalhar com especificidades como “formação do mercado”, “das classes” e “enfim da sociedade capitalista”.

Portanto, tal pauta que é trazida por Florestan em vários textos a partir da década de 50 do século XX, a começar com o projeto UNESCO em conjunto com Roger Bastide (1955), vai além do debate sobre a raça e o próprio negro, mas de como o Povo emerge na história.

Isto é, ao ocupar um posto desprivilegiado na sociedade, resultado das desvantagens histórica constituídas pela escravidão, torna-se objeto

lembrar que São Paulo foi o primeiro pólo urbano e industrial de massas no país, sendo o primeiro o lócus a se deslocarem a grande população do êxodo rural ocorrida entre as décadas de 40 a 70.

fundamental para analisar a inserção do povo na sociedade brasileira, marcada pela ambiguidade. Indica que o negro, não excluído totalmente mas sem condições de incluir-se de modo pleno na sociedade, figura um processo a que está condenada grande parte da população brasileira. Seu lugar na periferia do sistema denuncia os limites de uma verdadeira participação democrática do conjunto dos agentes sociais. Ao indagar sobre as possibilidades e condições do negro tornar-se um agente histórico, o autor não visa avaliar o voluntarismo presente nos grupos ou movimentos sociais, e sim analisar os limites de constituição dos sujeitos políticos numa sociedade com heranças fortemente autocráticas. (BASTOS. 2002. p. 188)

Nestes termos podemos dizer que o enigma inclusão/exclusão do negro opera nas mesmas bases do centro/periferia e na articulação parte/todo, caracterizada principalmente pela incompletude do projeto emancipatório destes. Portanto, o local que tais agentes têm na sociologia paulista transcende a mera marginalização, proposta esta que estava presente em boa parte das discussões sobre a América Latina. Nesse sentido nos mostra Octavio Ianni que:

O conhecimento do negro - cativo ou livre - em outras regiões do país, inegavelmente facilita a apreensão da condição escrava em seus níveis e manifestações fundamentais, porquanto em qualquer lugar o regime escravista se funda num modo de utilização do trabalho humano, determinando um sistema de relações sociais (IANNI, 1965. p.269).

Portanto, a intenção de reconstituir o cotidiano dessas populações objetiva explicitar o modus operandi desta sociedade, ou seja, um instinto de sobrevivência que investe a estes grupos um ponto de participação¹⁶, o que os retira da qualidade categórica de simples marginais e ou excluídos do processo. (BASTOS, 2002)

Rigorosamente falando, não existe exclusão existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não de dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, "dentro" da realidade que produziu os problemas que as causam (MARTINS, 2000. p.14).

¹⁶ É neste ponto que Richard Morse interpreta o ponto de Florestan Fernandes que reconstruiria a história econômica de São Paulo e sua transição para a ordem social competitiva, onde a abolição aparecia somente como uma revolução proposta pelos brancos para os brancos, que tinha como objetivo ou fez apressar a consolidação da economia industrial e urbana. Desta forma a estratificação racial justapunha-se para Florestan a estratificação racial gerando a hipótese de haveria a possibilidade de passarmos de uma sociedade estamental a uma sociedade de classes, identificando os controles aplicados a todos os grupos marginalizados. Aqui também Florestan vê nos movimentos de "protesto dos negros" dos anos 20 e 30 como prenúncio do populismo. (MORSE. 1990). O próprio Florestan nos diz: "...o único movimento social autenticamente populista, que conhecemos, foi suscitado pelo protesto negro, entre as décadas de 20 e 40. Ele se alimentou de uma liderança própria e buscou uma transformação dentro da ordem que tinha um sentido revolucionário no plano das acomodações raciais. (FERNANDES in MOISÉS. 1978. p.13).

Outro ponto de interesse aqui foi um pretense debate entre Florestan Fernandes/Roger Bastide e Paula Beiguelman, em Resenha sobre os “Estudos sobre o preconceito de Cor no Brasil”, publicada na Revista de Antropologia de 1953. Ao comentar a obra do projeto UNESCO, a autora indica que os autores tratam da questão do imigrante, que exclui da competição o preto liberto do trabalho urbano em São Paulo e da participação.

Nesse sentido a mão de obra deste não estaria no mesmo patamar de “adestramento” do europeu a se conformar com o trabalho urbano e, portanto, atrasava o surgimento da indústria em São Paulo. A autora faz crítica veemente a este ponto demonstrando que o não desenvolvimento da indústria no Brasil devia-se mais a condições de ordem econômica tendo funcionado durante algum tempo, sendo inclusive capacitado a montar as máquinas importadas (BEIGUELMAN, 1953/1973).

Ademais, segundo a autora, tal indústria não necessitava de alta perícia já que a grande parcela do operário era constituída de mulheres e crianças de 5 anos inclusive. Portanto, a posição desvantajosa do ex-escravo era a mesma que se encontrava a do elemento brasileiro geralmente, além de sempre representado de maneira pejorativa em relação ao trabalhador imigrante. Nesse sentido, o fato de não se encontrar o elemento negro e o nacional no trabalho industrial é mais de ordem sócio-cultural do que propriamente relacionados com sua habilidade profissional¹⁷.

Nessas condições, o proletariado de São Paulo, no período de sua formação, é na realidade essencialmente estrangeiro, só uma ínfima parcela nacional se selecionando no sentido de adoção de atitudes análogas às do imigrante. O elemento brasileiro só passará a preencher os quadros industriais à medida que, vagando-se as posições ou ampliando-se esses quadros, se veja intensamente solicitado. (BEIGUELMAN, Paula. 1973. p.161)

Portanto, é na conjuntura estrutural que se elucida a fortuna do elemento nacional: marginalizado e limitado a serviços menos remunerados e qualificados, acabará perdendo, portanto, a própria destreza artesanal que já possuía (BEIGUELMAN, 1953/1973).

1.4 - Instituições e Estruturas Dependentes

Neste momento buscaremos estudar os pontos relacionados mais as propostas político-econômicas de tal grupo que figuram em grandes temas como a crítica a dualidade, o

¹⁷ Aqui é interessante notar a crítica que a autora faz em relação a Florestan e Bastide, no sentido de que responsabilizavam, de certa forma, a incapacidade do negro a trabalhos mais complexos. Interessante notar que os trabalhos de Weffort são permeados de ambiguidade, onde hora os trabalhadores são tratados como grupos autônomos e racionais e em outros momentos como massas alienadas.

patrimonialismo, o capitalismo dependente, o desenvolvimento e a reflexão sobre o empresário e os sindicatos.

Na primeira metade dos anos 60 o projeto “A Empresa Industrial de São Paulo” produzido pelo Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, ligado ao Departamento de Ciências Sociais da USP, e elaborado por Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni nascia com a ambição de construir modelos de explicação válidos para o estado de desenvolvimento da livre empresa, da ordem social competitiva e do capitalismo no Brasil. Naquele momento a sociologia colocava-se como interlocutor da administração pública e dos sindicatos dos trabalhadores. Dessa forma o CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho) buscava clarear:

as condições peculiares da burguesia nacional, ligada ao capitalismo internacional e bloqueada pela estrutura tradicional de dominação local que nunca chegou a romper, acabaram por tornar o processo de desenvolvimento pontilhado de pontos de estrangulamento e a dominação política da burguesia industrial incompleta e contraditória (ARRUDA in MICELI (org), 1995. p.200).

Particularmente para Florestan os países que tiveram seu passado a estrutura de colônia não conheceram as formas clássicas das Revoluções Burguesas, que compreende as etapas seguintes: revolução agrícola, urbana, industrial, nacional e democrática. Nestes países:

As classes burguesas não se propõem as tarefas históricas construtivas, que estão na base das duas revoluções, a nacional e a democrática; as classes trabalhadoras têm de definir por si próprias o eixo de uma revolução burguesa que a própria burguesia não pode levar até o fundo e até o fim (FERNANDES. 2012, p. 49)

Necessário aqui ressaltar que tal ponto de vista contrastava com os pontos de vista da CEPAL, na figura de Celso Furtado que acreditava na possibilidade de existir, no Brasil, uma burguesia industrial com interesse no desenvolvimento nacional que contraporaria aos interesses externos. Não sendo tão ingênuo para desconsiderar as situações de dependência, Furtado conclui que se a burguesia brasileira não tinha mentalidade empresarial, bastava embutir a esta um interesse nacional que seria possível superar a dependência.

No entanto, tal proposta, assim como a comissão (embora o próprio Fernando Henrique Cardoso tenha produzido trabalhos para a CEPAL) é duramente criticado pelo grupo, já que diferentemente de um processo dualista, a dependência para estes autores, na verdade, funciona dialeticamente, ou seja, ao mesmo tempo que é necessária, é antitética.

Portanto, é dessa intelligentsia paulista que virão os fundamentos de um Estado de economia rigorosa, com uma estrutura de classes assemelhada à europeia, onde haveria uma

lenta e gradual transição da ordem patrimonial¹⁸ para a ordem social competitiva, cujos efeitos entre nós se revestiram de um alcance comparável as revoluções burguesas europeias. Nesse sentido o Estado assumia para este um caráter dual, fornecendo um ponto de vista jurídico em sua organização, mas era patrimonial no que diz respeito a seu funcionamento, esta dualidade estrutural cria uma sociedade onde de um lado há a dominação das formas consagradas pela tradição¹⁹ e de outro a dominação criada pela ordem legal-racional.

Interessante notar que um dos textos inauguradores que sistematiza a crítica a perspectiva dualista, que separava as duas esferas é o de Paula Beiguelman intitulado “A propósito de uma interpretação da História da República” publicado em 1966 pela Revista Civilização Brasileira (p.247), onde esta busca fornecer subsídios para uma discussão da obra de Nelson Werneck Sodré que defendia um confronto político no Brasil entre os elementos tradicionais e lega-racional. (BEIGUELMAN, 1966).

No esquema consolidado por Sodré e outros, a Primeira República é pensada em termos da dominação tradicional do sistema de latifúndio, sua implantação teria sido feita através de uma partilha com as classes médias nacionais, sua consolidação com seu poder exclusivo e sua decadência quando a burguesia (associada às classes médias e ao proletariado²⁰) entra em conflito com este setor agrário. (BEIGUELMAN, 1966)

Construir, pois, tal antagonismo [entre os setores urbano e rural] – referido a uma época em que o interesse da nova indústria emergente ainda se associava num sentido profundo ao do setor agrário – apelando para o esquema de uma oposição básica entre a economia exportadora e a de mercado interno, significa apenas a projeção anacrônica de um conflito que, de fato, se estabelece só muito posteriormente. (BEIGUELMAN, 1966, p. 257).

Diferentemente do ISEB onde havia uma proposta de análise do desenvolvimento nacional, a sociologia paulista uspiana teve uma postura pessimista que envolvia a sociedade

¹⁸ Tal conceito é utilizado por Florestan de maneira puramente descritiva, ou seja, não busca aprofundar detalhadamente tal significado.

¹⁹ Ou seja, as relações patrimonialistas continuaram a ter vigência nas relações que embasaram os processos senhoriais pós-escravistas, como as de prestígio e poder de mando.

²⁰ Lembrando que este texto é de 1966, quando Weffort estava formulando suas teses sobre o populismo e a política de massas, portanto, a proposta de política de compromisso, que para o autor estava implícita na célebre frase de Antônio Carlos: “façamos a revolução antes que o povo a faça” pode ser interpretado na medida em que alguns setores agrários tenham se antecipado aos setores urbanos e definiram/limitaram a ação destes (WEFFORT, 1966, p.141). Aqui mostra-se a influência de sua orientadora (No texto “Estado e massas no Brasil” embora seja de 1964 e publica somente em 1965, na Revista Latinoamericana de Sociologia, Weffort faz referência a um texto de Paula Beiguelman que se encontrava em desenvolvimento. Tal texto versava sobre a Intervenção do Estado na economia e que possivelmente fora texto base para o texto acima analisado. Outro ponto importante para demonstrarmos tal influência é que Weffort já se encontrava sobre orientação de Beiguelman em 1966 e era colega de docência desta na FFLCH desde 1961, portanto esta deva ter sido a maior influência para inseri-lo no debate sobre a Revolução de 30) e não somente as teorias marxistas como divulgado em algumas teses e dissertações sobre o intelectual.

brasileira em meados dos anos 50, já que este grupo via com desconfiança este modelo de desenvolvimento econômico e no âmbito da política o nacional-populismo, entendido como um fruto político de um país que se encontra no meio do caminho entre o moderno e o atrasado, expressando a dificuldade dos paulistas em entender a articulação que presidia a nossa modernização e aprisionava a própria burguesia de São Paulo. Como nos diz Rubens Barboza Filho:

Esse grupo procurava denunciar o reformismo populista e a forma do Estado do iberismo territorialista; sinalizando em direção a uma via de ruptura com o capitalismo autoritário brasileiro. Nesse sentido há uma certa descrença por parte destes intelectuais na capacidade do Estado em seu formato à época resultando em uma diagnose de que o problema brasileiro não estaria na estrutura do capitalismo mas neste tipo de Estado que portanto deveria ser reestruturado, para desta forma criar-se as condições necessárias para a emergência de uma ordem social competitiva (BARBOZA FILHO. 1995. p.85).

Desta forma se colocavam contra o planejamento central estatal²¹ em escala social, já que para estes, tanto nas chamadas “nações capitalistas”, quanto nas nações socialistas, este planejamento não promoveu um alargamento apreciável das áreas nas quais o conflito pode ser definitivamente substituído pela cooperação (ARRUDA in MICELI, 1995).

Neste ponto Ianni nos apresenta uma crítica que embora marxista poderia figurar em qualquer dos ultra-liberais da escola austríaca, como vemos:

Aliás, a tese de que a produção no Brasil se está organizando em termos de capitalismo de Estado implica numa contradição categorial; é uma possibilidade estrutural. Vejamos porque. Por um lado, o capitalismo de Estado seria um sistema de produção em que o monopólio dos fatores e o planejamento da sua aglutinação estariam nas mãos dos governantes. Pela hipertrofia do poder público, a vida econômica se transformaria num sistema racionalmente homogêneo, em que a produção seria organizada de conformidade com exigências do consumo. O estatismo seria o resultado das exigências e desníveis verificados na esfera do consumo. E aqui está uma contradição: o que é essencialmente um modo de produção surgiria como um sistema de consumo. Além disto, por outro lado, o capitalismo é um sistema de produção de mais-valia se funda na mercantilização das atividades humanas e das coisas. E essa mercantilização supõe o mercado. Ainda que as flutuações e contradições do sistema distorçam continuamente o mercado, este é uma categoria essencial, sem a qual o capitalismo perde a sua realidade. O capitalismo de Estado é impossível porque é impossível no qual predominaria o consumo. Num sistema em que a força de trabalho, o capital a técnica etc. não podem oferecer-se de modo relativamente livre no mercado, para que haja a alienação do produto da atividade criadora de valor de troca, não impera o capitalismo. É inconcebível o capitalismo sem acumulação capitalista. E esta apoia-se no livre jogo dos fatores no mercado, através do qual se realiza a diferença entre o trabalho necessário e o trabalho

excedente: o capital que se acumula. O mercado é a região em que a mais-valia se realiza como capital (IANNI, 1965, p. 211/212).

No entanto, as dificuldades da conclusão de uma estrutura social competitiva se aliavam a uma burguesia ilhada entre os interesses e motivações de tipo tradicional e, por outro lado, ao capitalismo internacional ao qual se associou para crescer economicamente. A burguesia industrial veria na contingência de realizar uma política a beira do abismo que, ora reage contra o imobilismo a que os grupos tradicionais querem limitar a política e a economia do país, ora reage contra as pressões urbanas e populares que tendem a quebrar a rotina. Ou seja, uma burguesia que expressava os novos valores sociais, mas, apesar disso, não foi capaz de romper com o passado patriarcal e patrimonialista²². Como nos diz Florestan Fernandes:

Por suas raízes históricas, econômicas e políticas, ela prendeu o presente ao passado como se fosse uma cadeia de ferro. Se a competição concorreu, em um momento histórico, para acelerar a decadência e o colapso da sociedade de castas e estamentos, em outro momento ela irá acorrentar a expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista e fundamentalmente autocrático, como se o burguês moderno renascesse das cinzas do ‘senhor antigo’. Visto que as atividades comerciais, voltadas ao mercado interno e de cunho capitalista, não foram capazes de se desconectar da lógica que presidía o movimento do passado, os seus agentes assinalaram os mesmos critérios estamentais da ordem escravista, desenhando um estilo de vida semelhante ao da aristocracia agrária. O produto final reflete uma sociedade cujos bloqueios impediram a emergência plena da ordem social competitiva e dos critérios inerentes a uma estrutura de classes. (FERNANDES, 1975. p.167-197).

As matrizes para este estilo de vida cívica não procederiam da sociabilidade, e sim do centro político, do exercício de uma pedagogia orientada para traduzir os diferentes conflitos como expressão da vontade geral interpretada pelos dirigentes políticos do Estado, lugar de cooperação de onde irradiar-se-iam, sob a direção ético moral do Estado, os valores cívicos. As instituições da forma cooperativa deveriam se constituir, por excelência, no campo da publicização do privado e da conversão do indivíduo em cidadão de uma ordem articulada a partir das funções sociais do empresário e do trabalhador. Onde o jogo das competições individuais devia ser subsumido ao pensamento dos interesses da Nação representado pelo Estado.

Nesse viés, essa representação cria um Estado que:

²² Jessé de Sousa em sua obra “A tolice da inteligência brasileira” (2015) e “O malandro e o protestante” nos mostra que o conceito de patrimonialismo retirado de Weber por vários intelectuais brasileiros, dentre eles os da Escola Sociológica Paulista, que tratam tal conceito como “mal de origem”, ou seja, da atuação do Estado brasileiro enquanto tal, ou seja, representação dos interesses particularistas e corruptos. Vale notar também que na primeira obra aqui citada, Jessé nos mostra como a noção de patrimonialismo foi mal interpretada na sociologia brasileira, já que Weber estava analisando um caso particular da China, onde o patrimonialismo

[...] nunca foi, obviamente, o ponto de encontro neutro do interesse de todos, fortaleceu-se graças ao maior número dos cidadãos engajados como “massa de manobra” dos interesses políticos, mas continuou a ser controlado nas decisões fundamentais pela aliança entre a burguesia industrial e os grupos agrários e financeiros tradicionais, que, por sua vez, exprimem a dominação imperialista e o subdesenvolvimento (CARDOSO. 1969. p.96)

Neste ponto, para Fernando Henrique Cardoso, a burguesia industrial nacional é heterogênea ao identificar dois setores empresários: o primeiro grupo é ligado a um setor tradicional favorável a políticas populistas e nacional-desenvolvimentistas, enquanto o segundo pertence a um setor moderno que se alia as empresas de alta tecnologia com capital externo.

Octavio Ianni reforça esta ideia em seu livro *Estado e Capitalismo no Brasil* quando defende que o Estado não seria sucedâneo do empresário privado, para o autor as duas esferas tem objetivos distintos, enquanto o segundo visa lucro da rentabilidade do capital o primeiro se orienta com objetivo de criar as condições necessárias para a reprodução capitalista. “Uma se funda na consciência individual, está presa a biografia do capitalista, ao passo que a outra tende a fundar-se na consciência de classe, numa compreensão mais ampla da integração do sistema social global” (IANNI, 1965, p. 7).

Evidente, porém, que a correta compreensão desse interesse surge como resultado de uma ação reflexa de intelectuais do Estado, especializados em compor interesses privados com os da nação, e não como derivação natural de padrões de cooperação social entre os indivíduos. É de notar, porém, que, embora a referência daquela fórmula constitucional se dirigisse aos interesses da Nação, essa era uma modelagem que apenas a atingia parcialmente, uma vez que os trabalhadores do campo não eram abarcados por essa configuração ideal, vivendo sob o sistema da patronagem. Vemos também este outro viés de tal crítica em Octavio Ianni:

Pode-se dizer que a crítica da cultura da dependência desde a perspectiva do Estado-Nação, toma por homogêneo o que é essencialmente diversificado, heterogêneo. Mais que isso, toma por homogêneo o que está cheio de antagonismos. A cultura nacional é, por definição, um composto de várias culturas do capitalismo. Ou melhor dizer, a cultura burguesa não se reproduz totalmente na cultura do proletariado industrial ou rural. [...] É óbvio que as heterogeneidades racial, linguística e também cultural constituem elementos fundamentais da heterogeneidade das concepções do proletariado frente as concepções da burguesia (IANNI. 1968. p. 25)

estamental era característico de grandes impérios com vasto território, ou seja, no Brasil, tal burocracia só atinge os meios para a atuação territorial em meados do século XX (SOUZA. 1999, 2015).

Existe, portanto, dependência estrutural sempre que as estruturas econômicas de um país estão determinadas pelas relações de tipo imperialista. Isto significa que instituições econômicas, políticas, militares, educacionais, religiosas e outros (em graus variados) podem ser influenciadas ou mesmo determinadas pelas relações de dependência. É como se o imperialismo provocasse, no interior da sociedade subordinada, o aparecimento ou a reformulação de relações, instituições e ideologias, em conformidade com suas determinações essenciais, isto é, em conformidade com as determinações resultantes dos processos econômicos e políticos que se desenvolvem a partir da nação dominante. (IANNI, 1968)

Nesse sentido, e vendo certa impossibilidade de atingir uma situação independente do capitalismo internacional, nos diz Florestan Fernandes que:

... a superação do capitalismo dependente e a implantação do capitalismo auto-suficiente, numa sociedade subdesenvolvida, repousam, primariamente, na forma de integração nacional alcançada pela ordem social competitiva, através da absorção dos padrões e princípios da organização capitalista do sistema econômico. Se ou enquanto a sociedade subdesenvolvida não possuir requisitos estruturais dinâmicos para engendrar processos de automotização econômica, sociocultural, política, no nível do padrão de integração, funcionamento e desenvolvimento da ordem social competitiva, ela ficará condenada ao destino histórico inerente ao capitalismo dependente (qualquer que seja a fórmula empregada para disfarçar este destino) (FERNANDES. 1968. p. 65)

Segundo este a consolidação de uma estrutura social competitiva dentro de uma sociedade capitalista dependente está condicionada a formações sociais, jurídico-políticas e econômicas. Com a transição do capitalismo comercial e financeiro para o capitalismo industrial, estes acabaram sendo sufocados pelo Estado centralizador de tipo nacional-desenvolvimentista que está propenso a:

1) Exercer pressões negativas, ultra-egoístas e obscuratnistas sobre os grupos mais ou menos empenhados em aproveitar construtivamente as alternativas viáveis da aceleração da mudança social; 2) a degradar os efeitos políticos da igualdade jurídica e a restringir o impacto da livre-competição fora da área econômica; 3) a proscrever o conflito como mecanismo de acomodação dos interesses e de retração inter-grupal. (FLORESTAN. 1975. p.58)

Portanto, pode-se dizer que incapaz de se autonomizar da oligarquia e de realizar as tarefas típicas da sua congênere europeia, como a criação da nação, e de tornar-se o agente fundamental das transformações, a burguesia vivenciou o dilema histórico da sua situação de classe. Amalgamou-se à forças sociais retrógradas e não foi capaz de implementar a liberal-democracia; o Estado foi a espinha dorsal das mudanças cumprindo o papel de elo econômico,

pois a classe burguesa não deslanchava o processo de industrialização, uma vez que não conciliou revolução econômica e revolução nacional²³ (ARRUDA in MICELI, 1995).

Desta forma há uma certa crença dentre esses intelectuais de que a sociedade civil deva se fortalecer para superar essa tradição autocrática, já que esses interesses privados eram legítimos e deveriam ser aceitos e esta seria a única forma de introduzir o país em uma verdadeira democracia.

Nesse sentido a formação do povo, conceito construído de forma alienante, segundo vários membros da Escola de Sociologia Paulista seria condicionada a uma diferente interpretação que reuniria diferentes relações sociais, jurídicas e econômicas entre Estado e sociedade:

Para que o conceito de povo pudesse ser redefinido socialmente, adaptando-se como categoria histórica às implicações jurídico-políticas da universalização dos direitos fundamentais dos cidadãos, impunha-se três condições prévias: 1) inserir todos esses elementos na ordem social competitiva; 2) eliminar ou corrigir as fontes sociais da neutralização dos papéis políticos no funcionamento da ordem social; 3) aumentar a eficácia-limite dos processos que garantem a continuidade dessa mesma ordem social (FERNANDES. 1972. p. 63).

Esta teoria tem como conceito essencial o fato novo, existente entre as décadas de 60 e 70, principalmente pós governo modernizador de Juscelino Kubitschek, quais sejam (1) não haveria conflito entre burguesia industrial e burguesia agrário mercantil, (2) há uma consolidação de uma indústria nacional, ou seja, as teorias sobre o país teriam de desconsiderar a tese do país como essencialmente agrário, (3) entrada em massa de empresas multinacionais e de seu aparato tecnológico associadas indiretamente com a burguesia local (4) fim do pacto populista com um sindicalismo e movimentos sociais nascentes independentes e da radicalização de setores da esquerda com a Revolução Cubana (BRESSER, 1982).

O próprio golpe militar seria evidência do equívoco do projeto nacional-desenvolvimentista e reformista de vocação populista, desta forma tal interpretação procurava viabilizar uma nova via na esquerda brasileira denunciando o reformismo populista e a forma de Estado iberista. Portanto, o fracasso de uma aliança de classes que, segundo estes autores, teria se construído em torno do Estado com base em um pressuposto falso de que haveria uma oposição entre capitalismo periférico e capitalismo central, seria sucedido pela ideia de identidade, autonomia e interesses de classe (VIANNA, 1976)

²³ Para o ISEB, por exemplo, tal revolução só seria possível por meio de uma aliança de classes que conciliasse capital e trabalho.

A dependência associada²⁴ pode ser resumida da seguinte forma, como no Brasil não há dualismo clássico entre uma nova burguesia industrial e a velha oligarquia e que os países latino-americanos não contam com uma burguesia nacional, não lhes resta alternativa senão se associarem ao sistema dominante e aproveitarem as frestas que ele oferece em processo de seu desenvolvimento. Ou seja, segundo esta interpretação, principalmente o sentido que lhes deram, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto é a da necessidade imperiosa de poupança interna para financiar o crescimento e a impossibilidade da existência de uma elite nacional e a participação das empresas multi-nacionais na industrialização como uma condição para maior crescimento.

Tal diagnóstico seria reforçado já que em inícios da década de 70 com a ideia de desenvolvimento econômico sob uma ditadura descolava-se da ideia de democracia²⁵ o que a desvincularia de um processo de autonomia nacional. Este, por conseguinte só ocorreria sobre o impacto da chamada modernização conservadora (LAHUERTA, 2001).

Já em sua obra *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Fernando Henrique Cardoso critica a visão dualista nos mostrando a característica particular do capitalista já no Brasil colonial, o que o tornava distinto da burguesia agrária europeia já que aqui estes também seriam proprietários da terra. Nesse sentido, esta característica já mostra a base de toda a contradição do nosso processo de inserção no mundo do capitalismo industrial se fazia necessária²⁶ para o avanço do centro do sistema seja através da acumulação ou da potenciação das forças produtivas, o que entravava a estrutura nacional para a próxima etapa do desenvolvimento.

No entanto, a teoria dependente associada não se limitaria às interpretações demasiadas economicistas de Fernando Henrique Cardoso, pois haveria uma vertente interpretativa de matriz societal onde as brechas e frestas aproveitáveis às economias dependentes incidiam sob os aspectos sociais, políticos e jurídicos também. Neste sentido, a

²⁴ Tal teoria seria posteriormente substituída pela noção de interdependência, fato que deu a interpretação de alguns a noção de que Fernando Henrique Cardoso só fez em sua vida política e intelectual fora garantir as condições que permitiriam tal fração da burguesia atingir hegemonia (SADER, 2005).

²⁵ Nesta época o Brasil passava por um profundo desenvolvimento econômico com a constituição e consolidação de seu capitalismo industrial, uma das preocupações de Florestan era que o grupo paulista estivesse mais preocupadas com as transformações econômicas e deixasse de lado a política, o social e o cultural. Ou seja, era necessário aliar a revolução capitalista a uma ordem social democrática para que seu conteúdo político não fique esvaziado. Tal dissociação só permitiria uma Revolução Burguesa pela metade: “continuar a revolução burguesa em um plano (acelerando-se o ritmo do crescimento econômico e da transição para o industrialismo), enquanto se promovia a contra-revolução pura e simples no plano político (transformação do Estado representativo autoritário em um Estado policial-militar ultra-repressivo)” (FERNANDES, 1977, pp. 262-3).

²⁶ O autor nos fala de Excrecência necessária, no entanto, por maior que seja o poder da expressão para indicar a contradição do processo nacional, uma excrecência é sempre algo a ser descartado, desta forma indica-se que o sistema do capitalismo internacional teria necessidade de algo desnecessário e/ou a ser descartado.

crítica ao princípio totalizante de nação faz um contraponto a estas teses e tornam possível a ligação deste grupo da Escola de Sociologia Paulista a outra interpretação mais social.

Todavia, nos parece que para Florestan Fernandes (1973) embora o capitalismo associado dependente tenha trazido inovações tecnológicas e dinamizado o mercado interno, este tenha se limitado estritamente a esfera econômica, não proporcionando o processo de democratização efetiva e liberalização política e jurídica das instituições para que tal ordem social competitiva de fato se estabeleça.

Nesse sentido trata-se de um capitalismo difícil que cria poucas alternativas à burguesia nacional e da transformação capitalista que se espera dela. Nesse sentido escapa-lhe o senso de autonomia sendo refém da ingerência de fora tornando-se incapaz de romper tais liames. Neste ponto o Estado tem uma função particular característico desta realidade, qual seja:

O Estado adquire estruturas e funções capitalistas, avançando, através delas, pelo terreno do despotismo político, não para servir aos interesses 'gerais' ou 'reais' da Nação, decorrentes da intensificação da revolução nacional (FERNANDES. 1975. p.342).

O próprio Francisco Weffort (1978) diria que a ideia de uma teoria da dependência estava comprometida, no plano científico, pelo fato de erigir um princípio teórico, no mesmo plano que o conceito de classe social, a ideia de nação. Pois, “uma teoria de classe não precisa da premissa nacional para explicar o desenvolvimento capitalista” (WEFFORT, 1971. p.24), ou seja, cometeu-se um erro ao atribuir, por meio da noção de dependência, um papel totalizante a ideia de nação.

Já para José Chasin, enquanto a teoria da dependência antiga figurava a relação subordinante-subordinado, conferindo demasiada importância ao polo subordinante, fazendo do polo subordinado apenas penumbra. A nova dependência, da qual fazem parte a analítica paulista, por assim dizer, propõe uma inversão dos polos a medida em que se buscava “recuperar e entender a concreta existência do polo subordinado” (CHASIN, 1989. p.119)

Para este, tal teoria era um afastamento da perspectiva marxiana, que para além da utilização de outras vertentes figurava como uma “pirueta conceitual dos rumos econômicos, sociais e políticos que buscava empreender” (CHASIN, 1989. p. 120).

O modo de produção capitalista passa a se entendido como a relação dos homens moldados pelo engenho tecnológico, na qual a sua característica principal é mera questão política. Ou seja, a unidade humano-societária deixa o sensível do calor e das paixões humanas para ressurgir a partir de tipos-ideais. Desta forma a contradição é substituída pelo

conflito de agentes ou figuras isoladas que agem segundo interesses particulares, e que por este motivo são ajustáveis a regras públicas de convivência pela ação política do Estado.

Nesse sentido, há a exclusão das classes como categoria particular e societária do capital, pois o espaço público só se torna real quando eivada de clivagens individuais impondo a todos a tensão entre indivíduo e gênero (índio, negro, gay, etc.), ou seja, é este fato e não o conceito de classes que inclui ou exclui, dá ou veda o acesso de cada um a comunidade humana.

Desta forma, indivíduo e sociedade podem ser concebidos como conceitos autônomos, quando não excludentes que tornam possível a independência da produção econômica e social da produção da vida, reduzindo assim, esta relação ao nível do egoísmo racional do plano político encerrado na evanescência do “homem justo e racional”

Mesmo assim o, podemos dizer que um dos detalhes que unem os vários intelectuais representantes da Escola de Sociologia Paulista é a grande desconfiança a tudo que se passava por discurso oficial do estado do tipo nacional-desenvolvimentista, as noções de indústria e burguesia nacional, povo e nação (populismo) serão os motes dos vários movimentos sociais surgentes durante a ditadura militar, principalmente em São Paulo, muitos deles analisados de pronto por intelectuais representantes ou herdeiros das análises deste grupo, vide trabalhos do CEBRAP, CEDEC, etc..

A constituição do CEBRAP²⁷ (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), em 1969, constituído principalmente por intelectuais uspianos cassados pela ditadura, possibilitaria o espaço institucional onde se consolidaria o diagnóstico e se efetivaria a crítica definitiva aos fundamentos intelectuais do nacional desenvolvimentismo. Segundo Milton Lahuerta, os temas estudados no CEBRAP:

(...) circundavam preferencialmente no questionamento das teorias estagionistas, a recusa ao nacionalismo, a discussão em torno do desenvolvimento dependente e associado. O outro eixo importante teria se constituído em torno da caracterização do regime autoritário, fazendo a crítica de suas instituições e procurando compreender as transformações sociais e o processo de mudança que sustentavam o Estado. (LAHUERTA. 2001. p.63)

²⁷ Portanto, entender esta construção intelectual paulista é fundamental para a compreensão da natureza de PT e PSDB. Ou seja, nos seus ritos de fundação, a perspectiva “protestante” dos paulistas negava a incestuosa convivência do atraso e do moderno, já que esta tenha produzido um individualismo irresponsável além de uma voracidade predatória dos grupos de interesses. Desta forma, o projeto econômico que buscaram implementar busca substituir uma espécie de capitalismo politicamente orientado por uma economia comandada pela lógica de mercado, livre e desregulada enquanto busca a manutenção da democracia como referência legitimadora destas mudanças (BARBOZA FILHO in AMARAL, 1995).

Nesse sentido Cardoso entende que para o Brasil superar o atraso deve este se inserir na economia capitalista mundial através da associação com capitais externos.

Seria com Fernando Henrique Cardoso quem, mais uma vez, teria papel de destaque no questionamento de teses consagradas: primeiramente, com a formulação da teoria da dependência; depois, com a aceitação do caráter modernizador do ponto de vista econômico do regime militar (chegando cautelosamente a qualificá-lo como “revolucionário em termos econômicos”); por fim, com a formulação da teoria do autoritarismo, que impunha o primado conceitual e o protagonismo político da sociedade civil, considerando tudo o que vinha da “sociedade civil” positivamente, enquanto o que dizia respeito ao Estado aparecia marcado negativamente (LAHUERTA, 2001).

1.5 – Populismo e Autoritarismo

Em seu estudo sobre o surgimento do populismo no Brasil, Michael Conniff (1982) ao analisar as mudanças nas estruturas políticas, sociais e econômicas no Brasil em função do aumento populacional nas cidades e do crescimento industrial, tornou as ações desta classe trabalhadora nascente, não passível de serem controladas. Desta forma, vários trabalhos sociológicos começam a se pautar pelo surgimento da massa, ou se quisermos retomar algo que já fora dito acima, “como o povo emerge na história”

No entanto, para Conniff (1982), seria incompleto pensar a proposta do Populismo no Brasil sem pensarmos o conceito de liderança carismática, neste sentido, antes de apresentarmos o conceito trabalhado por membros da Escola Sociológica Paulista²⁸, o que nos ajudará no entendimento do conceito como elaborado por Francisco Weffort no próximo capítulo.

1.5.1 – O conceito de carisma em Max Webber

Alguns conceitos nas modernas ciências sociais são tão onipresentes que é difícil imaginar um momento em que eles não existiam. Isto é sem dúvida verdade do carisma, uma palavra de ordem amada por sociólogos, cientistas políticos, psicólogos, gurus da auto-ajuda e estudiosos de celebridades. O conceito de carisma em seu uso secular moderno, conota a reivindicação de um indivíduo à liderança com base em seus dons excepcionais, nesse sentido é um conceito de muito recente origem. Entre 1915 e 1922, Max Weber introduziu-o nas

²⁸ Importante acrescentar que o conceito de populismo já fora exposto nesse sentido por Rubem Barboza Filho (1980) em sua dissertação, analisando os elementos estranhos a doutrina marxista como a ideia de massa, carisma, etc. para a formação do entendimento do populismo.

ciências sociais, primeiro em uma série de artigos sobre a ética econômica no mundo das religiões e em seguida, na famosa palestra “Política como uma vocação” e, finalmente, em seu livro postumamente publicado intitulado *Economia e Sociedade*. Até a véspera da Segunda Guerra Mundial, o carisma nesse sentido da palavra era quase desconhecido entre os cientistas sociais (DERMAN, 2012).

Esta relação entre o carisma e a mudança social na perspectiva comparativa e histórica nos leva a entender questões teóricas dos problemas trazidos pelo conceito de carisma no mundo moderno. Weber baseou seu vasto trabalho de método comparativo em uma grande preocupação com problemas de desenvolvimento histórico em geral e com o desenvolvimento histórico da civilização ocidental em particular.

Desta forma, ele vê que dentro de sistemas sociais existe alguma tendência inerente a mudar ao longo do tempo e percebeu essa mudança como um elemento de sua ordem social e cultural. Ele, no entanto, não encontrou além de grande variedade de exemplos concretos de mudança quaisquer princípios orientadores de acordo com os diferentes tipos de relações institucionalizadas.

Em todos esses estudos ele realmente reconhece a importância da diferenciação estrutural na criação das condições sob as quais novos problemas de ordem e significado emergem, e através de uma inovação ou transformação carismática proporcionam a possibilidade de avanços para novas categorias de organização social (LAIZ e WEISZ, 2016).

Essa racionalidade pode se manifestar e seu escopo pode expandir continuamente em todas as esferas do esforço humano, da cultura e da organização - na religião, educação e esforço científico, na vida política, e nas relações sociais e interpessoais. A ampliação do escopo de racionalidade substantiva torna-se especialmente evidente no mais crucial avanço de um nível de diferenciação social para outro. Se torna evidente na natureza dos problemas colocados e nas respostas dadas em todas as esferas do esforço humano e da organização social. Em cada um desses avanços surge a tendência, ou pelo menos a potencialidade, de ampliar o escopo de racionalidade e em colocar os problemas básicos dos principais bens simbólicos e culturais de uma maneira mais racional, isto é, em termos de crescente abstração em sua formulação, assim como de crescente coerência lógica e formulação geral (SCHULCHTER, 2017).

As possibilidades de extensão da racionalidade são, em grande parte, equivalentes à extensão do potencial da criatividade humana e as variações da liberdade humana. É verdade que Weber não sucumbe ao postulado otimista de que respostas carismáticas (ou tipos de ordem) que se desenvolvem no momento de tais avanços são sempre necessariamente

racionais. Pelo contrário, em várias partes do seu trabalho, e especialmente em sua Sociologia da Religião e na análise de desenvolvimentos políticos modernos, ele postula determinada irracionalidade. Nas palavras de Wolfgang Schulchter:

Para Weber, trata-se a dominação carismática original de uma “formação fora da normalidade quotidiana”. Formação esta eu ele opõe às “formações normais” da dominação tradicional e da dominação legal. A formação normal concentra-se numa relação autoritária pessoal que, ao contrário de outras relações autoritárias pessoais é, num sentido específico, “livre”: livre de regras externas, sejam elas justificadas por tradição ou por leis, mas também livre da “vontade” dos dominados que devem respeito ao portador do carisma. Isso mostra-se na medida em que os dominados obedecem a ele, o portador, crendo sem exigências, pelo menos enquanto o carisma dele funcione. O portador do carisma é responsável pelos dominados precisamente porque tem de provar a força “sobrenatural” que ele, o dominador reivindica para si (SCHULCHTER, 2017. p.138. tradução nossa).

Parece que não apenas esta, mas também cada transposição do carisma em estruturas institucionais, leva à sua transformação no sentido de normalização. Então, o carisma pessoal ou é “tradicionalizado ou racionalizado”.

Qualidades aparentemente carismáticas, com ênfase no extraordinário, constituem o oposto de qualquer racionalidade. Mas é de fato dentro do reino de significado que os maiores potenciais para a extensão de "racionalidade substantiva" deve ser encontrada. Portanto, dada a afinidade básica do carisma às disposições de ordem e de significado, tal extensão de racionalidade pode, de fato, ser muitas vezes o resultado de atividades carismáticas de personalidades e grupos que desenvolvem novas concepções de ordem, objetivos e que são capazes de rotinizar essas qualidades carismáticas e orientações através da cristalização de novos centros sociais e estruturas institucionais (SCHULCHTER, 2017).

Mas esta extensão carismática e transformadora da racionalidade substantiva contém também muitos paradoxos, especialmente em suas relações com problemas de criatividade e liberdade em geral e nas sociedades modernas em particular. De acordo com muitos pontos de vista predominantes, as constrictões mais importantes em tal liberdade e criatividade e, portanto, também as fontes mais importantes de mudança, instabilidade e alienação nas sociedades em geral e nas sociedades modernas em particular, estão enraizadas na contradição entre as implicações estruturais dos tipos de racionalidade. De acordo com esses pontos de vista, essas constrictões estão enraizadas na contradição entre o potencial libertador ou criativo dado na extensão de racionalidade substantiva contra os potenciais de constrictão e compulsão inerente à extensão organizacional da racionalidade funcional mais claramente visto nas crescentes tendências à burocratização inerentes as sociedades modernas. Essa contradição que, por vezes, tem sido visto como paralelo àquele entre o poder libertador do carisma contra

as tendências mais constrictivas do processo de sua rotinização, não é atenuado pelo fato de que muitas vezes é a extensão da racionalidade substantiva (como é evidente, por exemplo, no alargamento do alcance da comunidade política ou na extensão do conhecimento científico) que cria as condições para a intensificação das condições mais restritivas e tendências inerentes à extensão da racionalidade funcional em quase todas as esferas do esforço humano e da vida social (LAIZ e WEISZ, 2016).

A crença na legitimidade está colada às instituições e não à pessoa que as representam. Agora a faculdade de doar a graça, por exemplo, pode ser atribuída a uma instituição. Essa separação do ofício da pessoa, evita também que pessoas “desonestas” possam destruir o caráter carismático da estrutura de dominação. Isso difere no caso da designação carismática do sucessor. Aqui a estrutura carismática da dominação perdura somente enquanto o portador escolhido do carisma mostrar bons resultados (DERMAN, 2012).

No entanto, estas tendências mais constrictivas, orientadas para o conflito, que se desenvolvem em sociedades modernas não estão apenas enraizadas na extensão da racionalidade funcional e nos seus efeitos estruturais. Eles também podem estar enraizados, especialmente no mundo, em alguns aspectos ou consequências da própria extensão da racionalidade substantiva - e especialmente naqueles aspectos dessa expansão que estão mais intimamente relacionados com o desencantamento - um conceito que denota desmistificação e secularização do mundo, a atenuação do carisma e uma espécie de neutralismo carismático. As tendências para tal desencantamento estão enraizadas não só no encontro entre as qualidades dinâmicas do carisma e nas exigências organizacionais de sua institucionalização seletiva na estrutura social, mas também em algumas das implicações básicas da transformação das qualidades criativas e carismáticas dos centros e da busca pela participação nesses à medida que se desenvolvem as sociedades modernas (DERMAN, 2012).

Este processo pode, é claro, ser muito intensificada pelo aumento da burocratização e da crescente especialização em sociedades modernas. Mas seria errado supor que essas tendências produziram novos problemas e tensões. Pelo contrário, é a combinação dessas tendências à burocratização com a estrutura em mutação da participação nos centros que podem ser responsáveis por esses resultados de (desmistificação) e da rotinização do carisma em ambientes modernos (SCHULCHTER, 2017).

No entanto, em um exame atento dos escritos de Weber e principalmente através de sua Sociologia das Religiões ou em seus estudos sobre Sociologia Política prontamente se revela boa parte de suas ilustrações para o desenvolvimento de tipos carismáticos e de sua

institucionalização a partir de períodos do que ele chama de avanços de um estágio social para a outro.

Recentemente, numerosa quantidade de trabalhos acadêmicos, nas mais variadas áreas da ciência amplia de sobremaneira o conceito em uma estrutura internacional cada vez mais global. O conceito que foi introduzido por Weber na Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial, mas que passa a ser mais utilizado após a morte do autor e principalmente pós ascensão dos regimes nazifascistas na Alemanha e na Itália com os personagens Benito Mussolini e Adolf Hitler (DERMAN 2012).

Um conceito adquire força nas comunidades intelectuais quando se prova útil para pensar: quando ajuda intelectuais entender ou articular questões que são importantes para resolver problemas que são urgentes. Se um conceito entra em conflito com as formas tradicionais de pensar sobre um determinado tópico, os intelectuais podem acreditar que é desaconselhável utilizá-lo. Para a maioria dos estudiosos que se debruçaram sobre o conceito, o carisma conotou uma compreensão da liderança individualista, liberal, frívola, estrangeira ou caótica disposta a satisfazer apenas seus gostos (LAIZ e WEISZ, 2016).

O conceito de carisma permitiu que cientistas sociais fizessem comparações e contrastes entre os principais movimentos políticos nesta época com analistas usando tal conceito para ressaltar o papel desempenhado por personalidades individuais em movimentos políticos de massa e demonstrar como acontece uma determinada lealdade a um indivíduo que facilita a mobilização desta mesma massa enquanto aparentemente restringia a força gerada pela mobilização (DERMAN, 2012).

Tal conceito foi e é utilizado, embora não nos ateremos a este aspecto no presente trabalho, para articular uma homologia entre determinada liderança e os movimentos religiosos. No entanto, de certa forma, o conceito de carisma capturou o argumento de que a ditadura de massa representava uma forma de religião (SCHULCHTER, 2017).

No entanto, o conceito de carisma, embora expresse a convicção das ditaduras modernas e aparente radicalismo, inevitavelmente estaria sujeito a critérios de rotinização, como nos mostrou o introdutor deste conceito nas ciências sociais. Ou seja, chamar um líder de carismático sugeriria que seu movimento, embora incomum e excepcional, não poderia manter indefinidamente seu fervor revolucionário (SCHULCHTER, 2017).

Ao pensar em determinado conceito, os intelectuais frequentemente mudam seu significado ou o combinam com outros conceitos para torna-lo mais útil a sua tarefa de explicar determinada ideia. Dessa forma, o carisma torna-se um conceito agradável para pensar a liderança em momentos de “mudança social” (DERMAN, 2012).

1.5.2 - Weber e governança carismática

Nos últimos dez anos de sua vida, como parte de seu trabalho contínuo para o esboço de Economia e Sociedade, Weber procurou identificar padrões de governança em associações religiosas, econômicas e políticas.

Em particular, ele procurou entender como líderes individuais ou instituições asseguraram que seus comandos fossem obedecidos, podendo ser baseada em parte por cálculos conscientes de punição e recompensa. Weber acreditava que esses tipos de motivações não eram suficientes para manter o governo e que os subordinados vissem o sistema como legítimo. Dessa forma, eles devem se sentir compelidos a obedecer a algum tipo de obrigação ou dever ético (DERMAN, 2012).

Que tipos de legitimidade estavam disponíveis para justificar o domínio dos governantes sobre os governados? Em uma tipologia famosa, Weber enumerou três “tipos puros” de legitimidade, cada um dos quais ele associou a um estilo particular de governo (embora ele tenha advertido que as formas mais reais de governança consistiam em combinações desses “Tipos puros”). O primeiro tipo de legitimidade baseava-se em uma “crença na legalidade de regras e o direito daqueles elevados sob tais regras de emitir comandos” (WEBER, 2004, p.17). Weber associou essa legitimidade ao “governo legal”. Sob essa estrutura, os subordinados deviam obediência a uma ordem impessoal, um conjunto de normas e regras fundamentadas em uma constituição.

Os indivíduos somente poderiam exercer autoridade porque o sistema especifica sua autoridade e competência. O segundo tipo de legitimidade de Weber foi baseado em “uma crença estabelecida na santidade imemorial de tradições e a legitimidade dos que exercem autoridade sob eles” (WEBER, 2004, p.17). Líderes individuais possuíam legitimidade tradicional se ocupassem uma posição tradicionalmente sancionada pela autoridade. Por último Weber nos fala da autoridade carismática baseando-se na “devoção à excepcional santidade, heroísmo ou exemplar caráter de uma pessoa individual, e os padrões normativos ou ordem revelada ou ordenada por ela” (WEBER, 2004, p.17). Esse tipo de governo derivou sua legitimidade da reivindicação pessoal de um indivíduo excepcional a ser seguida. Diante de tal heroísmo, as pessoas se sentiriam compelidas eticamente a seguir e ajudar a cumprir as metas do líder. Xamãs, profetas, senhores da guerra, governantes plebiscitários e líderes de partidos políticos contemporâneos exerciam este tipo de governo.

Influente na teoria de Weber, o historiador da igreja alemã Rudolf Sohm argumentou que a autoridade da igreja cristã primitiva se baseava no carisma de seus líderes, em vez de em qualquer organização jurídica ou institucional. Inspirado por este trabalho,

Weber faz um salto conceitual ao usar o carisma fora de sua forma teológica usual argumentando que, “embora eles sejam mais evidentes no reino das religiões”, tal conceito também pode ter o significado de qualidade extraordinária em virtude do qual a pessoa é considerada dotada de dons sobrenaturais ou sobre-humanos ou ainda de poderes extraordinários ou qualidades não acessíveis aos outros seja como um enviado por Deus ou como exemplo de um líder. Nessa linha nos diz Wolfgang Schulchter:

No centro do evangelho encontra-se a ideia do amor de Deus. Essa ideia incentiva dois tipos de relação entre Deus e o homem: uma que leva a um individualismo religioso absoluto; outra que leva a um universalismo religioso absoluto. De acordo com a primeira relação, o homem singular se dedica a ser um filho de Deus, para quem ele tem de mostrar-se digno por meio do próprio sacrifício e por meio de sua consagração. Em suma: por meio do trabalho em si mesmo. Já em conformidade com a segunda relação, o homem é convidado a ser um filho de Deus junto com os outros; ele é ligado com todo aqueles que ainda não conhecem o amor de Deus ou que o recusam, mas para os quais ainda pode ser aberto, por meio do amor, um caminho para tornar-se filho de Deus. A primeira relação repousa sobre o amor de si mesmo, entendido literalmente; e a segunda repousa sobre o amor do irmão, do próximo, e até do inimigo. Esses tipos de amor fornecem – para usar as palavras de Weber – os motivos para a aspiração a um aristocratismo de salvação, por um lado, e a um universalismo e um democratismo de salvação, por outro. O individualismo absoluto produz a “seita”; o universalismo absoluto a “igreja” (SCHLUCHTER, in SOUZA. 1999. p. 180).

Nesta genealogia há muitos pontos de vista. Geralmente, parece problemática porque esconde uma diferença importante: a de que entre um caminho de desenvolvimento que é determinado por uma encarnação do carisma nas pessoas e conseqüente primazia do social, e o outro caminho encontra-se em uma despersonalização de carisma e conseqüente primado do Estado. Enquanto seitas protestantes nos Estados Unidos, apesar de sua rejeição da divinização da criatura, tenham criado instituições políticas que descansou no acordo entre pessoas livres e escolhidas por Deus, isto é, qualificados carismaticamente, e permaneceu sempre ligada tão intimamente a essas instituições de que a mera ideia de um Estado burocrático e institucional nunca conseguiu entrar em seu pensamento político. Esta ideia de Estado foi decisiva onde as seitas protestantes não conseguiram quebrar o poder da Igreja. Não o carisma pessoal das seitas, mas o carisma de encargo da Igreja e do clericalismo estatal foi o pano de fundo desse passo do carisma religioso para o carisma da razão que tem sido fundamental para o estado racional da modernidade (SCHLUCHTER, 2017).

Weber falou de carisma como se fosse ao mesmo tempo, uma coisa real existente e uma impressão puramente subjetiva. Carisma deveria ser algo que os líderes detinham, e ainda assim sua presença deve ser determinada inteiramente pelos olhos do espectador e que pode se desfazer quando esta impressão não se fazer mais presente.

Weber se recusou a definir carisma como traços de caráter específicos. Nos tempos pré-modernos, ele sugeriu que o carisma fora particularmente associado com feiticeiros, xamãs e profetas - indivíduos que afirmaram fazer milagres, entrar em transe, ou canalizar a voz de Deus. Nas antigas cidades-estados gregas e nas democracias modernas, líderes com habilidades demagógicas da palavra falada foram frequentemente tratados como carismáticos. Mas não havia traço único que qualificaria um líder como carismático (SCHLUCHTER in SOUZA, 1999).

Embora criticado por colegas por imputar na sua sociologia do governo uma substância emotiva e metafísica como o conceito de carisma, Weber acreditava que o carisma representava uma força especificamente criativa revolucionária da história. Um líder cuja legitimidade se apoiava no carisma seria capaz de mudar os valores subjetivos dos outros e criar atitudes em relação ao mundo (SCHLUCHTER in SOUZA, 1999).

Apesar de seu poder transformador, o governo carismático era um fenômeno instável e evanescente. Se os líderes carismáticos não podiam mais demonstrar poderes especiais, sua autoridade desapareceria, assim, o governo carismático exigia demonstrações constantes de feitos maravilhosos. Os líderes carismáticos evitavam uma organização formal ou hierárquica, confiando em laços puramente pessoais de lealdade dos discípulos escolhidos com base em suas próprias qualificações carismáticas. Em vez de receber salários ou benefícios, os seguidores compartilhavam o espólio e doações recebidas por seus líderes. Como seu resultado, o governo carismático tinha dificuldade em prover sua própria estabilidade a longo prazo (SCHLUCHTER, 2017).

Todas estas necessidades encorajaram os seguidores de um líder carismático a promover a rotinização do carisma, ou seja, sua dissociação do indivíduo, dos líderes e associação com as dinastias governantes ("carisma hereditário") ou cargos institucionais ("carisma de ofício"). Esta governança legítima acabaria por descansar em normas tradicionais ou legais, em vez de em indivíduos extraordinários. Weber insistiu que o carisma era um conceito "livre de valores", aplicável a grandes heróis morais, assim como malfeitores e charlatães (SCHLUCHTER in SOUZA, 1999).

No curso histórico da racionalização e desencantamento do mundo, a legitimação carismática é cada vez mais dependente de ideias e cada vez menos das qualidades mágicas

ou herdadas das pessoas. O movimento histórico avança do desafio revolucionário próprio ao carisma pessoal de homens com forças mágicas (como Jesus) para um carisma de direitos naturais que não requer mais personificação. O carisma da razão é uma expressão de uma despersonalização do carisma que difere de sua rotinização, tão frequente na história (SCHLUCHTER 2017).

No final de sua vida, no entanto, ele deixou claro que o carisma era uma qualidade que ele valorizava em políticos. Durante a Primeira Guerra Mundial, Weber apoiou a introdução da democracia parlamentar com um elemento “cesarista” na Alemanha Imperial, pois acreditava que a democracia parlamentar com líderes partidários fortes, seria melhor para fornecer uma política externa criativa (DERMAN, 2012).

O maior obstáculo para uma liderança política visionária foi o nível medíocre de representantes parlamentares. O que faltava na política alemã, ele declarava, eram líderes que perseguiram suas carreiras políticas não apenas como profissão remunerada, mas sim como uma vocação. A Alemanha estava em perigo de ser governada por “profissionais políticos, sem as qualidades carismáticas que fazem um líder” (WEBER, 1996. p. 79).

Weber acreditava que um forte elemento carismático estava no coração da democracia de massa moderna. Ao selecionar um único líder com base em uma votação em massa, o eleitorado afirmou o apelo carismático do candidato: na “Democracia plebiscitária”, o tipo mais importante de liderança é no seu sentido genuíno uma variante da autoridade carismática, que se esconde por trás da forma de uma legitimidade que é derivada - e somente continua a existir através da vontade dos governados (DERMAN, 2012).

Weber endossou cada vez mais esse aspecto da moderna democracia de massa nos últimos dois anos de sua vida. “Em uma democracia, as pessoas escolhem o líder em quem eles depositam sua confiança”, explicou em uma conversa de 1919 com General Erich Ludendorff. Então a pessoa escolhida diz: 'Agora mantenha sua boca fechada e faça o que lhe é dito. 'As pessoas e as partes não podem mais interferir, e se este cometer erros deve-lhe levar “a força” nas próximas eleições (WEBER in DERMAN, 2012. p.138).

É necessário distinguir o tipo de democracia onde posições de autoridade são legitimadas pelo plebiscito daquilo que tenta dispensar completamente a liderança. Este último tipo é caracterizado para tentar reduzir ao mínimo o controle de alguns homens sobre os outros.

É característico da democracia que abre espaço para lideranças o processo que deve haver em geral um tipo altamente emocional de devoção e confiança no líder. Isso explica a tendência de favorecer o tipo de indivíduo que é mais espetacular, quem mais promete, ou

quem emprega a mais eficaz medida de propaganda na competição por liderança. Esta é uma base natural para o componente utópico que é encontrado em todas as revoluções. Também indica limitações no nível de racionalidade que, no mundo moderno, este tipo de administração pode alcançar (SCHLUCHTER, 2017).

Claro que é preciso sempre lembrar que o termo 'democratização' pode ser enganosa. O demos em si, no sentido de uma massa inarticulada, nunca "governa" associações maiores; em vez disso, é governado e sua existência só muda a maneira pela qual os líderes executivos são selecionados e a medida de influência que os demos, ou melhor, que círculos sociais de seu meio são capazes de exercer sobre o conteúdo e a direção de atividades administrativas complementando o que é chamado de 'opinião pública'. Como nos diz Wolfgang Schulchter:

Certamente a dominação carismática na sua forma original permanece como uma relação efêmera à margem da sociedade. Mas a força que irradia do carisma pode chegar no centro da sociedade sem se fragilizar. Por isso devemos entender a normalização somente como uma forma da transformação do carisma entre outros. Trata-se da forma sob a qual o carisma finalmente desaparece e vai ser substituído pela tradicionalização ou pela legalização. Além dela existem duas formas diferentes de transformação, as quais conservam a força carismática: o carisma pessoal institucionalmente fixado, e o carisma oficial no sentido já descrito (SCHLUCHTER, 2017. p. 187).

Se aceitamos as distinções propostas, então essa reinterpretação do carisma é, provavelmente em primeiro lugar, uma variação do carisma pessoal institucionalmente regulado. Não é por acaso que Weber, seguindo esse "modelo", denomina a democracia plebiscitária como o tipo mais importante de democracia com um líder, avaliando-a como uma dominação carismática. Assim sendo, aumentam para quatro os três famosos princípios da legitimação. Ao lado dos princípios tradicionais, racional-legal e carismático há ainda o princípio democrático da legitimação (DERMAN, 2012).

Podemos chamar essas quatro estruturas básicas, seguindo e indo além de Weber, de dominações tradicionais (quotidiano-pessoal), racional-legal (quotidiano-impessoal), carismático-pessoal (extraquotidiano-pessoal) e carismático-institucional (extraquotidiano-impessoal). Cada um tem variações estruturais e históricas importantes, as quais se misturam na realidade histórica. Se partirmos das "formas puras", então a normalização descreve um processo no qual o carisma original transforma-se numa forma de dominação tradicional ou racional-legal. Essencialmente diferente disso é aquele processo pelo qual uma relação carismática efêmera torna-se durável. Ele pode levar ou para uma forma carismático-pessoal ou, por exemplo, para uma forma carismático-oficial permanente.

Tabela 1 – Formas Básicas de Dominação

Maneira de reconhecimento da pretensão da dominação	Pessoal (ligado a pessoas)	Impessoal (ligado a instituições)
Tipos de Formas de Dominação		
Quotidiano (Valor da Função)	Dominação tradicional	Dominação racional-legal
Extraquotidiano (Valor próprio)	Dominação carismático-pessoal	Dominação carismático-institucional

Fonte: Wolfgang Schluchter²⁹

'Democratização' no sentido aqui pretendido, não significa necessariamente participação cada vez mais ativa dos governados na autoridade da estrutura social. Isso pode ser resultado da democratização, mas não é necessariamente o caso. Devemos recordar expressamente neste ponto que o conceito político de democracia, deduzidos dos "direitos iguais" dos governados, inclui estes postulados: (1) prevenção do desenvolvimento de um grupo fechado de funcionários no interesse de uma acessibilidade universal do cargo, e (2) a minimização da autoridade de funcionários públicos no interesse de expandir a esfera de influência da opinião na medida do possível.

Como consultor do comitê que elaborou a constituição de Weimar, Weber defendeu a criação de uma presidência do Reich popularmente eleita que permitiria que líderes independentes se destacassem. Weber queria um presidente do Reich que servisse como chefe do executivo e controlaria o patronato oficial, a quem teria o poder de exercer um veto atrasado, pedir referendos, e dissolver o parlamento. Ao mesmo tempo, ele deixou claro que o presidente do Reich deve respeitar as leis da terra e não tentar exercer poderes executivos além de seus limites.

Weber não queria ver uma regência carismática pura, de um senhor da guerra ou profeta, realizado na Alemanha. O presidente, para ele, deve ver “a perspectiva da força como a recompensa que aguarda qualquer tentativa de interferir com as leis ou de governar autocraticamente”, com o parlamento fazendo sua parte para remover aqueles que haviam ultrapassado seus limites. O Parlamento também deve funcionar como uma espécie de escola para treinamento e disciplina para futuros líderes no negócio sóbrio do trabalho em comitês.

²⁹ SCHULCHTER, Wolfgang. As origens do racionalismo ocidental. In: Souza, Jessé de (org.). O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Ed. UnB, 1999b, p. 55-120.

No entanto, ficou claro que Weber viu o parlamento como apenas cumpridor de uma função de controle secundária, pois a verdadeira liderança viria de líderes partidários capazes de comandar uma massa de seguidores.

Desta forma como vimos acima, o conceito de carisma³⁰ apropriado pela teoria do Populismo da Escola Sociológica Paulista equivoca-se ao contrapô-la com os processos democráticos de matriz europeia, já que mesmo seu formulador reconhece a necessidade da personalidade carismática para o aprofundamento da democracia³¹.

1.5.3 – O Populismo no Brasil

No Brasil existiria uma simbiose entre populismo e nacional-desenvolvimentismo já que estes dois clamavam por um Estado intervencionista que cuidaria dos destinos de todos dentro de uma nação, regulando a economia, promovendo bem-estar e gerando justiça social.

Ainda forte na memória da população recentemente urbanizada, o populismo reavivava com suas características peculiares, os processos clientelísticos tão característicos do sistema colonialista e da República Velha. Daí vem a dificuldade de avaliar ideologicamente o populismo, já que tal prática estava viva na mente das pessoas, não necessitando assim de maiores explicações.

Buscaremos também mostrar o entendimento de populismo para o ISEB a fim de entender as propostas do grupo rival com o qual dialogaram vários membros da Escola Sociológica Paulista³².

1.5.3.1 – O Populismo do ISEB.

Os Isebianos participam da discussão sobre o populismo em um texto anônimo que aparece primeiramente em 1954³³. Neste texto o autor defende que o populismo não seria uma manifestação de classe, mas sim de massa, no entanto afirmam esta como um fenômeno proletário e consequência da proletarização.

³⁰ Bolívar Lamounier considera que os termos “populismo” e “liderança carismática” eram função dos referenciais teóricos sob os quais fossem estudados. Assim sendo, para os autores marxistas, o populismo seria uma forma de liderança que se utilizaria da demagogia para fazer com que os interesses de classe não pudessem ser enxergados (cf. Lamounier, 2005).

³¹ Desta forma, depreende-se daqui a uma mesma conclusão que Jessé Souza expõe ao tratar do conceito de patrimonialismo, que será utilizado pelos paulistas, que intencionalmente ou não, é equivocadamente utilizado no caso brasileiro, embora aqui, o conceito de populismo cria uma aura de crítica marxista, sendo que o que se está contrapondo é o líder carismático ao líder legal-racional.

³² Francisco Weffort irá dialogar a fim de construir o seu conceito de populismo diretamente com as tradições do PCB, e do nacional desenvolvimentismos característicos da CEPAL e principalmente do ISEB.

Para estes as ideias de política de massas com sua proletarização sem conscientização de classe, a perda da identidade com a classe dirigente não eram suficientes para explicar o fenômeno do populismo. Desta forma seria necessário acrescentar uma terceira condição, qual seja a do aparecimento do líder populista, “do homem carregado de um especial apelo às massas, apto a mobilizá-las politicamente para a conquista do poder” (Que é o ademarismo, 1981 (1954): 27).

Seguindo fielmente a proposta de Max Weber sobre o papel das lideranças carismáticas em democracias em modernização, o texto segue:

O apelo que exerce o líder populista sobre as massas representa o equivalente, nas sociedades que já experimentaram a massificação superestruturária, do apelo carismático, nas sociedades onde ainda não se mecanizaram nem rigidificaram as relações de sociabilidade. Esse carisma de massas, que cabe denominar de “populidade”, consiste, essencialmente, numa capacidade de mobilizar os homens-massa – quer pertençam aos estratos proletarizados da sociedade, nos quais se originou a massificação, quer aos estratos superiores. (Que é o ademarismo, 1981 (1954). p. 27).

Nesse mesmo sentido, Hélio Jaguaribe nos diz que o líder deve ser carismático o suficiente para fazer o povo acreditar que com este no poder suas expectativas de ascensão social e consumo seriam atingidas. Outra característica do populismo para este autor é a de que as intermediações entre líder e massa ocorreriam sem nenhuma espécie de intermediação, e como a modernização dos países latino americanos ocorreram de maneira muito rápida não teria havido tempo de difundir ideias, valores e comportamentos modernos racionais. Tal fato teria levado a uma consciência “de sua condição de miséria, bem como de sua possibilidade de mudar tal estado de coisas através de meios políticos, e investiram suas expectativas [...] no expediente mais direto, ou seja, o líder carismático” (JAGUARIBE, 1957. p.168).

Já Guerreiro Ramos faria uma diferenciação entre os trabalhadores do campo e urbano em sua definição de populismo, enquanto os primeiros asseguram sua subsistência diretamente da produção natural e a força coerciva parte dos vínculos de localidade, os trabalhadores urbanos vivem de sua remuneração e precisam influenciar os governantes para que sejam atendidos em suas reivindicações, desta forma necessitam ver no chefe político, alguém identificado com seus problemas e não a alguém que se deva fidelidade e obediência cega. (RAMOS, 1961).

O populismo então só ocorreria após arrefecidos e como um avanço da política de clã e de oligarquia, quando surge um espírito público esclarecido, apelando para uma

³³ Depois Hélio Jaguaribe assume sua autoria.

solidariedade social e não familiar. Desta forma o vínculo que liga os liderados aos líderes políticos é a confiança pessoal, como este nos diz:

O líder populista é sempre um homem que fez algo pelas categorias sociais de seus adeptos e que, por isso, as sensibiliza politicamente. Na política populista não há ainda exigência ideológica, há expectativa de que o líder no Poder assegure benefícios diretos ou indiretos aos que o elegeram (RAMOS, 1960. p.55).

Portanto, o populismo polariza a massa nos momentos iniciais da industrialização. Pode-se dizer que agora, as diversas classes sociais não estão configuradas, portanto, tal debilidade, assim como a do sistema produtivo não permite que os trabalhadores tomem as rédeas da situação na luta política.

Este fator só ocorreria no momento que a política criasse grupos de pressão, ou seja, quando, em uma sociedade já houvesse uma organização de classes sociais em partidos e também uma adiantada estrutura econômica. Tais grupos atuariam juntos às autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Esta política redundaria no chamado trabalhismo, ou seja, a forma mais avançada de política que o populismo que levaria o país a transformações de caráter progressista.

Portanto, vemos que para estes intelectuais que o populismo seria característica de uma sociedade onde a massificação originada pela urbanização e a fraca industrialização ocorria simultaneamente a uma débil consciência de classe devido à decadência das antigas classes latifundiárias e que não teria sido substituída por uma burguesia industrial. Além disso, a presença da figura carismática na equação serviria de catalisador a mudança social.

Pode-se interpretar que na ânsia de realizar os desejos da massa de forma rápida, seria necessária a ausência de intermediações com o propósito de evitar burocratismos. Desta forma, tal característica política era vista como estágio ou fase de um desenvolvimento modernizador.

1.5.3.2 – O Populismo na Escola Sociológica Paulista

1.5.3.2.1 – O Nacionalismo

Segundo os autores da Escola Sociológica Paulista o nacionalismo teria sido ferramenta importante no processo de construção do populismo já que esta teria sido o amálgama que atrelava a burguesia e o proletariado. Ou seja, de um ponto de vista estratégico, o proletário adota uma parcela da burguesia como nacional e a assume como parceira na luta

contra os interesses conflitantes do desenvolvimento nacional, quais sejam, a burguesia agrária e os interesses internacionais.

No entanto, dentro de tal grupo havia divergências como a que se explicitou dentro da cadeira de Sociologia I na USP, com o debate sobre o assunto entre Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, este último afirmaria em texto de 1957 que o nacionalismo em países da periferia do capitalismo justificava-se por ser uma forma pela qual tais massas tomam consciência de sua situação social e econômica, funcionando como um meio de promover a integração nos países subdesenvolvidos, propiciando uma maneira mais rápida e eficaz de desenvolver economicamente por demandarem direitos de decidir os rumos da nação quando estas tomam consciência de seu objetivo enquanto parte da sociedade. (CARDOSO, 1960)

Daí que o nacionalismo apareça não apenas como uma bandeira antiimperialista, mas também como uma bandeira para o estatismo econômico e para a participação cada vez mais intensa das camadas populares na vida política (pelo alargamento das franquias democráticas), umas e outras reivindicações complementares (CARDOSO, 1960, p. 97).

Para Ianni, no entanto, o nacionalismo nasce do embate entre a estrutura socioeconômica brasileira e a estrutura da economia internacional. O autor coloca em dúvida a autenticidade do nacionalismo em determinadas classes brasileiras, afirmando que tal sentimento não teria espontaneamente nascido nas camadas que as sentem, mas sim teriam sido levadas a tal sentimento: “Esse trabalho foi realizado por diversos partidos políticos que, em consequência do jogo de fatores conhecidos, tiveram interesse em levar o nacionalismo ao que consideravam as “suas” massas, envolvendo-as” (IANNI, 1957, p. 129).

Portanto, para este o nacionalismo brasileiro estaria diretamente vinculado ao interesse de uma burguesia industrial e é “Nesse contexto, emerge o nacionalismo, elemento da ideologia da burguesia industrial brasileira, que é a camada mais profundamente vinculada às tendências atuais do desenvolvimento econômico nacional” (IANNI, 1957, p. 133).

Entretanto, tais pontos de vista se chocariam diretamente ao do ISEB e da CEPAL no sentido de que estas viam o fortalecimento de uma nação na sua capacidade de induzir o desenvolvimento econômico, através da intervenção na industrialização como estratégia nacional, também chamada de nacional-desenvolvimentismo.

Tais intelectuais, como dito acima, tinham a visão dualista da história, além de conceber a aliança de classes, formando uma “coalizão nacional-populista que uniria os trabalhadores, a burocracia pública e os segmentos da velha oligarquia” (BRESSER, 1982). Tal pressuposto só era válido se houvesse no Brasil uma burguesia industrial comprometida

com o interesse nacional, fato que os Intelectuais da Escola Sociológica Paulista vieram a repudiar veementemente como veremos a seguir.

1.5.3.2.2 – O Populismo

Além dos estudos do populismo produzidos por Francisco Weffort, podemos também citar os trabalhos de Octavio Ianni, assim como também as reflexões de Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira sobre as características da Revolução burguesa no Brasil e também os significados do estado burocrático autoritário de Fernando Henrique Cardoso, o que, de certa forma formava um conjunto de ações estratégicas de ação política do grupo. Estes estudos se coadunam em estudar o papel decisivo do desenvolvimento industrial capitalista no Brasil, assim como do formato em que há uma ascendência de classe operária e sua participação na arena política. Tais elemento, começaram a ser gestados no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho em 1961 e posteriormente no CEBRAP.

Para alguns autores, como Octavio Ianni, o período político iniciado em 1930 já pode inserir-se em um contexto populista e embora no pós-45 tenha havido uma abertura para um pluripartidarismo não se vê desaparecer as políticas populistas, mas sim consolidava o modus operandi no qual se legitimava a dominação, ou seja, a política de massas:

é o fundamento da democracia populista, que se organizou paulatinamente nas décadas que antecederam a mudança repentina ocorrida a partir do Golpe de Estado de 1º de abril de 1964 (Ianni, 1965, p.9).

Embora não tenha adotado o termo populismo, pois como ele mesmo diria, era um conceito elástico³⁴, admitia certo grau de manipulação das massas por demagogos³⁵ e conservadores. Tal diálogo durou até a pressão popular colocar em xeque as classes conservadoras.

Para Octavio Ianni, a esquerda ao compactuar com a defesa das políticas nacionais-desenvolvimentistas de substituição de importações como uma etapa do processo do próprio desenvolvimento do país, na verdade o que fez foi: “adotar e emaranhar-se na política de massas [...] não pode transformar a política de massas em luta de classes” (IANNI, 1965. p. 93).

³⁴ Vimos acima as relações entre o conceito de populismo em Florestan e os protestos negros das décadas de 20 e 40. No entanto, neste mesmo texto ele nos diz que; “...o que surge, em outro plano, de manipulação trabalhista das massas, seria descrito com maior precisão com o termo demagogia.” (FERNANDES in MOISÉS. 1978. p.13)

³⁵ Dos quais aqui citaremos Getúlio Vargas, Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek e Adhemar de Barros.

Para este autor, a democracia populista pós-1945 assentava-se em três pilares: a política de massas, o dirigismo estatal e uma política externa independente. Destes três o primeiro é elemento essencial no processo de industrialização com o seu núcleo ideológico, qual seja, o nacional-desenvolvimentismo. Outro ponto importante para o entendimento do fenômeno populismo em Ianni é o fator da migração interna e manutenção dos valores da zona rural para as cidades e centros industriais:

Em particular, o universo social e cultural do trabalhador agrícola (sitiente, parceiro, colono, camarada, agregado, peão, volante, etc.) está delimitado pelo misticismo, a violência e o conformismo, como soluções tradicionais. Este horizonte cultural modifica-se na cidade, na indústria, mas de modo lento, parcial e contraditório (IANNI 1965. p.57).³⁶

Já em Fernando Henrique Cardoso, o foco de crítica a esquerda tradicional encarnada no PCB, vem pelo viés da centralidade que a burguesia nacional tomava no processo de desenvolvimento econômico para esta. Neste sentido, em seu livro sobre o “Empresário Industrial” percebeu uma burguesia industrial que não era uma no sentido europeu do termo, assim como também não era nacionalista³⁷.

[...] as formas de consciência, ação e definição de objetivos políticos, econômicos ou sociais que são encontradas na burguesia industrial discrepam do que corresponderia a seus *efetivos interesses de classe*. [...] (CARDOSO, 1964, p. 170 grifos do autor).

Dessa forma, esta inconsistência política da burguesia nacional combinada com o fato de sua dependência econômica é também um dos motivos que impedem sua hegemonia de classe, tornando possível, assim, o populismo.

Portanto, a burguesia se veria no meio do caminho entre a dominação dos grupos tradicionais, sendo muitas vezes subordinadas a esta, e as “forças populares” emergentes a partir da migração em massa para os centros urbanos industriais. Portanto, segundo tal interpretação a burguesia seria sócia menor do desenvolvimento, sempre em detrimento dos interesses do Estado e do capital externo. (CARDOSO, 1964).

Para este autor, como o capitão de indústria não é propriamente um burguês, muito menos as “massas populares” se constituem como proletários, mas apenas um interlocutor afônico da cena política brasileira. Ou seja, são protagonistas passivos sem a sedimentação da experiência da vida urbana e incapazes de controlar o processo de mudança social no pós-45, sendo por isso mais “estímulo” do que agente. (CARDOSO, 1964).

³⁶ Vemos nessa passagem uma posição eivada de preconceitos etnocêntricos, de onde o urbano pertence a esfera do racional enquanto o rural pertence a esfera do irracional-tradicional., para usar a linguagem weberiana.

³⁷ O nacionalismo foi a ideologia proposta para que houvesse m convívio entre burguesia industrial e proletariado, fazendo este aceitar as reforma preconizadas pela burguesia

Ademais, como o Estado nunca havia sido imparcial ao interesse de todos, ganha demasiada força graças ao número de cidadãos dispostos a servirem como massa de manobra dos interesses políticos, portanto apartados das decisões fundamentais do processo político-econômicos que continuavam nas mãos da burguesia industrial e dos grupos agrários.

Outro ponto a se colocar sobre a visão deste autor, são a inserção dos meios de comunicação de massa, que passam a ser decisivos para o controle do Estado. Neste momento a ideia de que os interesses do povo coincidem-se com os interesses dos grupos dominantes ganha força, portanto, a participação das camadas populares na política ocorre de forma manipulada seja por estes meios de comunicação, seja pela ação de líderes carismáticos e demagogos que se tornam veiculação direta do povo com o Estado sem a intermediação de partidos políticos, por exemplo (CARDOSO, 1964).

Nós tínhamos muita dificuldade com a prática esquerdista populista da época. Havia o Iseb, no Rio de Janeiro, e a questão do nacionalismo, que sempre cria um pouco de populismo, não é? O Hélio Jaguaribe, o Cândido Mendes, o Guerreiro Ramos tinham uma visão de um nacionalismo ardoroso, com alguns livros interessantes como *A redução sociológica*. Eles eram, na verdade, pessoas que sabiam do mundo. Nós não sabíamos. Nós sabíamos das ideias. Nós não estávamos muito ligando para esse negócio se o Juscelino vai dar certo ou não vai ... (CARDOSO apud ARRUDA, 1995. p.58)

Outro estudo importante no âmbito do CESIT foi o de Leôncio Martins Rodrigues sobre a composição da classe operária onde investigaria as manifestações da consciência de classe a partir da industrialização. Este autor aponta a dualidade da classe operária onde se relacionaria uma fração de origem rural e grupos qualificados (oriundos do fluxo de imigração europeia)³⁸. Tal composição era fruto da falta de um projeto político autônomo da classe operária em consequência de sua cooptação pelo Estado populista. Esta questão do alinhamento dos interesses de classes será reinterpretada posteriormente por Francisco Weffort, como veremos.

1.6 – O Núcleo Duro das teses da Escola Sociológica Paulista – As possibilidades da instauração de uma Ordem Social Competitiva no Brasil.

Para finalizarmos este capítulo, cabe-nos esclarecermos seu propósito que culmina nesta versão final, ou seja, apresentarmos sumariamente as várias teses em conjuntos sintetizados em modelos heurísticos que dão forma a cinturões protetores do núcleo

³⁸ Essa interpretação já havia sido, de certa forma refutada por Paula Beiguelman, tanto em seu trabalho sobre a Formação do Povo Cafeeiro, quanto na resenha sobre o trabalho de Florestan e Bastide sobre a questão racial apresentada na Unesco.)

fundamental em que se baseia todo o entendimento sociológico do grupo, qual seja, os limites e possibilidade da instituição da Ordem Social Competitiva no Brasil.

Portanto neste momento, principalmente no âmbito da Cátedra de Sociologia I há uma tentativa de propor as bases de uma ordem social competitiva a fim de inserir os grupos sociais na ordem urbano-industrial que os levaria ao status de cidadãos conscientes enquanto classes.

Em seu livro sobre a Revolução Burguesa no Brasil o autor Florestan Fernandes busca entender o desenvolvimento da ordem social competitiva e suas nuances em países com passado colonial, onde o “capitalismo foi introduzido antes da constituição da ordem social competitiva” (FERNANDES, 1975. p. 149). Mostrando que tal atraso relaciona-se diretamente com as estruturas econômicas, sociais e políticas que impedem tal sociedade de superar os vícios herdados da ordem social anterior.

Para Florestan o liberalismo produziria “formas de poder especificamente políticas e organizadas lucrativamente” o que exigiria uma “livre competição”. No entanto, no Brasil emergia uma forma societal que tornava a simbiose entre sistema competitivo e sistema estamental o padrão. Portanto, essa mescla faria que o liberalismo aos moldes nacionais não conseguisse sobrepujar os componentes tradicionais. Como nos diz o próprio Florestan:

...trata-se de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas? É dessa perspectiva que o "burguês" e a "revolução" aparecem no horizonte da análise sociológica. Não tivemos todo o passado da Europa. mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil. Falar em revolução burguesa. nesse sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes do Brasil (FERNANDES. 1975. p.20).

Nesse sentido, as atividades marcadamente de característica mercantil e capitalista não puderam se desconectar da lógica da sociedade escravista seja, como já dissemos, no seu sentido econômico, social ou político. Dessa forma busca-se travar aí grande parte do embate científico do grupo ao tentar entender tais entraves e depurar algumas saídas e (im)possibilidades da constituição da ordem social competitiva no Brasil.

Desta forma podemos, neste momento apresentar o esquema que buscamos defender neste capítulo sobre a heurística positiva e negativa do grupo conhecido como Escola

Sociológica Paulista no que diz respeito ao seu cinturão protetor do núcleo duro do grupo, assim temos.

DIAGRAMA 1 – Heurística Positiva e Negativa da Escola Sociológica Paulista³⁹



Fonte: O Autor

Desta forma abordou-se neste capítulo um panorama abrangente, mas não exaustivo, do trabalho da Escola Sociológica Paulista. No entanto, não é nossa proposta neste trabalho esgotar o tema da Escola, mas sim garantir que tal panorama nos sirva de base para entender a heurística positiva no que diz respeito ao populismo para podermos compreender nosso objetivo proposto, qual seja, o do entendimento da trajetória intelectual e política de Francisco Weffort sob a luz do conceito chave do populismo..

³⁹ Interessante notar que a chave responsável pela teoria das Instituições e estruturas dependentes irá redundar no eixo programático do PSDB, enquanto a chave responsável pela teoria do populismo principalmente irá basilar os processos de composição do PT.

2 – DA TEORIA A AÇÃO POLÍTICA – O POPULISMO, O PT E UM FUTURO INCERTO.

2.1 - Os limites do presentismo e do contextualismo nos estudos de pensamento social.

Em artigo publicado em livro sobre Hebert Spencer, o professor de Sociologia da Universidade de Londres John D. Y. Peel (1971) também critica o argumento de Merton sobre a separação da história e da sistemática da sociologia, mas de outra perspectiva. Para Peel, é errado supor, como fez Merton, que o passado deve ser esquecido, a menos que contenha verdades que não tenham sido sistematizadas e precisem ser resgatadas. Para Peel, essa relação com o passado da sociologia representa uma atitude que está fadada a considerar a história como uma atividade dispensável, secundária ou opcional, que só é considerada quando se suspeita que o passado tem algumas verdades ocultas e ignoradas.

O segundo caso representa uma atitude servil em relação ao modo positivista de conceber a teoria. Isso acontece porque se pensa que as teorias refutadas são literalmente inúteis, exceto quando são tomadas para fins de ensino. A teoria é assim concebida em uma única dimensão: ou é um conjunto de respostas verdadeiras, ou é uma das falsas respostas aos mesmos problemas sociológicos, onde os problemas não mudam, mas apenas as tentativas dos sociólogos para resolvê-los. Os teóricos de todas as épocas são vistos como participantes de um debate sobre os mesmos problemas, no qual a teoria que é contradita pela evidência empírica é rejeitada e seus autores também.

Segundo Peel (1971), ao fundo dessa atitude servil em relação ao positivismo, talvez persista a esperança de que as ciências sociais um dia serão idênticas às ciências naturais. Nesse sentido, no contexto dessa discussão, o aforismo de Whitehead (in ALEXANDER, 1999), segundo o qual, “uma ciência que hesita em esquecer seus fundadores, se perde” atendem a esse preceito, enquanto as ciências sociais não o fazem.

Para a questão de como uma disciplina acadêmica deve se relacionar com seu passado, Peel (1971) responde que esta é uma questão em aberto, uma vez que, embora todas as disciplinas sejam o que seu passado fez, elas cobrem uma variedade de opções sobre como considerá-lo. Desta forma, considera que, na verdade, o passado pode se tornar uma necessidade real para a estabilidade das disciplinas. Em uma passagem importante, aponta que:

É por causa da singularidade de cada instância da sociologia que é realmente valioso entender a história desta disciplina, esta deve ser uma história" como realmente aconteceu "(na medida em que podemos alcançá-la honestamente), em vez dos mitos presentistas que podemos aprender com

esse passado, não só porque pode nos dizer diretamente coisas que deveríamos saber, mas porque podemos ver que as teorias do passado são, como as do presente, o produto de propósitos particulares e objetos particulares de estudo (PEEL, 1971. p. 73)⁴⁰

Embora exista um imperativo de reconstruir a história da sociologia “como realmente aconteceu” (uma frase inescapável, apesar de sua conexão com uma teoria historiográfica inaceitável, segundo Peel (1971), ela não a faz muito bem se não for complementada de uma necessidade do passado real. Isso significa estar ciente da situação complexa e delicada que surge quando se estudam as teorias do passado (com seus propósitos particulares e interesses científicos) com base em nossos atuais interesses e propósitos científicos. O historiador da disciplina deve considerar essa relação: sua reconstrução é histórica e retrospectiva, mas, ao mesmo tempo normativa. A sociologia baseia sua história em um ou outro de seus extremos, o presentismo normativista e o historicismo retrospectivo:

No historicismo, o passado, o presente e o futuro são limitados por um padrão orgânico que só pode ser descoberto através da análise do passado. Assim, torna-se importante estabelecer o passado real e não um "passado" que é apenas a retroação das fantasias presentes. O historicismo, portanto, opta pelo aperfeiçoamento das técnicas de recuperação do passado, mas filosoficamente falha em negar o papel de centralidade do presente na seleção e direção da pesquisa histórica. A perspectiva presentista da história está aberta ao precedente, mas subordina o passado ao presente. O passado não é intrinsecamente valioso, mas apenas um conjunto de registros úteis para saber como o homem faz o presente. A história é a história do triunfo das forças progressistas sobre as reacionárias: e o presente é superior a tudo? (PEEL. 1971. p. 74)

Entretanto, exatamente por estarem enraizadas nas condições materiais de vida e não poderem ser pensadas em qualquer momento histórico, as formas e ideias não poderem ser tomadas isoladamente seja em sua relação a eventos, grupos ou fenômenos sociais. Traduzem, antes de tudo, as relações existentes não apenas a momentos constituídos sendo que sobrevivem aos seus contextos de origem podendo ser utilizadas a partir de outras condições e perspectivas como veremos abaixo.

2.1.1 - Pospositivismo sociológico e historiografia: Jeffrey Alexander e Steven Seidman

Outra corrente aparece em cena e tentará mediar entre as posições extremas representadas pelo presentismo e pelo historicismo, respectivamente. Esta corrente pode por

⁴⁰ Lakatos argumentou de forma semelhante, mas em outro nível, as reconstruções historiográficas da ciência.

convenção ser denominada pos-positivista, e tem em Steven Seidman e em Jeffrey Alexander seus expositores mais destacados⁴¹.

O pós-positivismo sociológico considera necessário propor alternativas à predominância positivista na ciência social, na medida em que esta oferece uma compreensão distorcida da lógica da referida ciência. Assume-se que o positivismo sociológico reduz a lógica geral da ciência social a uma lógica de parâmetros empiristas, isto é, tende a identificar o científico apenas com aquilo que satisfaz os critérios e testes relacionados à experiência imediata. É necessário, então, propor uma lógica alternativa e complementar, que recupere a dimensão “teórica” abandonada pelo positivismo.

No contexto dessa concepção, o conhecimento científico — sua construção e seu desenvolvimento, por exemplo — não é visto apenas como o resultado de “experimentos e observações cruciais” que atuam para esclarecer qualquer dúvida teórica ou “metafísica”. Existem elementos não-empíricos — tais como pressuposições ideológicas, políticas, dogmas científicos do cientista, sua socialização intelectual ou sua especulação imaginativa, etc. — que são irreduzíveis ou que não podem ser resolvidos através de evidências empíricas. Em vez disso, esses elementos não-empíricos determinam em parte os achados científicos, através de processos complexos que são operados na própria lógica da pesquisa (SEIDMAN, 1983b).

Entre os elementos deste ‘*continuum*’ estão observações, proposições simples e complexas, pressupostos metodológicos, leis, conceitos, pontos de partida ideológicos, pressupostos gerais, etc. A ideia é que as afirmações científicas possam ser orientadas para uma dessas áreas mais do que a outra, mas nunca sendo determinada exclusivamente, já que eles sempre se movem de um plano para outro.

A descrição acima sugere que os elementos do conhecimento científico podem ser diferenciados de acordo com os graus de generalidade e especificidade. Toda afirmação científica — mais geral ou mais específica em relação a qualquer outra — sempre contém referências ao empírico e ao não-empírico simultaneamente. Os níveis deste *continuum* só podem ser separados analiticamente. Retomando, o que faz uma afirmação científica diferente de outra (por exemplo, o que distingue uma lei de um modelo, ou um conceito de uma observação) é que ela se acentua mais, seja no que for geral ou no que for exclusivo. Segundo Alexander, deve-se deixar de considerar a teoria, por um lado, e os dados, por outro lado, como elementos qualitativamente diferentes, como se tivessem a ver com aspectos apenas

⁴¹ Steven Seidman (1983b, p.35) diz que “a interpretação pós-positivista da ciência não é tanto a articulação de um pensador ou escola de pensamento unificado, mas o resultado de esforços de grupos intelectuais separados e frequentemente independentes.

gerais ou específicos. O que caberia melhor seria uma distinção quantitativa entre ambos os elementos, isto é, com base em quão próximos eles estão do lado “empírico” do *continuum*, ou então do “metafísico” do mesmo, sendo que todos seus elementos teriam referência tanto à teoria quanto aos dados (SEIDMAN, 1983b).

2.2 - Repensando a lógica da história do Pensamento Social.

Uma vez que a abordagem pós-positivista estabelece sua distância das concepções científicas gerais do positivismo, ela é responsável por criticar aspectos relacionados à natureza específica da ciência social, também derivada do positivismo. O que é importante para os pós-positivistas é a reavaliação do papel desempenhado pela história da disciplina (por exemplo, a partir da reinterpretação de autores clássicos da teoria social) no desenvolvimento da sociologia.

Alexander desenvolve uma metodologia historiográfica que é baseada em críticas ao modelo presentista-cumulativista. Isto se evidencia quando Alexander expõe sua posição precisamente em confronto aberto com a metodologia historiográfica de Merton. Primeiro Jeffrey Alexander (1987) afirma que há diferentes funções para a história da sociologia, ou seja, a reconstrução histórica não representa uma atividade opcional e, portanto, dispensável na construção do conhecimento da ciência social. Não é apenas um sintoma de imaturidade ou uma anomalia temporária da teoria social que desaparecerá uma vez amadurecida a disciplina (para Alexander, a sociologia amadureceu há muito tempo).⁴²

Devido à natureza do conhecimento social, Jeffrey Alexander (1987) entende que a reconstrução histórica e, em particular, a interpretação de textos do passado, se consolida como um modo fundamental de teorizar. Porque o conhecimento da teoria social é incorporado de uma maneira muito específica no conhecimento e na vida cotidiana — de acordo com Alexander — as afirmações das ciências sociais, ao contrário das ciências naturais ou formais, representam não apenas tentativas de explicar a realidade social, mas também de avaliá-lo criticamente, relacionando-se assim a juízos ideológicos, morais ou políticos. Desta forma devem ser discutidos todos os níveis que compõem a pesquisa científica, submetendo-as as críticas ora insolúveis, desde os ornamentos mais elementares aos mais sofisticados procedimentos técnicos e metodológicos.

⁴² Em um tom polêmico Popper comentou a respeito deste: "se a pesquisa científica em torno de problemas sociais exerce influência sobre a vida social, torna-se impossível ao cientista social, ciente dessa influência, conservar a adequada atitude científica de desinteressada objetividade. Nesse terreno, entretanto, nada há de peculiar à ciência social. Um físico ou um engenheiro comum enfrenta a mesma situação. Sem ser um cientista social, ele se dá conta de que a invenção de uma nova aeronave ou de um novo foguete pode exercer enorme influência sobre a sociedade". (POPPER. 1980. p.81)

Tudo isso se traduz no fato de que na ciência social não há um consenso firme sobre suas suposições básicas (teóricas, metodológicas, ontológicas) como seria o caso da ciência natural. Na medida em que não há tal consenso, destaca-se a importância de fatores capazes de coordenar as disputas sociológicas. Os autores clássicos da disciplina são aqueles que cumprem essa função, representando um campo possível para a organização das discussões. Na ausência de um paradigma firme na sociologia, o que os autores clássicos dizem sobre os temas e métodos da ciência social torna-se importante (ALEXANDER, 1999).

É aí que a necessidade do clássico se torna evidente. A centralidade dos clássicos deste último, diz Alexander, deve-se principalmente a duas razões: a primeira refere-se à grande capacidade intelectual ou científica do autor clássico de apresentar problemas inigualáveis de precisão da teoria social.

A segunda razão é a da funcionalidade: a clássica é útil para integrar — em um sentido sistêmico — o campo do discurso da teoria social. Um clássico reduz a complexidade se os cientistas sociais tiverem um ponto fixo de referência (problemas ou teorias específicas do passado). Diz Alexander (1987): “Somente assim os debates abstratos e generalizados podem obter uma base concreta”, ou seja, só assim o debate “filosófico” assume uma forma concreta e específica o suficiente para ser facilmente entendida.

A revisão dos clássicos não serve apenas como um quadro para a discussão dos pressupostos mais gerais da ciência social, e sim também para a análise de aspectos empíricos e particulares. Assim, segundo Alexander, o *continuum* científico das ciências sociais vai dos debates atuais sobre aspectos empíricos a análise dos pressupostos gerais dos clássicos da sociologia:

Cada exemplo de pensamento proposicional foi, é claro, incorporado em proposições e exemplos empíricos, mas cada um deles ao mesmo tempo foi baseado em releituras altamente agudas e enviesadas das obras clássicas da sociologia. As releituras sempre implicitamente derivam de juízos controversos, que não são apenas afirmações empíricas objetivas, mas também influenciadas por seus próprios pressupostos: cada releitura é uma leitura crítica, um argumento teórico escrito de uma perspectiva particular a fim de demonstrar um efeito teórico particular (ALEXANDER. 1987. p. 25.)

A partir disso, conclui Alexander, se os argumentos específicos e gerais da ciência social ocorrem com frequência no contexto e na forma de reinterpretações, então não deveria surpreender que as mudanças críticas nas ciências sociais envolvessem nos mesmos processos interpretativos. A mudança na ciência social não responde simplesmente a anomalias empíricas, mas as mudanças nas suposições básicas, que, são frequentemente provocadas por leituras inovadoras ou revolucionárias de obras clássicas.

O exposto acima pode ser exemplificado, como aponta Alexander (1987), analisando os elementos que caracterizam a emergência e o desenvolvimento de novas escolas na sociologia. Em muitas ocasiões, a partir da releitura dos clássicos, os sociólogos desenvolvem novas interpretações capazes de promover certas orientações teóricas. Segundo Alexander, grande parte das tendências sociológicas que proliferam após a Segunda Guerra Mundial devem seu nascimento às contínuas reinterpretações dos autores clássicos (especialmente Weber, Durkheim e Marx). A diferença entre uma tradição sociológica e outra se deve basicamente às características predominantemente selecionadas e destacadas no trabalho dos clássicos. O fato é que praticamente toda a teoria sociológica do pós-guerra é inspirada por debates sobre o alcance e o significado das obras clássicas da sociologia.

Em um sentido similar, a reinterpretação dos autores do passado é um processo diretamente relacionado à mudança teórica. Alexander (1987, p.87) chega a essa conclusão, argumentando da seguinte maneira: primeiro, ele aponta que a ciência social não cresce simplesmente “devido à compulsão para entender a realidade empírica, nem seu crescimento pode ser medido apenas em relação à expansão do conhecimento empírico ou do escopo conceitual, seja de conflito, seja de concorrência entre tradições”. Ele continua explicando:

Os principais pontos de referência para medir o crescimento são estabelecidos pela relação entre tradições e elementos internos fundamentais da tradição dada. Em vez de falar sobre o progresso teórico ou empírico em si mesmo, é preciso falar das conquistas teóricas e explicativas relativas à própria tradição teórica ou à de seus concorrentes. (ALEXANDER. 1988. p.93)⁴³

Para Alexander, a realidade social nunca é confrontada por um observador neutro. Desde o início, as formulações científicas são canalizadas para formas paradigmáticas relativamente padronizadas, porque a percepção é mediada pelos compromissos discursivos das tradições.

As principais formas de mudança teórica em uma tradição são o resultado das variações às quais ela está sujeita. Pode ser de “elaborações”, em que há uma expansão e refinamento de uma tradição internamente consistente e relativamente completa. Outra maneira é a 'revisão', que ocorre quando há uma maior consciência da vulnerabilidade da tradição e propõe fórmulas para resolver. Um terceiro caminho é a “reconstrução”, em que diferenças importantes são reconhecidas com os fundadores da tradição, e nas quais outras tradições são reconhecidas e uma abertura é feita entre elas. Finalmente, há a “destruição” das

⁴³ J. Alexander, "Por esta razão, alguns textos de filosofia política que visa conceito análise de uma tradição, como as de MACINTYRE, Alasdair. Justiça de quem? que racionalidade? Tradução de Marcelo Pimenta. São Paulo: Loyola, 1991..

tradições; este caso não é dado porque os compromissos nucleares e periféricos são “falsificados”, mas se tornam ilegítimos aos olhos da comunidade científica (ALEXANDER, 1988).

2.3.1 - A crítica de Alexander à historiografia historicista.

Como se pode ver, a crítica de Alexander ao atualismo historiográfico de Merton se concentra mais na desconsideração deste último pela história do que na pretensão positivista de avaliar o passado com critérios teóricos do presente, sem submetê-los a uma revisão crítica. Por outro lado, o fato de Alexander (1999) se afastar nesse sentido do atualismo historiográfico não significa que ele chegue muito perto do extremo historicista. No artigo mencionado sobre “A centralidade dos clássicos”, ele dedica duros ataques a metodologia de Quentin Skinner e àqueles que a utilizavam em sociologia, especialmente Robert A. Jones. A crítica tenta mostrar que a tentativa historicista de reconstruir os textos do passado sem partir de preconceitos teóricos assemelha-se à pretensão de Merton de liberar a teoria da história, apenas revertendo os planos. Se Merton afirmou que a teoria social pode ser feita perfeitamente sem contaminar a história, Skinner procurou fazer história sem contaminar a teoria.

O que existe em Skinner é, segundo Alexander (1999), uma tentativa puramente empirista para estabelecer as condições de estudo dos clássicos sem a necessidade da interpretação. Para Alexander, tal reconstrução de significado do passado ao nível do discurso é uma ilusão, pois para ele, essa reconstrução é apenas parcial, se considerarmos o caráter infinito dos possíveis relacionamentos significativos em um contexto. Indica-se, necessariamente, que os aspectos destacados são produto de seleção pelo historiador:

Apesar do fato de que os esforços teóricos são direcionados a figuras históricas e obras do passado sociológico, deve-se insistir que cada leitura é a-histórica em um sentido fundamental. Eu rejeito a distinção entre história e sistemática porque é baseada na falsa noção de uma ciência e uma história sem pressupostos. Qualquer tentativa de reconstruir o "verdadeiro" significado histórico de uma obra clássica está condenada a ser inútil, uma vez que nossos juízos são, e devem ser inevitavelmente, valorativos, inspirados pelo escopo teórico contemporâneo (ALEXANDER. 1982. p.5)⁴⁴

Contra os presentistas, Alexander aponta que os sociólogos precisam da reconstrução de sua ciência porque é uma forma básica de teorizar — isto é, de iniciar processos de mudanças ou, até mesmo, de abrir novas orientações teóricas. Contra os historicistas, ele

⁴⁴ Este último se conectaria com a posição Gadameriana, segundo a qual qualquer interpretação alcançada implica sempre um reconhecimento não apenas da historicidade da interpretação, mas também do intérprete, que

argumenta que os sociólogos precisam se reconstruir porque, como reconhecido pelos próprios historicistas isso só é possível através da seleção de características relevantes à teoria social, isto é, um historiador profissional não pode decidir quais características devem ser consideradas relevantes para o sistema sociológico atual já que este é o trabalho do sociólogo.

Portanto, quando a crítica historicista exige uma história sem teoria, ela também supõe, com seu rival presentista, uma teoria social livre da história. Como a teoria está desconectada do começo da pesquisa histórica, esta última deve servir apenas aos propósitos da mesma historiografia. A teoria, por outro lado, nos mostra como ela consegue orientar seus desenvolvimentos sem o que o estudo histórico pode revelar, já que, de acordo com o historicismo, os significados que são reconstruídos naquele estudo só fazem sentido no contexto de que são produzidos. Qualquer tentativa de extraí-los para outros fins que não os históricos, leva a “mitologias”.

Em suma, Alexander (1982) tenta ficar longe dos excessos do presentismo e do historicismo. No primeiro caso, desqualifica a tentativa de fazer teoria social sem recorrer à sua história, a não ser quando se exige legitimar um critério teórico do presente, que se traduz em um desrespeito pelo conhecimento do passado. Critica o fato de que, não muitas vezes, os historiadores da sociologia têm descrito histórias diferentes e por vezes contraditórias, nas quais um desenvolvimento é apresentado e coroado pelo estabelecimento de certas escolas ou movimentos teóricos:

Como a própria existência de tais argumentos contraditórios sugere, não houve um desenvolvimento histórico linear. Argumentar sobre qualquer convergência (entre passado e presente)... é reduzir o argumento teórico ao empírico. A evidência histórica não pode substituir um argumento teórico. Os debates teóricos não foram encerrados de uma vez por todas com o surgimento dos modernos conflitos destas pressuposições, que continuam a fornecer as linhas de contenção através de diferentes períodos históricos. Em um determinado período, geralmente há portadores históricos suficientes para assegurar a sobrevivência de cada argumento teórico.. (ALEXANDER. 1982. p.5-6)

Isso não significa que a perspectiva de Alexander seja, afinal, suficiente para avaliar o papel das reconstruções passadas da teoria social. Aparentemente, a função que Alexander atribui a essas reconstruções são recuperar do passado o que os clássicos não conseguiram ver e desenvolver porque não tinham a sua disposição, o que ele chama de uma lógica “multidimensional”. Pelo menos essa é a impressão deixada quando Alexander finalmente afirma que suas interpretações da sociologia clássica:

é amplamente orientado de acordo com preconceitos presentes. Tudo isso negaria a possibilidade de recuperar significados originais.

não procuram encontrar novas descobertas de textos enterrados no passado, nem traduções de obras ainda não traduzidas, ou, de recuperar informações, justificando teorias atuais ... Minha contribuição tem mais a ver com a natureza da lógica teórica em si. Vou avaliar e criticar os clássicos a partir da perspectiva de uma teoria multidimensional. Em vista disso, acredito que os limites e as falhas do pensamento clássico derivam do fato de ele não ter entendido ou trabalhado com uma verdadeira lógica sintética. A deficiência de não alcançar a multidimensionalidade permitiu a existência de categorias residuais aparentemente inexplicáveis nas obras dos clássicos. Ele também definiu as tarefas para seus sucessores e seguidores, sensíveis à busca de tensões teóricas não resolvidas no legado dos mestres. A revisão é feita sob a forma de uma exegese legal, mas é estruturada - inconscientemente ainda - pelas tensões da obra original, e algumas procuram superá-las de alguma forma? (ALEXANDER. 1982. p. 7)

2.3.2 - Steven Seidman: uma tentativa de fundamentar a continuidade sem o acumulacionismo.

Para outro autor pós-positivista como Steven Seidman, talvez o problema do presentismo e do historicismo seja que ambos partem de concepções deficientes do desenvolvimento científico, isto é, partem de teorias errôneas da ciência — com lógicas “unidimensionais”. O Presentismo, diria Seidman, é nutrido pelas antigas aspirações positivistas, no sentido de finalmente identificar as lógicas da ciência natural e social. A partir dessa perspectiva, como vimos, a história recebe um tratamento instrumentalista: ela só é reconhecida na medida em que, através dela, o cientista social pode detectar problemas ou teorias não sistematizadas no conhecimento atual da disciplina. Potencialmente, se tais problemas e teorias estivessem esgotados, as ciências sociais, assim como as ciências naturais já faziam, poderiam prescindir do trabalho do historiador.

A corrente historicista, identificada com um empirismo abstrato, restringe o papel da história a ser um mero compilador de dados relativos a contextos particulares. A história, nessa perspectiva relativista, é julgada incapaz de estabelecer relações com dados de contextos externos, cancelando possibilidades de obtenção de explicações, entendimentos e critérios avaliativos que não derivem da “pureza e historicidade” dos dados. Esse objetivismo da postura historicista, segundo Seidman,

nega um princípio básico da ciência social - a idéia de que existem problemas universais intrínsecos à natureza de tal ciência e que é possível articular respostas universalmente válidas a esses ... (Assim), a menos que se negue a legitimidade da ciência, os objetivos da ciência social em termos de desenvolvimento de conhecimento válido, a existência de problemas e

explicações gerais do comportamento humano, devem ser admitidos. (SEIDMAN. 1983. p. 85-86) ⁴⁵

A existência de problemas gerais e um nível geral de ciências sociais (uma ideia que dificilmente pode ser aceita sem mais delongas e que Seidman considera natural) iria diretamente contra a metodologia historicista que sustenta que cada ideia ou texto tem apenas um significado particular, determinado pelas intenções particulares de seu autor e por sua orientação a problemas particulares e a um público específico. Para Seidman (1983), os significados particulares não abrangem toda a gama de significados textuais, embora esses sejam, de certo modo, a materialização de uma intenção particular, uma afirmação ou texto que contém pressupostos e objetivos intelectuais de natureza geral. Nessa perspectiva, a existência de uma certa continuidade de significados, conteúdos ou problemas gerais que vão além do contexto ao qual pertencem originalmente poderia ser presumida.

Se esta continuidade entre o passado e o presente é aceita, mas distorcida pelo presentismo — assimilando-a a um modelo cumulativo que ignora particularidades históricas - o historicismo, segundo Seidman (1983a), comete um erro maior quando assume que a continuidade intelectual na ciência social implica automaticamente um modelo de acumulação de desenvolvimento científico e, um compromisso com uma historiografia presentista.

Diante desse panorama, uma historiografia sintética das ciências sociais que aceita a continuidade sem cair necessariamente no acumulacionismo teria que ser elaborada. Seidman (1983. p. 25) desconfia que as suposições pós-positivistas forneceriam uma base adequada nesse sentido. Indica, por um lado, que, de certa forma, existe tal continuidade no conhecimento social. Isso, porque aparentemente “compromissos ideológicos nos níveis mais elementares, emocionais, morais e cognitivos são resistentes a críticas lógicas e evidências empíricas”. Como as ideias da ciência social se tornam parte de nosso mundo cotidiano, e são emocionalmente carregadas e apoiam interesses práticos, a vida cotidiana funcionará como uma força conservadora que perpetua tradições na ciência social, ou pelo menos, que se opõe a mudanças científicas revolucionárias.

Em resumo, ele aponta que, por causa desse caráter peculiar, o conhecimento da ciência social — integrado em formas concretas de vida — é um conhecimento protegido por crenças e costumes. Esse conhecimento, no entanto, com as alterações analíticas

⁴⁵ Em tais explicações e problemas gerais Seidman cita Alexander (que fala de 'pressupostos gerais') e Anthony Giddens (que fala de 'problemas centrais em sociologia), em certo sentido, o pressuposto racionalista de Seidman sobre a existência de dificuldades universais poderia ser equiparada com a de Leo Strauss, que argumentou que existem 'contratempos fundamentais' em filosofia política que são independentes dos contextos particulares e ideologias que são levantadas (STRAUSS. 1988. p.26)

experimentadas pelas diferentes correntes teóricas que tentam explicá-la faz parte do tema da continuidade, rejeitando assim a escola historicista. Desse modo, Seidman (1983a) levanta a possibilidade de que existam processos de continuidade no conhecimento da ciência social, mas sem se comprometer com engenhosas versões acumulativas. Conseqüentemente, uma historiografia das ciências sociais que tenta reconstruí-la adequadamente teria que se basear em uma teoria da ciência que considere esse caráter dual.

Outra maneira de defender a continuidade da história sem cair em um acumulacionismo-presentismo, de acordo com Seidman, é argumentar que embora os autores de diferentes épocas sejam incapazes de ter as mesmas convenções linguísticas, eles têm outros elementos capazes de estabelecer laços entre eles e, assim, possibilitam uma espécie de continuidade. Seidman (1983b) afirma que um desses elementos é a chamada “continuidade da experiência”, isto é, baseado na suposição de que os autores de diferentes épocas são capazes de ter estruturas de experiências comuns e instituições que permeiam grande parte de seus respectivos contextos e que embora limitada pela linguagem particular historicamente disponível, estes lidam com problemas, articulam conceitos e seguem uma linha de análise cujos interesses e validade transcendem seu contexto⁴⁶.

A problemática historiográfica descrita por Seidman — como considerar a especificidade do conhecimento das ciências sociais — faz pensar que as metodologias historiográficas devem, em princípio, tentar sistematicamente esclarecer seu próprio ponto. Por exemplo, que explique, entre outras coisas, qual é a sua concepção de ciência social, a estrutura das teorias sociais, os padrões de mudança teórica, sua noção de racionalidade e progresso científico, etc. A reconstrução histórica deve começar com uma revisão desses pontos, sem que as regras gerais para a elaboração de tais reconstruções não sejam consideradas.

Como se pode ver, a crítica da historiografia sociológica presentista realizada pelo historicismo, que em um dado momento levanta importantes objeções ao seu otimismo, acarreta seus próprios problemas metodológicos. A grande exaltação da descontinuidade e historicidade dos significados passados e presentes impede que os historicistas percebam a importância dos interesses teóricos presentes na interpretação histórica. Se refutam precisamente o caráter excessivamente normativista do presentismo, eles caíram no extremo oposto, como Peel assinalou, ao propor uma historiografia retrospectiva, quase indutiva.

⁴⁶ Sobre essa mesma noção de continuidade, que envolve lidar com problemas gerais, Alexander destacou que os clássicos da sociologia não apenas se concentravam nos níveis mais específicos do continuum científico, mas, ao

Teóricos pós-positivistas como Alexander e Seidman procuram elaborar uma síntese das duas posições extremas. Por um lado, eles criticam a separação entre a história e as teorias atuais, como âmbitos separados e auto-suficientes que haviam sido defendidos por presentistas como Merton. Por outro lado, eles são dirigidos contra a posição historicista de que, ao afirmar que cada teoria social cumpre apenas tarefas próprias de seu contexto (e com isso significar que toda tentativa de se relacionar as teorias com problemas que as superam seria ilegítima) se fecha para conhecer os significados do passado no presente. Além disso, o historicismo também sustenta uma separação entre história e teoria. Como Alexander apontou, se o presentismo de Merton busca uma teoria livre da história, o historicismo de Skinner e Jones busca uma história livre de teorias.

Embora a proposta de Alexander e Seidman possam representar um quadro mais apropriado para as discussões sobre a teoria do pensamento social, ela não resulta de fato em uma metodologia historiográfica formal — nem é o propósito de sua elaboração. De alguma forma mostra a existência de uma dificuldade importante que seus analistas teriam que enfrentar. Isso consiste na falta de uma metodologia que integre as perspectivas que tanto o presentismo quanto o historicismo proporciona.

Com o primeiro deles, o analista do pensamento social obtém elementos para avaliar o significado do passado no presente. Reconhece sem problemas que a tarefa de reconstruir o passado só é possível graças aos interesses teóricos e práticos atuais, e que haveria linhas de discussão nas quais as teorias pertencentes a contextos externos podem ser relacionadas umas às outras. No entanto, ele não tem técnicas para recuperar o contexto no qual as teorias são produzidas, por isso é propenso a usar dados históricos em um sentido instrumental, quase sempre terminando em justificativas para desenvolvimentos teóricos atuais.

De sobremaneira, para a ciência social não seria suficiente o aprendizado pela mera imitação a fim de resolver um problema empírico, já que seu objeto depende do interpretante de maneira a compreender o mundo da vida, seja nas possibilidades de interpretar as formas de pensar que consigam compreender os motivos envolvidos através de generalizações passíveis de os transformar em objetos que expliquem as estruturas ou causas de um fenômeno social (ALEXANDER, 1999)

No entanto, para que tal capacidade de interpretação e percepção seja altamente desenvolvida é necessária empatia, já que independente de outros fatores as obras dos cientistas sociais considerados clássicos manifestam esta capacidade em grau máximo de

contrário, procuravam respostas. Para problemas gerais, tais como o enigma da ordem e da ação humana”(Theoretical logic in sociology, 1982. p.7).

modo a melhor compreender as inclinações subjetivas da humanidade, assim como a reconstrução do mundo empírico no momento em que seleciona e reconstrói a fim de revelar os processos históricos que são uma continuidade representativa da nossa experiência (ALEXANDER, 1999)

Enfim por avaliações morais e ideológicas, o cientista social pode criar uma reflexão sobre o significado da vida social sendo esta sua função ideológica que depende, além de uma sensibilidade comunitária acentuada, também de uma estética de síntese e articular tais realidades em figuras apropriadas (ALEXANDER, 1999).

Por outro lado, com o historicismo, o tal analista tem critérios com os quais reconstruir os contextos das teorias, mas não com os que lhe permitem avaliar o significado que as teorias do passado têm no presente. Esse dilema está moldando a discussão da análise do pensamento social contemporâneo em geral e na sociologia em particular.

É neste processo que busca-se entender a obra de Francisco Weffort, primeiramente como parte de um programa científico e sendo influenciada diretamente por esta, qual seja, a escola Sociológica Paulista, principalmente por sua orientadora Paula Beiguelman e o grupo de Florestan Fernandes. Estes a despeito dos grandes empreendimentos de contraporem-se as propostas intelectuais de grandes grupos como o ISEB e a CEPAL eram programas concorrentes dentro da própria USP, quais sejam, a cadeira de Sociologia I (relevante ante a figura do próprio Florestan) e a cadeira de política I (que buscava sua relevância e quando não independência do primeiro grupo, antes do concurso no qual saiu vitorioso Fernando Henrique Cardoso, orientando de Florestan).

Já que se vislumbra que tal teoria quando não acorrenta, empobrece a riqueza das interpretações possíveis advindas do pensamento social e suas aplicações às ações da vida prática, seja ela, a política, a econômica ou a social.

Portanto, analisar tais relações do ponto de vista presentista empobreceria a perspectiva de nossa análise, quanto das propostas dos próprios autores aqui estudados em que, pode-se perceber a tentativa de estabelecer linhas de um projeto quando não de um programa político.

2.3 – Teoria Política em Francisco Weffort

Francisco Correa Weffort é peça chave na Sociologia Paulista para entendermos uma das vertentes do tripé acima elaborado, qual seja, a do populismo, e aqui, tentaremos demonstrar que tanto em sua atuação intelectual, seja na defesa da Teoria do Populismo no

Brasil quanto nos livros sobre democracia, o contexto para este autor era o mesmo, a democratização radical da sociedade brasileira, contando com a participação de sindicatos e movimentos sociais para que esta avance neste rumo.

Os trabalhos aqui analisados dizem respeito a sua atuação na Universidade de São Paulo, CEBRAP e CEDEC, assim como na sua participação como colunista em vários jornais, principalmente a Folha de São Paulo, que também será usado para a reconstrução da atuação deste quando da Fundação e atuação no Partido dos Trabalhadores em 1979.

Embora alguns autores dividam a obra de Weffort em duas ou três fases, aqui trabalharemos com a tese de que, embora possa ter mudado o ponto de vista sobre determinados assuntos, dentre eles a sociedade socialista e o caminho para esta, bem como para a atuação dos regimes e partidos em uma democracia. Este autor sempre manteve a linha de raciocínio, ou seja, criar um sistema que evite o populismo onde seria necessária uma radicalização democrática da sociedade, o que não teria sido feita no período de 45 a 64.

Deste modo, a compreensão de Lakatos, Jeffrey Alexander, Hans Georg Gadamer e Gildo Marçal Brandão, nos auxiliou no entendimento do caminho percorrido por Weffort, seja em sua vida acadêmica quanto em sua ação política, como se fossem a mesma e única coisa. Nesse sentido, como tem sido muito utilizado nas ciências sociais, nas ciências políticas e na perspectiva do pensamento social, a escola contextualista não nos era suficiente, pois nossa tese trabalha na continuidade da interpretação e na trajetória dada a esta pelo autor seja como intelectual ou como agente político, o que ia na contra-mão dos estudos de Skinner, Pocock e outros, como já vimos.

Portanto, busca-se analisar o pensamento e a ação política de Weffort em algumas etapas para facilitar a compreensão do leitor, são estas: 1 – A orientação de Paula Beiguelman; 2 - O pesquisador do populismo, que abarca sua fase na USP assim como a participação no grupo de estudos de Marx, na nomeada Escola Sociológica Paulista e também nos centros CEBRAP e CEDEC; 3 – O homem de ação política, que mostrará a ascensão deste como um dos membros mais distintos do partido em formação, o PT, assim como sua ação intelectual em obras e artigos que versavam sobre a democracia; 4 – A ruptura com o PT, o artigo publicado na Folha de São Paulo em outubro de 1994 intitulado Segunda Revolução Democrática e o aceite para comandar o Ministério da Cultura do Governo Fernando Henrique Cardoso, no entanto, podemos encontrar indícios de que tal processo se inicia em 1986, quando este renuncia a Secretaria Geral do Partido.

Embora Weffort tenha contribuído para o debate intelectual brasileiro por 50 anos, aqui faremos um recorte que vai de seus escritos na década de 60 a 1994⁴⁷ quando este rompe com o PT e assume o Ministério da Cultura do governo Fernando Henrique Cardoso do PSDB, a fim de demonstrarmos que o pano de fundo tanto de sua trajetória intelectual quanto de sua ação política encontravam-se de certa forma imbricadas.

Deste modo temos um intelectual que passa das questões acadêmicas à ação política, e portanto, buscamos entender o quanto seus trabalhos podem ser considerados um substrato para o que viria ser o Partido dos Trabalhadores quanto compreender em que medida sua trajetória explica seu rompimento com este mesmo partido em 1994.

Entre os anos de 1960 ao começo dos anos 1980 Weffort consolida seu nome como um dos expoentes em entender o processo de um dos pilares no qual se assentava a estrutura Nacional-Desenvolvimentista, o Populismo. Desta forma, este também acreditava que para haver transformações políticas no país era necessária uma ruptura com nossa herança, assim como romper com aqueles que faziam, segundo este, uma crítica não disruptiva a esta estrutura, dentre eles, o ISEB e PCB.

De modo a atingirmos nossos objetivos de conferir alguma relação entre as obras de Weffort e sua ação política, principalmente em sua atuação dentro do PT e a possibilidade de sua saída, é necessário estudarmos as implicações de sua teoria, principalmente a do conceito de Populismo dentro da política nacional.

2.3.1– A orientação de Paula Beiguelman e o conflito com alguns pontos da Escola Sociológica Paulista.

A Cátedra de Política da Universidade de São Paulo começaria suas funções no ano de 1936 sob a regência de Antonio de Sampaio Dória, sucedidos pelos professores Pierre Froment e Roger Bastide (1938), os padres Leopoldo Aires (1939) e Luís de Abreu (1939-1941), bem como os cientistas sociais Paul Arbousse-Bastide (1941), George Gurvitch e Charles Morazé (1941-1944). Nesse ano de 1944, Lourival Gomes Machado seria regente interino, sucedido por Paul Arbousse-Bastide (1944-1946), novamente George Gurvitch (1947-1948). Lourival voltaria em 1948. Em 1950 esta cadeira se tornaria parte integrante do Departamento de Sociologia e Antropologia, Lourival Gomes Machado fica como regente da

⁴⁷ Em 1994, quando Fernando Henrique Cardoso ganha a eleição presidencial, Weffort publica na Folha de São Paulo um artigo em que qualifica a vitória deste como uma segunda revolução democrática, sendo que a de 1930 teria sido a primeira. (Mais a frente desenvolveremos mais a interpretação deste artigo)

cadeira até 1967 quando falece em viagem pela Europa. Paula Beiguelman seria “regente a título precário, substituindo o catedrático (SANTOS, 1994).

Tal concurso criaria uma certa indisposição entre as cadeiras de Sociologia e a de Política, tanto no que diz respeito ao aspecto político-ideológico, quanto das visões de como fazer ciência, as relações entre homens e mulheres como professores dentro da Universidade de São Paulo e a costumeira hierarquia de sucessões dentro do sistema de cátedras (é importante notar que por costume a cadeira, “naturalmente” deveria ser assumida por Paula Beiguelman) (FERREIRA, 1994).

Nesta cadeira, anteriormente a Fernando Henrique, dava-se importância a pesquisa de história política, sobretudo a nomes nacionais como Oliveira Vianna, Victor Nunes Leal, Afonso Arinos, Raymundo Faoro e Caio Prado Junior. Ou seja, tanto os assistentes de Paula Beiguelman como ela mesma, trabalhavam a história política, institucional e normativa.

A própria Cadeira de Sociologia I já reunia estudos da própria Antropologia e Política (imigração, raça, política homens livres, sindicalismo), o que dificultou a “independência” destas. Ou seja, a hegemonia de tal cadeira e de seu líder, Florestan Fernandes (assim como de seu grupo), era incontestável (SANTOS, 1994).

Neste sistema, as mulheres pouco eram cogitadas para exercer a regência efetiva. Portanto, nas disputas dos campos do poder acadêmico, a cadeira de Sociologia I fora vitoriosa em relação às outras (Sociologia II, Política e Antropologia), e desta forma se percebe que as docentes terão seus sucessos ou não, relacionados, na maioria dos casos, à intervenção de Florestan e de sua Cadeira de Sociologia I (PONTES, 1998).

No entanto, tal sistema “patriarcal” devem ser entendidos como as coisas eram dispostas na época. O que é uma boa suposição para analisar a forma de organização, estrutura, a relação com as origens sociais dos integrantes e as relações de gênero e de geração no sistema de cátedras. Embora tais empecilhos não tenham impedido que as mulheres escrevessem trabalhos que se tornariam clássicos nas ciências sociais como: Homens livres na ordem escravocrata (Maria Sylvia de Carvalho Franco); A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos (Paula Beiguelman); Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964) (Maria do Carmo Campello de Souza); A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo (Eunice Ribeiro Durham); O mandonismo local na vida política brasileira ou O coronelismo numa interpretação sociológica (Maria Isaura Pereira de Queiroz) (SPIRANDELLI, 2008).

Beiguelman termina o bacharelado em 1945 e trona-se funcionária pública concursada do Departamento do Serviço Público, deixando-o quando foi convidada por Lourival a lecionar na Faculdade.

Na Cadeira de Política, na época em a Paula estava lá, era a única de origem judaica; o Kugelmas é muito mais moço; na primeira equipe da Cadeira de Política, só a Paula era judia. Mas isso (a judeidade) de modo nenhum facilitava, nem prejudicava. Uma das coisas interessantes da Faculdade é que ela era claramente contra o preconceito. Então, a idéia de que alguém tenha sido prejudicado por ser judeu é completamente extravagante. Ou beneficiado, também. A questão de gênero seria um pouco mais séria no sentido de... olha, a vida acadêmica era problemática para as próprias mulheres. Quer dizer, assumir um papel de tipo novo... eu me lembro das mulheres falarem das dificuldades, mas eu não penso que tivessem barreiras. Sobre as origens sociais, as famílias judias dificilmente são proletárias. Pode ser modesta, pequena burguesia, mas dificilmente são proletárias. A dela era uma família que visava, era uma família estudiosa, ela tem um irmão que foi um biólogo importante, na Unicamp, uma sobrinha intelectual. Deve ter sido de uma família modesta. Paula era muito amiga de Gioconda e muito amiga do Florestan (SCHWARZ in SPIRANDELLI, 2008).

Doutora-se em 1961 na área Política com Tese intitulada: Teoria e ação no pensamento abolicionista, já seu trabalho de livre-docente apresenta-se como: Contribuição à teoria da organização política brasileira. Dentre outras obras como: Formação Política do Brasil, Pequenos estudos de ciência política e a Tese – A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos que seria apresentada em sua defesa para a cátedra de Política contra Fernando Henrique Cardoso que apresentara sua Tese – desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologia do empresariado industrial argentino e brasileiro.

Nesta obra a autora trabalha com o processo histórico da produção cafeeira ao analisar o fim da escravidão e o início da imigração, que seria a principal fonte do operariado nacional, servindo de apoio a fim de alavancar os investimentos da manufatura nascente. Ou seja, segundo Paula Beiguelman seria esse processo que ajudaria a formar as nuances do operariado urbano (BEIGUELMAN, 2005).

No fim desta obra expõe a instabilidade a partir dos conflitos populares entre o operariado e as autoridades (greves, manifestações em busca de melhorias salariais e condições de trabalho). E é aqui, nas condições deste trabalhador que faz sua contraposição a Fernando Henrique Cardoso, que já trabalhava com a noção de populismo como cooptação das massas

Ou seja, por mais que tenha sido desrespeitado os costumes da avocação da cátedra pelo grupo da Sociologia I, e embora tudo transparecesse ocorrer a fim de que Cardoso vencesse, em um certo “acordo de cavalheiros”, tendo em sua torcida até o historiador Sérgio

Buarque de Holanda (integrante da banca examinadora do concurso), Beiguelman, de maneira honrosa, disputa mesmo assim, mesmo sabendo do descontentamento de Florestan, pretendendo expor tal joguete, contando com o apoio dos estudante já que consta que, ao contrário de seu rival, suas aulas eram bem elogiadas e muito bem preparadas. No entanto, a produção intelectual e o conteúdo do texto apresentados foram levados em conta na vitória de Fernando).

A Paula era marxista, uma mulher definida de esquerda, estava empenhada em criar um marxismo que fosse adequado ao Brasil, que não fosse importação de esquemas, que fosse uma elaboração original, em termos acadêmicos. Eu penso que a atividade política dela, ela era muito politizada, mas academicamente. Eu não tenho notícias de que Paula tenha militado em partidos, pelo menos. Ela tinha interesse em produzir coisas marxistas que fossem adequadas ao Brasil. Ela ambicionava fazer trabalhos de muita qualidade e de esquerda. Paula era uma professora de qualidade excepcional, dava aulas muito bem preparadas, verdadeiros ensaios; o curso sobre pensamento conservador, que opunha o pensamento conservador ao pensamento ilustrado, depois o pensamento dialético como síntese dos dois, muito baseado em Mannheim, Ideologia e utopia... o curso Teoria e prática no pensamento abolicionista foi notável... Ela era notável, isso é importante dizer. E a preocupação dela (e de outros em geral), que era a criação de um marxismo anti-dogmático, fora de partidos comunistas, levando em conta a realidade brasileira, competitivo como padrão científico. Assim como nos Seminários, mas ela não participou deles por ser de outra geração e por rivalidades intelectuais (SCHWARZ in SPIRANDELLI, 2008).

E continua:

Olha, a Paula concorreu e normalmente ela teria ganho. Do ponto de vista da história interna da Cadeira, ela era a sucessora do Lourival. Então, não é verdade que as mulheres não estavam previstas. A Paula perdeu o concurso pro Fernando Henrique, que não era da Cadeira. Em princípio, a Cadeira se organizou para que o sucessor do Lourival fosse uma mulher, a Paula. Eu assisti o concurso, o Fernando Henrique estava voltando do Chile, da Cepal, com muito prestígio. Ele veio muito bem armado, mas a Paula também estava muito bem armada. Mas foi um concurso importante, grande, sério (...). Agora, não há dúvida que o Departamento (Cadeira) de Política encaminhou a sucessão para a Paula. Ela foi convidada e perdeu para o Fernando Henrique, que era um candidato forte. Mas não perdeu por ser mulher. (...) (SCHWARZ in SPIRANDELLI, 2008).

Paula Beiguelman fora aposentada pelo regime militar compulsoriamente junto a outros colegas da USP, como nos diz Maria Herminia Tavares de Almeida:

Não existe a obra dela após 1969. Continuou-se lendo Celso Furtado, Florestan Fernandes em menor grau, há coisas do Fernando Henrique que você lê até hoje ... da Paula, não! Ela teve uma importância no seu tempo. A obra não ficou. Agora, perder o concurso foi doloroso para ela, mais do que a cassação. A cassação tirou dessas pessoas o centro de suas vidas, que era a

Universidade, coisa que não acontece hoje. Eles perderam o chão (ALMEIDA in SPIRANDELLI, 2008).

Como vimos anteriormente, Weffort teve contato na USP com intelectuais como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Antônio Cândido, Lourival Gomes Machado, Paula Beiguelman e outros. Embora seu contato com a Sociologia tenha se intensificado pela presença no famoso seminário de Marx, onde os intelectuais estudavam os textos do *Capital*, seus primeiros estudos o aproximariam mais da área da política.

Alguns aspectos específicos são importantes para compreender os primeiros trabalhos de pesquisa desenvolvidos por Weffort e suas posições políticas durante suas formulações iniciais. Sua formação na Faculdade de Filosofia e Letras da USP se deu num período de diversas transformações, tanto no contexto internacional, quanto no contexto nacional. Além disto, os intelectuais que o influenciaram vinham de linhas de pensamento diferentes, tendo como representantes principais os professores da cadeira de Política mencionados anteriormente, o contato próximo com Florestan Fernandes e com os pesquisadores/estudantes que integravam o Seminário do *Capital* – com destaque a Fernando Henrique Cardoso, que havia sido seu professor durante a graduação em Ciências Sociais (TAUIL, 2017).

Desta forma, Weffort estaria em uma encruzilhada entre a Sociologia e a Ciência Política que seria uma área que na USP teve seu desenvolvimento obstaculizado pela cadeira I de Sociologia na USP, como pode-se ver na forma em que se deu os acontecimentos pelo concurso da cadeira de Política I de Lourival Gomes Machado que estava desde 1962 sobre o comando de Paula Beiguelman (sua assistente), quando este fora para a França. Tal vaga seria naturalmente ocupada por Paula, mas a influência da cátedra de Sociologia I, ocupada por Florestan Fernandes faz-se sentir, e seu rival no concurso, por acaso, Fernando Henrique Cardoso (orientando de Florestan) ocupa o posto.

Boa parte dos trabalhos sobre Weffort ou sobre os seus escritos tentam ligá-lo sumariamente a Escola Sociológica Paulista, como vimos acima, no entanto, é necessário recordarmos que o intelectual fora orientado por Paula Beiguelman (que sugere a Weffort a pesquisa sobre o populismo), e que não compartilhava de todas as perspectivas dos membros reconhecidos como participantes de tal escola. Portanto, podemos dizer que os intelectuais que influenciaram as obras de Weffort vinham de linhas distintas tanto internacionalmente, nacionalmente, quanto na própria USP, não sendo fácil encaixá-lo em doutrinas e correntes, o que pode servir de explicação para algumas contradições em suas obras, assim como para sua ação política.

Embora boa parte destas especificidades tenha sido dito acima cabe lembrarmos aqui para uma maior compreensão de nossa tese. Paula Beiguelman faz parte da primeira geração de alunos formados pela Universidade de São Paulo, assistente de Lourival Gomes Machado que fazia parte, de certa forma, de um grupo que não se encaixava nos padrões daquilo que viria a ser reconhecido como Escola Sociológica Paulista, ou seja, os pontos e interpretações tanto de Lourival quanto de Paula Beiguelman se diferenciavam e às vezes iam na contramão das interpretações de muitos autores de tal grupo, a ponto de Florestan considerar Lourival um intelectual não muito “sólido” (CARDOSO, 1998).

Assim como se viu no Capítulo 2, Paula Beiguelman apresenta em seus trabalhos uma perspectiva crítica que difere e antecipa, tanto as percepções sobre a condição do negro no Brasil, quanto as relações de dualismo na teoria sociológica. Do primeiro processo, podemos depreender que seu raciocínio se aproxima muito a de E. P. Thompson, quando este analisa a classe operária na Inglaterra, ou seja, os escravos (para Beiguelman), assim como a massa trabalhadora (para E. P. Thompson) não figuram como seres acéfalos que se manifestam condicionados a estruturas na qual estão condicionados, mas sim são seres que utilizam de tal estrutura para criar estratégias de sobrevivência e movimentação.

Portanto, embora a maioria dos trabalhos sobre Francisco Weffort o tratem como intelectual veiculado pura e simplesmente ao grupo da Escola Sociológica Paulista, é importante e terá influência em seu trabalho a escolha da autora como orientadora para sua tese, e que de certa forma possa-se daí entendermos a ambiguidade encontrada nos textos sobre o Populismo quando este via nas massas ora seres de autonomia, ora seres manipulados pura e simplesmente.

Paula Beiguelman tem dentre seus trabalhos, seu doutorado sobre a história das ideias e ação política de Joaquim Nabuco, e suas livres docências sobre a teoria da organização política e a Formação do povo no complexo cafeeiro, onde reitera a crítica feita a Florestan e Bastide (1955) (já apresentadas em resenha do livro do Projeto Unesco) sobre a incapacidade dos negros em trabalharem na indústria como uma das justificativas de sua marginalização e da utilização da mão de obra italiana.

A maneira de Mannheim, Beiguelman, judia e filha de imigrantes, se sentia em uma espécie de exílio, portanto, estimulava em seus cursos a leitura dos clássicos da política como Maquiavel, Rousseau, Hobbes e Locke, entre outros, além de estudos que buscavam entender as personalidades autoritárias que vinham se desenvolvendo na Europa e nos EUA no pós

guerra, das mais variadas matrizes, seja do lado dos marxistas como Adorno (2019)⁴⁸, seja do ponto de vista dos liberais como Lasswell (1963)⁴⁹.

Desta forma, pode-se dizer que o poder concentrado na figura de Vargas eram assunto e exemplo recorrente, tratando-se de entender novos regimes totalitários a partir de suas personalidades autoritárias.

Também, esta sugere que Weffort pesquise empiricamente o fenômeno do populismo na cidade de São Paulo na eleição de 1962 com o levantamento de opinião entre “janistas” e “ademaristas”. No entanto, aqui, o populismo ainda era pensado como um fenômeno exclusivamente paulista sem pretensões de relacionar o conceito a uma perspectiva abrangente no plano federal, muito menos compará-lo a contingentes externos como no caso de Juan Perón na Argentina.

Nesse momento, Weffort se utiliza da crítica ao populismo de conotação liberal como um “modo de fazer política”, utilizando-se de uma bibliografia eclética sobre o assunto composta pela teoria de Massas e das Elites⁵⁰, assim como a produção Latino Americana sobre o assunto como Gino Germani, Torquato di Tella e José Medina Echeverria⁵¹. Percebe-se também a influência das relações autônomas de classe advindas destes autores, assim como de sua orientadora, e também a influência da bibliografia lida tanto no seminário de O Capital⁵², quanto nos acadêmicos que ali participavam, sem esquecermos da influência “eclética e bem temperada” entre Weber, Marx e Durkheim de Florestan Fernandes. Daqui entende-se o populismo como um conceito que fica nos elementos intersticiais da política sem nenhum aprofundamento quanto a formação social, política ou econômica dos atores em questão.

2.3.2 – Populismo político e sindicalismo populista em Weffort

Weffort é bibliografia necessária quando se fala em Populismo no Brasil, a partir de seus escritos, a crítica que a Escola Sociológica Paulista formulara sobre o Estado Nacional Desenvolvimentista se completara, quais sejam: o nacionalismo, o que ele chamava de

⁴⁸ Estudos sobre a personalidade autoritária, São Paulo: Editora Unesp. 2019.

⁴⁹ Lasswell, H. (1930). Psicopatología y política. Buenos Aires: Paidós, 1963.

⁵⁰ Essa relação entre a bibliografia da teoria das elites e o populismo podemos encontrar na dissertação de Rubem Barboza Filho sobre o Populismo (1980).

⁵¹ Weffort admite que a ideia de populismo é adaptada da noção de “movimento nacional popular” de Germani em seu livro Política y Sociedad em uma época de transición (1965).

⁵² Weffort estaria, já em 1963, dentre os co-autores da obra Política e revolução social junto a Octavio Ianni, Paul Singer e Gabriel Cohn (orientando de Florestan Fernandes).

“aliança de classes”, “estado de compromisso”, “arranjo político” assim como o que este chamava de “esquerda oficial”⁵³ aludindo a uma esquerda encampada pelo PCB como cooptada e manipulada muitas vezes pelos processos políticos neste momento histórico⁵⁴.

Os processos de formação de uma classe trabalhadora no Brasil sempre foi ponto central no desenvolvimento dos trabalhos iniciais de Weffort sobre o populismo. Estes seriam sempre críticos ao aliancismo político de classes, que prejudicariam as massas usadas como manobra dos interesses da elite, além de criticar também o embarque da esquerda oficial da época nesta política, o que de certa forma, faria com que Weffort afrontasse alguns elementos da academia que integravam parte do grupo uspiano (LAHUERTA, 1999).

As ferramentas que Weffort irá utilizar para interpretar a realidade brasileira fugirão do meio comum a qual estava inserido, seja ela a sociologia ou a filosofia e procurará na ciência política os termos definidores para sua crítica a instituições políticas do passado, ou seja, o autoritarismo e a anti-democracia elitista e aliancista das elites da época. A saída estaria na ruptura política com tal tradição corrompida desde 1889 seja por seus arranjos, quanto por seus acordos de classe.

Desta forma, segundo Weffort, a Revolução de 1930 poderia ser desprendida do seu verdadeiro significado, ou seja, uma revolução democrática, que segundo este era uma:

Pobre revolução, comparada ao modelo europeu, mas não temos e não teremos outra. Diante dessa democracia que buscava raízes nas massas, a classe média tradicional desesperou-se. 'Marginal na Velha República, apoiada na grande propriedade da terra, marginal nesta democracia, que busca apoio nas massas - a classe média nunca encontrou o terreno adequado para a democracia, pura de suas pretensões aristocráticas. É preciso não perder de vista o significado desta transformação: é a revolução democrática se realizando. Será talvez um pouco estranho atribuir influência, como o temos feito até aqui, às formas democráticas no Brasil. A democracia, como ideal de vida política, nunca chegou a ter, entre nós, condições propícias de difusão, e é difícil garantir que possua raízes sociais profundas. Ainda mais difícil é admitir que, no Brasil, o regime democrático possua a eficácia apregoada pelos norte-americanos como fórmula de equilíbrio e de controle social (WEFFORT, 1978. p. 47).

No entanto, por mais que tais formulações variassem em alguns aspectos durante a trajetória acadêmica de Weffort, alguns pontos como a centralidade do Estado⁵⁵ e de suas

⁵³ Desta forma, junto aos elementos da Escola Sociológica Paulista, como vimos anteriormente, weffort se junta a eles em uma crítica ao PCB, assim como as interpretações do ISEB e também de alguns elementos da CEPAL.

⁵⁴ Tal importância teórica é tão grande que Weffort continua sendo referência nos cursos de ciências humanas no Brasil, assim como a formulação de seu conceito volta a ser utilizado seja para entender o passado, ou alguns relatos do presente, como podemos ver no recente conceito sobre o Lulismo (SINGER, 2012).

⁵⁵ Para Rubem Barboza Filho O Estado não aparece como a possibilidade de articulação da dominação em relação à classe dominante ou à sociedade em geral. Seu significado é dado pela ausência de um projeto classista, de um sentido preciso, pois ele é o espelhamento da inexistência deste projeto. Nestas condições, sua

alianças com as oligarquias tradicionais, de forma que às massas caberia papéis secundários neste momento de transformação, se repetiam.

Em seu trabalho, *Política de Massas*, escrito em 1963 (1978) Weffort já denuncia a exclusão das classes populares nos momentos de decisão política:

Por força da clássica antecipação das elites, as massas populares permaneceram neste período como (...) o parceiro fantasma no jogo político. Foram a grande força que nunca chegou a participar diretamente dos grandes embates, sempre resolvidos entre os quadros políticos dos grupos dominantes, alguns dos quais reivindicando para si a interpretação legítima dos interesses populares. Em todas as crises, desde 1945, a intervenção do povo apareceu como possibilidade, mas o jogo dos parceiros reais consistiu em avaliar, tacitamente, a importância desta intervenção e em blefar este cálculo. (WEFFORT, 1965, p. 162)

Portanto os interesses das massas eram nada mais do que interesses reacionários travestidos, ou seja, tais interesses estariam representados no nacionalismo⁵⁶ corporificados no discurso demagógico do líder populista. Nota-se que “O nacionalismo, do mesmo modo que o líder populista obscurece o sentido de classe da emergência política das massas, o aparecimento do proletário no bojo do desenvolvimento capitalista.” (WEFFORT, 1965, p. 190).

Esta incapacidade de se reconhecer enquanto classe, para Weffort, tem por consequência a impossibilidade de reivindicar um Estado impessoal, e portanto só encontra meios de se exprimir através do carisma, que, segundo Weffort, seria a forma mais irracional de manifestação política, Ou seja, os cidadãos, apostam toda a sua aspiração de mudança política em uma pessoa que imaginam dotada de um poder ilimitado (WEFFORT, 1965)

Portanto, o populismo como forma de vigência real deste carisma no poder se mostra como imagem desejada para o Estado. Tal configuração de dominação se prende ao irracionalismo demagógico das massas presente nas formas de autoridade personalista. O populismo é portanto, a exaltação do Estado por meio do:

líder e cabe a ele manter esta confiança. Qualquer ação discrepante pode avariar a imagem que legitima seu poder e se ele pode restabelecê-la; isto se deve menos às explicações racionais que possa oferecer que às novas ações que possam restabelecer a confiança (WEFFORT, 1965. p.44).

Desta forma podemos sintetizar as propostas de Weffort para o populismo neste texto em três elementos principais:

ação passa a ser interpretada como uma sucessão de respostas tópicas às pressões das várias frações em transação (BARBOZA FILHO, 1980).

- 1) Massificação capaz desconectar os indivíduos massificados de seus quadros sociais de origem;
- 2) Crise de hegemonia da classe dirigente e
- 3) Presença de um líder carismático⁵⁷.

Importante notar também a aproximação de Weffort com a perspectiva do bonapartismo, como trabalhado no texto 18 de Brumário de Luís Bonaparte de Karl Marx e a ideia de líder-massa de Max Weber, no qual o Estado seria o responsável pela modernização e agente transformador da sociedade, as mudanças sociais e econômicas⁵⁸ ocorridas no país, assim como fazer a mediação entre interesses antagônicos seja das classes políticas quanto das sociais.

Desse modo, o que temos a salientar aqui deste primeiro trabalho de Weffort é a sua visão de Brasil, que sofre influência profunda do arcabouço teórico da Escola Sociológica paulista acrescentando outros em seu processo da construção da teoria do populismo, como, por exemplo, a Teoria das Elites.

Em resumo, é que, embora tenha havido esta incorporação a teoria de Weffort até meados da década de 60 era crítica ao nacionalismo, ao aliancismo de classes e ao dito elitismo da esquerda oficial que em certo sentido explicava a crítica deste autor a tradição histórica da política nacional⁵⁹

Outro fator a ser incluído neste panorama é a migração de grandes contingentes populacionais da área rural⁶⁰ para a área urbana por conta da industrialização. Tal arranjo do

⁵⁶ Aqui Weffort teceria uma crítica às visões nacionalistas de ISEB, CEPAL e PCB e como este teria um papel conciliador. Tal crítica estará mais elaborada em seu texto posterior intitulado Política e Revolução Social (1965).

⁵⁷ Como visto no capítulo 2, Weffort se utiliza da noção weberiana de autoridade carismática, porém com alguns equívocos. Para este, assim como para Weber, um dos pontos fracos da autoridade carismática, é que, por mais que se diga que “a massa” se entrega a sua direção e “arbítrio” sem questionamentos, esta precisa trabalhar para manter sua confiança, ou seja, sua capacidade de “rotinizar” seu carisma. No entanto, Weber, principalmente em seus últimos escritos não compartilhava este pessimismo e preconceito à autoridade carismática, já que esta poderia aperfeiçoar a democracia parlamentar plebiscitária se estivesse em conjunto com a autoridade legal-racional.

⁵⁸ Como vimos no capítulo anterior, Fernando Henrique Cardoso (1964) constatava este mesmo problema na elite industrial do país.

⁵⁹ Os nacionalistas, em realidade, chegaram a ir mais longe, pois viram no povo a categoria essencial, a realidade básica de nossa história e estabeleceram, a partir daí, uma ideologia política e mesmo uma filosofia. Não pretendemos tanto e nem nos parece que a noção do povo seja fundamento sólido para tudo isto. Em verdade, a exaltação nacionalista do povo confunde, em vez de esclarecer, o sentido real da participação política das massas. (WEFFORT, 1978, p. 58)

⁶⁰ Para Weffort, neste momento, o êxodo rural trouxe grandes contingentes da população a uma participação e ou massificação ampliada e prematura, onde sua participação no processo político passou de limitada a ampliada. Em conjunto ao sucesso da política varguista em melhorar as condições de vida e consumo desta população (ligadas a tradição patrimonial, sem experiência da luta sindical e individualista) desencadearam nestes uma visão de revolução individual. Portanto, neste momento, Weffort chega a sugerir que a reflexão

cenário nacional, mais a crise de representação do poder e a possibilidade da participação das massas na política jogavam a responsabilidade de ser o Estado, o organizador e condutor dos “rumos da Nação”, muitas vezes como relações típicas (para utilizarmos o termo weberiano) de dominação entre líder e massa. Deste processo resultaria que:

A peculiaridade do populismo vem de que ele surge como forma de dominação nas condições de “vazio político”, em que nenhuma classe tem a hegemonia e exatamente porque nenhuma classe se afigura capaz de assumi-la. Convém lembrar que o populismo aparece quando se dá a crise da hegemonia oligárquica e das instituições liberais que obrigam a um amplo e instável compromisso entre os grupos dominantes, presidido pelo fortalecimento do executivo e do poder econômico e administrativo do Estado (WEFFORT, 1978, p. 159)

Tal interpretação focava na ideia de ruptura de um ponto central, afastando o autor das teorias em voga na época que se alinhavam ao economicismo, psicologismo e sociologismo presentes na análise de grupos de pesquisa rivais como o ISEB, o PCB e a CEPAL⁶¹.

Portanto, o trabalhador de migração recente e “marginal” os moderno sistema industrial era o mais propenso a cair nas mãos da manipulação populista, enquanto o operário urbanizado, já integrado ao sistema era menos afeito a tal pregação. Ou seja, aqui encontramos um retrato ambíguo do populismo, onde, de um lado temos a satisfação dos interesses reais da massa, e de outro, a forma irracional de liderança baseada numa relação direta entre líder e liderado, sem mediação de quaisquer organizações (ZALUAR, 1985).

Se neste primeiro momento notamos certos exageros por parte do autor, a fim de, em parte, até comprometer sua cientificidade, em seu texto “Raízes Sociais do Populismo”

sobre o populismo deva partir das “relações individuais” o que faz com que, neste momento, a teoria da modernização estivesse no centro de sua análise. Segundo Weffort: Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. (...) Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Contudo, existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade ou ligação nacional alguma, nem organização política, assim, não constituem uma classe. São conseqüentemente incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome (...) Não podem representar-se, precisam ser representados. Ao mesmo tempo, seu representante tem que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva". Assim, ela só encontra sua unidade de classe na luta política pela submissão a um senhor, a uma chefia que lhe é imposta pelas condições da luta política que, no fundamental, se move pelos interesses de outras classes. Ela só pode aparecer, manifestar-se como classe, no momento em que aparece como massa devotada a um chefe. (WEFFORT 1978, p.78).

Nesse sentido, afirma Alba Zaluar (1985) que se ao privilegiar a política em seu estudo, muitos aspectos da aliança entre os políticos e as lideranças populares (que atuavam como mediadores) seu trabalho sublinhas a dependência do eleitor pobre, desagregado, inculto e individualizado, os resultados deste estudo foram etnocêntricos.

(1965), fica mais visível a Sociologia da Escola Sociológica Paulista, principalmente a de Florestan, utilizando a um só tempo categorias marxistas⁶², weberianas e durkheimianas no intuito de que forneçam outras bases para a teoria do populismo. Percebe-se uma mudança de postura entre o primeiro e o segundo texto aqui analisado, como se Weffort estivesse buscando aceitação acadêmica, utilizando-se de linguagem mais densa, como percebe-se no texto abaixo:

Assim, a descrição de conexões de sentido necessariamente concebe o fenômeno em estudo fora de uma totalidade histórico-concreta. Em nosso caso, porém, este caráter obrigatoriamente a-histórico da análise tem a significação particular, e talvez insólita, de que tomamos a história "em abstrato". Com efeito, não fazemos uma análise dinâmica do populismo, pois não temos todos os elementos necessários para elucidar sua função e significação no processo histórico brasileiro concebido como totalidade concreta. Não obstante, fazemos a descrição de sentido de um fato visto como momento de uma totalidade histórica que, se não está empiricamente dada no contexto da análise, pode, porém, por força deste mesmo contexto, ser imaginada como possível. Em outros termos: nossa análise de sentido se abre para um conhecimento totalizante, pois supõe a vigência de uma totalidade histórica como seu horizonte. Este suposto altera o caráter da descrição, ou melhor, amplia seus limites. (WEFFORT, 1965a, P. 40, 41)

No entanto, tal vocabulário intelectualizado deixa claro na passagem acima que o aperfeiçoamento do conceito de populismo para a análise da realidade brasileira se dará de duas formas: o conceito de massa seria compreendido por uma matriz weberiana utilizando as relações típicas de dominação como podemos ver no trecho a seguir:

A compreensão de sentido, na orientação definida pela sociologia de Weber, deveria ater-se aos conteúdos da consciência individual, o que significa, em nosso caso, focalizar as relações líder-massa, típicas do populismo em termos das formas de legitimidade das relações de dominação. Esta perspectiva - adequada para a compreensão do sentido que se atribuem reciprocamente o líder e os indivíduos conglomerados na massa - parece-nos, não obstante, insuficiente, pois a exigência de esclarecimento das diferenças sociais efetivas entre a liderança carismática de Jânio Quadros e a liderança patriarcal de Adhemar de Barros conduz a análise a transcender a consciência individual e a orientar-se para compreendê-las como formas de consciência de classe. (WEFFORT, 1965a, P. 40, 41)

⁶¹ Embora seja uma posição controversa, segundo Maria Célia Paoli, já se colocava nesse texto a questão do vínculo histórico da autonomia operária como condição para a democracia

⁶² Em sua obra, *O longo bonapartismo brasileiro*, derivada de sua tese de doutorado, Felipe Demier (2013) defende a tese de que Weffort, tenha sido influenciado unilateralmente por uma leitura Trotskista, fruto da orientação de Florestan Fernandes, o que além de empobrecer a teoria destes dois intelectuais, incorre em erros de mérito, o primeiro que Weffort nunca fora orientado por Florestan como já vimos, o segundo que Florestan por mais que tivesse contribuído para a elaboração de vários conceitos que são suporte ao conceito de populismo, este nunca fora um entusiasta do conceito de populismo in totum, como já vimos.

E por uma matriz marxista⁶³ de viés classista, onde a massa seria desprovida de consciência de classe:

Como se perceberá no andamento do trabalho, a noção de consciência de classe se constitui no próprio núcleo de nossa interpretação do populismo. Não obstante, dada a ausência de elementos empíricos que nos permitam uma análise totalizante e concreta, a superação do âmbito da consciência individual não significa a superação dos limites mais gerais da orientação tipológica que indicamos anteriormente. Portanto, apesar de que a noção de consciência de classe oriente a análise na linha das conexões entre a consciência e a posição estrutural de um grupo, não temos a possibilidade de superar radicalmente o nível descritivo, pois, no fundamental, somos obrigados a operar com os recursos de imputação de sentido. (WEFFORT, 1965a, P. 40, 41)

Em sua visão, as classes em formação no Brasil, no que diz respeito, principalmente a sua visão econômica, não se situam como classe, mas sim como massas, ou seja, uma classe sem consciência, de essência imperfeita, e é deste fator, no momento que se depara com o político que temos o nascimento do populismo. E é aqui, por fim, que se encontra o caráter funcionalista que esta interpretação daria a classe trabalhadora e ao fenômeno do populismo na sociedade brasileira⁶⁴ (BARBOZA FILHO, 1980).

Segundo Rubem Barboza Filho (1980) a partir do momento que as classes não se manifestam enquanto tal, Weffort apela para a via liberal da reflexão na sua versão da teoria da sociedade de massas. Embora Weffort utilize o exemplo da pequena burguesia de o 18^o brumário de Marx (desconsiderando o anacronismo que tal suposição engendra), tal exemplo só é utilizado por esta não poder ser considerada como classe.

Ao modo da Escola Sociológica Paulista, Weffort tenta unir Weber a Marx no intento de deixar claras as conexões entre as “formas de legitimidade” e suas “situações de classe”, já que desta forma seria possível encontrar as conexões dos “modos de expressão de consciência de classe” (WEFFORT, 1965).

Embora se tente ligar diretamente os textos de Weffort a uma análise puramente classista de recorte marxista, o fenômeno do populismo explicitamente deslocava o tema da sociologia para a política, no qual os escritos de Weber se faziam sentir predominantemente.

Outro fator importante foi a de que em 1964 a convite de Fernando Henrique Cardoso, Weffort foi a CEPAL, este contato com novas bibliografias como Gino Germani, Torquato di Tella, Medina Echevarria e Anibal Quijano, que se movimentavam pelo espectro liberal e

⁶³ Bem comum na Escola Sociológica Paulista como dito acima

⁶⁴ Embora os processos acadêmicos da USP se vissem na órbita da cadeira de Sociologia I, temos que nos lembrar que Weffort teria buscado orientação em outra órbita, sendo esta a Cadeira de Política, com Paula Beiguelman, portanto, acredita-se, que não há o que se falar, no caso de Weffort, numa busca por aceitação de Florestan Fernandes (TAUIL, 2017), como era o caso de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, dentre outros.

desenvolvimentista no que diz respeito a seu entendimento sobre a economia, a política e a sociedade, foram importantes para sua formulação do conceito de populismo (TAUIL, 2017).

A partir de sua tese de doutorado (1968) Weffort trabalha com a transformação das massas em classes populares com a possibilidade de sua inserção nas estruturas de poder. Nesse sentido seria necessária a presença de um novo ator que traria um equilíbrio destas forças, representado pelas classes populares que teria como função uma pressão sobre o Estado com o alargamento da participação popular na política, seja de maneira eleitoral, seja na obtenção dos direitos sociais. Assim como pressão sobre as estruturas econômicas e do mercado com a ampliação das possibilidades de emprego e consumo.

No entanto, este repete a proposta de seus trabalhos ao mostrar que este novo ator seria proveniente de duas fontes, os processos de industrialização e a migração campo-cidade. Tal fato acontece em um momento de crise política, pois as oligarquias agrárias encontravam-se em decadência econômica devido à crise de 29 e dos efeitos da Primeira Guerra Mundial. Portanto, havia um espaço político deixado e ignorado pelas classes médias em surgimento que vem a ser encampado pelo poderio do Estado (WEFFORT, 1968).

Desse modo, não significa a dissolução da lealdade grupal de setores já integrados ao processo industrial, com a ampliação de suas possibilidades de consumo e das técnicas de manipulação, mas conduz, primariamente, à dissolução dos vínculos de lealdade aos padrões tradicionais vigentes nas áreas rurais. As condições sociais insatisfatórias associam-se, em seus efeitos políticos, a outro aspecto importante para que se compreenda o processo de massificação. A passagem do campo à cidade, ou do interior à cidade grande, significa o primeiro passo para a conversão do indivíduo em cidadão politicamente ativo e para a dissolução dos padrões tradicionais de submissão aos potentados rurais. (WEFFORT, 1968. p.148-149)

Ao Estado coube, então, a incorporação das novas massas, de maneira cuidadosa de modo a não resultar em nenhum desequilíbrio nas relações econômicas, políticas e ideológicas, já que nem as oligarquias e nem as classes populares ascendentes estariam aptas a assumir tal papel, pois sempre quando chamadas a suas funções tais classes emitiam posições por demais obscuras. Portanto, é desta relação de tutela do Estado que Weffort utiliza de expressões como “estado de compromisso”, “ideologia de estado” e “árbitro de classes”.

Entretanto, este arranjo político ensejaria sua própria contradição, ou seja, ao mesmo tempo em que as massas estariam incorporadas ao mundo da economia tanto do incremento do consumo quanto de obterem um emprego, também estariam incorporadas no sentido político com a possibilidade de votarem, de obterem educação, assim como algum elemento de direito social, sua condição social permanecia na mesma base de origem, alavancando o

grau de insatisfação destas massas. O resultado de tal sistema social não poderia ser outro senão seu inevitável colapso, segundo Weffort (1968).

Por mais que as massas pudessem ser consideradas intelectualmente atrasadas e que isso as afastaria da política, há aqui um diagnóstico equivocado, segundo Weffort (1968), pois a urbanização e industrialização inevitavelmente as levaria a política e gradualmente ao elevamento da racionalidade, mesmo que isto apenas representasse a manifestação racional de seus próprios interesses, através da elevação dos níveis de aspiração devido à pressão popular sobre o consumo, no qual contribuem os meios de comunicação de massa ⁶⁵.

Quando uma sociedade tradicional é atingida por processos de modernização que eleve as aspirações da massa e cuja implantação seja relativamente barata, figuradas no acesso ao cinema, rádio, T.V., aos ideais de direitos dos homens e as constituições escritas. Quando se impõem a uma sociedade onde a expansão econômica permanece atrasada, onde há falta de capacidade organizativa em relação aos mercados estrangeiros, mesmo com um esforço para constituir uma capacidade distributiva, o processo fica sem solução quando tais aspirações elevam-se acima das possibilidades de satisfação (WEFFORT, 1968).

Aqui Weffort (1968) trabalha com a ideia de que o Brasil teria, de certo modo, “dado um passo maior que as pernas”, ou seja, não haveria condições estruturais para um desenvolvimento artificial e uma democratização de acesso a informação e bens de consumo sem uma democratização da sociedade. Tal fator só levaria esta sociedade a contradições e incongruências, entrando em crise no seu aspecto racional sendo substituída por situações de massa carregadas de emoções.

Neste momento, Weffort percebe um paradoxo na sua teoria e na observação da massa, por um lado estas serviriam de manipulação⁶⁶ por parte da condição populista, utilizando até termos mais pesados que fizesse referência a falta total de racionalidade e autonomia como “massa de manobra” ou “parceiro fantasma” (1965) e se oferecendo como fonte de legitimação do “líder-massa”, por outro lado algumas insatisfações começariam a

⁶⁵ Teria aqui a teoria do populismo sucumbido ao racismo científico como defendido por Jessé de Sousa (2015)

⁶⁶ Embora como dito anteriormente haveria uma busca de intersecção entre as teorias de Marx e Weber na proposta conceitual do populismo para Weffort, neste ponto este se distancia das formulações de Marx em O 18 Brumário onde na relação entre Luís Bonaparte e os camponeses: “A manipulação se daria através da apropriação, pelo líder, de aspirações específicas das massas urbanas, atendendo-as na forma de “doação”. O mecanismo se completaria na transferência de carisma efetuada pelo líder em favor do Estado e, em última análise, para a classe dominante. A possibilidade desta transferência estaria dada na transformação da doação em função do Estado, uma vez efetivada. Ou seja, a dominação cede lugar ao conceito de manipulação, esvaziando-se, ainda mais, a questão de classe na análise” (BARBOZA FILHO, 1980. p.167)

surgir que alterariam toda a visão de sindicato oficial e movimento dos trabalhadores no sentido populista.⁶⁷ Em essência temos que:

A conquista da cidadania, ou seja, da igualdade de direito, não elimina a desigualdade de fato; antes, pelo contrário, dá a possibilidade de que se manifeste a insatisfação em face da desigualdade. Esta dupla determinação da situação social e política das massas é uma das raízes para a explicação da ambiguidade permanente de seu comportamento no período do populismo: as classes em ascensão servem a legitimação do regime na medida em que pressionam através das políticas populistas, pela sua incorporação política e econômica ao sistema; mas neste mesmo processo de incorporação elas trazem para o cenário político suas insatisfações presentes e, deste modo, tendem a converter-se em permanente ameaça de superação do status quo. Assim, toda política populista paga um preço pela adesão popular, qualquer que seja a amplitude de sua capacidade de manipulação.” (WEFFORT, 1968, P. 139).

Tal categoria, manipulação, é polêmica já que esta pode possuir certa ambiguidade⁶⁸ ao mesmo tempo em que se torna forma de controle do Estado sobre as massas, assim como atendimento de suas demandas. Já que os trabalhadores brasileiros não tinham a mesma experiência das tradições de luta na Europa (aqui temos os países centrais como contra ponto, ou norte a ser atingido). Portanto, o populismo no Brasil se relaciona diretamente como um acesso à participação política e social (GOMES, 1996).

É neste ambiente que se constitui a essência do populismo, onde o setor moderno se assenta sob as estruturas herdadas da velha sociedade oligárquica, tornando a política de alianças imprescindível. Enquanto na Europa a modernização já contava com uma burguesia autônoma que já havia transformado as estruturas tradicionais de propriedade e poder, o movimento operário nasce como tal com uma ordem burguesa já constituída, e neste ponto, faz sentido a noção de uma oposição frente a uma classe, seja pela via reformista, seja pela via revolucionária. Diferentemente do que ocorre no Brasil, onde, segundo Weffort e retomando as abordagens clássicas da Escola Sociológica Paulista, não há uma burguesia⁶⁹ aos moldes europeus, o que formaria o processo de contra-posição já que o operário nasceria sem a

⁶⁷ Nos referimos aqui ao trabalho de Weffort sobre a greve de Contagem e Osasco (1973), como o de José Álvaro Moisés sobre a greve dos 300 mil.

⁶⁸ Desta forma, a ambiguidade de Weffort para com a autonomia das classes trabalhadoras remete a influência de sua orientadora por um lado, e um funcionalismo, tanto quanto ingênuo que fora apresentado por Florestan e vários outros autores da Escola Sociológica Paulista no que dizia respeito ao trabalho do ex-escravo de que era a falta de capacidade técnica a responsável por muitos outros processos estruturais, assim como faz Weffort com o operariado imigrante. Estes estão marcados pelos modos ideológicos da dominação que destrói a iniciativa e criatividade da massa, das quais somente uma minoria de intelectuais pode se libertar (o que explica, de certa forma, as posições e a importância que Weffort conferia a participação dos intelectuais na direção do PT),

⁶⁹ A pequena burguesia se comporta como lupen proletariado ou seja, sem consciência de classe e o operariado que deseja ser pequena burguesia também não a possui.

burguesia plenamente constituída obstando também esta a se organizar enquanto classe. Portanto, como não haveria uma luta de classes, já que não poderia haver uma luta entre não-classes, estas se escorariam em uma forma de compromisso ou alianças⁷⁰ (BARBOZA FILHO, 1980).

Há aqui, no pensamento de Weffort uma relação mais profunda, qual seja, a de uma assimetria nas relações sociais, onde o emissor das políticas populistas ou dos discursos é considerado como o pólo forte e ativo, enquanto o receptor é fraco e passivo por não se organizar enquanto classe. Desta forma, sobra a opção de que as massas não eram atores, mas objetos manipulados e cooptados, ou seja, destituídos de uma opção racional ou consciente (GOMES, 1996)

Embora as relações entre Estado e classe trabalhadora tenha se dado na esfera da manipulação de massas, esta nunca fora absoluta, já que este mesmo autor diz que se fosse assim estaríamos aceitando a visão liberal elitista⁷¹ que vê no populismo uma anomalia alimentada pelas instâncias emocionais do povo e pela falta de princípios dos líderes.

Portanto, podemos dizer que a análise de Weffort sobre as relações entre Estado e classe trabalhadora são conduzidas de forma ambígua, as vezes como interlocução quando as massas pressionariam o poder além de participar, por mais que se mobilizassem a sombra da esquerda nacionalista, em outras como manipulação⁷². No entanto, cabe aqui dizer que até o texto sobre as greves de Contagem e Osasco e sua Tese de Livre-Docência (1972), a maneira de ver de Weffort, pautou-se mais pela segunda opção, onde os conceitos são elaborados de forma até um tanto quanto caricata derivada dos conceitos de manipulação, emocionalidade, relações individuais e traição etc.

Neste momento de seu pensamento, o Estado não seria mais visto como reflexo da crise de hegemonia ou como o loco da costura de alianças, pacto ou compromisso, mas sim de

⁷⁰ Embora em seu percurso intelectual, como veremos, Weffort substitui o termo manipulação por “alianças”, o segundo termo apenas substituiu o primeiro mantendo assim a mesma carga significativa

⁷¹ Podemos dizer então que há um espectro liberal que ronda a teoria do populismo produzida por Weffort, ou seja, que pode ser visto no momento em que este caracterizaria a incompletude da burguesia nacional, e de atraso geral da sociedade brasileira supondo um modelo de completo de existência (BARBOZA FILHO, 1980).

⁷² Tal traço de ambiguidade pode ser vista na seguinte passagem: Ainda é cedo para definirmos para que caminho se orienta o processo político brasileiro depois da queda de Goulart. Não obstante, talvez seja possível concluir, à luz da análise anterior, que chega ao fim, com a ascensão dos militares, o processo de democratização do Estado por meio do populismo. Isto não significa dizer que estão cortadas em definitivo as possibilidades de que as pressões se façam sentir no poder. Significa, porém, que já não subsistem condições para que a pressão popular mantenha sob sua forma espontânea a mesma eficácia que possuía. Com efeito, o novo poder instaurado pelos militares parece marcar o fim do mito de um Estado democrático de todo o povo e, deste modo, assinala um ponto de inflexão na história política brasileira (WEFFORT, 1972).

uma relação de dominação através da repressão⁷³ em relação aos trabalhadores com a destruição de qualquer forma de organização independente (BARBOZA FILHO, 1980).

Esse processo de reavaliação dos conceitos de Estado, sociedade civil e democracia se deu pelo contato do autor com a literatura gramsciana que havia sido a pouco introduzida no Brasil, além é claro de uma leitura althusseriana. Como esse mesmo expressa:

A decepção, mais ou menos generalizada, com o Estado, abre caminho depois de 1964 e, sobretudo, depois de 1968, à descoberta da sociedade civil. [...] Quando se quer entender porque o Estado tomou a dianteira na transição, não se pode esquecer que, depois de 1968, a sociedade civil brasileira fora reduzida à impotência, fragmentada no extremo limite. [...] Nós queríamos ter uma sociedade civil, precisávamos dela para nos defender do Estado monstruoso à nossa frente. (WEFFORT, 1984. p.93).

Portanto é nessa efervescência criada com a introdução das hipóteses gramscianas embora não evidenciando explicitamente em suas obras, vão se reportar a Gramsci⁷⁴. Deste modo, podemos compreender a necessidade de Weffort em utilizar conceitos caros ao autor italiano para analisar o fenômeno do populismo a partir da década de 70, como o de hegemonia e a relação entre o Estado de compromisso ao cesarismo.

Tal compromisso ocorre devido o aceno às massas como instrumento a fim de criar momentos de legitimidade em momentos de crise, de incerteza ou instabilidade política tanto das velhas oligarquias rurais como dos novos segmentos industriais e do empresariado urbano.

Não que Weffort tenha se convertido a discípulo do autor sardo, mas o conceito de Estado de compromisso é fundamental para entender o crescimento, e de certa forma, a continuidade de sua teoria do populismo, onde o compromisso se apresenta entre as classes dominantes, para a manutenção e equilíbrio dos poderes criando espaço para a insurgência do líder carismático que se confunde com o Estado, e entre Estado (Príncipe) e classes populares, que se integram ao cenário político mas de forma subalterna.

Crise hegemônica que se inicia em 1930 evidenciando a incapacidade das classes médias e trabalhadoras a fim de apresentar um novo projeto de Estado e sociedade. Desta

⁷³ Se em um primeiro momento na teoria de Weffort havia pelo menos uma relação generalizada dos líderes populistas com as massas, a fim de criar o aspecto consensual do populismo, neste segundo momento da reflexão estes são organizadores destas relações através da dominação do sindicato populista que agora nasce como estratégia de Vargas para reforçar seu poder político e pessoal em uma situação de instabilidade da aliança e compromisso com as classes dominantes (BARBOZA FILHO, 1980).

⁷⁴ Marco Aurélio Nogueira, em entrevista concedida em 1991 afirmava que, dentro da USP, Gramsci era interpretado como uma alternativa ao Marxismo: “apreendia-se Gramsci como um meio termo entre o marxismo e o liberalismo”, Desta forma, as portas para se inserir Gramsci, seja no âmbito da esquerda ou no campo dos liberais, estavam abertas.

forma é que a Revolução de 1930 pode ser entendido em termos de Revolução Passiva e Modernização Conservadora encabeçada ainda por forças oligárquicas, capazes de se aliançarem aos segmentos industriais, as classes médias urbanas e as classes populares emergentes. Neste momento, o Estado com Getúlio Vargas se coloca como instrumento de transição, já que a sociedade civil é instável e subalterna.

Embora o segredo do sucesso da era populista tenha sido a satisfação de algumas demandas dos trabalhadores, o centro deste conceito como entendido por Weffort, está na junção entre repressão estatal e manipulação política, onde a satisfação dos trabalhadores eram apenas “migalhas” geradas pela famigerada conciliação ou “aliancismo” de classes (WEFFORT, 1972).

Desta forma, a premissa, repressão, manipulação e satisfação das massas continuaram presentes na obra de Weffort, mas não da mesma forma como veremos adiante.

Essa ação repressiva do Estado impede que as classes subalternas construam organizações políticas autônomas que permitiriam que esta participasse da partilha do poder. Portanto, tal falta de participação ocorria por um erro estratégico das lideranças que não conseguiria colocar como objetivo a independência do operariado, e não como óbice de uma determinação mecânica estrutural (BARBOZA FILHO, 1980).

Deste ponto de vista, nos parece que a espontaneidade das massas deveria ser meticulosamente modelada por lideranças, detentoras teóricas do projeto da classe operária, que seriam responsáveis por sua direção e sentidos (BARBOZA FILHO, 1980).

Os trabalhadores estavam, portanto, cerceados pela manutenção da legislação corporativista e a tutela estatal dos sindicatos, traídos pelas lideranças sindicais e pelos comunistas. Tal interpretação, tanto ao lado dos elitistas quanto dos liberais de que havia uma sociedade civil incapaz de organização e uma classe trabalhadora débil aos quais se impõem um Estado preparado com mecanismos repressivos e persuasivos que seriam capazes de manipular, cooptar e corromper, ganham contornos mais estranhos ao ser acrescida de um marxismo que via certo tipo correto de ação para a classe trabalhadora. Caso houvesse um desvio, a explicação só poderia ser dada através de conceitos como “poder repressivo do Estado”, “manipulação ideológica” e “práticas demagógicas”⁷⁵.

Em suma, segundo Weffort, o populismo se constituiria de indivíduos que simulariam entidades anexadas e dependentes do Estado, portanto o nacionalismo seria o amálgama no

⁷⁵ Fica claro que a sociedade brasileira para Weffort carece de instituições políticas sérias, como um sistema partidário, o que tornaria as massas mais arregimentáveis ao populismo. É óbvio que aqui o ponto de

campo social e o “estado de compromisso” no político, já o agente de desenvolvimento referir-se-á a necessidade da intervenção da condução do Estado na economia.

Para Weffort, o populismo em seu viés nacionalista não estimularia a organização partidária. As relações Estado e sociedade se dariam diretamente, sem mediação de sindicatos ou partidos por serem nada mais que anexos ao próprio Estado. Neste contexto o líder fala direto ao povo-comunidade e não a uma classe específica retirando assim a sua capacidade de organização e pondo fim a revolução democrática iniciada em 1930.

Portanto, em um contexto onde que há a falta de hegemonia de alguma classe que organize as estruturas sociais, econômicas e políticas, todos se voltam ao Estado a espera de iniciativas, mas este encontra-se paralisado pela “redução das margens de compromisso”, o que aumenta a pressão popular urbanizada que acaba por se ideologizar, alterando o esquema da manipulação e agravando os problemas de tal estrutura.

Haverá que convir que nas condições estruturais típicas de um país dependente, esta não era uma tarefa simples. Exatamente porque a pressão popular se dirige sobre a ampliação do consumo e da participação política, ela impõe ao capitalismo dependente um sério desafio: compatibilizar desenvolvimento econômico e desenvolvimento democrático. E isto significa em última instância romper radicalmente com toda a passada formação das sociedades dependentes. Os movimentos populistas, nascidos desta crise de formação e, portanto, desde o nascimento comprometidos com ela, tiveram o mérito de propor a tarefa, mas se revelaram incapazes de realizá-la. (WEFFORT, 1968, P. 140)

Em 1969 Weffort teria sido convidado por Fernando Henrique Cardoso para fazer parte do CEBRAP onde realizaria pesquisas até 1976, neste intervalo de tempo aprofundou seus estudos sobre o movimento sindical durante a época populista assim como as relações políticas da classe operária.

Como vimos acima, Weffort já prenunciava o surgimento de um novo ator político a época. Desta forma, tanto este autor como a do grupo de estudos chamado “grupo da classe” do CEBRAP do qual participavam José Álvaro Moisés, Luís Werneck Vianna, Regis de Castro Andrade, Ingrid Sarti e Maria Hermínia Tavares de Almeida debruçaram-se sobre o tema da classe operária e sua necessária autonomia e independência do Estado.

A partir de 1972 em sua tese de livre-docência Weffort assumia cada vez mais um papel de crítico, quando não ressentido, com a atuação da chamada “esquerda oficial” e nacionalista, que por um erro de leitura da conjuntura, fora responsável direta e indiretamente

comparação e também de descompasso da sociedade brasileira é o modelo ideal da democracia representativa europeia.

pela vitória do golpe militar de 1964. Nesse momento sua crítica passa a ser mais contundente ao corporativismo sindicalista apresentado na conjuntura política de 1945–1964.

Para Weffort, esta esquerda oficial representada principalmente pelo PCB, não só fracassou diante do regime que surgiu como fazia parte essencial da estrutura ideológica do período através e principalmente do “estado de compromisso”, “do aliancismo de classe” e da dependência ao Estado representada por esta.

Mais uma vez percebemos certa ambiguidade no que diz respeito a consciência de classe, já que ao mesmo tempo que faz críticas duras ao PCB e a esquerda oficial, parece resolver a ambiguidade, anunciando a importância política dessa para concepção das mudanças sociais, no sentido de que havia uma relevância na “independência de pensamento” do operariado da época (WEFFORT, 1972).

Neste ponto, Weffort estaria revendo sua posição com relação à ideia de determinação estrutural de classes e à noção elitista de consciência esclarecida da esquerda, que anunciava sua capacidade de “ir ao povo”, acreditando-se capaz de entender determinados comportamentos sociais de acordo com a noção de “consciência de classe”. Com esta crítica, Weffort estaria anunciando, além da importância da política para a compreensão das mudanças sociais, também a relevância da “independência de pensamento” do operariado da época, com uma capacidade de tomar posições autônomas nas transformações que estariam por vir. Desta forma busca demonstrar que haveria certa dinâmica interna do operariado de forma independente e sujeito da própria história a nível político:

Primeiro, desconsideram a influência da política sobre a formação das atitudes individuais, correndo assim o risco de superestimá-las como condição do comportamento de classe quando elas próprias são, em ampla medida, o produto de conjunturas e de processos históricos complexos que envolvem precisamente a política. (WEFFORT, 1972, P. XVII)

Rafael Marchesan Tauil em sua tese de doutorado faz uma rápida síntese do que Weffort denunciava neste trabalho:

- 1) A submissão do sindicalismo oficial à estrutura estatal, incapacitado, desta maneira, de dar respostas à contradição capital x trabalho, sua principal função nas sociedades capitalistas em desenvolvimento;
- 2) O ideário nacionalista que emprestava sentido e justificava esta aproximação, destituído de qualquer capacidade crítica de leitura política da realidade;
- 3) A incapacidade da ideologia nacional-desenvolvimentista em perceber a importância da autonomia do movimento operário em relação ao Estado e a relevância que este novo ator político poderia/deveria assumir diante daquele contexto político e econômico;
- 4) O potencial deste novo ator em romper e enterrar de uma vez por todas a herança varguista do sindicalismo corporativista – resquício ainda das influências do fascismo italiano;

- 5) A “politização” das greves e dos demais movimentos sociais que acabavam por neutralizar este novo agente político;
- 6) O colaboracionismo de classes, obstáculo principal para uma ruptura de fato com a estrutura político-econômica herdada da era Vargas; e por fim
- 7) A leitura incorreta da conjuntura feita pelo PCB, que não acreditava que um golpe estivesse pela frente e apostava em uma estratégia pacífica de política. (TAUIL, 2017. p. 71)

Ora, se Weffort parte da crítica a esquerda oficial de uma maneira até mais radical que nos seus escritos anteriores, como poderia conceber autonomização da consciência operária que de certa forma resolveria totalmente a ambiguidade apresentada em alguns trechos destas obras?. Para tanto, Weffort inclui um novo ator em suas considerações, por ver o PCB atado a uma estratégia que o paralisava e o tornava ineficiente, pois, ao mesmo tempo em que controlava os sindicatos era cúmplice ideológico do Estado, e que seria incapaz de se aproximar dos setores da economia privada que se encontrava em pleno crescimento, principalmente na década de 60, portanto era daí que sairia o elemento político de transformação, qual seja, a classe trabalhadora desvinculada ao setor público ou ao setor industrial decadente.⁷⁶

Com o controle dos sindicatos, mas identificados com o nacionalismo e com a burguesia nacional, os comunistas, juntos com Goulart, terão que dar prosseguimento a uma orientação voltada para os setores decadentes da indústria e para o setor público, revelando-se incapazes de assumir o controle sobre a classe operária dos setores privados modernos, ou seja, dos setores potencialmente decisivos do movimento operário. (WEFFORT, 1972a, P. IV.24)

Para Weffort, os comunistas teriam sido ingênuos em considerar a aliança com o governo Vargas uma via de mão dupla já que este sempre os procuraria como aliados em última opção ou quando não havia outra estratégia, e estes teriam apenas o interesse de aderir ao governo do que buscar uma aliança propriamente dita. Aliança realmente, segundo Weffort só ocorreria durante a constituinte, quando os comunistas participam na frente junto ao quererismo⁷⁷.

É nesta linha de colaboração de classes que se inicia com o governo Vargas, que podemos encontrar, segundo Weffort, o caminho do funcionamento da estrutura sindical oficial, grande responsável por atrelar os interesses da classe operária à dependência do Estado. Para este autor a crítica recai sobre o Partido Comunista de maneira atroz, seja em sua

⁷⁶ Muito provavelmente a influência aqui vem de Fernando Henrique Cardoso, principalmente com seu livro sobre o empresário industrial no Brasil.

⁷⁷ Embora este ponto da tese de Weffort seja pouco elucidativo para a tese que propomos, ela nos esclarece algumas atitudes que Weffort tomou enquanto secretário-geral em relação às áreas mais radicais do PT.

subordinação a Vargas quanto na incapacidade de assumir certa independência perante as posições políticas dominantes no país à época⁷⁸.

Desta forma, ao aceitar a subordinação, os Comunistas declaravam-se ser incapaz de suplantar o carisma de Vargas, ao mesmo tempo em que seria incapaz de organizar de maneira autônoma a classe operária. Consequência disso, os sindicatos atuavam como traidores dos trabalhadores no momento em que dificultariam a organização destes, como por exemplo a política anti-greves adotada pelo partido e o apoio às políticas de compressão salarial (“apertar o cinto” dos trabalhadores).

Operava-se assim desde o início um processo de inversão nas funções normais dos sindicatos. De associações que normalmente se definem primeiramente como de representação econômica e só secundariamente de relevância política, os sindicatos brasileiros começavam a transformar-se em associações onde a ênfase maior seria dada à mobilização política que interessava ao governo, em detrimento de suas funções de representação dos interesses econômicos da classe operária. Mais ainda, assumiam eles a função adicional de controlar, e onde isto não fosse possível, reprimir as reivindicações econômica. (WEFFORT, 1972a, P. II.35)

Portanto, as críticas de Weffort ao PCB vão além do aliancismo destes, mas também de suas contradições, como no caso das greves que eram entendidas como provocação no governo Vargas, passa a ser direito dos trabalhadores no governo Dutra⁷⁹. Nas palavras de Weffort:

(...) nem a UDN nem o P.C. tinham nada de novo a oferecer como alternativa a esta ideologia [ideologia de Estado], refugiando-se a primeira no liberalismo jurisdicista anterior a 30 como última e desesperada resistência às heranças do Estado Novo, enquanto que o segundo, descomprometido com os ideais liberais, tendia facilmente a abandonar suas proposições iniciais ou a dissolvê-las em compromissos com a ideologia dominante. Assim, os comunistas não foram capazes senão de uma defesa débil e confusa do direito de greve, identificaram-se com a ideologia dominante nos debates sobre a Justiça do Trabalho e terminaram por ceder tudo ou quase tudo no dispositivo sobre a liberdade de associação sindical. (WEFFORT, 1972a, P. II.35)

Outra contradição detectada por Weffort, e, ao mesmo tempo objeto de uma crítica mais virulenta por conta talvez, da quantidade de pouco orgulho, quando não de humilhação

⁷⁸ Neste momento de radicalização de sua teoria temos que Weffort vira no sucesso de Vargas entre os trabalhadores uma: “conspiração” das classes dominantes, sempre criadoras de dispositivos ideológicos, mecanismos eficientes de controle social, meios habilíssimos de propaganda política, instrumentos sutis de doutrinação das mentes, entre outros meios para manipular, dominar e desvirtuar os assalariados de seus “reais” e “verdadeiros” interesses” (WEFFORT, 1972).

⁷⁹ É neste governo, segundo Weffort, que começa o desmonte do sindicalismo populista

que os dirigentes comunistas se faziam passar para se constituir como partido da ordem da mesma forma em que eram condenados pelo Estado⁸⁰.

Em um texto de 1973 “Origens do sindicalismo populista”, retirada de sua tese de livre docência, Weffort demonstra que a causa desta ambiguidade nas posições do PCB derivariam de sua origem pequeno burguesa como podemos ver quando este nos diz:

Em realidade, é difícil saber o que terá sido mais importante, se os compromissos exigidos por sua política na conjuntura, se o fascínio que esta ‘ideologia de Estado’ exercia sobre este partido que não podia deixar de evidenciar as influências ‘tenentistas’ e nacionalistas de fundo pequeno-burguês que vem dos anos 1930 e que certamente se acentuam quando se submete à liderança de Prestes. Apesar da notória penetração conquistada nestes anos pelo P.C. junto à classe operária, penetração que tenderá a uma rápida decadência no período posterior até 1964, este partido se diferenciava bastante dos tipos mais comuns de partidos operários. Esta formação nacional pequeno-burguesa do P.C. é certamente um fator a mais para explicar seu comportamento na conjuntura da redemocratização do país. (WEFFORT, 1973c, P. 99)

Por fim, segundo Weffort, o posicionamento e a ação do Partido Comunista Brasileiro só podem ser compreendidos antes e pós o suicídio de Vargas⁸¹, sendo que no dia seguinte a sua morte, o partido teria sido oportunista ao se colocar como defensor da Era Vargas a fim de coordenar e guiar as massas. Tal tradição nacional-populista permearia o pensamento e a ação dos comunistas até 1964⁸².

No mesmo ano de sua tese de livre-docência, Weffort escreve um texto em que confere importância a autonomia dos trabalhadores e aos movimentos de greve, intitulado “Participação e Conflito Industrial (Contagem e Osasco – 1968)”. Neste artigo, Weffort deixa as críticas ao PCB e se atenta para o aparecimento deste novo ator, já supracitado, de organizações de trabalhadores desvinculados ao sindicato corporativista.

Como já havia sido indicado de maneira tímida em sua tese de livre-docência, neste artigo, Weffort indicava o surgimento de um novo ator na esfera do sindicalismo, que poderia ser capaz de alterar as relações de poder no campo do populismo.

Manifesta-se nelas, seja no plano da orientação, seja no plano da organização, uma atitude de independência em face do Estado e das

⁸⁰ Este autor alude ao fato que mesmo depois de aberto o processo de cassação do partido, alguns dirigentes ainda resistiam em defender o governo.

⁸¹ Tal relato é repetido pelo autor em Seminário recente sobre o colapso do populismo (2014).

⁸² Este tom meio virulento de Weffort viria a ser tema de debate dentro do Cebrap, onde Carlos Estevam Martins e Maria Herminia Tavares de Almeida escreveriam o texto “Modus in rebus: partidos e classes na queda do estado novo, no qual estes alertariam Weffort para o tom por demais radical do texto de Weffort e que seria necessária uma melhor compreensão sobre o contexto histórico no qual se encontravam os atores políticos da época. Esta polêmica encontra-se relatada em André Kaysel e Daniela Mussi em artigo apresentado na 41ª edição do Encontro Anual da Anpocs de 2017, sob o título Populismo, sindicalismo e democracia: A polêmica entre Francisco Weffort, Carlos Estevão Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida (1972-1978).

empresas que, quaisquer que sejam as qualificações a serem feitas, se diferencia bastante dos hábitos do sindicalismo do período populista. (WEFFORT, 1972, P. 2)

Tais manifestações surpreendem o autor pois surge das comissões de fábricas assim como da sociedade civil organizada⁸³, descoladas do velho sindicalismo e ocorrendo como ato espontâneo, impondo-se até mesmo daqueles que tentaram controlá-lo⁸⁴ (WEFFORT, 1972).

Neste sentido, a espontaneidade operária representa, no essencial, um impulso para novas formas de organização. Da mesma maneira, a greve espontânea pode ser vista como representando uma forma embrionária da consciência social dos operários que no ato da greve abandonam sua costumeira posição de submissão e assumem uma atitude de resistência coletiva aos grupos dominantes, de dentro ou de fora da empresa. (WEFFORT, 1972, P. 23 - 24)

No entanto, um dos problemas encontrados nestas greves, foi uma espécie de vazio deixado pelos sindicatos oficiais, o que deu espaço para que novas lideranças surgissem a fim de preencher este vácuo, assumindo assim um protagonismo, mesmo que muitas destas lideranças não tivessem experiências em negociações, eram, segundo Weffort, mais evoluídas que o sindicalismo oficial (TAUIL, 2017).

Desta forma, encontramos aqui, um estímulo de Weffort ao surgimento destes novos atores que vinham assumindo determinado protagonismo⁸⁵ nas alterações político-econômicas das décadas de 60 e 70, como podemos ver no seguinte trecho do artigo:

A quem se referia: às ‘oposições sindicais’ locais ou às organizações de esquerda? Quaisquer que fossem suas intenções ao fazer esta declaração, não deve ter lhe custado muito perceber que, embora presentes nos acontecimentos, nem uns nem outros estavam qualificados para representar

⁸³ A lógica de interpretação classista viria a ser somada as ideias de modernização conservadora e revolução passiva com a influência das obras de Gramsci e de colegas do CEBRAP, como Luiz Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira que haviam se debruçado de maneira mais aprofundada sobre este autor.

⁸⁴ Há uma interpretação de que Weffort teria passado de uma interpretação das relações sociais de uma via classista para uma via conjunturalista, no entanto, aqui trabalhamos com a ideia de que os processos de incorporação de novos elementos teóricos nas formulações de Weffort, não soterram as bases da compreensão do populismo encontrados em seus primeiros textos. Seguindo a tradição da Escola Sociológica Paulista de se utilizarem de ferramentas teóricas de várias vertentes e escolas teóricas (TAUIL, 2017).

⁸⁵ A autonomia operária não só é a condição para a criação de novas perspectivas políticas para a sociedade circundante, como também é um princípio teórico para a reinterpretação do passado, na medida em que possibilita a superação dos limites do economicismo e do etapismo:

“Uma proposta política “soldada” à realidade e que também quer ser realista: não se trata mais de tomar o poder - e do Estado - mas de garantir a participação das classes sociais dominadas no espaço político por meio de suas próprias formas. de organização. A autonomia sindical é o fundamento social que garante a democracia política. Atribui-se à história do movimento sindical brasileiro, como expressão de uma demanda constantemente assumida e não satisfeita, devido à captura pelo Estado de todas as manifestações democráticas até então empreendidas. As demandas por autonomia e democracia estão, portanto, enraizadas na própria história do movimento sindical brasileiro. Não se trata de uma proposta de autonomia - ou de hegemonia - puramente intelectual ou cultural, mas a expressão concreta e histórica de uma demanda formulada e veiculada pelo movimento operário.” (FONTES, 1994. p.180)

os grevistas. O fato é que a ‘oposição sindical’ dos metalúrgicos estava, desde as eleições, comprometida com as diretorias do sindicato e parecia tão confusa quanto esta perante os acontecimentos. As organizações de esquerda provavelmente presentes pelo menos desde as eleições sindicais, contribuíram ocasionalmente para agitar os trabalhadores locais. Contudo, se agitaram muito, também parece certo que organizaram pouco, seja porque fossem pequenas (de fato parecem mais fortes entre os estudantes do que entre os operários), seja porque estivessem comprometidos com a perspectiva de uma retomada dos sindicatos oficiais. Resta portanto, a massa dos trabalhadores. Foram eles realmente que ‘se utilizaram dos processos equivocados’ e é a eles que o ministério vai se dirigir. (WEFFORT, 1972, P. 46)

O problema, portanto, é que ao retirar-se das classes a possibilidade de detectar projetos e estratégias de classes subalternas para atê-la ao conceito de massa, a concepção de luta de classes se torna inútil, pois esta só surgiria quando as classes se encontrassem plenamente constituídas, talvez, quando ocorresse no Brasil uma perfeita e plena Revolução Burguesa aos moldes europeus ou norte-americano. Portanto, caberia a massa se isolar da arena política e voltar-se para a sua realidade na sociedade civil, construindo sua subjetividade autônoma, e só então voltar a arena política (BARBOZA FILHO, 1980).

Por fim Weffort se questiona se tais acontecimentos em Osasco e Contagem eram apenas um desvio, ou um fato a ser observado já que poderiam indicar alguma alteração nas relações e se tal fato tivesse ocorrido, seria este momentâneo, ou iniciariam uma tendência de independência dos movimentos trabalhistas dos sindicatos de viés populistas⁸⁶.

Neste mesmo ano no Jornal Opinião publica o artigo, “A vitória inchada da Arena”, onde, podemos dizer que Weffort estrearia sua análise de conjuntura e a relacionaria com o se escopo teórico, portanto o autor utiliza o conceito de coronelismo tomado de Victor Nunes Leal a fim de deslegitimar os resultados desta eleição objetando a falta de partidos reais o que aumentava o poder do mandonismo local e revelavam a falta de representatividade do regime⁸⁷. Neste mesmo artigo, Weffort expõe sua visão de que nas grandes cidades houvera uma forte tendência de votos brancos e nulos, o que, segundo o autor, apontava uma precariedade do partido ARENA como um partido de massa, já que faltava a este, grandes manifestações de apoio ao regime (WEFFORT, 1972).

⁸⁶ Neste artigo, Weffort parece anunciar a necessidade de um novo ator político desvinculado ao aliancismo ou a política de compromissos, que nascesse de “de baixo para cima” de forma autônoma objetivando assim apenas as necessidades e vontades dos trabalhadores a fim de romper com certa herança de arranjos entre elites da política nacional. Fica claro também, em alguns artigos escritos para o Jornal Opinião que Weffort não considerava o MDB como este novo ator (TAUIL, 2014)

⁸⁷ Podemos notar aqui que o autor, embora possa ter alterado várias das perspectivas em relação ao populismo, continua com a prática, de certa forma etnocêntrica de desconsiderar a racionalidade do voto rural e dos pequenos e médios centros urbanos, dominados pelo mandonismo.

Em 1973, neste mesmo jornal, publica o artigo MDB elites e massas, novamente fazendo críticas ao MDB e sua indefinição enquanto um partido de massas e popular, ou seja, quando este promete defender o empresariado nacional, utiliza-se das ferramentas elaboradas junto a Escola Sociológica Paulista a fim de criticá-lo, seja em suas posições vagas como a de que empresariado nacional se trata? Já que este estaria associado ao capital internacional. Além de reutilizar sua crítica ao componente da transformação das massas em consumidoras sem consciência e submetidos as regras do mercado (WEFFORT, 1973).

Já em 1974, para um artigo publicado pelo jornal Opinião intitulado “A democracia e a questão social”, Weffort, a maneira de Sergio Buarque de Holanda quando se referia a democracia (1995) e Florestan Fernandes sobre a Ordem Social Competitiva (1975) no Brasil, se debruça sobre as causas da fraqueza do liberalismo no Brasil, onde o Estado sempre teve papel de conduzir os rumos do país⁸⁸.

Portanto, haveria uma disjunção entre o liberalismo brasileiro e os temas da democracia moderna, lembra também a posição antipopular da UDN no período 46-64, assim como a posição meramente instrumental de liberdade propugnada pela esquerda e em confluência com o autoritarismo. Portanto a saída estaria dentro da sociedade civil organizada que teria o dever de articular os grupos dispersos e só assim permitirão equilibrar o peso dos monopólios e da burocracia a fim de que estas não tenham um poder ilimitado. Dessa forma, segundo este autor, o grande desafio do liberalismo moderno é conjugar os ideias de Liberdade e Igualdade (WEFFORT, 1974).

Portanto, assim como boa parte dos processos políticos modernizantes do país, o Liberalismo no Brasil teria ficado no meio do caminho, se resumindo aos direitos civis. Para sua completude, é necessário que novos atores surjam, capazes de incentivar a democracia liberal no Brasil, aqui nos parece que Weffort dá a dica de algo que havia apenas ficado implícito no artigo sobre as greves de Contagem e Osasco, a de que tal novo ator, ou sindicato, deveria estar coadunado aos processos liberais de independência ao Estado. Já que sua preocupação com a igualdade, neste artigo, foge dos termos revolucionários, e se

⁸⁸ É deste processo da tentativa de preservar a relevância de problemas erigidos da perspectiva liberal que os pensadores da Escola Sociológica Paulista, como já vimos, e aqueles que contribuíram com as análises populistas no Brasil, acabaram por atar, no interior de certa interpretação marxista, as limitações da visão liberal democrática como “fim da história”. Ou seja, uma contradição que desfiguraria e enrijeceria as categorias centrais do marxismo e no conceitualização do populismo enquanto teoria da corrupção da liberal-democracia (BARBOZA FILHO, 1980).

aproxima das noções liberais de igualdade, aos moldes de Tocqueville, ou seja, existe forma de conciliar a cidadania política com a desigualdade social⁸⁹?

Em artigo de 1975 do Jornal Opinião, Weffort em conjunto com José Álvaro Moisés, seu principal interlocutor, intitulado “Primeiro de Maio: onde estão os trabalhadores?”, no qual defendem a questão da autonomia e a crítica a dependência do Estado em relação a liberdade sindical. Naquele momento era impossível, segundo os autores, falar em autonomia sindical sob a estrutura sindical vigente além de lembrarem que o padrão na história brasileira seria o impedimento da negociação direta entre trabalhadores e empregadores⁹⁰. Tais características estariam presentes na estrutura autoritária presente nas forças políticas que pretendiam representar as classes trabalhadoras, mas adotaram o estatismo e o nacionalismo como normas de conduta, negando sua relação com a aspiração popular e operária. Segundo estes autores, tal estrutura no pós 64:

[...] dizem respeito não apenas às quedas sofridas pelos índices de salário real do trabalhador, mas também a qualquer possibilidade de ele se manifestar como grupo social no terreno da política, isto é, no terreno dos projetos que definem os próprios destinos da sociedade nacional. (WEFFORT e MOISÉS, 1975)

Na revista Versus de 1977 é publicado um debate em que Francisco Weffort e Almino Afonso (ex-líder da UNE e do PTB) travam um debate sob o título “os intelectuais e a política”, com destaque para a importância que os canais intelectuais vinham ganhando frente a ausência de canais políticos a fim de que possam se expressar a classe trabalhadora. Enquanto Almino Afonso, vê o papel do intelectual limitado pois seriam tido como descompromissados com a ação, que só ganharam importância política a partir do ambiente político, já que em uma sociedade aberta, os intelectuais se recolheriam novamente a seus ambientes acadêmicos e significação universitária. Já Weffort apontaria para o risco de elitismo que o intelectualismo engendraria na política e que a solução para tal problema, seria o fato de o intelectual poder aprender com aqueles que vêm de baixo⁹¹ (AFONSO e WEFFORT, 1977).

Dessa forma, a resposta da pergunta dada a Weffort em sua obra de 1984, Por quê democracia?, qual seja, “Por quê democracia e não revolução?” já estava respondida nos

⁸⁹ Veremos que em fins da década de 80 e início da década de 90, o autor voltara a este tema fazendo uma defesa mais enfática da igualdade de condições.

⁹⁰ Fica evidente aqui a continuidade dos autores com, principalmente Weffort e suas posições anteriores. No entanto, aqui, parece que o autor ansiava pelo surgimento de um novo ator que conseguisse coordenar classe operária e sociedade civil.)

⁹¹ Weffort, neste momento, busca se distinguir dos intelectuais do CEBRAP (assim como uma crítica velada) e firmar a posição do CEDEC.

postulados sobre o populismo que estava ordenado de acordo com o horizonte liberal tendo como recorte final a explicação da inexistência da liberal-democracia entre nós (BARBOZA FILHO, 1980).

3.3 – As contribuições no CEDEC

O CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) nasce de uma distensão (ou ruptura?) do CEBRAP⁹². Este novo centro assumia contornos mais políticos que o CEBRAP, mais por possibilidades da conjuntura política da época, por se tratar do momento da distensão política do regime militar, e portanto da possibilidade de ocupar espaços deixados por estes. Portanto Weffort e seus colaboradores fizeram do perfil do CEDEC o de ser um novo instrumento político que recusava tanto a tradição trabalhista do PCB quanto a política conciliatória do MDB. Desta forma, a constituição do CEDEC significa a transformação em claros militantes políticos daqueles que até aqui se reivindicavam apenas como intelectuais acadêmicos. (LAHUERTA, 2001).

Desta forma, o grupo adota uma postura anti-institucional voltada à importância dos movimentos sociais e a emergência das classes trabalhadoras, como atores políticos autônomos e necessários às transformações que o processo político brasileiro necessitaria, representados principalmente pelo “novo sindicalismo”⁹³, associações de bairro e eclesiais de base da igreja católica.

Enfim, o grupo se tornara desconfiado da transição que parecia por demais compactuada e a história do aliancismo de classes poderia estar se repetindo. Portanto, as greves, manifestações e movimentos sociais surgentes davam esperança de romper com a herança varguista.

Assim, o CEDEC busca uma atuação muito próxima destes novos atores, mesmo quando surge a oportunidade de unir teoria e prática, ou seja, o surgimento de um partido

⁹² Os motivos sobre tal ruptura foge dos objetivos de nosso trabalho, para tal, favor consultar: Lahuerta (1999) e Tauil (2017). No entanto, a despeito de como houve a formação deste novo grupo, seu caráter mais voltado aos movimentos sociais e os novos atores que surgiam na segunda metade da década de 70 eram visíveis

⁹³ Em artigo controverso, podemos lembrar que Maria Hermínia Tavares de Almeida defende que o novo sindicalismo estaria buscando um modelo americanizado de sindicalismo aos moldes liberais do estilo Closed Shop (ALMEIDA, 1975) “Em resumo, pareceria que a ideologia dessa nova corrente sindical seria algo próximo ao sindicalismo de negócios (...) norte-americano: combativo, apolítico, solidamente implantado na empresa e tecnicamente preparado para enfrentar e resolver os problemas gerais e específicos de seus representados” (ALMEIDA, 1975. p.73). Anos depois, Edgard Carone reforçara esta posição: “...parece-me que o movimento operário do ABC, ligado às novas estruturas de produção é mais apolítico, caracterizando-se muito mais por uma tendência sindicalista estreita à moda dos grandes sindicatos operários norte-americanos, tipicamente pequeno-burguês. Ou seja, está mais interessado na melhoria do salário da própria categoria, nos interesses particulares do grupo, e menos interessados numa atitude mais ampla, seja de solidariedade às outras categorias de trabalhadores, seja em relação a uma situação genérica e política do País” (CARONE, 1980)

novo que faria a crítica da antiga tradição e a levaria para dentro dos movimentos sociais. Na outra via, estes novos atores começaram a perceber que os intelectuais poderiam exercer papel importante nas transformações que pareciam estar por vir⁹⁴.

Neste momento Francisco Weffort, José Álvaro Moisés e outros membros do CEDEC como Francisco de Oliveira e Paul Singer se uniram a líderes sindicais como Jacó Bittar, Olívio Dutra dentre outros – para formular o documento de fundação e o programa do PT⁹⁵. Dessa forma, a produção do CEDEC começa a variar centrando as atenções em outras propostas conceituais como a “transição democrática”, a “representação política”, “a construção da cidadania”, além da viabilização do “crescimento econômico” no país.

A partir do momento que Weffort ingressou na política, ao contribuir com a fundação do PT em 1979, podemos dizer que sua produção esteve inserida majoritariamente no campo da Sociologia política, visto que endereçava assuntos e proposições que estavam diretamente ligadas aos interesses da sociedade civil e política. O melhor exemplo desta fase é sua importante produção sobre a democracia, a participação social e sociedade civil. Neste momento, desapareceria a figura do sociólogo profissional e apareceria a figura do sociólogo político com traços leves da Sociologia crítica – uma vez que em nenhum momento sua produção esteve totalmente isolada do crivo de seus colegas de profissão na universidade.

O auge desta tentativa foi sua inserção no mundo da política, o que não o impediu de continuar sua produção intelectual, mas, pelo contrário, o incentivou a adotar novas perspectivas e pontos de vistas sobre diferentes fenômenos da realidade nacional.

Outro ponto que distingue este trabalho de outros que buscam analisar a trajetória deste intelectual é que aqui se fará uma relação do acadêmico com o partidário, ou seja, de seus escritos com sua vida política, principalmente e fundamentalmente no que se insere ao período de 79/94.

⁹⁴ Um processo complexo que cabe entendermos aqui nas relações da formulação do populismo é que, como visto, algumas categorias aparecem de formas mais radicais na teoria do populismo e desaparecem de acordo com a conjuntura política. No entanto, o livro “Populismo na política brasileira” é lançado em 1978 e concretiza, com as teorias um tanto quanto radicalizadas, como já vimos, a teoria do Populismo, tanto na academia quanto nos leitores, já que os artigos sobre as greves de Contagem e sua Tese de Livre Docência eram de difícil acesso.

3 – DEMOCRACIA PLENA COMO ANTIDOTO DO POPULISMO

3.1 - Uma metodologia: uma sociologia hermenêutica do conhecimento e da ação social.

Nesta última parte, o dilema que é apresentado na atual historiografia sociológica, e que começara a ser traçado nas seções anteriores, à luz das limitações das metodologias presentista e historicista, é apresentado de maneira mais concreta. Posteriormente, e, por outro lado, nos debruçaremos nas ligações da sociologia do conhecimento de Mannheim e algumas teses da teoria hermenêutica contemporânea (Ricoeur e Gadamer), que ajudariam a entender melhor o dilema em questão e, assim, visualizar uma metodologia que considere os problemas descritos.

3.1.1 - Significados originais vs. significados atuais.

A análise das principais correntes metodológicas historiográficas na teoria social revela, de certa forma, o arcabouço de referências gerais em que se levantaria o problema da relação entre a referida teoria e sua história. Vimos que esse problema tem recepções diferentes e até opostas nos teóricos presentistas e historicistas, respectivamente. O primeiro, com Merton à frente, sustenta que a história tem apenas um lugar na teoria atual, quando o passado contém informações ocultas e úteis para o presente. Por essa razão, sua metodologia historiográfica trata principalmente de mostrar ao teórico atual que as formas válidas de interpretar o passado são, invariavelmente, aquelas que produzem uma utilidade para a teorização contemporânea⁹⁶. É uma metodologia que visa avaliar o passado através dos critérios presentes. Com isso, temos uma teoria social que subordina sua história.

Por sua parte, os historicistas, com Robert Allun Jones como figura proeminente, defendem a autonomia da história em relação aos interesses teóricos presentes. Eles argumentam que a história da teoria social tem objetos de estudo incompatíveis com os da teoria social. Assim, sua metodologia historiográfica lida apenas com o cuidado de

⁹⁵ Desde a fundação do PT até sua desfiliação em 1994 Weffort assumiu várias tarefas de organização do partido chegando até a arrecadar fundos para financiamento de campanha, ao mesmo tempo em que colaborava como articulista em vários jornais (TAUIL, 2017).

⁹⁶ Vale ressaltar que existem várias possibilidades da utilização contemporânea de uma teoria, podendo ser estas contempladas a partir da dissolução e insurgência de novos paradigmas como nos diz Thomas Kuhn (1991), e como veremos adiante, podem ser a partir do enfrentamento de novos programas científicos rivais como entende Imre Lakatos onde programas com heurística negativa podem se tornar heurística positiva de acordo com que se alteram os paradigmas acima citados, da possibilidade de teorias utópicas se tornarem ideológicas como nos diria Mannheim e também dos preconceitos nos dizeres de Gadamer que vão alterando

que interpretações históricas não são contaminadas pela teoria. É uma metodologia destinada a avaliar não o passado, mas as interpretações sobre o passado.

Ao exposto acima devemos acrescentar que os esforços de Peel, Alexander e Seidman, mesmo quando relatam avanços importantes no desenho de uma metodologia para o pensamento social (parece que, em particular, os argumentos de Alexander mostram que o desenvolvimento da teoria social depende, em grande parte, da reinterpretação contínua do passado, sendo essa sua principal contribuição a discussão aqui proposta), não constituindo versões acabadas de tal metodologia. As tentativas de mediação realizadas entre os extremos presentista e historicista ainda exigiriam uma base maior. Especificamente, é necessário desenvolver argumentos que possam explicar a) como os significados das teorias sociais do passado realmente excedem seus autores e os limites espaço-temporais do contexto particular em que são produzidos, fundamentando assim tentativas de avaliar tais teorias no presente; b) como a avaliação das teorias do passado tem que se ajustar aos limites que as próprias teorias marcam "como realmente aconteceram" (isto é, como evitar atribuir significados a teorias que realmente não poderiam ter sido); c) como é possível aos intérpretes do presente, que têm certos preconceitos teóricos, metodológicos e metafísicos, ter acesso a esses significados originais do passado; d) como analisar as relações entre texto e ação.

Esse processo de fundação pode ser apoiado por metodologias que têm como objeto processos interpretativos. Isso acontece com algumas linhas da teoria hermenêutica contemporânea. Não é por acaso, neste sentido, que, por exemplo, Alexander e Seidman recorrem, respectivamente, a defender a noção de continuidade à crítica. Portanto, para obter a peça que falta a nosso quebra-cabeça metodológico recorreremos à sociologia do conhecimento de Mannheim que nos ajudaria a responder à proposta a) a proposta hermenêutica de Gadamer que nos auxiliaria em a), b) e c) e a proposta de Ricoeur em c) e d), como veremos adiante.

Tal objetivismo vem especialmente da teoria hermenêutica de Gadamer e Ricoeur que será utilizada neste trabalho em composição à sociologia do conhecimento de Mannheim que poderiam delinear uma metodologia de análise do pensamento social e que não é tratado com suficiente seriedade, além de referências esparsas. A seguir, tenta-se retomar algumas teses mais substanciais da hermenêutica supracitada, a fim de obter sugestões para apoiar a metodologia descrita.

nossa percepção dos textos clássicos e do que seria, por assim dizer, útil nestes. Portanto, podemos dizer que a observação da utilidade dos textos clássicos para a análise contemporânea dependerá destes fatores.

3.1.2 – A Sociologia do Conhecimento de Mannheim e suas aproximações com a hermenêutica

Embora possa-se aproximar Mannheim do historicismo, sua posição em muitos aspectos difere-se desta. De início sua crítica afirma que o conflito entre historicismo e iluminismo se centra em saber se a razão é estática ou historicamente dinâmica, coloca, portanto em causa a validade do conhecimento objetivo por si mesmo. Num outro momento, afirma que a tarefa última da sociologia do conhecimento é

reinterpretar o fenômeno do pensamento estático – exemplificado pela ciência natural e por outras manifestações na esfera civilizacional em geral – a partir de um ponto de vista dinâmico, e descobrir especificamente em que medida é que a lógica pertence a esta esfera (MANNHEIM, 1986. P.132)

Do mesmo modo interroga:

Não será mais conveniente ver, primeiro, se a nossa concepção de ciência não é falsa ou, pelo menos, unilateral, porque exclusivamente baseada nas ciências naturais, antes de rejeitarmos uma área vital de investigação futuramente existente, só por não corresponder à nossa concepção de ciência? (MANNHEIM, 1986. p.126)

Aqui Mannheim parece defender que tanto os conhecimentos das ciências sociais quanto os das ciências naturais são dinâmicos, mas em outros momentos este faz uma divisão onde somente os primeiros seriam dinâmicos e os últimos absolutos e imutáveis. É nesta última perspectiva que Mannheim defende sua dinâmica perspectivista de conceito relacional. Começa pela afirmação de que o pensamento relacional supõe que há esferas nas quais é impossível conceber a verdade existindo independentemente dos valores do sujeito e do contexto social. Por conseguinte, o que é inteligível na história pode formular-se apenas por referência aos problemas e às construções conceituais que surgem no fluxo da experiência histórica (MANNHEIM, 1986).

O relacionismo não implica, que não haja critérios de correção e de incorreção, mas que é próprio da natureza de certas afirmações não poderem formular-se de forma absoluta, mas apenas em relação a uma situação particular, e não o devemos considerar uma fonte de erros somente pelo fato de estar enraizado em contextos históricos (MANNHEIM, 1986).

Além disso:

Mesmo um deus não poderia formular uma proposição sobre temas históricos do tipo $2 \times 2 = 4$, pois o que é inteligível na história pode apenas formular-se com referência aos problemas e às construções conceituais que surgem no fluxo da experiência histórica (MANNHEIM, 1986. p. 83)

Ou seja, as investigações no domínio histórico são legítimas mesmo que não sejam conformes aos padrões da razão intemporal. Tal afirmação encontra concretude na sua discussão sobre as razões da inexistência de uma ciência política. Nesta argumentação, adere

a uma perspectiva da política essencialmente weberiana, defendendo que ela é uma ciência, mas que os critérios de juízo aplicáveis nesta esfera não são os da demasiado estreita concepção científica baseada na matemática e na geometria, já que no conhecimento social e político, a perspectiva do observador é, conseqüentemente, um elemento valorativo inextirpável e não pode remover-se. Por outras palavras, ele propõe uma ciência da política que incorpora a inevitabilidade da ideologia e, opera de acordo com uma lógica diferente da utilizada nas ciências naturais (MANNHEIM, 1986).

No entanto, Mannheim é ambíguo sobre saber se todo o conhecimento, ou apenas o conhecimento histórico é relacional e, parece não fazer nenhum esforço para lidar com esta contradição, já que evita as implicações radicais da sua argumentação em favor da compreensão relacional. É também evidente na sua discussão do problema sobre a maneira de evitar o relativismo na sociologia do conhecimento. Ao discutir a posição intelectual vulgar afirma:

é imperativo no atual período de transição fazer uso do declínio intelectual que domina a nossa época e em que todos os valores e pontos de vista aparecem na sua relatividade genuína. Temos de compreender de uma vez por todas que os significados que formam o nosso mundo são simplesmente uma estrutura historicamente determinada e em continuo desenvolvimento na qual o homem se desenvolve, e não são de modo nenhum absolutos (MANNHEIM, 1986. p.85)

Mannheim sustenta neste e noutros contextos que o período histórico específico em que vivemos nos oferece uma oportunidade única. Não só podemos ver todos os sentidos na sua relatividade genuína, mas também, por causa desta perspectiva, podemos efetuar uma síntese dos diferentes significados. A possibilidade de tal síntese é para ele muito importante, uma vez que significa que podemos transcender a relatividade dos diferentes pontos de vista. Nas suas próprias palavras, “temos uma muito maior inteligência histórica por que podemos utilizar as ideias centrais novas e cada vez mais compreensivas que estão disponíveis na nossa era” (MANNHEIM, 1973. p.177).

No entanto, por mais historicista que pareça, Mannheim toma uma posição que historicistas recusam: que a posição do investigador é tão determinada historicamente quanto a do investigado. Em vez de reivindicar um ponto de objetividade para a sua análise, uma pretensão implícita em muitos escritos historicistas, defende que a sua perspectiva, e mesmo a síntese compreensiva tornada possível por esta posição histórica, é determinada pelas circunstâncias particulares. A sua posição sobre as possibilidades proporcionadas pela nossa época histórica particular, que pode classificar-se de perspectiva evolucionária, é

particularmente evidente na sua explicação do desenvolvimento da sociologia do conhecimento como disciplina e, das suas tarefas.

Dá-se conta de que a epistemologia iluminista tem de ser rejeitada, mas não oferece uma alternativa clara a esta, resultando assim em algumas afirmações aparentemente contraditórias. Afirma ao mesmo tempo, em que, a sociologia do conhecimento não suplantará a investigação epistemológica, que esta não será irrelevante para tais investigações (MANNHEIM, 1986. p.287). Além disso, pretende, por um lado, que o sociólogo do conhecimento “não precisa de se preocupar com a realidade última” (MANNHEIM,1986. p. 84) e, por outro, que a epistemologia é uma parte integral da teoria da sociologia do conhecimento (MANNHEIM. 1986, p.267).

A rejeição de Mannheim da epistemologia iluminista e dos ambiciosos objetivos com os quais é identificada molda a sua definição do que a sociologia do conhecimento pode esperar realizar. A tarefa do sociólogo do conhecimento consiste, primeiro, em analisar as bases sociais do conhecimento e, segundo, em justapor os vários pontos de vista diferentes que prevalecem na atualidade. O resultado é um novo objetividade atingível apenas através da consciência crítica e do controle das avaliações, o que leva a uma justaposição de diferentes perspectivas e considera a assimilação e a transcendência dos pontos de vista particulares (1986; 106). Isto equivale a um ponto de vista weberiano, onde Mannheim afirma que, ao assimilar perspectivas particulares, emerge um conjunto compreensivo, o qual se edifica a partir dos pontos de vista particulares e não a partir da objetividade de qualquer um deles.

Um elemento central nas esperanças de Mannheim de levar a cabo as tarefas da sociologia do conhecimento é o conceito de *intelligentsia* livremente flutuante. A sua compreensão das possibilidades abertas a este grupo está intimamente ligada à sua tese do desenvolvimento histórico, que tornou à sociologia do conhecimento possível. “A evolução histórica que criou a forma desmascarada da mente também cria uma classe relativamente desligada do processo económico” (MANNHEIM, 1986. p.155). Este grupo de pessoas, no sentido de um conjunto de pessoas profissionalmente especializadas, incorpora a perspectiva de que não são diretamente determinadas economicamente e que possibilita que essa *intelligentsia* seja, por fim, recrutada nas mais variadas classes sociais e que Mannheim considera requerida pela sociologia do conhecimento. Ainda que ele afirme que a classe e o estatuto não se tornam completamente irrelevantes para este grupo, o fato de os modernos intelectuais, ao invés dos seus correspondentes eclesiásticos, não serem recrutados numa classe única com interesses definidos coloca-os numa posição ímpar (MANNHEIM. 1986).

Esta posição única fornece aos intelectuais a oportunidade de formular o que Mannheim considera ser o fito não só da sociologia do conhecimento, mas ainda da própria sociologia: “a síntese dos diversos pontos de vista representados no mundo moderno” (1986, p.151). A lógica de Mannheim, ao mesmo tempo, em que, defende que uma tal síntese é o objetivo pelo qual o sociólogo deve primeiro lutar, afirma que o grupo cuja posição de classe não está definitivamente fixa, ou seja, os intelectuais, tem uma área mais ampla de escolha e uma correspondente necessidade de orientação total e de síntese. Assim o sociólogo do conhecimento, que faz parte desta intelligentsia livremente flutuante, está em comprometimento consciente nesta síntese e existencialmente condicionado a procurá-la. Os dois fatores podem, contudo, aparentar uma fusão, quando os intelectuais se tornam conscientes da sua posição social e da missão nela implícita (MANNHEIM, 1973).

Em relação à intelligentsia livremente flutuante, defende que a sua posição lhes oferece a possibilidade de uma perspectiva não economicamente determinada e da formação de uma síntese que nem sempre surge e é válida, e, não pode ser objetiva no sentido iluminista da palavra e nem pretende que a síntese pela qual o intelectual luta seja total e absoluta. Pelo contrário, rejeita explicitamente a possibilidade de uma perspectiva total e mais uma vez assume a posição weberiana de que a realidade se pode abarcar quando estudada a partir do maior número de ângulos possível (MANNHEIM, 1974).

Os vários aspectos da posição de Mannheim em relação à sociologia do conhecimento culminam na sua discussão sobre o de ideologia e de utopia. Ele distingue os dois conceitos asserindo que as ideologias são conceitos transcendentais situados que nunca conseguem realizar os seus objetivos e, projetam fins realizáveis. As utopias, por outro lado, apesar de também falharem a transformação da realidade de acordo com os seus objetivos, apresentam fins que não podem realizar-se em situações sociais existentes (MANNHEIM 1986). Por conseguinte, as utopias, ao contrário das ideologias, têm um efeito destruidor sobre a ordem social precisamente por não se conformarem com ela. As ideologias, por estarem tão enraizadas no status quo, são incapazes de cumprir a sua função. O que é importante nestas definições é que Mannheim especifica que ambos os conceitos contêm o teste imperativo com a realidade (MANNHEIM, 1986).

A teoria da ideologia desenvolve-se na sociologia do conhecimento, defende Mannheim, com a compreensão de que tanto a posição do observador como a do observado tem de ser sujeitas à análise ideológica (MANNHEIM, 1986).

Tal concepção de ideologia constitui a base de sua sociologia do conhecimento e revela todas as ambiguidades bem como o vigor de tal contributo. Enquanto não se distancia

da concepção da epistemologia iluminista, ou seja, continua a indicar um ponto de vista objetivo mesmo insistindo que tal objetividade seja peculiar para estudos históricos. No entanto, sua insistência na possibilidade de uma síntese que transcenda a relatividade dos pontos de vista particulares é uma prova da sua incapacidade para romper com essa epistemologia.

De outro lado a sua concepção dá passos gigantes em direção a uma sociologia do conhecimento anti-positivista em dois importantes casos. Em primeiro lugar, Mannheim afirma que a concepção total da ideologia auto-reflexiva, isto é, que os observadores consideram a sua própria perspectiva como uma ideologia do mesmo modo que a perspectiva do que eles observam. Esta posição representa um corte significativo com o historicismo, o qual assume que o intérprete ocupa um ponto de objetividade enquanto defende enquanto o que é interpretado é historicamente determinado. A posição de Mannheim alarga, com efeito, a máxima historicista de que todo o sentido é histórico a ambos os elementos da situação interpretativa. Em segundo lugar, para Mannheim, a sociologia do conhecimento não é o estudo das decepções conscientes e dos disfarces dos grupos humanos de interesses, mas antes, preocupa-se com os vários modos pelos quais os objetos se apresentam ao sujeito, ou seja, pressupõe que os objetos serão sempre apreendidos a partir da perspectiva da situação social, isto é, que a ideologia faz parte da condição humana.

Ele assume também que a própria realidade com a qual comparamos o pensamento ideológico é construída socialmente. O resultado é que, graças à sua concepção total de ideologia, Mannheim rejeita definitivamente a definição da ideologia como ídolos da mente apresentada por Bacon e substitui-a por uma concepção que rejeita uma fundação absoluta.

Os sentidos objetivos e expressivos de determinado conhecimento estão fixos de um modo que o sentido documental não está. Apesar de afirmar que uma preparação histórica é necessária para compreender os sentidos objetivos e expressivo, uma vez tal objetivo seja levado a cabo, estes podem declarar-se sem ambiguidade como verdadeiros ou falsos. O sentido documental, por outro lado, é dinâmico, isto é, está sujeito a mudar ao longo do tempo⁹⁷, a partir de fatores extrateóricos como já explicitado acima.

Agora, sua preocupação é com o sentido documental, e a de saber se tal método de análise empregue em seu estudo se pode dar o estatuto da ciência e rivalizar com o método das ciências naturais, o que Mannheim sinaliza positivamente, já que para este o estudo e a interpretação documental pode e tem de se sujeitar a padrões de validade. As interpretações

que devem ser aceitas serão aquelas que possuem maior riqueza e maior afinidade substantiva com o objeto (MANNHEIM, 1973). As explicações documentais que preenchem estes requisitos podem ser tratadas como dadas.

uma vez mostrado que em todo o produto cultural é dado um sentido documental refletindo uma perspectiva global, temos a garantia básica de que as *Weltanschauungen* e o sentido documental são suscetíveis de investigação científica (MANNHEIM, 1986. p.70).

Desta forma tal teoria de Mannheim do sentido documental tem os seus méritos bem como os seus defeitos. No entanto, um dos erros de interpretação que provêm da sua utilização dos termos positivistas e fenomenológicos, quando a sua teoria não é, na verdade, nem uma coisa, nem outra. O que Mannheim chama método positivista a análise científica de diferentes esferas de realidade que são dadas, é irreconhecível para um positivista. Não só os positivistas não reconhecem diferentes esferas de realidade igualmente válidas, como rejeitam ainda a noção fenomenológica de doação.

O que ele afirma é que os fenômenos históricos devem ser analisados usando um método que os interpreta em termos das compreensões e pressuposições da época em que são manifestos, por outras palavras, usando um método hermenêutico. Afirma que este método é apropriado para as análises na esfera histórica.

Portanto, a contribuição significativa de Mannheim para o método das ciências sociais é além de se afastar dos métodos das ciências naturais, reconhecer explicitamente o método hermenêutico, assim como sua auto-reflexividade. Declara sem ambiguidade que o espírito de uma obra é algo que só se pode compreender se os sujeitos utilizarem a sua substância histórica. Por conseguinte, a história de interpretação documental de épocas passadas é a história dos próprios sujeitos interpretantes (MANNHEIM, 1986).

Ele não só reclama legitimidade e validade para a esfera cultural, como também defende que a concepção científica natural da razão é errónea e vê no arraigamento social do pensamento mais uma possibilidade positiva de conhecimento do que um perigo. O fato de o conhecimento nas ciências sociais e culturais ser determinada existencialmente não é o fim, mas o início da investigação subentende, assim, que o tipo de conhecimento oferecido pelas ciências naturais é um caso especial não é o modelo absoluto para todo o conhecimento (MANNHEIM, 1986).

⁹⁷ Tal posição encontra similitude e ligação com a posição de Ricoeur sobre a interpretação dos textos como veremos adiante.

Estas observações conduzem à conclusão de que a teoria de Mannheim sobre o conhecimento relacional avança significativamente na direção de uma abordagem antifundacional.

Ele desenvolve a sua argumentação no que respeita a objetividade em duas linhas. Primeiro, defende que a objetividade difere nas ciências culturais, já que esta se funda no reconhecimento do conhecimento perspectivista. Em segundo lugar, asseve que há diferentes níveis de objetividade possíveis em diferentes esferas do conhecimento cultural (MANNHEIM, 1974).

Estas observações sobre a abordagem por Mannheim de alguns problemas perenes da metodologia das ciências sociais, a relação entre as ciências naturais, sociais e o estatuto da verdade e da objetividade, proporcionam o suporte para o argumento de que ele não está apenas rejeitando definitivamente a metodologia da ciência social positivista, mas também está avançando na direção de uma nova base epistemológica para as ciências culturais.

Este admite que existem inconsistências no seu pensamento, chegando ao ponto de justificá-las como produtos necessários da sua posição metodológica de realizar um corte radical com a epistemologia iluminista e positivista:

Utilizo este método porque pensam que, neste domínio marginal de conhecimento humano, não deveríamos dissimular as inconsistências por assim dizer, esconder as feridas, mas o nosso dever é mostrar as manchas sensíveis do pensamento humano no estádio atual. Numa simples investigação empírica ou numa fácil argumentação lógica, as contradições são erros; mas quando a tarefa consiste em mostrar que todo o nosso sistema de pensamento nas suas várias partes leva a inconsistências, estas inconsistências são o espinho na carne a partir do qual temos de começar (MANNHEIM apud WOLFF, 1959; 571).

Ao contrário dos historicistas, com os quais ele identifica sua teoria. Mannheim torna claro que nas análises realizadas nas ciências sociais tanto o observador como o observado têm de sujeitar as suas perspectivas à análise. A sua afirmação mais clara sobre esse ponto deriva da sua discussão da interpretação das *Weltanschauungen*:

O espírito ou a perspectiva global de uma época é algo que o sujeito interpretante não pode compreender sem retroceder sobre a sua própria substância histórica, o que justifica que a história de interpretações documentais de épocas passadas seja ao mesmo tempo a história dos próprios sujeitos interpretantes. (MANNHEIM, 1986. p. 58)

Numa outra passagem significativa, declara:

Os valores concretos que servem de modelo desenvolveram-se na sua plenitude de sentido organicamente a partir do mesmo processo histórico que ajudaram a interpretar (MANNHEIM, 1996. p.104)

Nestas passagens, Mannheim aproxima-se da posição que Gadamer virá a definir como a consciência história efetiva. A exposição de Mannheim sobre o sentido documental no qual vê a tarefa principal das ciências culturais, revela a sua afinidade com a hermenêutica de Gadamer de uma forma muito crítica embora ele não pudesse assumi-la, pois estava acorrentado às pressuposições epistemológicas do seu tempo.

3.1.3 - Pensamento Social e hermenêutica

Algumas linhas da hermenêutica contemporânea nos dariam elementos adicionais para lidar mais detalhadamente com os aspectos básicos do dilema entre posições presentistas e historicistas. Nesse contexto, alguns textos de Hans Georg Gadamer (2007)⁹⁸ e de Paul Ricoeur (1978, 1989) nos permitem estabelecer posições contra a falta de continuidade reticente dos presentistas e ao relativismo contextualista dos historicistas, corroborando com a tese de Alexander sobre a importância da interpretação dos clássicos na teoria social. Nesse sentido, como indicado acima, a teoria hermenêutica contribuiria, por um lado, para apoiar a relação entre teorias e significados de diferentes contextos, bem como nos proporcionaria mecanismos para atestar que essa relação é legítima, na medida em que a análise do pensamento social seja respeitada.

No primeiro caso, a possibilidade de comunicar significados de teorias de outros contextos, tem a ver com a rejeição da hermenêutica contemporânea às tentativas de recuperar os significados originais do passado. Aqui o trânsito de uma hermenêutica historicista (associada a Dilthey e Schleiermacher) é fundamental⁹⁹, pois assume a existência de

⁹⁸ Alexander defende Gadamer e Ricoeur no texto sobre "A importância dos clássicos" mencionado (especialmente pp. 68-72), e Seidman em "Beyond presentismo e historicismo ..." (1983)

⁹⁹ A hermenêutica tradicional associada a autores como Dilthey era marcadamente psicológica. Estabelece uma distinção nítida entre as esferas natural e espiritual, salientando que, enquanto o comportamento humano é suscetível de ser entendido através da reconstrução da consciência subjetiva ou experiência, os eventos da natureza podem ser explicados causalmente a partir da observação. A metodologia do "Verstehen", característica das ciências humanas, consistirá no renascimento das experiências internas que se manifestam nas expressões ou signos externos. O significado de uma experiência de vida é subjetivo (já que depende do autor) e é psicológico (no sentido de uma experiência interna). Para Dilthey, o sentido da ciência do espírito só pode repousar no fato de que, a partir do renascimento das experiências vitais da oração, é possível "abrir mundos" ignorados pelo intérprete e isso só pode exceder a concretude da sua situação particular da comparação do seu mundo com outros mundos. A revisão da história e a comparação com os modos de vida contemporâneos de outras pessoas cumprem seu papel, proporcionando outras possibilidades de compreensão da vida por parte do intérprete, bem como a sua maneira de fazer as coisas e pensar coisas (enquanto que para o positivismo, tanto a história quanto a observação dos modos de vida de outras pessoas aparecem mais como instrumentos que servem para legitimar critérios e práticas contemporâneos). Em segundo lugar, essa hermenêutica supunha que existem significados originais fixos associados a cada experiência humana. Para Dilthey, todo trabalho ou ação humana é o resultado de um processo psicológico concreto posto em movimento; o comportamento humano está relacionado de maneira decisiva aos significados específicos atribuídos a esse comportamento. E esses significados poderiam ser totalmente recuperados, se o intérprete fosse colocado "no lugar" do autor da expressão vital, supondo-se um abandono

significados originais, dependentes apenas do autor e do contexto particular em que são produzidos, e que a tarefa de recuperá-los objetivamente é atribuída através de uma hermenêutica atual (baseada especialmente em Heidegger e tendo representantes importantes em Gadamer e Ricoeur) que consideram que os significados originais são irrecuperáveis, uma vez que a interpretação deles sempre incorpora referências não relacionadas aos ditos significados (neste caso, uma fusão de perspectivas do passado e do presente é sempre realizada, o que, permitiria falar de continuidades entre os dois).

3.1.4 - As críticas de Hans Georg Gadamer à tentativa historicista de recuperar os significados originais.

O ornamento que baseia a referida fusão de horizontes ou perspectivas, segundo Hans Georg Gadamer (2007), é a *historicidade* da própria interpretação. Se o historicismo já indicava como requisito de qualquer interpretação histórica legítima a historicidade dos materiais passados, não é suficiente ver precisamente que este critério é simetricamente expresso ao próprio intérprete. Enquanto, para o historicismo, o despojamento do condicionamento do presente é uma exigência para alcançar interpretações objetivas, para a hermenêutica de Gadamer, esse condicionamento (do qual o intérprete não pode livrar-se, mas no máximo, tomar consciência disso e revisá-lo criticamente) é de fato o meio pelo qual é possível entender o passado. O objetivismo historicista esconde segundo Gadamer, a dependência da interpretação atual - seus objetivos e interesses - ao próprio contexto do qual é promovido:

A ingenuidade do chamado historicismo consiste em que ele escapa a tal reflexão e esquece sua própria historicidade com confiança na metodologia de seu procedimento, neste ponto é conveniente deixar de lado esse pensamento histórico mal entendido e apelar para um pensamento melhor compreendido. Um pensamento historicamente histórico deve ser capaz de pensar sua própria historicidade ao mesmo tempo, só então ele deixará de perseguir o fantasma de um objeto histórico de uma pesquisa progressiva e aprenderá a conhecer no objeto o que é diferente do que é apropriado, e assim, ele conhecerá o um e o outro. O verdadeiro objeto histórico não é um objeto, mas é a unidade de um e do outro, uma relação na qual a realidade da história persiste, assim como a realidade do entendimento histórico. A hermenêutica deve mostrar-se adequada a compreensão da realidade da história (GADAMER. 2007. p. 370).¹⁰⁰

problemático dos preconceitos do presente. Isto é muitas vezes referido como a "ilusão objetivista", e supõe a crença de que um intérprete do comportamento humano pode derramar preconceitos e pressuposições derivadas de seu contexto, isto é, que a interpretação ou o entendimento podem estar isentos de preconceitos. (SCHMIDT. 2013. p. 45)

¹⁰⁰ graças ao seu método crítico escapa a arbitrariedade e capricho de algumas atualizações do passado, mas isso cria uma boa consciência daquele que nega aquelas pressuposições que não são arbitrárias ou caprichosas,

De acordo com o acima exposto, a história real suporia a influência mútua (e a *unidade* com ela) da história real e da investigação histórica. A princípio, a investigação, ao incorporar o condicionamento de seu próprio contexto, codetermina (junto com o autor) os significados do passado, os influencia e redefine-os. Em outro momento, esses significados históricos redefinidos influenciam a perspectiva de quem está atento a eles, possibilitando a crítica desse horizonte de compreensão. Por sua vez, esta nova posição atual, condicionada pelas redefinições, atingiram significados de *retorno* do passado para influenciá-los e vice-versa em um círculo hermenêutico. O objetivismo historicista nega esse conjunto de influências recíprocas, e por essa razão, é necessário *separar* categoricamente o que é a história e o conhecimento dela. Supõe que o objeto histórico é constituído por si mesmo sem a necessidade do intérprete e do movimento histórico real que leva o segundo precisamente a realizar a interpretação do dito objeto.

Para Gadamer (SCHMIDT, 2013), no entanto, o objeto da pesquisa histórica nem sequer existe como tal, sem o interesse prévio do pesquisador, que por sua vez é motivado de maneira especial pelo presente. Portanto, ele argumenta que qualquer compreensão do passado é possível por uma incorporação do presente no passado, uma fusão da história como tal. Isso acontece quando o primeiro, mesmo sem que haja consciência, fornece ao pesquisador os 'preconceitos' para articular conjecturas sobre o segundo:

Em si mesmo << preconceito >> significa um julgamento que é formado antes da validação definitiva de todos os momentos que são objetivamente determinantes ... << Preconceito >> não significa de forma alguma falso juízo, mas está em seu conceito que pode ser valorizado positiva ou negativamente (SCHMIDT, 2013. p.134)

O conjunto desses preconceitos moldará a situação hermenêutica, isto é, o arcabouço dos significados historicamente atribuídos em uma tradição e que, portanto funcionam como diretrizes para as investigações a serem realizadas dentro dela. Para Gadamer, toda pesquisa (e toda a própria vida) é determinada pela tradição, mesmo antes de nos tornarmos conscientes desse fato:

Na realidade, não é a história que nos pertence, mas sim nós que pertencemos a ela. Muito antes de nos entendermos na reflexão, já estamos nos entendendo de maneira auto-evidente na família, na sociedade e no estado em que vivemos. A lente da subjetividade é um conceito deformante. A auto-reflexão do indivíduo não é mais que uma faísca na corrente fechada da vida histórica. Por que os preconceitos de um

mas sustentadoras de todo o seu próprio entendimento; assim perder-se-á a verdade que estaria disponível para a finitude de nosso entendimento.

indivíduo são, muito mais do que os seus juízos, a realidade histórica do seu ser?" (GADAMER. 2007. p. 337).¹⁰¹

O consagrado pela tradição é feito de uma autoridade anônima que de acordo com Gadamer consegue influenciar cada um de nossos atos. Como o momento da tradição a que pertencemos sempre nos determina, dificilmente poderíamos esperar que houvesse um critério trans-histórico que avaliasse as interpretações vindas de todos os contextos:

Não é verdade que toda a existência humana, mesmo a mais livre, é limitada e condicionada de muitas maneiras? E se é assim, então a ideia de uma razão absoluta não é uma possibilidade da humanidade histórica. Há o real e o histórico, esta razão não é dona de si mesma, mas é sempre referida ao dado em que é exercida. (GADAMER. 2007. p. 343).

Os preconceitos associados ao momento da tradição são os que compõem o quadro de significados com o qual fazemos, por exemplo, reconstruções do passado. Nesse sentido, os preconceitos do presente representam os meios para empreender investigações históricas. O agora foi construído acima de preconceitos, ou apenas julgamentos prévios sobre um objeto histórico. Essa primeira abordagem é sempre uma antecipação do significado que o objeto histórico pode ter e que terá que ser corroborado e no final ser substituído por um mais adequado:

A interpretação sempre começa com conceitos anteriores que terão que ser progressivamente substituídos por outros mais apropriados ... Quem tenta entender, está exposto aos erros de opiniões anteriores que não são comprovadas nas próprias coisas, para elaborar os projetos corretos e adequados as coisas, que como projetos são antecipações que devem ser. (GADAMER. 2007. p. 333).

De acordo com isto, a compreensão só é válida quando, na corroboração constante de cada nova expectativa de significado na própria coisa, se mostra que ela não atribui significados arbitrários ao passado. Parece uma regra hermenêutica que o intérprete não se deixe levar apenas pelos seus preconceitos atuais quando obviamente colidem com a coisa. O objeto de estudo é o que impõe restrições ao preconceito. A esse respeito, Heidegger afirmou que:

Só é realmente entendido quando a interpretação que entendeu sua primeira constante tarefa que consiste em não ser imposta por suas próprias ideias ou por conceitos populares ou posição, ou antecipação, mas em

¹⁰¹ Gadamer apontou que a hermenêutica não implica uma submissão cega à tradição. Com referência às críticas de Habermas, ele disse que "nós também entendemos quando nos tornamos conscientes dos preconceitos que distorcem a realidade" (ibid.). Sobre a disputa entre Habermas e Gadamer sobre a reivindicação da universalidade da hermenêutica, ver entre outros o texto de Marina Felix de Melo (p.11-20), 2012.

assegurar a elaboração do tema científico da coisa em si (apud GADAMER. Hans Georg. 2007. p. 332).

Tal confronto dos preconceitos nas próprias coisas seria um alerta contra a ingenuidade presentista na medida em que o passado poderia dizer coisas até o presente suscetível de alterar as concepções prévias do último. Mas o presente deve, a princípio, estar disposto a deixar-se dizer pelo passado. Por outro lado, Gadamer mantém:

O que é necessário é simplesmente estar aberto à opinião do outro ou do texto, mas essa abertura sempre implica que a opinião do outro é colocada em algum tipo de relação com o conjunto das próprias opiniões, ou que alguém se coloca em suas próprias opiniões. Aquele que quer entender não pode se render desde o início de forma aleatória a partir de suas próprias opiniões anteriores e ignorar a opinião mais obstinada e, conseqüentemente, possível do texto. Qualquer um que queira entender um texto tem que estar em princípio disposto a estar dizendo algo por ele (GADAMER. 2007. p. 335).

Mas essa receptividade, como Gadamer acrescenta, também não pressupõe uma neutralidade por parte do intérprete, na qual este deve suspender as condições que lhe são atribuídas pela tradição, como a metodologia historicista afirmaria:

Esta real atividade não pressupõe "neutralidade" na frente das coisas, nem inclui auto-anulação, mas inclui uma incorporação nuançada de opiniões e preconceitos anteriores, o que importa é tomar conta das próprias antecipações, para que a o próprio texto possa ser apresentado em sua identidade e assim obter a possibilidade de confrontar sua verdade objetiva com as opiniões anteriores. (GADAMER. 2007. p. 335-336).

Uma compreensão histórica que, como visto acima, reconhece e unifica na história efetiva tanto a historicidade dos materiais do passado quanto a interpretação destes, e que é conferida à tarefa de confrontar as antecipações do significado presente com os objetos históricos e, implica necessariamente uma 'fusão dos horizontes' presente e passado. Essa fusão é baseada no reconhecimento de que o presente representa um horizonte limitado a partir do qual o intérprete pode enxergar. Mas esse horizonte é suscetível à expansão (e, na verdade, o faz o tempo todo, mesmo sem perceber), pois incorpora novos pontos de vista que só podem advir do contato com outros horizontes ou formas de entender o mundo.

Esse contato com outros horizontes, não implica, como argumentaram a hermenêutica anterior de Dilthey e o historicismo de Skinner e Jones, um deslocamento no horizonte do outro, abandonando-os:

Este deslocamento não é a compaixão de uma individualidade na outra, nem a rendição da outra sob os próprios padrões, pelo contrário, significa sempre

uma promoção a uma generalidade superior. que supera tanto a própria particularidade quanto a do outro. (GADAMER. 2007. p. 375).

A fusão de individualidades, como indicado, não se refere necessariamente à unidade do intérprete com um autor ou contexto particular. Não se trata de fundir o horizonte do intérprete com o que o autor queria dizer ou fazer em meio a um contexto específico. Para Gadamer compreensão não significa uma apropriação da psique alienígena ou um abandono do horizonte original, mas uma participação em um significado comum (que é definido pela própria coisa objeto de estudo). O que Gadamer (2007) imediatamente aponta é que esse significado vai além do autor. Se o significado, como vimos antes, não pode ser atribuído de maneira ilegítima à coisa, impõe restrições importantes ao intérprete, estabelece igualmente com o autor uma relação de certa autonomia. O que seria buscado através da hermenêutica é, antes de tudo, um entendimento com a coisa, isto é, com um significado que é comum ao passado e ao presente (assegurando assim que o mesmo assunto está sendo tratado). Só depois de um entendimento do autor e dos contextos particulares associados originalmente a dito significado e a uma distância temporal (por exemplo, quando o passado é entendido a partir do presente) é que se tem, de certa forma, um entendimento superior aos objetos contemporâneos:

Cada época compreende um texto transmitido de maneira peculiar. Porque o texto faz parte de uma tradição para a qual cada época tem um interesse objetivo e é aquele que tenta se entender. O verdadeiro significado de um texto como esse é apresentado ao intérprete e não depende do aspecto puramente ocasional que o autor e seu público original representam. Ou pelo menos não acaba nisto. Pois esse sentido é sempre determinado pela situação histórica do intérprete e, conseqüentemente, por todo o processo histórico... O significado de um texto excede seu autor não ocasionalmente, mas sempre. É por isso que o entendimento não é apenas comportamento reprodutivo, mas é sempre produtivo (GADAMER. 2007. p. 364).¹⁸

Assim, enquanto para o historicista a distância que existe entre o autor e o intérprete é precisamente um abismo que teria que ser superado para alcançar objetivamente os significados originais e autênticos. Para a hermenêutica, essa distância que é insuperável (devido à realidade da historicidade dos materiais do passado e de suas interpretações), é também o meio de compreender os verdadeiros significados, ou seja, aqueles que vão além da concepção do tempo que os produz e os quais são os que tornam possível a mediação entre passado e presente:

A distância é a única distância que permite uma expressão completa do verdadeiro significado que existe nas coisas, mas o verdadeiro conteúdo em um texto ou em uma obra de arte não termina quando se atinge um certo ponto final, mas é um processo infinito. Não significa que toda vez que novas fontes de erro são desconectadas e, assim, filtrem todas as distorções

possíveis do verdadeiro sentido, mas novas fontes de entendimento surgem constantemente, tornando inesperadas as relações óbvias de sentido. Somente a distância no tempo torna possível resolver a verdadeira questão hermenêutica, distinguir os verdadeiros preconceitos sob os quais entendemos, dos preconceitos que produzem os mal-entendidos. (GADAMER. 2007. p. 366).

A história, portanto, tem a importante função de servir como um teste das suposições feitas no presente. Assim, no domínio da pesquisa histórica, a atitude de 'deixar-se dizer algo' pelo 'outro' permite uma constante revisão dos preconceitos nele utilizados, bem como os substituindo por outros cada vez mais adequados:

É claro que tornar um preconceito evidente implica suspender sua validade. Pois enquanto um preconceito está nos determinando, nós não o conhecemos nem o julgamos como um julgamento. Como poderia então se tornar visível? Colocar um preconceito ante de si é impossível enquanto ele continuar seu trabalho imperceptível, que só é conseguido de alguma forma <<estimulado>> Esse estímulo vem precisamente do encontro com a tradição ... Quando um preconceito se torna questionável, com base no que outro ou um texto nos diz, não significa que ele seja simplesmente deixado de lado e que o outro venha a substituí-lo imediatamente em sua validade. É a ingenuidade do objetivismo histórico. A alegação de que alguém pode se ignorar. (GADAMER. 2007. p. 369).

O fato de o passado ter essa capacidade especial de motivar uma mudança progressiva de nossos preconceitos e ampliar nossos horizontes também tem a ver com o fato de, com o tempo, tornar-se uma série de conteúdos válidos consolidados o suficiente para enfrentar e resistir às críticas históricas. Gadamer relacionará (como Alexander faz em sua análise da teoria social e de seus clássicos) de maneira decisiva esses conteúdos com a figura do clássico. O clássico em Gadamer é apresentado como mais do que um mero estilo ou conceito de uma época: é uma forma de ser histórica que exibindo conteúdo preservado com o passar do tempo e com constantes confirmações possibilita a existência de algo que é verdadeiro.

É clássico o que permanece diante das críticas históricas, porque seu domínio histórico, o poder vinculativo de sua validade transmitida e preservada, ultrapassa toda reflexão histórica e permanece no meio dela ... O clássico é o que tem sido destacado ao contrário dos tempos de mudança e de seus gostos efêmeros ... é uma consciência do permanente, do imperecível, de um significado independente de qualquer circunstância temporal, que nos leva a chamar algo clássico: uma espécie de presente atemporal que significa simultaneidade com qualquer presente ... (O clássico é) aquilo que é por si só tão eloquente que não constitui uma proposição sobre algo que falta, um mero testemunho de algo que ainda requer interpretação, mas diz algo a cada presente como se fosse para lhe dizer particularmente ... É exatamente isso que a palavra << clássico >> significa: que a sobrevivência da eloquência imediata de um trabalho é fundamentalmente ilimitado (GADAMER. 2007. p. 356-359).

Deste modo, a compreensão histórica consiste em relatos sumários, como indica Gadamer, num processo contínuo de substituição de expectativas de sentido cada vez mais apropriadas à coisa, onde o contato com conteúdos validados pela tradição é fundamental. A reconstrução do passado, ainda ligada à coisa, não tem como finalidade, como os historicistas supunham, esgotar a interpretação de um significado histórico. O que realmente significa ser histórico é, segundo Gadamer, “nunca ficar sem interpretação”, é sempre superá-la. Portanto, Gadamer (1997) supõe que as reconstruções históricas devem operar em termos do chamado “círculo hermenêutico” em que cada nova interpretação implica uma incorporação de elementos derivados de interpretações anteriores, mas sem a pretensão de nunca esgotar o significado: o entendimento, que vai da parte para o todo e deste para a parte (ou seja, das expectativas de significado às corroborações na coisa). As novas expectativas de significado, tem como tarefa expandir cada vez mais a unidade de significado. Finalmente, mais uma vez Gadamer estabelece que o círculo hermenêutico, além de ser uma metodologia simples, pode se conectar com a noção de história real descrita acima:

O círculo, portanto, não é de natureza formal; Não é subjetivo ou objetivo, mas descreve a compreensão como a interpenetração do movimento da tradição e do movimento do intérprete. A antecipação do significado que guia nossa compreensão de um texto não é um ato de subjetividade, mas é determinada pela comunidade que nos une à tradição. Mas, em nosso relacionamento com a tradição, essa comunidade está sujeita a um processo de formação contínua. Não é simplesmente um pressuposto sob o qual sempre nos encontramos, mas que nós mesmos o estabelecemos quando entendemos, participamos dos eventos da tradição e continuamos a determiná-lo por nós mesmos (GADAMER. 2007. p. 263)

3.1.5 - Paul Ricoeur: o texto, a ação e a continuidade entre passado e presente.

Neste momento do trabalho veremos que em algumas áreas, a obra de Paul Ricoeur também podem ser encontrados elementos que apoiem a tese de que existe realmente continuidade hermenêutica entre passado e presente. Agora veremos que seu argumento de tal continuidade é possível quando se pode demonstrar que o significado sempre excede o autor e o contexto em que ele é produzido. Para ele, isso pode ser alcançado quando o significado é fixo por meio da escrita. Posteriormente trabalharemos com sua elaboração filosófica que se dedica a esfera do prático e que mantém seu vínculo às ciências sociais, ou seja, a filosofia que analisa a passagem do texto a ação.

3.1.5.1– Paul Ricoeur: a continuidade entre passado e presente

O texto escrito, se persistir na evolução histórica, pode conectar homens de diferentes épocas entre si e de transmitir concepções e significados de diferentes contextos. O que a escrita alcança por sua natureza permanente é libertar o significado das limitações de espaço-tempo impostas pelo contexto em que é produzida, liberta-o das intenções e consequências objetivas de sua emissão em um determinado contexto tornando acessível o significado para futuros destinatários. Nesse sentido, Ricoeur fala da 'espiritualidade' ou atemporalidade do discurso.

Da mesma forma, o mero evento empírico localizado em um contexto particular é excedido pelo seu significado de outra perspectiva. O discurso, como Ricoeur (1989) indica, pode ser entendido como o que se refere a um mundo. No discurso falado o diálogo realmente se refere a situação comum dos interlocutores. Os limites dessa situação dialógica são geralmente físicos, por exemplo, um gesto, uma entonação, um sinal com um dedo, etc. No discurso oral, a referência é ostensiva.

Por outro lado, o discurso escrito, assim como seu significado, é liberto da tutela das intenções e dos limites representados pela referência ostensiva. Isso ocorre na medida em que o homem não tem apenas uma situação, mas também o mundo. O mundo é a montagem de referências abertas por textos. Assim, Ricoeur (1989) exemplifica, que quando falamos sobre o 'mundo' da Grécia, não nos referimos às situações daqueles que viviam naquela época, mas às referências não situacionais que sobreviveram ao desaparecimento desta sociedade e que, portanto,

são vistos como possíveis formas de ser, como dimensões simbólicas do nosso ser-no-mundo. Neste sentido. Entender um texto é, ao mesmo tempo, esclarecer nossa própria situação ou, se quiser, interpolar entre os predicados de nossa situação todos os significados que formam um mundo de nossa situação. É essa conversão de qual é a situação no mundo que nos permite falar sobre as referências abertas pelo texto - seria melhor dizer que as referências abrem o mundo. Aqui, novamente, a espiritualidade do discurso se manifesta, mesmo através da escrita, o que nos liberta da visibilidade e limitação das situações toda vez que abre um mundo para nós. isto é, novas dimensões do nosso ser-no-mundo ... Nesse sentido. Heidegger estava certo quando disse que a primeira coisa que entendemos em um discurso não é outra pessoa, mas um projeto, isto é, o esboço de um novo ser-no-mundo. Apenas escrevendo em seu processo de libertação, em relação ao autor e às situações dialógicas revelar esse destino do discurso como um projeto de um mundo. (RICOEUR. 1971. p. 201)

Também a partir de outro recurso pode-se ver a separação entre significado e contexto. Ricoeur indicou que apenas a fala, mas não a mera linguagem, é dirigida a alguém e

que esse é o fundamento da comunicação. Ricoeur (1978) distingue entre um discurso dirigido a um interlocutor igualmente presente em uma situação e um discurso dirigido a qualquer pessoa que possa ler. No discurso escrito, a estreiteza da relação dialógica é evidenciada, ao invés de ser dirigida apenas a uma pessoa presente na situação mencionada, a redação é dirigida a uma audiência inteira que se origina no mesmo texto. Ricoeur acrescenta que isso mostra novamente a espiritualidade da escrita, a contrapartida de sua materialidade: “o discurso extrapola a face da relação face a face. Um leitor invisível e desconhecido torna-se o novo receptor originalmente não considerado ao discurso” (RICOEUR, 1978. p.213).

Assim, o significado depende não apenas das intenções do autor, mas também da interpretação de cada novo destinatário. Não é fixo e dado, mas é constantemente reconstruído. Nesse sentido, o significado é o resultado da conexão estabelecida entre passado e presente, entre os interesses e horizontes particulares de ambos. Essa articulação de perspectivas só é possível se entendermos cada uma das partes (isto é, o passado e o presente) como fragmentos de uma estrutura que atravessa essas partes e que, como resultado de sua localização nessa estrutura (que é a história) é como eles fazem sentido. A interpretação das partes por si mesmas, sem se relacionar com todas as outras, é incapaz de fornecer significado. A relação entre passado e presente, isto é, a história, assume um caráter como qualquer narrativa. Compreender a história é, metaforicamente falando, como entender um texto, na medida em que ele:

é um todo, uma totalidade ... (que) aparece como uma hierarquia de tópicos. de tópicos primários e secundários. A reconstrução do texto como um todo tem necessariamente um caráter circular, no sentido de que, no reconhecimento das partes, existem pressupostos de um certo tipo em relação ao todo e que orientam sua interpretação. E reciprocamente na reconstrução das partes e detalhes que reconstruímos o todo. Não há necessidade e evidência sobre o que pode ser considerado importante ou não importante, o essencial e o não essencial. O julgamento sobre essa importância é uma conjectura (RICOEUR. 1978. p. 211)

Segundo Ricoeur, o trabalho do historiador é semelhante ao de um narrador, no entendimento de que, assim como este descreve uma sequência de ações que só fazem sentido à luz de uma totalidade, neste caso o enredo da narrativa com sequências de obras e eventos do passado que só fazem sentido relacionando-os a uma totalidade, neste caso a história da própria humanidade. Assinala Ricoeur:

Uma narrativa descreve uma sequência de ações e experiências de um certo número de personagens, reais ou imaginários. Esses caracteres são representados em situações de mudança ou nas quais elas reagem. Essas mudanças, por sua vez, revelam aspectos ocultos da situação e de seus personagens, dando origem a novas dificuldades que se renovam para pensar, agir ou ambos. A resposta a essas dificuldades leva a narração à sua

conclusão. De acordo com isso, seguir uma narrativa é entender as ações, pensamentos e sentimentos sucessivos que levam a uma direcionalidade específica... Mas uma conclusão narrativa não pode ser deduzida ou prevista. Não há narração, a menos que nossa atenção seja suspensa por uma ou outra contingência. Por isso, devemos continuar a narração até sua conclusão. Assim, em vez de ser previsível, uma conclusão deve ser aceitável. Revisão da conclusão dos episódios que a levaram. Deve-se dizer que esse fim exigia esses eventos e essa cadeia de ação. Mas esse olhar retrospectivo é possível graças à renovação teleologicamente guiada de nossas expectativas quando seguimos a narrativa. (RICOEUR. 1996. p. 277)

De acordo com o acima exposto, na história a construção do significado assumiria a forma de um processo no qual as hipóteses primeiro têm um papel fundamental orientando a reconstrução das coisas que são feitas e ditas no passado. As conjecturas sempre se referem à continuidade do significado - ou direcionalidade - em diferentes contextos, e nunca a circunstâncias empíricas - concretas e finitas - nas quais ele é produzido. São aqueles que coordenam a enorme quantidade de dados e frases do estudo histórico, sem essas conjecturas o historiador se perderia num caos empírico.

Do mesmo modo, o histórico é o que contribui para o desenvolvimento de um enredo. A história é, portanto, baseada em nossa capacidade de seguir uma narrativa, as características distintivas da explicação histórica devem ser consideradas como desenvolvimentos a serviço da capacidade da narração básica a seguir.

Em outras palavras, as explicações não têm outra função senão ajudar o leitor a seguir a narrativa. A função das generalizações que o historiador nos pede para aceitar é facilitar o processo de seguir a narrativa quando esta é interrompida ou obscurecida. As explicações devem, portanto, ser trançadas no tecido narrativo (RICOEUR. 1996. p. 277-278)

Nesse sentido, a explicação histórica tem funções diferentes daquelas que caracterizam a explicação da ciência natural. Como Ricoeur (1996) ressalta, o historiador não estabelece precisamente generalizações baseadas em dados do passado, mas as usa para construir um significado e direcionalidade. Ou seja, o trabalho do historiador não explica como se quisesse expressar um julgamento reflexivo sobre o passado e sim que a operação narrativa tem o caráter de um julgamento.

Nesse contexto, a avaliação reflexiva que o historiador exerce sobre o passado é o que realmente torna possível a explicação histórica. E justamente essa intrusão de valores pessoais pelo historiador é o que rejeita toda historiografia associada de alguma forma ao positivismo, para quem a tarefa da história é descobrir os fatos que permanecem ocultos no passado. Ricoeur (1996) ressalta que a historiografia contemporânea reconhece a "dimensão ficcional" da história e enfatiza a "reconstrução imaginativa" do historiador.

Isso resulta, segundo Ricoeur, em formas de representação fictícia da realidade, nas quais a história e ficção são integradas em uma estrutura suficientemente geral. Ricoeur (1996) aponta para o trabalho de Hayden White como um exemplo feliz de uma abordagem "poética" da historiografia. White vê no historiador um escritor que usa toda uma hierarquia de esquemas organizacionais em torno da trama: de esquemas que são argumentos formais a estruturas de ação (como conservadorismo, anarquismo, radicalismo ou liberalismo) relacionada ao tratamento da sociologia do conhecimento, por esquemas apoiados na noção apimentada de 'hipóteses mundiais' correspondentes a uma era inteira (por exemplo, organismo, mecanismo ou contextualismo). A totalidade desses possíveis esquemas organizacionais nos quais o historiador pode basear sua reconstrução é a chamada "imaginação histórica".

Esses procedimentos, segundo Ricoeur (1996), não podem ser reduzidos a serem meramente didáticos. Isso significa que os níveis de conceitualização relacionados a uma "poética da história" são intrínsecos e não extrínsecos à própria pesquisa histórica. Esses procedimentos não têm a ver apenas com a narração dos fatos, mas com os próprios fatos. A esse respeito, Ricoeur afirmou que os procedimentos em questão são o que possibilita que os eventos adquiram o caráter de história.

Por outro lado, não se pode aceitar que essa representação fictícia da realidade exclua 'regras de evidência' que a história compartilha com outras ciências (mesmo que a evidência documental tenha um caráter peculiar). Qualquer representação histórica afirma ser uma representação da realidade. A esse respeito, Ricoeur nos diz que:

A história é tanto um artifício literário quanto uma representação da *realidade*. É um artefato interativo na medida em que, sob o controle de qualquer texto literário, ele tende a assumir o status de um sistema auto-suficiente de símbolos. É uma representação da realidade na medida em que o mundo que ela retrata ... finge falar sobre eventos reais no mundo real (RICOEUR. 1996. p. 291)¹⁰²

Nesse sentido, eles não podem ser considerados válidos sem todas as reconstruções que podem ser feitas do passado. A validação é entendida como uma disciplina argumentativa comparável aos processos legais de interpretação jurídica. É uma lógica de incerteza e de probabilidades iguais, da mesma forma, as invalidações são possíveis com base em critérios semelhantes aos do falsificacionismo popperiano. Nesse sentido, uma interpretação deve não

¹⁰² Em paralelo, Habermas assinala no âmbito da sua teoria da ação comunicativa que, dada a existência de distorções no processo de comunicação social que não podem ser resolvidos, por mera compreensão hermeneútica é que explicações causais são necessárias (como explicações psicanalíticas, funcionais, econômicas e sistêmicas) que tentam precisamente resolver tais distorções (a lógica das ciências sociais, pp. 256-260).

apenas ser provável, mas mais provável que outras, de acordo com critérios de superioridade relativa. Em conclusão,

se é verdade que sempre é possível reconstruir um texto de várias maneiras, não é verdade que todas as interpretações são igualmente válidas ... O texto é um campo limitado de possíveis construções. A lógica da validação nos permite mover-se entre os limites do dogmatismo e do ceticismo. Sempre é possível argumentar a favor ou contra uma interpretação, confrontar interpretações, mediar entre eles e buscar consenso, se isso é possível por último (RICOEUR. 1996. p. 213)

Precisamente na medida em que podemos argumentar a favor ou contra uma certa interpretação - avaliando se as conclusões das narrativas são aceitáveis ou não, como indicado pelo acompanhamento da trama, a hermenêutica deve apoiar a intervenção de preconceitos do historiador na reconstrução com a qual ele realiza seu trabalho. Sem um compromisso pessoal, os significados não podem ser entendidos. O conceito é liberado pelos procedimentos explicativos da lógica probabilística, guiados por conjecturas sobre o todo ou a sua continuidade. Essa aceção, consegue revelar um mundo através de seu entendimento (por procedimentos explicativos e não por 'recuperações da psique alienígena'). Quando a compreendemos, estabelecemos nossos significados para esse mundo. Portanto, não podemos negar nossos interesses no ato de compreender.

Para Ricoeur, o interesse opera como um fator na seleção do que é importante ou não. De acordo com isso, o historiador retira do passado apenas o que, segundo ele, vale a pena não ser esquecido. Contudo esse interesse não se reduz à psicologia do pesquisador, mas está desde o início articulado no horizonte histórico de entendimento a que pertence, com todos os determinantes históricos dele derivados. O interesse expressa a situação do historiador como um membro que pertence ao grupo que ele está estudando.

Isso conclui que nosso interesse em fazer história está em querer expandir nossa esfera de comunicação: "Dito isto, todo procedimento de objetivação, dúvida, distanciamento, suspeita, enfim, tudo que faz da história uma forma de investigação, é extraído, do interesse em comunicação" (RICOEUR, 1996. p.220).

A comunicação exige, no entanto, um comentário, isso significa que os esquemas do intérprete, como diz Gadamer(2007), não devem pesar muito em seu objeto de estudo. O intérprete deve 'deixar falar' também ao passado, na medida em que o exigir, só assim a 'alteridade' do outro pode ser garantida, assim como a possibilidade de sua singularidade e a sua diferença. Essa dialética do familiar e do estranho, do distante e do próximo está no centro preciso do interesse pela comunicação por parte do historiador. Para Ricoeur, essa dialética é aquela que coloca a história em estreita conexão com a ficção:

Reconhecer os valores do passado em suas diferenças em relação aos nossos valores é abrir a localidade o máximo possível. As 'verdadeiras' histórias do passado descobrem as potencialidades ocultas do presente ... A história, nesse sentido, explora o campo de fêrias 'imaginativas' em torno do presente e a realidade que damos como certa na vida cotidiana, é assim que em que a história, justamente por ser objetiva, participa da ficção (RICOEUR. 1996. p. 295)¹⁰³.

Portanto, a narrativa é uma estrutura que se apresenta tanto ficcionalmente quanto historicamente, e em ambos encontra-se o mesmo jogo de linguagem. Importa saber se tal jogo faz parte de uma atividade ou de uma convenção de historicidade.

3.1.5.2 – Do texto a ação – A filosofia hermenêutica prática de Paul Ricoeur.

Em alguns momentos de sua obra¹⁰⁴, Ricoeur focaliza suas investigações sobre a hermenêutica no sentido de aclarar os problemas entre explicar/compreender e as relações entre tempo e narração.

As fontes que alimentam a inflexão hermenêutica da investigação sobre a ação podem ser classificadas em diretas e indiretas onde as primeiras concernem especificamente a ação e as segundas ao que remetem ao compromisso hermenêutico de Ricoeur.

No primeiro caso se encontra a analogia entre linguagem e ação, que encontra-se sob duas formas: a textual e a semiótica. Portanto, o exame da presença da ação na filosofia hermenêutica de Ricoeur deve nutrir-se também de maneira a conectar linguagem e ação, ou seja, como referência da narração.

Em sua obra: do texto a ação, a duplicidade da tarefa corresponde a distinção entre sentido e referência, assim, a primeira tarefa consiste em reconstituir a dinâmica interna do texto e a segunda a capacidade da obra em projetar-se ao exterior, na representação de um mundo que possamos habitar.

No entanto, a questão da referência da ação de forma que possamos falar também de referência do texto e só após estabelecer a analogia texto/ação no âmbito da primeira tarefa se poderá aludir a uma referência da ação simétrica a do texto (RICOEUR, 1988).

Em seu artigo O modelo do texto (in RICOEUR, 1989), a utilização do texto como paradigma para a ação abre a possibilidade de considerar a interpretação do texto como

¹⁰³ O que se ganha com a adoção dessa lógica, segundo Ricoeur, é que a oposição entre as ciências naturais e as ciências do espírito recebe um significado aceitável, sem conceder nada ao dogma sustentado da inefabilidade do indivíduo.

¹⁰⁴ Estamos tratando aqui mais especificamente das obras, principalmente da década de 70 e 80, sendo as principais:

modelo para a interpretação da ação, e constitui um dos pilares sobre no qual se sustenta a possibilidade de uma hermenêutica da ação (em cujo marco se situaria as ciências humanas).

A possibilidade de forjar ficções de caráter heurístico depende precisamente, da capacidade da narração para definir a ação, e esta se enquadra dentro da relação referencial que se estabelece entre texto e ação.

Para explicar o processo de refiguração da ação, Ricoeur parte da proposta da análise através da estrutura da tripla mimésis tomada de Aristóteles como representação da ação, mas que é submetida a uma expansão que revela três momentos da relação entre ação e narração: o da prefiguração (mimésis I), o da configuração (mimésis II) e o da refiguração (mimésis III), de maneira tal que a configuração textual média entre a prefiguração do campo prático e sua refiguração pela recepção da obra supõe que a formulação da referência em refiguração não só suponha uma mudança de vocabulário, mas sim de implicações a subordinação dos aspectos epistemológicos à dimensão hermenêutica (RICOEUR, 1989)

Este é o caso do aspecto simbólico da ação, de sua própria rede conceitual e da manifestação da capacidade do texto de ir além de si mesmo mediante a incidência da narração no mundo da ação, é neste momento que aparecem os recursos temporais da ação, ou seja, a refiguração que a narração exerce na ordem de ação, focando, sobretudo, sua dimensão temporal (RICOEUR, 1989).

É o fenômeno da interpretação que construirá uma ponte profunda entre as duas tarefas em virtude de sua conexão com a noção de entendimento, por um lado, e com a noção de refiguração, por outro. Este conceito de identidade narrativa é que pode ser tomado como um guia para a próxima transição, neste caminho resumido, por sua contribuição para o desafio levantado pela questão do ‘quem?’ da ação (RICOEUR, 1989).

Do ponto de vista da sequência dos diferentes estudos, Ricoeur supõe uma progressiva extensão e concretização da noção de ação, essa sequência está estruturada em quatro partes que correspondem à decomposição da pergunta ‘quem?’ em tantas outras perguntas: ‘quem fala?’, ‘quem age?’, ‘quem é narrado?’ e ‘quem é o sujeito moral da imputação?’. O mesmo se aplica a questões que afetam o estatuto epistemológico de uma filosofia de ação, entre as quais se destaca a articulação do discurso descritivo com o discurso prescritivo e tudo isso sob o signo da pergunta, ‘quem?’ cuja resposta aponta para uma concepção hermenêutica do sujeito (ou mais exatamente para a transformação hermenêutica da antiga noção de sujeito). Em vários outros momentos o autor buscou a articulação entre um discurso de ação descritivo, analítico ou científico-interpretativo e um discurso ético (que, às vezes, incorpora a dimensão política), ou em termos gerais, entre descrição e prescrição (RICOEUR, 1989)

Essa formulação, a filosofia da ação, distingue-se tanto da ética quanto da ciência da ação, mas seu escopo implicitamente vai além e considera-se que ela pode ser expandida para abranger não apenas um discurso sobre a ação, mas também um discurso (de segundo grau) sobre o discurso da ação, ou seja, até incluir as reflexões e teorias em que o discurso (filosofia da ação) não lida diretamente com a ação, mas se direciona para analisar suas relações com a ética e com as ciências humanas.

Portanto, em sua formulação hermenêutica Ricoeur apresenta duas facetas, embora ambas compartilhem a presença do texto como uma característica marcante. Uma delas, que tem seu eixo na discussão sobre a explicação e a compreensão da ação, é aquela que incorpora diferentes reflexões e propostas sobre as ciências humanas, usando a hermenêutica textual como modelo, a outra é aquela que põe em jogo as relações entre ação e narração (RICOEUR, 1986)

Do uso do termo por Ricoeur, podemos distinguir, fundamentalmente, três conceitos de ação: (A) Primeiro, aquele determinado pelas noções de movimento voluntário e intencional da ação, que é feito, e não apenas compreende um conjunto de movimentos, mas também um conjunto de relacionamentos feitos pela ação; (B) O segundo conceito de ação é o que pode ser caracterizado por sua dependência da análise linguística (e mais amplamente da concepção analítica da filosofia), pois é limitada a segmentos de ação expressos em sentenças de ação e abstrai esses segmentos de seu contexto social. Além disso, a distinção entre ação e evento, e entre motivo e causa, contribui, com a ideia da rede conceitual de ação, para mudar o significado desta. (C) Este último significado acompanha toda a reflexão do autor sobre a relação entre ação e narração e vice-versa e é este que trabalharemos mais detalhadamente a partir de agora (RICOEUR, 1989)

Um dos usos mais intrigantes do conceito de ação é encontrado em relação a tais relacionamentos, quando o arco de prefiguração / configuração / refiguração é introduzido para expressar a relação entre ação e narração. Ao final deste processo, pode-se dizer que a narração ressignificar a ação, como, por exemplo na literatura em que há um aspecto ontológico ao se relacionar a relação entre o texto e a realidade extralinguística. Este, portanto, não é o mundo de referência da linguagem descritiva ou científica, mas está situado no mesmo plano das noções do mundo da vida e do ser-no-mundo. As afirmações metafóricas e narrativas tendem a refigurar o real através da leitura, e que essa reconceituação constitui "uma reorganização ativa do nosso ser-no-mundo" (RICOEUR, 1988, p.154) por sua própria riqueza e complexidade.

No entanto, o conceito de ação também levanta outros problemas. Um caso que vale a pena considerar é aquele em que o modelo da dialética entre explicação e compreensão, por meio do qual o autor tenta superar abordagens dicotômicas e que seja aplicado aos fenômenos sociais. Das versões do conceito de ação que aparecem na argumentação na totalidade, uma delas é a de Max Weber, apresentada como um veículo para aplicar o paradigma do texto à ação, como um objeto das ciências humanas (RICOEUR, 1988. p.190).

Em Ricoeur, não há ação sem paixão e a ação em si é o resultado de uma combinação de atividade e passividade, passividade que não depende apenas de circunstâncias externas, mas aninha-se no sujeito, ou melhor, no agente. Portanto, a estrutura de ação nos revela que, do ponto de vista prático, o mundo se revela entre agentes e pacientes. Dessa forma, toda ação é, nesse sentido, interação e todos somos, simultaneamente ou alternadamente, agentes e pacientes, ou seja, há aqui uma elaboração hermenêutica da consciência histórica e é entendida como "uma interpretação da relação que a narração histórica e ficcional, juntamente com a pertença de cada um de nós, como agentes e pacientes da história efetiva" (RICOEUR, 1988. p.136).

"Não existe entendimento do eu que não seja mediado por sinais, símbolos e textos: o entendimento do eu finalmente coincide com a interpretação aplicada a esses termos de mediação" (RICOEUR, 1996. p. 187). Essa convicção finalmente levará à elaboração de uma hermenêutica de si mesma, ou seja, a auto-compreensão também passa pela compreensão e interpretação da ação (que mostra, então, sua dimensão simbólica), especialmente quando esse o "si" é concebido como um agente.

A configuração da paixão do possível refere-se a uma pergunta anterior (em certo sentido) à pergunta "o que fazer?", ou, se preferir uma versão especificamente ética como "o que devo fazer?", quais sejam, perguntas do tipo "o que posso fazer?", cuja resposta envolve esclarecer outras questões: por exemplo, é possível fazer algo? (no sentido especificamente humano) e como é possível fazer? (e até o que eu posso querer).

A busca pelo possível é realizada nesse "terreno intermediário", combinando ação e paixão, razão com desejo e revelando a conexão do agente com suas ações. É aqui que perguntas como "o que posso fazer, se posso fazer algo e como isso é possível?" são respondidas (RICOEUR, 1988)

O escopo do possível é marcado por seus dois aspectos: um positivo e outro negativo. Do lado positivo, o possível indica abertura de horizontes, exploração do espaço do inédito, e no aspecto negativo marca seus próprios limites, os limites do possível (RICOEUR, 1988)

É nesse sentido que as formas de análise buscaram métodos que possibilitassem a análise continuada dos textos passados com os contextos recentes, principalmente por que muito dos atores-produtores dos textos analisados serão os mesmos atores-receptores responsáveis pela ação política.

Portanto, o método hermenêutico gadameriano nos ajudará a entender as relações das interpretações dos textos de Weffort e o nosso objetivo proposto, assim como as relações entre seu texto e as interpretações de sua ação política. Dessa forma, as propostas de Ricoeur, no que diz respeito aos processos de interpretação que vão do texto a ação nos auxiliarão em explicar os significados dos atos políticos em consequência de seus textos.

Desta forma temos um objeto *sui generis*, qual seja, a obra e a ação política de Francisco Weffort. Sua obra se inicia com o intuito da cientificidade sendo reconhecido até pelo fato de ser intelectual por seus trabalhos sobre o sindicalismo e o populismo no Brasil. A partir de fins da década de 70 compactua sua produção intelectual com a ação política, nesse sentido há um processo de dupla hermenêutica aqui, a da interpretação do texto do autor e a da interpretação do texto do autor por ele mesmo e que o leva a ação política.

Nesse sentido acredita-se possível interpretar não somente os textos de Weffort, mas a sua ação política a luz destes, buscando significados que nos permitiram pensar as relações políticas no Brasil, assim como a relação intelectual-política.

3.2 – Ação política em Weffort

Neste contexto, o populismo estaria diretamente relacionado a uma certa incapacidade da classe trabalhadora expressar sua consciência em termos espontâneos e o populismo visaria impedir tal surgimento. O Partido Comunista jogaria nesta estratégia, como aquele que manteria os operários no limite de tal consciência evitando que esta chegasse a outro patamar. Como vimos as contradições inerentes a este esquema nos levaram ao colapso do populismo, onde este passa a ser visto como um processo que corrompia a política brasileira ligado a conceitos como: demagogia, corrupção, paternalismo, clientelismo, fisiologismo, irrealismo e peleguismo. Portanto, podemos perceber que os textos de Weffort, a partir de 1978, pretendiam desbastar do horizonte estes conceitos, limpando a trilha para o iniciante Partido dos Trabalhadores.

Em seu texto escrito em três partes para a Revista de Cultura e Política publicada pelo CEDEC intitulado ‘Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do

período 1945 – 1964’, Weffort tentava esclarecer as relações entre movimento operário e democracia, deixando claro, mais uma vez que havia um incomodo neste autor no que dizia respeito as relações entre movimento operário e Estado, ou seja, sua proposta aqui é tratar dos postulados de um movimento operário independente necessário para a construção de uma sociedade verdadeiramente e inteiramente democrática, já que existiria um paradoxo na existência de uma estrutura sindicalista corporativista¹⁰⁵ e uma democracia representativa como era o caso dos anos 1945-1964.

Portanto, para o autor fica uma questão intrigante, qual seja: seria possível uma sociedade, em uma realidade como a brasileira, onde o regime liberal oligárquico dominante até a década de 20 foi incapaz de criar um partido liberal democrático e um verdadeiro partido comunista separado desta realidade, ser capaz de criar um partido apartado das condições de sua própria formação histórica?¹⁰⁶

Havia para este um atraso da esquerda, da classe operária e da sociedade brasileira que fez com que esta não compreendesse as circunstâncias de sua própria época.

Neste contexto é que o PT veio trazer algum sopro novo aos ares políticos nacionais, já que este não havia surgido nos modos tradicionais de uma partido de esquerda, como os PC’s na década de 1920, enquanto nestes haviam produções teóricas que auxiliavam na organização do partido, no PT os intelectuais participaram também da fundação do partido, no entanto, suas teorias ajudaram, no plano das ideias, como base de sustentação a sua formação, dentre estes, Francisco Weffort e a maioria dos autores que trabalharam com a teoria populista, merecem destaque relevante¹⁰⁷.

Portanto, neste momento de participação da fundação do Partido dos Trabalhadores e durante sua atuação como secretário-geral ou apenas militante¹⁰⁸, o autor passa a se debruçar mais enfaticamente sobre o tema democracia. No entanto, este fato não aponta necessariamente uma mudança de rumos no componente teórico clássico do autor, quais sejam, populismo/nacionalismo, sindicalismo corporativista e críticas ao velho PCB, e sim,

¹⁰⁵ Esta teria sua inspiração no fascismo, incompatível, portanto, com princípios de uma democracia representativa.

¹⁰⁶ Há uma crítica a Weffort, pois este parecia trabalhar com categorias desligadas do seu tempo histórico, como se quisesse que o Partido Comunista nascente na década de 30 pensasse com as categorias da década de 60, desta forma diz-se que nenhum partido operário estará imune às suas condições históricas de formação, seja as condições locais e as imposições da política nacional.

¹⁰⁷ Para alguns autores, o PT teve que lher dar com estes velhos fantasmas pois ficava cada vez mais patente e visível, principalmente durante os governos Lula (2002-2006 2006-2010) as heranças comunistas e trabalhistas (ou populistas?) entre os petistas.

¹⁰⁸ Embora fora “apenas um militante” durante os anos de 1987 a 1994 dentro do PT, este ajudara a elaborar os programas de governos das candidaturas de Lula a presidência nos pleitos de 1989 e 1994.

uma preocupação com a verdadeira democratização de uma sociedade a fim de que estes personagens não voltem a ter protagonismo¹⁰⁹.

Pode-se dizer que Weffort tenha sido responsável pela construção de um imaginário, se não se puder dizer uma teoria do Partido dos Trabalhadores. Portanto, a construção de um horizonte democrático e sua conjunção ou negação dos elementos socialistas estariam dentro da conceituação de Weffort e do PT, embora durante o processo de sua elaboração a democracia não seria mais vista como uma etapa para o socialismo, mas enquanto um fim em si mesma.

Já em abril de 1977 Weffort participa de um Ciclo de Debates nomeada, Jornadas pela Democracia e Trabalho, e em junho deste mesmo ano em evento sobre a constituinte diz que: “A natureza da crise política-institucional desde os anos 60 é encontrar lugar para a participação dos trabalhadores no sistema político” (WEFFORT, 01/06/1977), além disso, segundo este, a abertura política tem a necessidade de organização da luta pela constituinte que não repita os erros de 30 e 64 mas que seja criado de baixo para cima e que haja a formação de partidos que representem independentemente e legitimamente os trabalhadores. Desse modo, o papel que o conceito de democracia exerce neste pensador data de antes do começo de institucionalização do PT, assim como antes dos acontecimentos do ABC paulista. Desta forma, implica em certo reducionismo nos atermos apenas aos escritos acadêmicos ou jornalísticos deste se não investigarmos também sua iniciante ação política.

Um ano depois em debate promovido no Teatro Casa Grande (Encontro Nacional pela Democracia), Weffort em mesa intitulada “A transição para a democracia obstáculos e exigências”, faz críticas sobre a política de distensão e a posição dos liberais no Brasil com seu discurso altamente jurisdicista e formalista e ao seu caráter conciliatório e elitista. Desta forma, sua crítica é veemente a prioridade dos liberais e da esquerda comunista no Brasil em resistirem associar cidadania a participação política dando um caráter fundamentalmente instrumental a democracia.

Na verdade, o que parece ser uma mudança na trajetória intelectual e interesse temático de Weffort pauta-se mais por uma continuidade do que por uma quebra¹¹⁰, pois o ajuste de contas ao nacional-populismo (1945-1964) já beirava o esgotamento conceitual,

¹⁰⁹ Não só este, mas muitos outros autores com viés mais radical que Weffort passaram a formular uma proposta de transição democrática que romperia em definitivo com a cultura política autoritária no país.

¹¹⁰ Não há que se falar aqui também de fases neste momento de produção intelectual de Weffort pois embora haja dois tipos de produção claras, uma mais de conjuntura e outra mais teórica, a nosso ver, estes dois momentos se completam, não sendo portanto antagônicos nem entre si, nem muito menos ao momento da teoria populista do autor, mas apenas complementares.

tratava-se agora, com a abertura democrática, de corrigir os rumos tanto do movimento operário quanto da democracia a fim de que estes não repitam os erros e equívocos dos processos ocorridos entre 1945-1964.

Portanto, a autonomia dos trabalhadores ainda é uma questão sem resposta neste texto (1978/1979), mas aqui o pano de fundo é a estrutura democrática que deveria enfrentar as questões de autonomia e corporativismo sindical como podemos ver em:

Quem se indague hoje pela influência assumida pelo Estado a partir da Revolução de 1930, na definição dos rumos e das formas de organização do movimento operário do período 1945-1964, terá que se perguntar também pelo papel assumido pelo movimento operário na formação da democracia naquela época, com o seu típico populismo, o seu autoritarismo plebiscitário e sua esdrúxula mistura de corporativismo e sistema representativo. (WEFFORT, 1979, P. 7)

Embora trabalhando com muitos dos argumentos de textos anteriores, dava mais ênfase ao fortalecimento da democracia e suas instituições, jogando mais luz ao processo de suas formas, indicando que esta seria mais formal se não iniciasse uma transformação cultural.

Mais uma vez, Weffort intenta acertar contas com o período populista, mas seu viés agora é puramente político, mostrando o processo contraditório ocorrido no Brasil, onde em uma sociedade urbana e industrializada a hegemonia política e ideológica ainda permanecia nas mãos das oligarquias de antes de 1930. Nesse sentido, este repete a fórmula de que as burguesias, as “pequenas burguesias” e a burocracia nacionalista formavam um bloco e aos quais os trabalhadores organizados apareceriam como força subordinada.

Portanto, embora haja uma inclusão de novos temas como a democracia, a participação e a autonomia de novos atores na política, permanecia em sua teoria o ajuste de contas com a Era Vargas.

O ano de 1980 é decisivo para o PT já que fora o ano do 1º Encontro Nacional onde Weffort se destacou no que diz respeito a discussão sobre autonomia sindical, ou seja, a independência dos sindicatos em relação ao Estado e aos partidos políticos, desta forma previne-se um dos problemas mais graves do regime de 45 a 64 segundo Weffort, como vimos acima. Outro ponto ainda destacado pelo autor em seminário de 1980 era a preocupação de um retrocesso autoritário (WEFFORT, 11/09/1980).

Em um livro intitulado Direito, cidadania e participação de 1981, cujo Francisco Weffort contribui como um de seus organizadores e sua colaboração se dava no sentido de discutir a questão democrática e a participação dos trabalhadores, na esteira do texto anterior.

Após um longo período no qual a preocupação com os direitos humanos e as liberdades democráticas era, indiscutivelmente, prioritária, as exigências do momento presente, reforçando aquela preocupação, recolocam de forma inarredável, a busca de novos caminhos para a democracia. Esses caminhos passam pela efetiva extensão da cidadania e da participação a todos os setores da sociedade, problema antigo e sempre mal resolvido na história brasileira. (WEFFORT, 1981, P. IX)

Durante o ano de 1981 o Partido dos Trabalhadores começa a se mobilizar em torno de candidaturas viáveis aos governos estaduais, neste momento, percebe-se que por mais que a natureza da liderança de Lula¹¹¹ no partido fosse inquestionável e sua candidatura como muito provável, a democracia interna pretendida pelo partido funcionava quando este não se afirmava enquanto candidato natural obedecendo as decisões do partido. Ou seja, neste primeiro momento vê-se claro uma indicativa de fuga de qualquer tipo de personalismo por mais carismático que o personagem seja ante os trabalhadores.

Em encontro na sede do Partido Comunista Espanhol Weffort expôs:

O PT é uma experiência nova. Estamos menos preocupados em levar aos operários uma ideologia, mas muito mais interessados em dizer-lhes que é seu direito participar da vida política. A política no Brasil, sempre foi vista como ocupação das elites e o interesse do PT, que nasce da consciência de classe do operariado de vanguarda de São Paulo, é o de fazer com que os trabalhadores venham a ocupar seu espaço na área das decisões nacionais, isto é, na política. É claro, que os trabalhadores, passando a fazer política ativa, e não tradicionalmente passiva de apenas votar entenderão que o socialismo é a única saída para estabelecer e consolidar a justiça social, (WEFFORT, 10/04/1981)

Outro fato importante de sua ação política no ano de 1981 foi a luta contra o corporativismo que, segundo o autor, a CLT defendia e que se fosse mantida manteria os problemas dos anos 1937-1964 (21/02/1981). Assim como faz uma árdua defesa da importância de um partido de massas que participe das eleições de 1982.

Para tanto era necessário construir o Partido e todo o aparato burocrático que envolve uma organização como esta, tais chamadas a luta encontram-se em dois artigos publicados pela folha, o primeiro intitulado Pau na Máquina de 07/12/1980 e o segundo, Uma oportunidade de ouro, de 12/11/1981, onde defende que será na prática e nos debates que o PT fechará teses sobre os mais variados assuntos, indo as massas, ouvindo-as, por assim dizer.

¹¹¹ Importante ressaltar que Eder Sader em sua obra Quando Novos Personagens entram em cena já vislumbrava um carisma de Lula em sua liderança sobre os trabalhadores (2005): “Foi provavelmente nessas assembléias que se firmou a liderança carismática de Lula entre a massa operária do ABC. Sabendo captar os sentimentos dos ouvintes na elaboração de discursos que expressavam a disposição de reivindicar seus direitos, ele se projetou como uma expressão da vontade coletiva” (SADER, 2001. p. 306-307)

Uma discussão que passa a margem dos trabalhos sobre Weffort e sobre o PT e que até hoje é presente em algumas discussões dos processos eleitorais é a formação de alianças a fim de derrotar um adversário ou uma bandeira contrária. No ano de 1982, o PT vinha sofrendo de vários ataques do PMDB por não se alinhar ao discurso único de oposição e com isto tirar votos do espectro votante deste partido favorecendo a oposição. O que é duramente rebatido por Weffort em seus artigos e réplicas defendendo a autonomia e independência dos trabalhadores.

Neste mesmo ano, Weffort responde a Armando Pinheiro (deputado pelo PDS) que critica o PT por ser o partido do Lula dizendo: “É um partido que cresce para além das personalidades que lhe deram origem” em artigo deste jornal este diz:

Há mesmo dentro do PT, quem se assusta com o prestígio eleitoral de Lula. Embora sentindo-se gratificado porque afinal é o prestígio de seu partido, temem as responsabilidades que isso acarreta. “alguns, na verdade pouquíssimos, dentre os nossos candidatos a deputados se deixam embolar na perspectiva de uma lição fácil e tratam apenas de colocar-se a sombra do prestígio popular de Lula. Não veem que a sua tarefa vai muito além dessa, como lideranças emergentes de um partido em crescimento que deve multiplicar os nomes capazes de reconhecimento popular. A grande função que pode cumprir a liderança do Lula não é a de ser guarda-chuva para a tímida política de uns poucos mas, pelo contrário, a de servir como o batedor que abre caminho para a combatividade de muitos (WEFFORT, 01/08/1982)

No ano de 1983 Weffort faz vários apelos para que o PT se torne realmente um partido de massas, assim como para que houvesse uma mudança nas direções regionais e nacionais, e combinação de seu aperfeiçoamento enquanto partido de massas e sua relação com a máquina eleitoral, essas duas propostas foram feitas a fim de que evitar uma excessiva burocratização do partido. Sendo assim o próprio substituíra Jacó Bittar como secretário geral do partido.

Em 1984 Weffort lança seu livro “Por que democracia?” onde apresenta o conceito de democracia como valor geral, e a tentativa de solucionar o paradoxo das relações entre democracia e socialismo¹¹².

Durante o lançamento de “Por que democracia?” (01/08/1984), Weffort faz uma defesa da união entre Marxismo e Liberalismo mostrando afinidades entre os pensamentos, e defendendo que o pensamento marxista que não se debruçar sobre o liberalismo estará condenado além de ser preciso romper com Lênin¹¹³.

Neste texto também encontramos uma discussão abstrata em meio as preocupações de Weffort com os fantasmas do passado, ou seja, com os processos que deram as imperfeições

¹¹² Neste momento percebe-se a influência de autores do eurocomunismo nas formulações de Weffort.

¹¹³ Ou seja, romper com o radicalismo de esquerda, apontando rumos para as experiências do eurocomunismo e das sociais democracias europeias.

e fragilidades dos momentos democráticos ocorridos entre 1930-1964 como a tradição autoritária da política nacional conservadora, os dilemas das transformações políticas, sociais e o papel dos trabalhadores nestes.

Neste sentido, para renegarmos os riscos de uma transição conservadora, é necessário explicitar o sentido que a noção de democracia deveria ter no Brasil, ou seja, um valor em si mesmo e que ultrapasse os processos meramente instrumentais.

Portanto a democracia política é fundamental para a sociedade civil neste momento, como espaço de exercício de direitos e como condição de profunda mudança social:

Criar uma democracia em um país como o nosso supõe, certamente, o restabelecimento das eleições diretas, o pleno restabelecimento das prerrogativas do Congresso, a independência do judiciário, a revogação da Lei de Segurança Nacional, a supressão de leis que tolhem o exercício da liberdade e da autonomia sindical, a supressão das leis que tolhem a liberdade de organização partidária, a desativação dos órgãos da chamada “comunidade de segurança (WEFFORT, 1984. p.68).

Para tanto, tal democracia estaria assentada nas noções liberais de concessão de direitos de cidadania aos indivíduos a fim de dar cabo ou pelo menos diminuir a polarização econômico-social que impedem sua realização¹¹⁴. Dessa forma, tal livro era um documento que buscava algo para além de dar respostas a alas mais radicais do nascente Partido dos Trabalhadores, já que este assumiria a secretaria geral do PT neste mesmo ano.

Neste ano também faz uma defesa da tomada de posição ideológica do PT que ainda não fora discutido, além de defender que o partido faria parte de uma terceira onda de partidos de esquerda, a primeira teria sido a dos partidos social-democratas em fins do século XIX, a segunda dos partido comunistas de inícios do século XX e a terceira onda, que ele não nomeia, a da qual o PT faria parte¹¹⁵.

O ano de 1985 começa com um estranhamento entre Weffort e o PT, onde este estaria infeliz com algumas decisões organizacionais a ponto de não comparecer a várias reuniões em

¹¹⁴ Os processos aqui, são mais que indicativos de que Weffort, se entre a década de 60 e 70 se mostrava ambíguo em relação a funcionalidade da luta de classes, neste momento tal conceito vai para o lixo conceitual do autor, já que nesta propalada defesa de um socialismo com base democráticas, o que autor faz é nada mais do que a defesa de um modelo liberal democrático aos moldes da socialdemocracia europeia ou dos democratas nos Estados Unidos, onde a defesa dos Direitos Fundamentais dos seres humanos são as bandeiras essenciais a serem defendidas como medidas necessárias e finais para uma sociedade com funcionamento dos plenos direitos de cidadania econômica, política, cultural e social.

¹¹⁵ Embora não o cite, interessante notar que o termo é o mesmo nome do livro de Alvin Toffler, muito difundido em inícios dos anos 80 nos cursos de Sociologia. Terceira Onda é um conceito que tenta explicar processos que tenham vários sentidos que possam ser chamados também de era Pós Industrial ou Era da Informação. Esta terceira onda está diretamente relacionada a inovação como meio dominante de produção de riqueza e conhecimento como substituto de outros meios de produção, portanto, podemos conjecturar que Weffort via no PT um partido trabalhista moderno que estaria conectado a um tipo de operário moderno, distinto daquela ligados ao sindicalismo oficial e do serviço público dos anos do populismo.

ano fundamental de Colégio eleitoral (11/01/85) que ocorre no dia 15 deste mês, onde alguns parlamentares acabam participando, sendo que já havia sido tomada a posição pela direção do partido de que o PT boicotaria o colégio a fim de denunciar esta transição conservadora. No entanto, Weffort foi contra a punição e o desligamento dos parlamentares, o que gerou um desgaste já que este já fora aprovado em pré-convenção¹¹⁶.

Retomando a temática dos anos 60 e mostrando que Weffort ainda fora reticente a algumas agremiações políticas e o formato de sua participação, faz dura análise ao receber a crítica dos partidos comunistas do Brasil de que o PT seria exclusivista e dominador, dizia este, de maneira tanto quanto irônica:

O que existe, sim, são divergências de concepções a propósito de orientação que deveriam prevalecer nas alianças com as lideranças pelegas” ou, se preferir, com as lideranças mais atrasadas do movimento sindical. “Os PC’s buscam praticar um sindicalismo de negociação e os petistas um sindicalismo de conflito” “A grande debilidade do PT é justamente não se impor ainda de uma proposta concreta para o movimento sindical, com exceção do apoio ao fortalecimento da CUT. O partido não conseguiu sequer proclamar sua liberdade em relação ao movimento sindical, do qual se originou. Ao contrário de dominar os sindicatos, o que vejo é o partido submetido a influência diretas do movimento sindical. (WEFFORT, 21/05/1985)

Desta forma vemos aqui uma chamada de Weffort as propostas elaboradas por ele mesmo, críticas aos PC’s e ao mesmo tempo faz críticas ao PT como submetido ao sindicato que lhe deu origem, ao seu sectarismo ao fazer duras críticas ao governo Sarney como se este fosse um governo militar e também ao grupo da Convergência Socialista que parecia não se adequar ao que era decidido pela diretoria do partido.

No entanto, faz um apelo para que o PT encontre uma clara definição enquanto partido:

Nascemos diretamente das lutas de resistência: resistência econômica contra os efeitos da crise e resistência política contra os efeitos da ditadura. Nascemos, portanto, de uma luta de caráter basicamente defensivo [...] deixamos a bola correr solta quanto a nossa concepção de partido. Foi o mal estar que veio depois das eleições de 1982? Foi o nosso modo de encarar a campanha das diretas? Ou foi o nosso modo de encarar as eleições de 1985? (WEFFORT, 1988a. p.34).

Portanto, por conta das características da atuação e do momento histórico em que o Partido dos Trabalhadores nasceu este teria:

¹¹⁶ Embora não haja indícios, podemos conjecturar que a indisposição do começo deste ano tenha surgido mesmo desta situação. Outra coisa que podemos salientar aqui é que Lula fora favorável ao desligamento dos parlamentares (17/01/1985).

Encontrado dificuldades para desenvolver uma concepção política de caráter ofensivo [...] Seja por força de nossos erros passados, seja por imposição do quadro econômico e político, o fato é que, depois de oito anos de luta, não podemos ainda falar de um partido consolidado em plano nacional [...] somos ainda uma proposta partidária (WEFFORT, 1988a, p.36).

Em 1986 Weffort em entrevista ao jornal volta a criticar o sistema corporativista de trabalho criado pela CLT, quando o deputado Pimenta da Veiga propõe o regime de estabilidade no emprego. Segundo ele, combater a CLT é uma bandeira também dos liberais e deveriam combater ideias corporativistas. Neste mesmo ano Weffort recebe a crítica do histórico comunista Luiz Carlos Prestes que o chama de sociólogo bem burguês e anti-comunista e que isso teria grande peso na direção do partido dos trabalhadores.

Em 29/06/1986 a Folha de São Paulo publica na coluna tendências a matéria de que José Dirceu se empojava com a candidatura de Florestan Fernandes a Deputado Nacional Constituinte, este que disputaria o mesmo eleitorado de Francisco Weffort.

Em outubro de 1986 publica dois artigos intitulados Corporativismo e Democracia, demonstrando com mais clareza que os seus estudos sobre o populismo não fora abandonado e que antes de nada mais era necessário defender um novo sistema democrático que abandonasse os velhos vícios que redundaram na república de 1945-1964.

Ao criticar novamente o corporativismo da CLT, utiliza-se de argumentos liberais contra este e outros tipos, já que este mantém o indivíduo em uma prisão além de aniquilar a democracia que somente é protegida com a luta social, ou seja, os grupos de pressão como já falado anteriormente.

Em fins de 1986 faz a defesa de um diálogo das forças de esquerda com a participação de setores liberais, além de abrir a possibilidade de um realinhamento (no espectro ideológico?) partidário.

Neste mesmo ano, em dezembro, pede demissão como secretário geral do partido por motivos das eleições gerais de 1986, a deputado nacional constituinte, que teria fortalecido o setor sindicalista do partido, o que significaria uma derrota para o grupo da “democracia petista” no qual se inclui. Para ele, tal vitória significa que a posição ideológica do partido continuará indefinida.

Assim que saiu da secretaria geral do partido, tal fato gerou uma certa desilusão em algumas expectativas de Weffort, quando este diz que:

...até aqui, durante quatro anos, eu vinha participando da vida politico-partidaria de uma maneira muito direta, participando da direção nacional de um partido. Nesse sentido, o meu animo é de ficar muito mais na

universidade e na pesquisa e participar da vida partidária na medida em que o partido entenda que é importante que os intelectuais participem da sua vida.

(WEFFORT in FERNANDES. 2006. p.201)

Portanto, o que se pode retirar deste ponto é que Weffort sentia que neste momento os intelectuais estariam sendo excluídos dos processos de decisão e de certa forma escanteados das discussões político partidárias. No entanto, para este:

uma experiência política pratica muda as ideias das pessoas. Há uma certa distancia entre aquilo que você pode aprender só nos livros e aquilo que você pode aprender na ação. Isso enriquece o departamento do ponto de vista intelectual. Esse enriquecimento se dá de uma maneira direta, através dos escritos e das pesquisas que esse professores possam ter daqui para diante, mas se dá também de uma maneira indireta, pela convivência intelectual que eles têm, dentro da faculdade, passando para os alunos e para os professores um tipo de sensibilidade que eles não teriam se não tivessem se metido na política (WEFFORT in FERNANDES.2006. p.202)

Weffort julga que a participação dos intelectuais e da esquerda na política tende a diminuir. Para ele, na época de resistência, a participação dos intelectuais, sobretudo os de esquerda, era muito mais ampla, diferenciada e de muito mais impacto. Esses intelectuais eram praticamente os únicos porta-vozes que a sociedade civil tinha para a crítica ao regime autoritário, já na abertura democrática, com a liberdade de imprensa tal tarefa torna-se um evento banal. Na medida em que o país caminha para a democracia, muitos intelectuais refluem para suas atividades cotidianas, na universidade, na pesquisa etc., entretanto, para ele, os intelectuais de esquerda ainda tem uma função importante a cumprir na política partidária, que é a de tentarem trazer para o campo da política, reflexões e análises que ainda estão embutidas e enclausuradas dentro das “torres de marfim” da academia.

Seria muito importante que a vida política brasileira fosse mais sensibilizada pelas visões do Brasil, dos problemas brasileiros, que se elaboram nos meios intelectuais. A única maneira de se conseguir isso é que os intelectuais façam empenho em participar da vida partidária.

Mas ele diz que isso depende tanto dos intelectuais como depende de que os políticos entendam a relevância que isso pode ter:

se eles imaginarem que os intelectuais devem ser convocados apenas como assessores dos partidos, eles não vão ter intelectuais nos partido, porque alguns deles ficarão numa atividade de assessoria enquanto durar o encantamento que eles possam ter por uma atividade prática (WEFFORT in FERNANDES, 2006. p. 206)

Para ele, a questão não é apenas levar resultados através da atividade de assessoria, mas levar aos partidos um debate cultural sobre a sociedade brasileira.

Já no ano de 1987, durante o 5º Encontro Nacional, há uma discussão sobre o relacionamento da concepção do PT como partido de massas às tarefas democráticas e populares que se exigiam, o que possibilitava uma política de alianças. Além de ser por com veemência contra a oposição entre partidos de quadros e partidos de massas, o que para ele:

[...] contribui, também, a cultura tradicional da esquerda, que em geral teve uma visão estreita da ideia leninista de partido de vanguarda. Se exagerarmos a dicotomia, temos de um lado um partido de quadros pequeno, estreito, sectário, formado de militantes, baluartes que tudo decidem e dirigem, e de outro um partido de massas frouxo, inorgânico, sem cotizações regulares, cada um fazendo o que bem entende e chamando filiados para fazer número em convenções, como qualquer partido burguês (WEFFORT, 1998. p.349).

Desta forma, para este autor, o PT deve se organizar como um partido com quadros organizadores das massas, no sentido de que organizará milhares de trabalhadores ativos nos movimentos sociais e da classe trabalhadora, que tenha militância e que seja capaz de conduzir a luta social democrática e socialista.

E por fim, ainda neste Encontro, Weffort se contrapôs a definir o PT como partido “marxista-leninista”. Desta forma, se coloca contra alguns setores do partido que tentavam oficializar uma posição teórico-filosófica para o partido, defendendo a construção de um partido plural e laico teoricamente.

Supondo que cometêssemos esta lamentável confusão e que adotássemos a teoria (e a filosofia) marxista como pensamento oficial do partido, o que faríamos a seguir com os socialistas não-marxistas que se encontram no PT? O que faríamos por exemplo com os católicos do PT? Expulsaríamos todos ou passaríamos a dizer que o nosso marxismo acredita em Deus? O que faríamos com muitos de nossos militantes de base operária, que nem mesmo chegaram a uma convicção ideológica de tipo socialista? E os líderes operários, magníficos lutadores que ocupam posições de direção no partido sem que jamais tenha ocorrido a ninguém pedir-lhes certificados de marxismo? Demitiríamos todos de suas funções de direção até que estudassem teoria marxista, ou passaríamos a mentir, dizendo que eles são marxistas sem terem lido Marx? Substituiríamos todos eles pelos quadros que se acreditam intelectuais orgânicos do proletariado apenas porque leram meia dúzia de livros e manejam um jargão arrevezado e pretensamente científico? (WEFFORT, 1998. p.351).

Ainda neste ano (1987) em simpósio realizado sobre a transição política na USP, Lula, convidado confirmado, não comparece, justificando sua ausência pela presença de várias figuras de oposição em tal simpósio, o que levou a uma crítica dura de Weffort, já fora da executiva do partido, por obstaculizar a discussão sobre a transição e não ajudar a imagem do

PT que era visto como partido da intransigência, segundo este ainda, Lula teria seguido a cabeça de alas mais radicais do PT que tumultuavam o simpósio.

Em seu artigo Jogo Duplo de 24/06/1987 Weffort escreve:

Lula não foi a USP pois fora patrulhado por militantes petistas, que usam duas camisas, foram vetados por um grupúsculo político que vem usando o PT como escudo para a sua incapacidade em assumir, de modo aberto diante das demais forças políticas, a sua própria identidade.

Neste mesmo dia, José Álvaro Moisés¹¹⁷ endossando a crítica de Weffort no mesmo jornal nos diz: “Na moderna concepção de um partido de massas, os sujeitos políticos contribuem para a transformação da sociedade quando reconhecem os outros que estão na política e conflitam, confrontam com eles” (MOISES, 24/06/1987)

Portanto, Weffort e Moises se posicionavam a favor da abertura de canais de diálogo do PT e oposição a fim de não se ilharem na política nacional, ou seja, a negociação para estes seria um avanço da transição democrática.

Interessante notar que tal entrevero entre Lula e Weffort deu azo a uma publicação na área deste mesmo jornal na área Painel do Leitor em 29/06/1987, digna de ser reproduzida aqui:

Senhor Weffort, o Sr. Lula prefere botar a mão na massa, enfrentar os militares, cuidar do povo, e o sr. Meneghelli prefere cuidar dos salários de fome de mais de 90% dos nossos trabalhadores, mesmo tendo que enfrentar os pelegos. Estamos com eles. Quanto ao senhor, experimente sair um pouco da culta redoma uspiana e universitária para ver e sentir o que é política na prática. Nós, o povo, sobrevivemos de pão, não de artigos cheios de palavras bonitas (João E. Fonseca/São Paulo).

Acha-se digno de reprodução, pois tal passagem mostra a dificuldade do próprio PT na década de 80 de superarem alguns mitos históricos e culturais do Brasil como o personalismo, ou seja, os tipos de lideranças condenadas por Weffort nas décadas de 50 e 60.

3.2.1 – A teoria dos partidos políticos – o caminho do PT

Fato que falta nas elaborações sobre a teoria e a ação política em Weffort é, provavelmente, o seu conhecimento da teoria dos partidos políticos, principalmente dos autores Robert Michels (1982), Ângelo Panebianco (2010) e Maurice Duverger (1981), o que pode tê-lo influenciado tanto em suas elaborações teóricas quanto em decisões da ação política.

Escolhemos este ponto para tal intervalo por acharmos aqui o ponto de inflexão e distanciamento de Weffort do PT, o qual alguns dos pontos abaixo explicitados possam ter colaborado.

Portanto, interessa-nos aqui resenhar aspectos da obra destes autores que possibilitem nos ajudar a entender algumas atitudes de Weffort. Começando com Robert Michels que faria uma adaptação de Weber, onde os partidos políticos de massa caíam sempre na “lei de ferro da oligarquia”, ou seja, a estrutura organizacional burocrática promove uma lógica particular. Embora o desenvolvimento da organização política das massas seja fundamental para a luta política destes, a natureza conservadora do formato da organização dos partidos acabaria subjugando a voz das massas dentro do próprio partido em prol da elite burocrática (MICHELS, 1982)

Portanto, embora tenha o apoio dos adeptos, se veria obrigado a se transformar em uma estrutura hierárquica e responsiva pronta para assumir o controle do Estado, o que exigiria uma organização fortalecida na qual a autoridade seria cedida a funcionários treinados e supervisionados por uma liderança forte, eleita, mas profissional.

O desenvolvimento da organização política é, ele argumenta, uma arma vital para a luta política dos relativamente fracos contra os relativamente poderosos (MICHELS, 1982). No entanto, a natureza conservadora do poder organizacional significava que também era, tragicamente, o meio pelo qual os relativamente fracos foram subjugados. A franquia ampliada de novas democracias emergentes significava que era necessário cultivar apoio popular, ao mesmo tempo em que é uma organização enxuta e combativa, com uma estrutura hierárquica clara e responsiva, pronta para assumir o controle das máquinas do estado. Isso exigiu um reforço da organização em que cada vez mais autoridade foi cedida a funcionários treinados e assalariados, supervisionados por uma liderança forte, eleita, mas profissional (MICHELS, 1982)

O resultado disso seria uma burocracia distanciada crescentemente das vidas e preocupações das massas em um interesse maior em proteger seu próprio status dentro da organização do que em ser politicamente radical.

Seguindo a proposta da teoria das elites, Michels atribui este seguimento voluntário e de pouca consideração a racionalidade das massas, à sujeição e necessidade de orientação e uma gratidão pelos serviços e sacrifícios dos seus líderes e até mesmo um culto de veneração

¹¹⁷ José Álvaro Moisés é parte do grupo que irá compor o corpo dirigente do PT junto a Weffort frente a executiva do partido até 1986. Interessante notar que este também sairá do partido junto a Weffort para fazer parte da composição do governo Fernando Henrique Cardoso em fins de 1994.

pela liderança por parte dos liderados chegando propriamente a se aproximar de um culto (MICHELS, 1982)

Um teórico posterior do partido de massa, Maurice Duverger (1981), parece concordar amplamente com a análise de Michels da lógica trágica da organização. Apesar de em parte atribuí-lo à cultura coletiva da classe trabalhadora, embora chegue perto de reproduzir o psicologismo de Michels, ele tem uma explicação um pouco mais sofisticada da disposição dos membros de se sujeitar a esse tipo de poder.

Ele enfatiza uma intensificação mais sutil de poder que vem com o crescimento da organização. Os partidos de massa da classe trabalhadora viram um fortalecimento de poder disciplinar, exigindo obediência automática e instintiva. Havia um grande número de pessoas a serem organizadas e quanto maior o grupo, maior a disciplina necessária. A melhor maneira de conseguir isso não é através de técnicas simples de persuasão ou coerção, embora sejam importantes, mas através de uma dialética mutuamente reforçada de ouvir e falar, na qual se constrói e reforça o outro¹¹⁸ (DUVERGER, 1981).

A obediência se torna automática porque está incorporada em seus desejos e comportamentos, promovidos por um relacionamento mais sutil e integrado entre eles, a organização e os líderes. Em outras palavras, os membros do partido são ainda mais dominados: embora pensem que têm liberdade de escolha, eles não são mais capazes de distinguir entre sua própria voz e a da liderança do partido e, portanto, sem estar ciente disso, a massa é, assim, lentamente orientada, dirigida e transformada em uma massa mais obediente e dócil (DUVERGER, 1981).

E por fim Panebianco (2010) fornece talvez uma abordagem mais direta e sistemática para o problema, onde sugere que o que emergiu é o "Partido Profissional Eleitoral", que se caracteriza por um papel maior para profissionais e lideranças públicas profissionalizadas e diminuído para membros e organização tradicional do partido interno.

Segundo este autor há um continuum entre dominação de líderes e influência recíproca, o que significa que existem dois modos de poder no partido ao mesmo tempo.

O poder é, para ele, uma "relação de troca desigual" (PANEBIANCO, 2010), em que os líderes buscam liberdade para agir e os membros buscam benefícios materiais. Assim,

¹¹⁸ Não é o caso dos comandos da elite do partido que emitem e buscam obediência, mas um processo pelo qual a liderança do partido adapta-se sutilmente às pessoas, à sua linguagem e modos de pensamento para que se torne difícil discernir qualquer divisão óbvia de comando e controle. Isso significa claramente saber muito sobre os liderados, suas opiniões e sentimentos e responder a eles, mas também orientando-os: enquanto o partido está dizendo a seus membros o que eles querem ouvir, ao mesmo tempo, está moldando sutilmente sua resposta. Eventualmente, eles não conseguem mais distinguir entre seus próprios pensamentos e a voz do partido; quanto mais esse for o caso, menor a probabilidade de eles resistirem (DUVERGER, 1987).

Panebianco não considera poder como partes fixas, ou seja, um conjunto congelado de relações ou hierarquia. Ele o vê como um recurso em mudança e evolução, onde diferentes elementos e combinações do poder de líderes e membros podem estar em jogo a qualquer momento, o que fornece o motor para as partes mudar e se desenvolver.

Ele introduz um elemento importante na teoria do poder nos partidos, ou seja, para os líderes exercerem o poder, eles devem submeter-se inversamente ao poder dos membros. O poder dos líderes pode, portanto, nunca ser absoluto ou arbitrário, porque é limitado pela necessidade de interagir e negociar com seguidores e só pode ser exercido adequadamente se os próprios membros estiverem satisfeitos. Essa relação não é de modo algum igual, pois os resultados de intercâmbios entre líderes e membros dependem de recursos e é, não surpreendentemente, os líderes que invariavelmente estão em vantagem aqui (PANEBIANCO, 2010).

Por exemplo, é mais provável que os líderes estejam em posição de moldar o contexto em que as decisões são tomadas e garantir o controle sobre a agenda. No entanto, os líderes ainda precisam participar desse jogo de poder "vertical" com membros, a fim de gerar para si a liberdade de ação e movimento, e segurança da posição, que os fornece com vantagens em jogos de poder "horizontais" com outros líderes (PANEBIANCO, 2010).

Isso aponta para outro limite importante do poder dos líderes: as elites não são uma unidade, mas competem entre si para ganhar e manter status e, para serem bem-sucedidos, precisam do apoio e da cooperação dos membros. O líder que fornece aos seguidores incentivos de que eles podem se beneficiar de alguma forma, garantirão que sua posição seja mantida através do apoio dos membros (ou de uma proporção substancial o suficiente) e da obtenção de apoio sobre o qual ele ou ela pode convocar jogos de poder horizontais com outros líderes. Isto é importante porque os líderes podem, deste ponto de vista, obter vantagem uns sobre os outros, possuindo recursos superiores em termos de seguidores (PANEBIANCO, 2010).

Portanto, podemos perceber que, em qualquer das bases teóricas acima descritas, a perda de controle de Weffort e da vertente democrática dentro do PT, poderia levar o partido a caminhos que Weffort sempre criticara, principalmente o corporativismo e o nacionalismo característicos das décadas populistas.

3.2.2 – Ruptura com o PT

Em *Incertezas da transição na América Latina de 1988* Weffort alerta para algumas incertezas e medos que faziam parte da transição na América Latina, como o desencanto com relação a democracia, devido ao insucesso de várias tentativas econômicas para controlar a inflação e incentivar a economia, ao arrefecimento da participação social no pós-diretas e consequentemente na construção de um regime verdadeiramente democrático¹¹⁹.

Em seu artigo: *Consolidar o partido, construir a democracia (1988)* reivindica ainda o legado gramsciano ao entender que o PT deveria ser construído de baixo para cima a partir da sociedade civil atuante. Desta forma resulta a importância dada a conselhos populares capazes não apenas de tomar o poder mas também criar uma nova sociedade.

Portanto, neste momento, a democracia teria perdido o seu fundamento puramente burguês na medida em que se conquistou o sufrágio universal, o fortalecimento de sindicatos e partidos que representassem a classe operária. Ou seja, embora sob hegemonia burguesa, haveria espaço de disputas travadas com a classe trabalhadora.

Em 1989 Weffort volta a fazer parte da executiva nacional a fim de organizar a campanha de Lula a presidência do Brasil. Primeiramente esforça-se por uma aliança com o PSB, o que se tornou infrutífero, posteriormente tem novo embate com José Dirceu sendo contra a indicação de Fernando Gabeira a vice-presidente, já que este, estrategicamente teria pouco a acrescentar na candidatura Lula, pois, além de ser ex-guerrilheiro, teria pautas de minorias, o que a este não interessava em uma candidatura que visava mobilizar as massas. Weffort derrota Dirceu, e Lula tem como vice José Paulo Bisol do PSB.

Em seu artigo *América errada (1990)* Weffort parte para as relações internacionais, aqui propõe que a dívida externa definiria as relações dos países latino-americanos com os países “modernos”, o que poderia influir diretamente nas relações democráticas dos primeiros. Já que tais relações estariam transformando os países da região em nações essencialmente agroexportadoras, desta forma, o Brasil teria perdido uma janela histórica de se colocar no mundo a fim de atingir os países tecnologicamente avançados¹²⁰, portanto, o fortalecimento da democracia estaria condicionado a enfrentar tais desafios econômicos e também o da

¹¹⁹ É bom lembrar que este texto é de 1988, ou seja, de um ano antes da queda do muro de Berlim (nem perspectiva, muito menos previsões de tal acontecimento), portanto, não há que se falar da influência deste acontecimento no texto (TAUIL, 2017).

¹²⁰ Uma questão a ser colocada na elaboração deste texto, mas não é objeto de nosso trabalho, seria a possível rendição de Weffort a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso, onde o Brasil teria que obter tais tecnologias através de inversões externas a fim de implantarmos o nosso próprio pólo, já que não seríamos

superinflação. Os desafios políticos, como o de governabilidade e também os sociais, deixariam os países na região em uma situação de anomia, sejam eles a desigualdade ou a violência, fatores que não contribuíam de maneira alguma para o avanço democrático dando azo a retrocessos.

Em 1990, antes de viajar para realizar pesquisa por um ano e meio, Weffort propõe revisar o conceito de luta de classes, e que este conceito já não existe nos países modernos:

...a ideia de marxismo como um sistema teórico integral não se sustenta mais. O marxismo como uma teoria global da sociedade capitalista moderna está com um grande problema. Mas como a teoria tem um pé muito forte na história. Acho que o marxismo deve se tornar cada vez mais plural.

Há uma crise na nação de luta de classes para os países modernos. Para os países mais atrasados esta nação continua atual. A América Latina dos últimos 30 anos apresenta um cenário de luta de classes feroz. Agora, se tomarmos o cenário da Alemanha Ocidental ou Suécia, falar em luta de classes é um exagero.¹²¹ Não é que não haja luta de classes, só que ela aparece de um modo muito localizado. (WEFFORT, 27/08/1990)

Segundo o jornal, Weffort derruba e se distancia dos velhos mitos ideológicos o que parece não acontecer com o PT cujas propostas se revelariam cada vez mais afastadas das questões em pauta na realidade brasileira.

Tal entrevista para a Folha de São Paulo foi duramente criticada por Florestan Fernandes (04/10/1990) em seu artigo “Em defesa do socialismo” ironicamente nos diz que muitos “militantes do PT” confusos com o momento histórico que ocorria nas esquerdas tiravam conclusões precipitadas que;

Que mais respondem a um enquadramento ao radicalismo burguês, em que massas adversárias pretendem encerrarmos do que aquilo que o PT deve ser para desempenhar coerentemente e firmemente as tarefas históricas que lhe cabem, em verdade de seus elos com as classes trabalhadoras e com as massas populares (FERNANDES. 04/10/1990)

Conceitos como socialismo moderno ou socialismo democrático não passariam de uma farsa, onde alguns “exemplares militantes” do PT teriam buscado nos revisionistas e reformistas do socialismo europeu o sistema de referência para a prática socialista do PT na

capazes de alcançarmos os países mais desenvolvido por meios tradicionais de desenvolvimento, nos deixando sem escolha que não a inovação.

¹²¹ Tal opinião já encontrava-se reproduzida na obra Por quê democracia? (1984) “Chamar as modernas democracias européias atuais de burguesas só é possível à custa de um enorme empobrecimento da análise e, por consequência, da perspectiva política. Seria mais correto dizer que são democracias sob hegemonia burguesa, aliás hegemonia em permanente disputa por parte dos trabalhadores. O problema dos trabalhadores nas democracias modernas é o de conquistar a hegemonia no campo de uma democracia que consideram sua. E é assim, de fato. Não se pode falar de democracia no sentido moderno da palavra se esquecermos as lutas dos trabalhadores para que ela viesse a ser o que é.” (WEFFORT, 1984. p.38).

década de 90. Portanto, para este, os paradigmas de centro-esquerda como social-democracia ou socialismo democrático só poderia partir de quem tem medo de ser socialista, deste modo, Fernandes defende que somente o socialismo revolucionário com luta de classes é que ainda oferecem algum vislumbre as massas excluídas e aos trabalhadores.

O PT e os demais partidos de esquerda não podem eximir-se de unir massas populares excluídas, classes trabalhadoras e setores radicais da pequena burguesia ou das classes médias em um processo que é de liberação nacional e de liberação dos oprimidos e dos menos iguais. Desse ângulo, ainda não existe “um socialismo petista”. Não se pode ignorar as classes dominantes nativas. Entretanto o socialismo terá de ser calibrado à luz do inimigo mais forte e hegemônico, que são os donos do poder brasileiros. (FERNANDES, 04/10/1990)

Tal crítica não tem resposta de Weffort que, nesta mesma esteira, publica em 1991 o artigo Democracia política e desenvolvimento em que centra suas posições nas relações entre política e economia, como o esgotamento do modelo de intervenção do Estado tanto no combate a inflação, controle do câmbio, assim como de induzir o crescimento da própria economia. Além disso, mostra a dificuldade que o Brasil demonstraria ao tentar se inserir em um contexto de economia transnacionalizada. Já no âmbito político há um enfraquecimento no sentido da representatividade dos partidos, assim como uma crise de governabilidade, colocando a questão se a democracia seria “causa ou consequência” destas crises. A saída para o autor então estaria na inserção das massas nas decisões políticas através de uma democratização da democracia, e no plano econômico, através de uma integração no plano regional a fim de fazer frente aos poderes econômicos já consolidados.

Segundo Weffort a defesa da autonomia da sociedade civil em relação ao Estado tem suas raízes em solo liberal, mas teria sido adubada com princípios retirados do anarquismo e do socialismo, como sociedade auto regulada e controle operário. (WEFFORT, 1992)

Portanto, trata-se aqui de se referir às relações entre Estado e sociedade civil como possibilidade de existirem vários graus neste espectro e não só tudo ao Estado ou tudo a sociedade civil. Desta forma, este retoma sua teoria do populismo em:

a subordinação dos sindicatos ao Estado não se explica apenas pela existência mais ou menos generalizada de padrões de comportamento dependente por parte dos trabalhadores em relação ao Estado. Explica-se também pela existência de estrangulamentos institucionais, que resultam de uma estrutura institucional construída depois de 1945, para preservar heranças do Estado Novo (1937-1945), que criaram um conjunto específico de instituições legais, incluindo definições constitucionais, o Ministério do Trabalho, a previdência social, a estrutura sindical e um "imposto sindical" que o Estado recolhia (e ainda recolhe) com a finalidade específica de financiar as atividades sindicais. Se nosso primeiro ponto se refere a instituições, nosso segundo ponto se refere às lideranças, o que não deve ser entendido com se devêssemos falar apenas de pessoas. Também deve-se dar

atenção aqui aos partidos, sindicatos, jornais, escolas, igrejas e outras organizações da sociedade civil. (WEFFORT, 1992. p.12)

Desse modo, para além das suspeitas de Tocqueville (2005) em face da democracia, seu conceito de igualdade social permanece, de qualquer modo, como um pré-requisito para a igualdade política dos cidadãos nas sociedades modernas. Entretanto, esta condição social "mínima" está ausente em muitas dentre as novas democracias.

A liderança democrática é aquela que auxilia na consolidação e construção de suas instituições, portanto, Weffort adota aqui a postura de reformas das instituições como positivas, principalmente no que diz respeito a reformas econômicas e sociais, no entanto, os repetidos fracassos nessa área vem abalando a confiança do povo na democracia (WEFFORT, 1992).

Neste mesmo texto, parece abandonar os termos de igualdade em Marx para defender estes termos em Tocqueville (2005)¹²², ou seja, a igualdade democrática seria a de condições, no sentido do igualitarismo de John Rawls (2000).

Embora o regime de 1945 a 1964 tenha herdado vários aspectos autoritários da ditadura varguista de 1937-1945, podemos chamar esta época de um misto entre autoritarismo e democracia, no entanto, apesar disso ainda se mostraria uma organização de incerteza ou se se quiser uma democracia instável na acepção de Lipset (WEFFORT, 1992).

Portanto, o populismo faria parte de uma independência ao nível social, mas dependência ao nível político.

Sua preocupação com a construção da democracia é vê-la construída em um terreno de apartheid social e abismo social, embora democracias possam existir nestas condições, surgem sob um campo de tensões, distorções institucionais, instabilidade, violência, que tornam esta enfraquecida e portanto não consolidada. Dessa forma, não há aqui nenhuma quebra de continuidade com suas preocupações da época da democracia populista mas sim de teorizar algumas estratégias para que os defeitos do regime de 45-64 não reapareçam, já que para o autor:

Alguns dos fatores institucionais que caracterizam a não-consolidação da democracia naquela época continuam em ação nos dias de hoje, com algumas diferenças de grau. Entre esses fatores se encontram os seguintes: baixa institucionalização partidária (esta condição é hoje pior do que em 1945-64); impasses intermitentes entre a Presidência e o Congresso (esta condição também é pior hoje que antes); presença militar como herança do regime autoritário anterior (esta condição é menos importante hoje que em

¹²² Como vimos acima, Weffort já era suspeito de trazer esta doutrina pouco afeita a crítica marxista em seus trabalhos sobre o populismo.

1945-64). Há, porém, algo mais a considerar do que apenas o nível institucional e, como já observei antes, no nível social, a situação atual é muito pior. (WEFFORT, 1992. p.68)

Em 1992 volta ao Brasil para lançar seu livro “Qual democracia?”, em seu lançamento relata que as massas desesperadas pela pobreza escolhem, de forma plebiscitária, uma liderança das quais esperam apenas uma oferta de salvação.

Em “Qual democracia?” publicado em 1992 apenas um texto é inédito, “Democracia e Socialismo”, em que novamente se debruça sobre as relações entre Democracia e Socialismo no pós-1989, aqui, democracia é tratada como valor em si. Portanto, Weffort, talvez pela existência do PT e da autonomia sindical, se distancia em retratar esta democracia como aquela de 1945-1964 que este intitula, ainda neste texto, como ferramenta de manipulação e farsa.

Outro ponto a se notar neste texto é a tendência de Weffort em defender as possibilidades da coexistência entre liberdade política e livre mercado como necessária a existência e consolidação do regime democrático. Desta forma as conceituações de socialismo e revolução saem de vez de seu horizonte, optando desta forma pela democracia liberal e capitalista.¹²³

A democracia delegativa é uma espécie de democracia representativa, na qual há uma preponderância de comportamentos e relações delegativas no interior de um padrão institucional definido pelo sistema representativo.

Desta forma, embora não sejam iguais, os tipo de democracia no Brasil sempre foram imperfeitas e fracas, de modo que este encontra no conceito de democracia delegativa de Guillermo O’Donell (1991) a categoria para definir a democracia brasileira, onde populismo, coronelismo e bonapartismo seriam subtipos conceituais

Cabe aqui entender que a democracia em que Weffort trabalhava e defendia nos seus textos, era uma democracia radicalizada nos moldes participativos que não extinguiria a relação entre governantes e governados encaminhando-se para um sistema de autogestão. Neste sentido, o entendimento de um socialismo democrático para o autor consistiria em: “(...) um enorme esforço no sentido da democracia política e das instituições da sociedade civil, em

¹²³ Embora tenha sofrido com decepções dentro do PT como seu afastamento do núcleo do partido, sua ida para os EUA como pesquisador e a queda do muro de Berlim, por mais que possa ter afastado Weffort de maneira mais enfática de algumas concepções de Socialismo, nosso trabalho até aqui mostrou que este flertava a todo momento com a teoria liberal, portanto não fora surpresa sua ida ao PSDB, mas não somente por estes motivos como veremos mais a frente.

particular o aperfeiçoamento e o crescimento das instituições políticas e sociais ligadas ao mundo do trabalho.¹²⁴” (WEFFORT, 1992, p. 151).

Em 1993 defende que Luiza Erundina possa participar do governo Itamar Franco e critica a ambiguidade do PT perante este. Neste mesmo ano declara que há dois PT's o que se divide naquilo que está na declaração de princípios do partido, e o que existe em um programa político no que diz respeito a referência a burguesia e ao não pagamento da dívida externa.

Já o ano de 1994 é crucial para Weffort, já que é o ano que este participa ativamente da campanha de Lula para presidente e ao fim deste ano pede desfiliação sumária do partido para assumir o posto do ministério da cultura do governo de Fernando Henrique Cardoso, vitorioso no mesmo pleito.

Em janeiro deste ano, em seu artigo na folha intitulado “o fantasma dos outros” (28/01/1994), Weffort critica o jornal por conjecturar uma crise entre PT e Lula ao divulgar que Lula estaria tentando retomar o controle do PT afirmando que este nunca o teria perdido. Este artigo é importante para a nossa análise aqui por dois motivos; o primeiro é o fato de Weffort tratar o partido como algo a ser controlado como os antigos PC's e não ser democraticamente gerido como sempre fora defendido pelo autor; o segundo é que o nome de Lula é referenciado 19 vezes, o que nunca havia ocorrido em artigos de Weffort sobre as campanhas do partido sempre preferindo os termos “Partido dos Trabalhadores” e “Campanhas do PT”, o que é estranho para um autor pouco afeito a personalismos como vimos até aqui¹²⁵.

Já em entrevista de março de 1994 Weffort volta a fazer críticas ao PT dizendo que este teria se afastado dos movimentos populares que lhe deram origem para se tornar um partido de tendências internas, este continua: “O problema maior do PT está no fato de que ele acaba dando espaço a uma parte dos corporativismos que existem no país”. Oras, aqui percebemos que Weffort admitia existir na seção do sindicalismo petista germes do mesmo problema que este enxergara no sindicalismo dos anos 1945-1964, por exemplo, quando o partido abriga a bandeira a favor do monopólio estatal do petróleo considerando-a como radical.

¹²⁴ Não há muita diferença nesta definição com aquilo que podemos encontrar em teóricos republicanos, democráticos e liberais igualitários que, no entanto não se ligam a teoria socialista.

¹²⁵ Carlos Heitor Cony em matéria de 26 e 27 de janeiro de 1994 compara a possível vitória de Lula no pleito a de Hitler em 1933, no entanto, aqui Cony defende a personalidade democrática de Lula, que vem recusando em ser pau mandado das bases excitadas por radicais, que perderam o bonde da história no velho PCB e agora pretendem pegar carona no metro da modernidade, contra a organização autoritária (escória do esquerdismo, impermeável às lições da história e ao bom senso eleitoral, aglutinou-se nos porões do PT) do PT como braço partidário da CUT.

Quando perguntado se Lula corria o risco de se transformar num salvador da pátria, reeditando o velho messianismo conhecido da política brasileira, este responde que “acha” que este risco não existe, pois além de ter feito alianças para construir um governo, o Lula seria um líder carismático que estaria trabalhando pela construção de instituições democráticas.

Portanto, por mais que o autor entenda que não existe o risco de Lula se tornar um líder messiânico, percebe tanto o carisma em Lula quanto o corporativismo crescente no PT, o que poderia redundar numa mistura perigosa que resultaria em populismo novamente.

Em fins do ano eleitoral de 1994, após ter participado ativamente da campanha de Lula pelo PT, mais precisamente, um dia após anunciarem o resultado do pleito, Weffort publica na Folha de São Paulo um artigo surpreendeu muitos partidários e analistas. Neste, o autor consideraria a vitória do adversário como uma segunda revolução democrática, já que a primeira teria sido a de 1930. Voltaremos a tais pontos em breve, mostrando que nenhum destes fatores são surpreendentes, seja pela trajetória política ou teórica de Weffort.

Em seu famoso e controvertido artigo de 04/10/1994, segunda revolução democrática, publicada na Folha de São Paulo, Weffort já começa descartando a possibilidade de Fernando Henrique Cardoso (vencedor das eleições) se tornar uma liderança personalista, pois por mais que seja uma figura burguesa, não seria afeito ao “cheiro do povo”, embora tenha ajudado na configuração, mas que teria uma sensibilidade popular.

Portanto, a oposição terá que entender que mesmo que tenha feito alianças com os conservadores, seu governo pretenderá fazer o país crescer e também ser menos injusto, ademais as oposições “se enganam se pensam que terão que lher dar com um governo tipicamente conservador” no sentido brasileiro, desta forma, não resta outra alternativa as oposições de um governo que muito provavelmente será reformista de ser mais reformista que este.

Ao mesmo tempo, neste artigo, chama o PT a fazer uma oposição responsável e não sistemática, ou seja, se necessário for, apoiar o governo em pontos que os dois concordassem. Se PSDB e PT como situação e oposição estabelecerem a agenda política do país, estaríamos caminhando para a consolidação da democracia política de uma sociedade menos injusta.

Ao final deste artigo, chama a vitória de Fernando Henrique Cardoso de “início” da segunda Revolução Democrática, sendo que 1930 teria sido a primeira: “Se for este o caminho, e eu sinceramente espero que assim seja, estas eleições de 1994 ficarão na nossa história, depois de 1930, como o início da nossa segunda revolução democrática”

Oras, não há aqui de tratar de alguma alteração nos conceitos ou no formato do pensamento de Weffort, como se este tivesse feitos as pazes com a história republicana do Brasil e principalmente se conciliado com a história populista (TAUIL, 2017). Muito pelo contrário, Weffort em seus escritos deixaram claro que 1930 ocorria como uma primeira revolução democrática como podemos ver acima, no entanto, tal democracia seria de personalidade corporativista, o que acompanhou, como vimos, seu escopo teórico até aqui, tanto na crítica aos sindicatos, nas relações Estado e sociedade quanto na formulação do Partido dos Trabalhadores lutando para que este fosse uma espécie de antídoto.

Como vimos, Weffort fora deixando várias pistas de tal atitude. Amigo de Fernando Henrique dos tempos da Escola Sociológica Paulista na USP, membro do CEBRAP convidado por este, assim como sua ida para a CEPAL como vimos acima, parceiro e agenciador do CEDEC além de interlocutor e debatedor quanto a teoria da dependência. Weffort se distanciaria de qualquer coisa que remetesse ao antigo populismo como parecia acontecer com o PT a partir do momento que este fora dominado pela vertente sindicalista que, segundo este, poderia conter todos os vícios do sindicalismo de 1945-1964, ou seja, o corporativismo e o nacionalismo.

Além disso, Weffort, sempre, dentro dos quadros do PT fora visto como um típico intelectual, se pudermos adjetivar, tucano, quando não burguês, tentando arduamente forjar essa árdua relação entre intelectualidade e ação política, teoria e prática, com claras influências da importância que Mannheim conferia aos intelectuais nos processos políticos pós Segunda Guerra Mundial.

Embora o fato de Weffort ter aceito o cargo sem dar nenhuma explicação pública para uma questão de “foro íntimo”. Quando atos políticos, decisões públicas e atitudes dotadas para o público de significados ideológicos são tomadas e se transformam em decisões individuais, há um risco grave para a discussão política. Deste modo, corre-se o risco de se cair em uma espécie de niilismo, onde atitudes perdem o significado e importância, ficando sem explicação e logo, sem profundidade ou conteúdo político.¹²⁶

Nesse sentido, para além de tolerar atitudes de “foro privado”, buscamos entender em qual ponto poderíamos juntar a atitude privada da pública, a pessoal e a política a fim de não despolitizar a atitude relevante e dar significado a processos importantes.

¹²⁶ Os acontecimentos da constituinte, quando os quadros do PT não se esforçam para apoiar sua candidatura, a ascensão de José Dirceu no partido, ou suas respostas evasivas quando questionado no sentido de que não havia nascido para a política ou estava cansado das questões do PT, assim como ser amigo de Fernando Henrique, ou seja, de foro íntimo, nos satisfazem no nosso propósito.

Portanto, tanto politicamente quanto no escopo do pensamento social, a atitude de Weffort envolve questionamentos muito claros a quais tentamos responder: havia na teoria de Weffort alguma pista de sua atitude futura? O PT demonstrara-se um partido longe das propostas que Weffort gostaria de ver emergir em um partido de massas não populista? As atitudes de Weffort abrem espaço para o pensamento das ações do PT quando no governo?

Desse modo, a opção íntima de Weffort interessou menos do que as questões de foro público neste trabalho, desta forma fugimos das questões diretas e quem sabe até das entrevistas que poderiam nos dar uma resposta enviesada e pouco satisfatória que solucionaria a curiosidade, mas não preencheria a lacuna da atitude e do significado que esta teve politicamente.

Assim como o Estado para todo marxista (hegeliano) que se prese é a corporificação do interesse público, o apreço a um tipo de organização estatal pode finalmente responder o que fez Weffort ministro de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, explicar o componente político dessa escolha é instrumentalizá-lo racionalmente¹²⁷.

Deste modo, estaria refutando sua tese de que todas as mudanças ocorridas no cenário político brasileiro desde a época do fim do império não passavam de transformações advindas “de cima”, levadas a cabo pelo Estado, ou pelo poder oligárquico representado pela aristocracia tradicional, tendo as classes populares como figuras meramente representativas, mas sem nenhum poder decisório ou mesmo insurrecional, como atestava em suas críticas ao populismo e aos arranjos oligárquicos da República pós-1930.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos analisar neste trabalho a trajetória de interpretações do populismo de Francisco Weffort, assim como sua atuação no campo político. Em um primeiro momento, através de suas teorias do populismo, buscamos compreender como se iniciou sua trajetória no ambiente acadêmico, quais foram suas referências teóricas, seus principais interlocutores e os principais autores e contendas que o influenciaram na reificação deste conceito. Um segundo ponto analítico que priorizamos nesta tese foi expor de que maneira suas formulações sobre o populismo encontraram reflexo na sociedade e como esta consonância entre teoria e prática contribuíram para explicar tanto a fundação do Partido dos Trabalhadores como sua ação política, da passagem de seu momento mais radical de crítica ao populismo a passagem de sua teoria democrática a fim de se distanciar do populismo.

Dessa forma, o que se encontrou neste trabalho foi um objeto analisado de forma a descartar os métodos positivistas, assim como crítico as propostas radicalmente historicistas, não utilizando, portanto as análises presentistas da Escola contextualista, principalmente de Quentin Skinner, cuja proposta fora aqui refutada na figura de Robert Allun Jones.

Já que vislumbrou-se que tal teoria acorrenta e empobrecia a possibilidade das interpretações possíveis advindas do pensamento social e suas aplicações às ações da vida prática, seja ela, a política, a economia ou a sociedade.

E é neste processo que se buscou entender a obra de Francisco Weffort, primeiramente como fazendo parte de um programa científico e sendo influenciado principalmente por sua orientadora Paula Beiguelmann e o grupo que orbitava a figura de Florestan Fernandes, que ficaria conhecida como Escola Sociológica Paulista. Que para além dos grandes empreendimentos de contraporem-se às propostas intelectuais de grandes grupos como o ISEB e a CEPAL, encontravam dentro da própria USP seus concorrentes, quais sejam, a cadeira de Sociologia I (relevante ante a figura do próprio Florestan) e a cadeira de Política I (que buscara sua relevância e quando não independência do grupo de Florestan).

Por outro lado, se analisou a trajetória de um autor, de suas principais obras e de um último ato político que foi a sua desfiliação do PT e seu aceite em participar do governo de Fernando Henrique Cardoso do PSDB. Desta forma, os métodos presentistas e historicistas nos seriam insuficientes, já que tanto na primeira quanto na segunda proposta metodológica, teríamos que cindir cartesianamente autor e ator político, ou seja, o ato político de 1994 teria

¹²⁷ Interessante notar que a história fez confluírem para o mesmo barco dois lados do anti-populismo dos anos 45-64, alguns membros da Escola Sociológica Paulista e velhos membros da UDN agora no PFL

que ser separado de sua produção textual das décadas de 60 e 70, em uma antecipação ao “esqueçam o que escrevi”. Assim como poderíamos separar seus atos políticos, tanto na constituição do PT até sua ida para o PSDB, desta mesma produção textual.

Serão os autores pós-positivistas que nos darão as primeiras ferramentas para esta análise no sentido que nossa observação aos textos analisados não serão, nem podem ser neutros já que a percepção é mediada por compromissos e tradições. Portanto, há necessidade da interpretação a fim de abrir novas orientações teóricas que tornará possível a reconstituição do pensamento social, de modo a recuperar o que estes autores não podiam ver por não ter a sua disposição uma lógica multidimensional.

Dessa forma, embora um texto tenha um significado particular determinado pela orientação contextual de seu autor, ele também contém objetivos intelectuais de natureza geral, ou seja, pressupõe uma continuidade de significados, conteúdos e problemas gerais.

Porém, haveria no pós-positivismo lacunas a serem preenchidas no que diz respeito a como as teorias do passado excederiam seus autores: como avaliar tais teorias de acordo com limites do que realmente aconteceu?; como é possível aos intérpretes do presente terem acesso a significados originais do passado? e, por fim, como analisar as relações entre texto, intérprete e ação?.

Para isso, lançou-se mão de uma bibliografia que abarcasse a sociologia do conhecimento em Mannheim focando no que esta se aproximava às propostas hermenêuticas de Gadamer e Ricoeur.

Este último nos confere os elementos teóricos para que possamos reconstituir a dinâmica interna de um texto e sua capacidade de projetar-se ao exterior em um mundo que possamos reconhecer. Para estes, seria possível considerar a possibilidade de a interpretação do texto ser transformado em ação proporcionando assim um dos elementos para a metodologia das ciências humanas.

Aqui também, buscamos compreender a ação como um elemento passível de entendimento hermenêutico, principalmente quando este levar aos processos de entendimento mediados por meio dos textos elaborando assim uma hermenêutica auto compreensiva que passa pela compreensão e interpretação da ação reunidas nos questionamentos “o que fazer?”, “o que posso fazer?”, “O que devo fazer?” e “o que é possível fazer?”, possível somente no revelar da conexão entre o agente e suas ações. Somente assim será possível interpretar as ações de agentes públicos, no caso aqui, as de Francisco Weffort.

Portanto, no segundo capítulo, se pôde trabalhar a heurística positiva da Escola Sociológica Paulista, onde através de estudos e características sobre a escola chegamos a seus

três pilares teóricos principais, quais sejam, a da marginalidade, raça e atraso; o das instituições e das estruturas dependentes e a do populismo e autoritarismo. Tais heurísticas formariam a linha de frente à explicação da heurística negativa da escola, ou seja, uma teoria corrente que explique as deficiências e as dificuldades de o Brasil implementar as bases de uma ordem social competitiva.

Neste modelo explicativo, as teses sobre raça, marginalização, atraso, instituições e estruturas dependentes foram de fundamental importância para a explicação de tais deficiências no nível sociológico. Somente a heurística do populismo e do autoritarismo é explicado ao nível da ciência política, tornando-se assim preponderante para a explicação política dos outros pontos. Importante salientar que tal heurística é a única que não gravitava exclusivamente sob os auspícios da cadeira de Sociologia I, tendo também a área da Política I, influenciado principalmente por Paula Beiguelman, sua orientadora no doutorado.

Embora a teoria do autoritarismo seja tardia e talvez a última colaboração do grupo, esta sofre influência direta da teoria do populismo, que embora já tivesse sido expresso por Florestan, teve seu sentido alterado e desenvolvido quase exclusivamente por Francisco Weffort, muito embora tenha sido utilizados por Otavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Sempre pautados por um característico marxismo/weberiano em um “ecletismo bem temperado”.

Importa notar que a teoria do populismo embora tenha se consolidado como importante heurística positiva que defenda as propostas da Escola Sociológica Paulista, assim como explica a fundação do PT, esta não se ancora diretamente nas raízes em Sérgio Buarque de Holanda diferentemente dos outros temas, tendo sua fundação em uma leitura particular da América Latina e de suas lideranças.

Ponto de partida para estes intelectuais é a cidade de São Paulo como elemento fundador e exemplo da sociabilidade moderna, esperança da proposta de que ao seguir os fundamentos científicos estudadas neste centro, o Brasil seguirá seus passos e poderá transplantar o trabalho livre, a iniciativa individual e o liberalismo econômico “encontrado” nesta cidade para o Brasil ou ao menos exemplificá-lo como norte a ser seguido (embora boa parte deste norte esteja embebido dos exemplos adotados da Europa ocidental).

Portanto era necessário uma estrutura social competitiva para os elementos que nos impediam, de a atingir, a primeira delas era a questão racial, que, mantida a sociedade de castas, falha em inserir o negro, atrasando desta forma, os processos de formação de uma sociedade moderna ancorada ao atraso da escravidão.

Para fim de nossa análise, ou seja, para a construção do arcabouço teórico analítico de Francisco Weffort importou trazer uma reflexão retirada de Paula Beiguelman sobre o Projeto Unesco, quando Florestan e Roger Bastide (1955) responsabilizam a falta de expertise de adestramento do negro para o não surgimento de uma indústria nacional, tal fato fora veementemente contestado por Paula Beiguelman, relatando exemplos industriais em que a mão de obra negra fora utilizada e elogiada, portanto, para esta, o problema é mais de ordem sócio-cultural do que de habilidade profissional deste elemento. Tal fala, contém uma crítica implícita de que os autores contribuiriam para tal preconceito sócio-cultural. Importante ressaltar que tal proposta sobre a expertise ou não do trabalho escravo, assim como a do trabalhador industrial, fora feita antes das obras de Edward Thompson sobre o operário inglês e seus processos de racionalidade.

No que diz respeito a instituições e estruturas dependentes tais intelectuais se recuaram a ver um sistema dual entre o antigo sistema de antes de 30 e o moderno do pós 45, mas sim um processo sociológico que se enredava e se retro-alimentava, o que dificultava o surgimento de uma burguesia nacional revolucionária aos moldes europeus, que emanasse a modernização ao país ficando o Estado a cargo de tal empreitada.

Sendo incapaz de se autonomizar em relação ao sistema oligárquico, apoiado em uma classe que mina ao mesmo tempo que fortalece seu poderio impedindo seu potencial de classe, a saída é buscada na dependência de instituições e ideologias estrangeiras que supra a necessidade demandada da burguesia nacional.

Tal processo se viabiliza na teoria da dependência associada, ou seja, ao mesmo tempo em que somos enfiados de multi-nacionais e da inovação trazida por estas através do parque tecnológico alienígena, o sistema político continua arcaico e não democrático de uma perspectiva liberalizante. Desta forma, somente um processo de autonomização de uma sociedade civil organizada poderia superar tal tradição autocrática, mas esta estaria confinada a perspectiva das relações da formação do povo enquanto conceito de massa informe e manipulável.

O que leva os autores da Escola Sociológica Paulista a se debruçarem sobre o tema do populismo, aqui também, em contraponto aos pontos de vista do ISEB e da CEPAL. Embora fossem utilizados e estudados por vários autores de tal Escola, como Florestan, Ianni e Cardoso, são nas tintas de Weffort estimulado por sua orientadora a pesquisar personalidades autoritárias no Brasil, no caso, Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Adhemar de Barros que tal teoria irá ganhar maior fôlego.

Em um primeiro momento percebemos que o populismo será interpretado segundo uma perspectiva errônea e equivocada da autoridade carismática weberiana, que para os autores da Escola Sociológica Paulista teria que ser afastada do poder, já que este seria terreno fértil a personalidades autoritárias e não racionais, enquanto para o autor alemão, principalmente em seus últimos escritos, seria condição indispensável para líderes das democracias plebiscitárias.

O populismo como formulado por estes autores formavam a estrutura sobre o qual se assentava o nacional desenvolvimentismo e, portanto, era necessário seu fim para que surja uma ordem social competitiva de fato, sendo que primeiramente era necessário atacar uma de suas frentes, qual seja, o nacionalismo.

Embora reconhecido como teórico do populismo, Weffort nunca sistematizou o conceito de populismo em mais do que alguns artigos (que em alguns casos se espaça no tempo por mais de 15 anos) e como conceitualização periférica de sua tese de livre-docência sobre o sindicalismo populista.

Outro ponto a ser esclarecido e que é retomado em várias teses sobre o populismo e sobre Weffort é que este trilha um caminho diferente daqueles que gravitavam em torno da figura de Florestan, já que é na figura de Paula Beiguelman e da cadeira de Política I que irá optar em realizar suas pesquisas, o que por si figura em sentido novo em seu trabalho e que não pode ser interpretado com a mesma carga de figuras participantes centrais do emblemático seminário Marx ou do próprio Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni.

Portanto, embora Weffort tenha se tornado um ponto fora da curva dentro da Escola Sociológica Paulista, só e somente isso tornaram possível a sua adesão a Ciência Política e os seus trabalhos sobre o populismo, cobrindo assim o último front necessário a crítica ao Estado Nacional Desenvolvimentista pela qual, tal escola é exemplarmente reconhecida.

Influenciado pelos trabalhos de Paula Beiguelman e pelo grupo de Florestan, os trabalhos de Weffort eram cheios de ambiguidades quanto a real essência da massa trabalhadora em relação a política populista, ora aparecendo como sujeito autônomo, ora aparecendo como massa de manobra.

Outro fato digno de nota aqui também são suas reestruturações dos textos, no que diz respeito a versão final publicada em livro de 1978, o que pode ser indicativo de sua maturação intelectual devido as várias discussões com seus pares, mudança do ambiente política ou o próprio vislumbre de um partido verdadeiramente construído pelos movimentos sociais como fato que poderia alterar determinadas realidades.

Em um primeiro movimento irá investir contra a aliança de classes entre dominante e dominados por meio de uma figura de liderança, cooptando o Partido Comunista Brasileiro que irá usar sua influência nos sindicatos para aderir à defesa do projeto varguista/nacional-desenvolvimentista. Portanto, é neste ponto que Weffort parece recorrer às ferramentas intelectuais da Escola Sociológica Paulista do “não há burguesia no Brasil” para construir o “não há classe trabalhadora autônoma no Brasil”.

Neste sentido podemos perceber em Weffort que o aliancismo de classe impede a emergência dos trabalhadores como classe autônoma, seja manipulada pelo líder massa, seja impedida pelo seu representante oficial qual seja, o Partido Comunista Brasileiro. Desse modo, era necessário fazer surgir um novo ator político independente das relações do Estado e do poder.

Desta forma não cabia ao proletariado margem de manobra senão pela sua constituição em partido, aqui percebe-se o distanciamento do autor de Marx e sua aproximação a Weber. Tal processo fica mais visível quando da sua formulação sobre as greves de Contagem e Osasco, onde este percebe cada vez mais as necessidades de um novo personagem, seja ele um sindicato, seja ele um partido desatrelado ao antigo Estado e as antigas práticas nacional-desenvolvimentistas.

Quando da sua ida do CEBRAP ao CEDEC, weffort junto a sindicalistas e setores da igreja começam a sistematizar o que viria se tornar o Partido dos Trabalhadores, o que ocupara sistematicamente o tema que ronda Weffort em busca de transformá-lo neste novo personagem da política nacional.

Dentre os intelectuais do CEBRAP, Francisco Corrêa Weffort consolidaria a interpretação uspiana do Brasil ao eleger como objeto prioritário de seus estudos, o populismo, abordando-o como prática política e sindical. Dessa maneira, Weffort dava forma acabada e politizada a uma longa tradição da “escola paulista de ciências sociais”, fortemente refratária ao nacionalismo engendrado a partir da Revolução de 1930. Elaboraria assim uma formulação à esquerda (que se proporia a superar a tradição da esquerda comunista, acusada de cúmplice da forma de Estado populista e clientelista) para completar a recusa ao nacionalismo, ao desenvolvimentismo e ao varguismo.

No entanto, neste momento a conjuntura política muda também e portanto seu foco de análise irá alterar se portando por temos mais relacionados a constituição democrática. Entretanto entendemos aqui não uma troca radical de posição ante suas interpretações anteriores mas sim o entendimento de que era necessário democratizar a sociedade realmente para que os movimentos sociais e os partidos à esquerda não repitam os erros do regime de

1945 a 1964, ou seja, a democratização de fato sem nenhum tipo de entulho a fim de se tornar um antídoto contra novos populismos.

Desta forma entendemos que todo seu movimento da constituição do PT à 1987 quando este sai da executiva, foi de tentar distanciar ao máximo o PT de algum movimento fisiológico que retornasse a este alguma lembrança do regime de 45-64 seja na cooptação dos movimentos sociais quanto na do surgimento do líder massa.

No entanto a jaula oligárquica de Rober Michels falava cada vez mais alto na estrutura e história do partido, seja pela via de sua organização, seja pela via da cultura de alguns elementos mais radicais de esquerda. Ou a proposta de Duverger, onde as relações entre líderes e membros vão sendo entrelaçados e confundidos, já que os desejos da massa e dos líderes parecem ser uma só e a mesma coisa, principalmente quando este líder é fruto originário de tal massa.

Desta forma, o que garantia a confiança de Weffort de que o PT não seguiria os rumos acima resumidos era a da liderança da vertente democrática dentro do PT, o que vai se tornando cada vez mais distante com a dominação da convergência socialista em 1987 e o distanciamento de Lula sob sua influência.

Portanto, podemos dizer que o período de 1988-1994 foi para Weffort um período de distanciamento das diatribes partidárias mais incisivas, participando e auxiliando o PT em momentos eleitorais somente e dedicando-se a uma reciclagem conceitual democrática, seja no Brasil, seja em suas viagens pela Europa, o que pode ser verificado em seus artigos da década de 90. No entanto, sua busca e temas sempre seguiram no intuito de construir um processo democrático e democratizante, a fim de distanciar-se dos processos constitutivos do regime de 45-64.

Dessa forma percebemos nestes últimos momentos um deslocamento da figura de Weffort a do partido, quando este começa a olhar e analisar o PT com distanciamento e mais crítico ainda do que quando era membro dirigente, desta forma, Weffort começa a perceber no PT elementos do que tentava de distanciar. Seja pelo corporativismo crescente dentro de bandeiras do PT, de seu distanciamento dos processos racionais quando se negam a fazer parte tanto do governo de Itamar, quanto de Fernando Henrique Cardoso (na busca do poder pelo poder), e de seu trauma quando a vertente sindicalista chega a executiva nacional de que se repetam os erros do PCB.

Se a obra de Francisco Weffort nos permite interpretar sua saída do partido e sua ida ao PSDB para fazer parte do governo Fernando Henrique Cardoso, diferente não seria a possibilidade de interpretar alguns aspectos e críticas feitas ao governo Lula e ao lulismo que

surge nesta, ou seja, um populismo mutatus mutandis analisados por André Singer, Daniel Aarão Reis, Ruy Braga e Francisco de Oliveira. Onde Reis aponta uma nova esquerda ao fazer críticas contundentes a prática populista da antiga esquerda e que se depara com a reaparição, por dizer, genética dos mesmos traços outrora renegados.

Já Singer resgata o conceito de estado de compromisso para interpretar os processos do lulismo, ou seja, os aspectos da arbitragem entre as classes feitas através, não do partido, mas diretamente pelo chefe do Executivo Federal. Tal estratégia remontava a Getúlio Vargas e contraditava diretamente à origem do Partido dos Trabalhadores. Nos permite também compreender que a crítica feita por Francisco de Oliveira ao governo Lula, quando este diz que o governo deste confundia propositadamente as questões de classe e a despolitizara pode estar ancorada na mesma crítica que Weffort fazia das relações entre o poder do Estado e as massas no regime de 45-64.

Enquanto para Ruy Braga, a retomada do populismo sindicalista seria feita na discussão sobre o novo precariado surgente na expansão do consumo e do emprego formal no lulismo, o que fora feito também por vias de intensificação da exploração da força de trabalho e que irá conduzir a uma insatisfação crescente desta classe às quais as promessas de satisfação plena e estável não fora entregue, o que pode ser semelhante ao encontrado por Weffort em suas análises sobre o PCB e as questões do consumo na década de 60, onde a história se repetiria em 2018 (como farsa? A história dirá).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. **Estudos sobre a Personalidade Autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- ALEXANDER, Jeffrey. **Theoretical logc in sociology**, 4 vols. University of California Press, 1982.
- _____. O Novo Movimento Teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, 1987.
- _____. **Las teorías sociológicas desde la segunda Guerra Mundial**, análisis multidimensional, Barcelona, Gedisa, 1989.
- _____. A importância dos clássicos. In: Giddens, A. & Turner, J. (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Sindicatos no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. **Debate Crítica** no 6, São Paulo, 1975.
- ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). **Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.
- ARRUDA, Maria Arminda do N. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sergio (Org). **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2v. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.
- ARTIGAS, M. **Filosofia de la ciencia**. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, S.A. (EUNSA), 2009.
- BARBOZA FILHO, Rubem. **Teoria do Populismo – Uma Revisão Crítica**. Dissertação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1980.
- BARBOZA FILHO, Rubem. FHC: Os paulistas no poder. In: AMARAL, Roberto (coordenador). **FHC: Os paulistas no poder**. Niteroi: Casa Jorge Editorial, 1995.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações Raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação e manifestação do preconceito de cor na sociedade paulista**. 3ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- BASTOS, Elide Rugai. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sergio. **O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002**. São Paulo/Brasília: Anpocs/Editora Sumaré/Capes. 2002.
- BEIGUELMAN, Paul. **Pequenos estudos de ciência política**. São Paulo: PIONEIRA, 1973.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Seis interpretações sobre o Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. IANNI, Octávio. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa sociedade do Brasil Meridional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

_____. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difel. 1964.

_____. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

_____. Livros que inventaram o Brasil. **Novos Estudos do CEBRAP**. São Paulo: CEBRAP, 1993, 21-35p.

_____. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 5ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CHALMERS, A.F. **O que é ciência, afinal?**. São Paulo, Brasiliense, 1993.

CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. **Revista Ensaio**, São Paulo, Ensaio, n. 17/18, pp. 10-25, 1989.

COHN, Gabriel, "Weber, Habermas, o la Búsqueda por la Racionalidad en la Acción Política", in N. Lechner (org.), **¿Que es el Realismo en Política?** Buenos Aires, Catálogos. 1987.

CONNIFF, Michael. **Latin American populism in comparative perspective**. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1982

DEMIER, Felipe. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica**. 1. ed. - Rio de Janeiro : Mauad X,. 2013.

DERMAN, Joshua. **Max Weber in politics and social thoughts: from charisma to canonization**. Cambridge: Cambridge Press. 2012.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Brasília: UnB: 1981

FERREIRA, Oliveiros da Silva. Lourival Gomes Machado. Estudos Avançados, **Revista do IEA/USP**, São Paulo, v. 8, n. 22, set./dez. 1994

FERNANDES, Florestan. Do escravo ao cidadão. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações Raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1967

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1975a.

_____. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1977.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**. 1v. São Paulo: Ática, 1978a.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**. 2v. São Paulo: Ática, 1978b.

_____. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Pensamento e ação: o PT e os rumos do Socialismo**. São Paulo: Globo, 2006.

FONTES, Virgínia. **Démocratie et Révolution: Sciences Sociales et Pensée Politique au Brésil Contemporain (1973-1991)**. Thèse de Doctorat em Philosophie Politique. Paris X, Nanterre, 1992.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 42.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001a.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 8ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición*. De la sociedad tradicional a la sociedad de masas. Buenos Aires: Paidós.1965.

RAMOS, Alberto GUERREIRO. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Saga. 1960.

GOMES, Angela de Castro. **O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil**. Revista Tempo. Rio de Janeiro: 1996

HABERMAS, Jürgen, 2009. **A Lógica das Ciências Sociais**, Petrópolis: Vozes, 2009.

IANNI, Octávio. “Aspectos do nacionalismo brasileiro”. **Revista Brasiliense**, nº 14, 1957, pp. 121 -133.

_____. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **A formação do Estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JAGUARIBE, Helio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

_____. ISEB — Um breve depoimento e uma reapreciação crítica. **Cadernos de Opinião**. Rio de Janeiro: 1979.

_____. O que é ademarismo? In: SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1981.

JONES, R. A. On Understanding a Sociological Class. **American Journal of Sociology**, 88v Chiago: University of Chiago Press, 1977, 279-319p.

_____. Second Thoughts on Privileged Access. **Sociological Theory**, v.3,n.1, wahsington: American Sociological Association, 1986, 16-19p.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

LAHUERTA, Milton; COHN, Gabriel. **Intelectuais e transição: entre a política e a profissão**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

LAHUERTA, Milton. **Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil**. Cad. AEL, v.8, n.14/15, 2001. (Lahuerta, 2005: 165).

LAIZ, Álvaro Morcillo e WEISZ, Eduardo. **Max Weber en Iberoamérica: Nuevas interpretaciones estudios empíricos y recepción**. México: Fondo de Cultura Económica. 2016.

LAKATOS, Imre. **Ensayos de Teoria Sociologica**. Buenos Aires: Paidós, 1954.

_____. O conceito de sistema social. In: CARDOSO, Fernando H.; IANNI, Octávio (Org.). **Homem e Sociedade: leituras básicas de sociologia geral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973a. 47-55p.

_____. Os componentes do sistema social. In: CARDOSO, Fernando H.; IANNI, Octávio (Org.). **Homem e Sociedade: leituras básicas de sociologia geral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973b. p.56-59.

_____. **História da ciência e suas reconstruções racionais**. Lisboa: Edições 70, 1978.

_____. **La metodología de los programas de investigación científica**. Madrid: Alianza, 1989.

LAMOUNIER, Bolívar: **Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira**. São Paulo: Augurium Editora, 2005.

LASSWELL, H. **Psicopatología y política**. Buenos Aires: Paidós, 1963.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1948.

MICHAEL LOWY, **A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano**, Boitempo Editorial, São Paulo, Brasil, 2014

MACINTYRE, Alasdair. **Justiça de quem? que racionalidade?** Pimenta. São Paulo: Loyola, 1991

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia: Introdução a sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

_____. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MARCHESAN TAUILI, Rafael. **Intelectuais e Política no Brasil: da teoria do populismo à reconciliação com a tradição republicana na interpretação de Francisco Weffort**. São Carlos: 2017.

MARTINS, José Souza. **A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006

MELO, Marina. Hermenêutica e Dialética: Gadamer e Habermas na Metodologia das Ciências Sociais. **Revista Angolana de Sociologia**, v. 10, p. 11-20, 2012.

MERTON, Robert K. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970a.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UnB: 1982.

MOISES, José Álvaro. **Greve De Massa E Crise Política** (Estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo - 1953-54), Ed. Pólis, São Paulo, 1978.

MORSE, Richard. **O espelho de Próspero: Cultura e ideias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

_____. **A volta de McLuhanaíma. Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria**. São Paulo: Companhia das Letras. 1990

MUSSI, Daniela; KAYSEL, André. **Populismo, Classe e Nação: O diálogo crítico de Francisco Weffort com a Teoria da Dependência**. In: 9º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, 2017, Montevideo. Anais do 9º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, 2017a.

MUSSI, Daniela; KAYSEL, Andréa. **Populismo, sindicalismo e democracia – A polêmica entre Francisco Weffort, Carlos Estevão Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida (1972-1978)**. In: 41º Encontro Anual da ANPOCS, 2017, Caxambu. Anais do 41 Encontro Anual da ANPOCS, 2017b.

MUSSI, Daniela; Kaysel, André. **Populismo, Classe e Nação: O diálogo crítico de Francisco Weffort com a Teoria da Dependência**. In: 9º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, 2017, Montevideo. Anais do 9º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, 2017c.

MUSSI, Daniela; KAYSEL, André. **A política de massas: Weffort e as raízes do populismo (1963-1966)**. In: 11º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2018, Curitiba. Anais do 11º Encontro da ABCP, 2018.

O'DONNELL, G A. Democracia delegativa ? **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 31, p. 25-40, 1991

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

PEEL, J. D. **Herbert Spencer**. New York: Basic Books, 1971.

PONTES, Heloísa. **Destinos Mistos**. Os Críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940 – 1968). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

POPPER, Karl. A. **Miséria do historicismo**. Tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Editora Cultrix e Editora USP. 1980

RAMOS, Alberto GUERREIRO. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Saga. 1960..

_____. **A redução sociológica**. 3ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RICOEUR. **O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica**. Rio de Janeiro: Imago, 1978

_____. **O discurso da ação**. Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. **Do texto à ação**. Tradução de Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: Rés, 1989.

_____. **Nas fronteiras da Filosofia**. São Paulo: Loyola, 1996.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SANTOS, Célia Nunes Galvão Quirino dos. Departamento de Ciência Política. Estudos Avançados, **Revista do IEA/USP**, São Paulo, v. 8, n. 22, set./dez. 1994

SARTI, Ingrid Piera Andersen. **Estiva e política: estudo de caso no Porto de Santos**. Dissertação. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1973.

SCHMIDT, Lawrence K. **Hermenêutica**. Trad. Fabio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2013.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **El desencantamiento del mundo: Seis estudios sobre Max Weber**. México: Fondo de Cultura Económica. 2017.

SEIDMAN, S. **Liberalism and the Origins of European Social Theory**. Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 1983a.

_____. Beyond Presentism and Historicism, Understanding the History of Social Science. *Sociological Inquiry*, v53, p.79-94, 1983b.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel: pensamento político**. Trad. Maria L. Montes, São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **As fundações do pensamento político moderno**. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, Jessé. **O malandro e o protestante : a tese Weberiana e a singularidade cultural brasileira**. (org.). Brasília: Editora UnB, 1999.

_____. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015

STRAUS, Leo. **What is Political Philosophy? And Other Studies** Chicago: University of Chicago Press, 1988.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987^a.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América, Leis e Costumes**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

VILLAS BOAS, Glauca. A Recepção Controversa de Max Weber no Brasil (1940-1980). **Dados**. 57v, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Rio de Janeiro, 2014 .

WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva. 2. Vol. São Paulo: Editora UnB, Imprensa Oficial. 2004

WEFFORT, Francisco. Política de Massas. In: IANNI, Octávio; SINGER, Paul; COHN, Gabriel, Ianni, (Orgs.). **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. Raízes sociais do populismo em São Paulo. **Revista Civilização Brasileira**, n. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965a 39-60p.

_____. Estado e massas no Brasil. **Revista Civilização Brasileira**, n.7, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Classes populares e política: contribuição ao estudo do populismo**), Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: USP, 1968.

_____. Notas sobre a “teoria da dependência”: teoria de classe ou ideologia nacional?. **Revista Estudos**, n.1. São Paulo: CEBRAP, 1971.

_____. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco – 1968. **Cadernos CEBRAP**. n 05. São Paulo: CEBRAP, 1972.

_____. **Sindicatos e política**. Tese apresentada para Concurso de Livre Docência da Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: USP, 1972.

_____. A vitória inchada da Arena. **Jornal Opinião**, n 4, São Paulo, 1972b.

_____. Os Trabalhadores Calados. **Jornal Opinião**, n 12, São Paulo: 1973.

_____. MDB: elites e massas. **Jornal Opinião**, n 14, São Paulo: 1973a.

_____. As Alternativas do “Milagre Espanhol”. **Jornal Opinião**, n 18, São Paulo: 1973b.

_____. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra). **Estudos CEBRAP**. n 4. São Paulo: CEBRAP, 1973c.

_____. A democracia e a "questão social". **Jornal Opinião**. n 94, São Paulo: 1974.

_____. Apresentação. **Contradições urbanas e movimentos sociais**, São Paulo: CEDEC/Paz e terra, 1977.

- _____. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. **Revista de Cultura Contemporânea** (1º parte), n 1, São Paulo: CEDEC, SP, 1978. 7-13p.
- _____. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (2º parte). **Revista de Cultura Contemporânea** (2º parte), n 2, São Paulo: CEDEC/Paz e terra, 1979. 3-11p.
- _____. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (3º parte). **Revista de Cultura & Política.** n 1, São Paulo: CEDEC/Global, 1979, 12-18p.
- _____. LAMOUNIER, Bolivar; BENEVIÉS, Maria Victoria. (orgs) A cidadania dos trabalhadores. **Direito, cidadania e participação.** São Paulo: TAQ, 1981.
- _____. **Por que democracia?.** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. Maria Susana Arrosa (coord.). **O intelectual e a democracia: Os intelectuais nos processos políticos da América Latina.** Florianópolis: Editora da UFRGS, 1985
- _____. Incertezas da transição na América Latina. **Ildes**, n 1. São Paulo: 1987.
- _____. Consolidar o partido, construir a democracia. **Teoria e Debate**, n.4, 1988a.
- _____. Dilemas da legitimidade política. **Lua Nova**, n 15, São Paulo: 1988.
- _____. STEPAN, Alferd (org.) Why democracy?. **Democratizing Brazil.** Oxford: Oxford University Press, 1989a
- _____. **PT: um projeto para o Brasil.** (ORG.). São Paulo: Brasiliense, 1989b.
- _____. Un sistema dual de poder: Notas sobre el desarrollo político de Brasil. **Revista Síntesis.** n 11. São Paulo: 1990.
- _____. A América errada (notas sobre a democracia e a modernidade na América Latina em crise). **Lua Nova.** n 21. São Paulo: 1990ª.
- _____. Democracia política e desenvolvimento econômico. **Cadernos Cedec.** nº 22. São Paulo, 1991.
- _____. Democracy and socialism. **Journal of Democracy,** s/nº, Washington, Johns Hopkins University Press, 1992.
- _____. Novas democracias. Que democracias?. **Lua Nova.** n 28. São Paulo: 1992ª.
- _____. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992b.
- _____. A segunda revolução democrática. **Jornal Folha de São Paulo.** São Paulo: 1994.

WEFFORT, Francisco e MOISÉS, José Álvaro. “Primeiro de Maio: onde estão os trabalhadores?”, **Opinião**, 09/05/1975

WEFFORT, Francisco e AFONSO, Almino. “O intelectual e a política”, **Versus**, n. 14, set. 1977.

WOLFF, K. **The Sociology of Knowledge and Sociological Theory**, Evanston, IL: Row, Peterson. 1959.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora brasiliense, 1985

Matérias esparsas no Jornal Folha de São Paulo

Folha de São Paulo. 01/06/1977

_____.11/09/1980

_____.10/04/1981

_____.21/02/1981

_____.01/08/1982

_____.01/08/1984

_____. 11/01/1985

_____.21/05/1985

_____.29/06/1986

_____.24/06/1987

_____. 29/06/1987

_____. 27/08/1990

_____. 04/10/1990

_____. 26/01/1994

_____. 27/01/1994